INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL
Paulo Werneck
BRASIL AÇUCAREIRO
ANO XII — VOL. XXV OUTUBRO — 1944 N.º 4

INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL

CRIADO PELO DECRETO N.º 22.789, DE 1.º DE JUNHO DE 1933

Expediente : de 12 às 18 horas
Aos sábados : de 9 às 12 horas

COMISSÃO EXECUTIVA

A. J. Barbosa Lima Sobrinho, Presidente — Delegado do Banco do Brasil
Alberto de Andrade Queiroz — Delegado do Ministério da Fazenda
Alvaro Simões Lopes — Delegado do Ministério da Agricultura
José de Castro Azevedo — Delegado do Ministério da Viação
Otavio Milanez — Delegado do Ministério do Trabalho

Alfredo de Maya
Antônio Correia Meyer
José Rufino Bezerra Cavalcanti
José Carlos Pereira Pinto
} Representantes dos usineiros

Moacir Soares Pereira — Representante dos banguezeiros

Aderbal Carneiro Novais
Cassiano Pinheiro Maciel
Joaquim Alberto Brito Pinto
} Representantes dos fornecedores

SUPLENTES

Arnaldo Pereira de Oliveira
Gustavo Fernandes Lima
João Carlos Belo Lisboa
Luiz Dias Rolemberg
} Representantes dos usineiros

Manuel Neto Carneiro Campelo Junior — Representante dos banguezeiros

João de Lima Teixeira
João Soares Palmeira
José Pinheiro Brandão
} Representantes dos fornecedores

Sede: PRAÇA 15 DE NOVEMBRO, 42

RIO DE JANEIRO — Caixa Postal 420 — Endereço telegráfico : COMDECAR

Fones Alcool-Motor, 43-5079 e 23-2999; Assistência à Produção, 23-6192; Caixa, 23-2400; Comissão Executiva, 23-4585; Comunicações, 43-8161 e 23-0796; Contadoria, 23-6250; Estatística, 43-6343; Estudos Econômicos, 43-9717; Fiscalização, 23-6251; Gabinete da Presidência, 23-2935; Gerência, 23-5189; Jurídica, 23-6161; Material, 23-6253; Mecanografia, 23-4133; Pessoal, 43-6109; Portaria, 43-7526; Presidência, 23-6249; Publicidade, 23-6252; Restaurante, 23-0313; Serviço do Alcool, 43-3798; Serviço Médico, 43-7208; Técnico Industrial, 43-6539.

Depósito de álcool-motor — Avenida Venezuela, 98 — Tel. 43-4099.
Secção Técnica — Avenida Venezuela, 82 — Tel. 43-5297.

DELEGACIAS REGIONAIS NOS ESTADOS

Endereço telegráfico : SATELÇUCAR

ALAGOAS — Rua Sá e Albuquerque, 426 — Maceió
BAHIA — Rua Miguel Calmon, 18-2.º and. — Salvador
MINAS GERAIS — Palacete Brasil — Av. Afonso Pena — Belo Horizonte
PARAIBA — Praça Antenor Navarro, 36/50 - 2.º and. — João Pessoa
PERNAMBUCO — Av. Marquês de Olinda, 58-1.º and. — Recife
RIO DE JANEIRO — Edificio Lizandro — Praça São Salvador — Campos
SÃO PAULO — Rua 15 de Novembro, 228-3.º and.-S. 301/309 — São Paulo
SERGIPE — Avenida Rio Branco, 92-1.º and. — Aracaju

DISTILARIAS CENTRAIS

DO ESTADO DA BAHIA — Santo Amaro — End. telegráfico — DICENBA — SANTO AMARO.

DO ESTADO DE MINAS GERAIS — Distilaria de Ponte Nova (E. F. Leopoldina) — Caixa postal, 60 — End. telegráfico — DICENOVA — PONTE NOVA.

DO ESTADO DE PERNAMBUCO — Distilaria Presidente Vargas — Cabo — (E. F. Great Western) — Caixa postal, 97 — Recife. — End. telegráfico — DICENPER — RECIFE.

DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO — Estação de Martins Lage — (E. F. Leopoldina) — Caixa postal, 102 — Campos. — End. telegráfico — DICENRIO — CAMPOS — Fone — Martins Lage, 5.

DO ESTADO DE SÃO PAULO — Distilaria de Lençóis — Fone, 35 — End. telegráfico — DICENÇÓIS — LENÇÓIS.

BRASIL AÇUCAREIRO

ORGÃO OFICIAL DO INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

Registrado, com o n.º 7.626, em 17-10-934, no 3.º Oficio do Registro de Títulos e Documentos e no D . I . P.

PRAÇA 15 DE NOVEMBRO, 42 - 9.º pav.

TELEFONE 23-6252 — CAIXA POSTAL 420

DIRETOR — **Miguel Costa Filho.**

Redator principal — **Joaquim de Melo.**

Redatores — **Adrião Caminha Filho, José de Oliveira Leite e Renato Vieira de Melo.**

Assinatura (anual), para o Brasil	**Cr$ 25,00**
Assinatura (anual), para o exterior	**Cr$ 35,00**
Número avulso (do mês)	**Cr$ 3,00**

Vendem-se coleções a partir do 4.º volume, encadernadas, por semestre, excetuando-se os 6.º e 7.º volumes. Vende-se também o número especial com o índice alfabético e remissivo do 1.º ao 13.º volume.

As remessas de valores, vales postais, etc., devem ser feitas ao Instituto do Açúcar e do Alcool e não a BRASIL AÇUCAREIRO ou nomes individuais.

Pede-se permuta. **We ask for exchange.**
On demande l'échange. **Pidese permuta.**

AGENTES :

OTAVIO DE MORAIS — Rua da Alfândega, 35 — Recife — Pernambuco

HEITOR PORTO & C.ª - Caixa Postal, 235 - Porto Alegre - Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

OUTUBRO — 1944

BRASIL AÇUCAREIRO

Órgão oficial do
INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

ANO XII — VOL. XXV | OUTUBRO — 1944 | N.º 4

POLÍTICA AÇUCAREIRA

Sob o título acima, a "Folha da Noite", de São Paulo, publicou recentemente um editorial estranhando que o Instituto do Açúcar e do Álcool houvesse exportado para o Uruguai 340.000 sacos de açúcar. "Consolemo-nos, contudo (diz o editorial), com a idéia de que, se nos falta açúcar, em compensação não falta... ao Uruguai".

O Instituto do Açúcar e do Álcool firmou com a Comisión Nacional de Subsistencia del Uruguay um convênio para a exportação de 20.000 toneladas de açúcar (cêrca de 335.000 sacos de 60 quilos), nas mesmas condições de preço do mercado interno. Não se obrigou, porém, a transportar o açúcar até o Uruguai. A mercadoria seria entregue F.O.B., nos portos do Norte. Dêsse modo, nos cálculos de equilibrio estatístico entre a produção e o consumo, o Instituto incluiria no consumo essa quota de exportação, o que representava aumento na produção nacional.

Quase todo êsse açúcar foi transportado em navios estrangeiros obtidos pelo Uruguai. Apenas 100.000 sacos foram transportados em navios nossos, por obediência a interêsses de política internacional, que não acreditamos sejam ignorados, ou mal vistos por qualquer brasileiro. Em tudo isso, a função do Instituto se limitou a colocar o açúcar no pôrto de embarque, à disposição dos compradores uruguaios.

Não foram essas as únicas exportações brasileiras. Vendemos também açúcar à República Argentina, dentro das mesmas bases de nossos preços internos, o que mostra haver obedecido essa operação a uma necessidade de escoamento das safras e não a preocupações de lucros maiores. Os compradores vieram buscar todo o açúcar em navios estrangeiros despachados especialmente para êsse fim.

O Instituto, porém, só autorizou essas exportações depois de verificar que o escoamento do açúcar para os portos nacionais já estava definitivamente prejudicado pela deficiência do transporte. Os estoques acumulados no norte excediam as possibilidades normais de armazenamento e financiamento da mercadoria. E não estavam errados os cálculos do Instituto. Basta que se diga não ter sido inaproveitada nenhuma praça destinada pela Comissão de Marinha Mercante ao transporte de açúcar para o sul. Procurou também o Instituto embarcar açúcar em todos os navios estrangeiros que tocaram no norte com reserva de praça. Mais de 500.000 sacos foram assim transportados para o sul em navios estrangeiros, promovendo o Instituto ajuste entre os interessados para a cobertura das diferenças de frete, ou concorrendo êle próprio para êsse fim, com o desejo de que não fôsse onerado o consumidor. Como o açúcar de Sergipe só poderia sair de Aracajú em pequenas quantidades, mas encontraria maiores facilidades de embarque em Salvador, o Instituto se prontificou a concorrer com a diferença das despesas dêsse transporte ferroviário até Salvador, afim de que não subisse o preço dêsse açúcar para o consumidor sulista. Em duas safras, mais de 5.000.000 de cruzeiros foram destinados a Sergipe para compensação dessa diferença de despesa. Como se vê, fêz-se o que era possível para que o sul recebesse todo o açúcar a que se proporcionasse praça. Não foi esquecida nenhuma providência que pudesse concorrer para o aumento de transporte.

Apesar disso e apesar das exportações para o Uruguai e a Argentina, a safra do norte chegou ao seu têrmo com estoques acima dos normais. A posição dos estoques do norte do país (da Paraíba até a Bahia) fôra, nos dois anos anteriores à guerra submarina, em 30 de agôsto, a seguinte: 1940, 571.390 socos; 1941, 403.112 sacos. Em 30 de agôsto último êsses estoques eram de 1.546.344 sacos.

Se tais estoques, que estavam em grande parte vendidos aos Estados do Sul, não pu-

DIVERSAS NOTAS

EXPORTAÇÃO DE AÇUCAR

Em sessão da Comissão Executiva do I.A.A., realizada em 20 de setembro último, o Sr. Presidente comunicou à Casa que, acompanhado dos Srs. Júlio Reis e Mário Lacerda, respectivamente, Gerente e Chefe da Secção de Estudos Econômicos do I.A.A., esteve presente, no Ministério da Fazenda, a uma reunião dos Delegados da UNRRA, sob a presidência do Sr. Valentim Bouças, diretor Executivo da Comissão de Contrôle dos Acordos de Washington.

Tratou-se, na reunião, da possibilidade de o Instituto dispor de açúcar, para exportar para o exterior, destinado aos países devastados pela guerra.

O Sr. Presidlente declarou que já em 1942, diante do pedido de informações do Sr. Keller, adido de agricultura da embaixada norte-americana, pôs a questão no ponto de vista da responsabilidade do Govêrno Americano, de assumir o compromisso de adquirir o açúcar produzido acima do limite do Brasil, durante um período preestabelecido.

O Sr. Keller disse que êsse compromisso não poderia ser assumido, mesmo porque a América não dispunha de transportes para carregar açúcar, porque dêle necessitava para outros produtos de maior interêsse para os fins de guerra.

O Sr. Presidente fêz à UNRRA uma exposição circunstanciada, salientando as condições atuais da produção açucareira do país, ficando resolvido que o fornecimento de açúcar à UNRRA seria objeto de futuros entendimentos, visto como, no momento, não será possível concluir em bases definitivas qualquer negociação sôbre êsse produto.

O Instituto continuará, entretanto, a estudar as possibilidades do Brasil vir a ser um dos abastecedores de açúcar aos países devastados pela guerra.

O Sr. Louis Nels Swenson, falando em nome da delegação da UNRRA, acentuou mais uma vez que não está no propósito dessa entidade estimular a produção de artigos em qualquer país, com o objetivo de fornecê-los às nações vitimadas pelo conflito mundial, mas, sim, adquirir os excedentes do consumo interno, afim de que não venham a ser criados desequilíbrios à economia dos países abastecedores, quando cessarem os fornecimentos. E, frisou, se o problema consiste em atenuar a situação dos povos atingidos pela guerra, não se deverá fazê-lo mediante o sacrifício das populações das outras nações, o que se não dará desde que apenas os saldos exportáveis sejam objeto da prestação da assistência em causa.

A Comissão Executiva tomou a devida nota do assunto, aprovando as declarações feitas pelo Sr. Presidente na referida reunião.

PRODUÇÃO DE AGUARDENTE EM DISTILARIA DE ALCOOL

Na sessão da Comissão Executiva do I.A.A., realizada em 21 de setembro findo, o Sr. Moacir Soares Pereira, reportando-se ao caso de uma usina paulista que pretendia fabricar aguardente em sua distilaria de álcool, esclareceu que do plano da safra não consta qualquer medida punitiva contra as fábricas que produzem aguardente, em vez de álcool, possuindo aparelhagem para êste último produto. Apenas o art. 28 da Resolução n.º 86/44 prescreve a autorização prévia do Instituto para a fabricação de aguardente, nas distilarias de álcool, não criando, entretanto, qualquer sanção, no caso do não cumprimento daquele preceito.

Julga o Sr. Moacir Pereira que, no caso, cabe apenas notificação à Usina sôbre o preceito contido no art. 28 da Resolução n. 86/44, sendo, entretanto, conveniente a instituição de medidas que ponham fim ao inconveniente apresentado.

A Comissão Executiva discutiu o assunto, procurando estabelecer uma resolução que possa entravar a produção de aguardente em distilarias de álcool.

A discussão se orientou no sentido da re-

---

deram sair, por falta de transporte, é óbvio que não teria destino diferente o açúcar exportado para o Uruguai e a Argentina. Não viria para o sul do país, também por falta de transporte. O que teria acontecido seria apenas isso: os estoques do norte estariam acrescidos da mercadoria exportada, criando-se sério problema de armazenamento e de financiamento, num país em que não sobram recursos para êsses objetivos.

O COMÉRCIO INTERNACIONAL DO AÇÚCAR

Barbosa Lima Sobrinho

Antes da guerra, não se considerava muito interessante o mercado internacional do açúcar, para estímulo, ou amparo da produção. Vivia-se num regime de excesso de açúcar. Já não constituía nenhum privilégio a possibilidade da cultura da cana, quando a beterraba conquistava os mercados europeus, anulando, por meio de tarifas protecionistas, as vantagens com que a cana de açúcar podia contar. Como resultado da super-produção mundial, os preços se tornavam preços de **dumping**, inferiores ao custo de produção da mercadoria. Num dos livros mais curiosos escritos sôbre os problemas do açúcar, o Sr. Maurice Reynier nos ensinava: "Em 30 de setembro de 1936, o preço mundial em Londres era de 4 sh. 4 d. 1/2. Preço tão reduzido não cobre as despesas de fabricação, mesmo em países como Cuba e Java, que têm os custos de produção mais baixos do mundo. Êsse fato, aliás, data de algum tempo. A oferta deveria cessar como conseqüência dêsse estado de coisas. Mas assim não sucede. Muitos países, efetivamente, vendem no mercado livre apenas uma parte de sua produção, entregando a maior parte de suas safras a mercados protegidos, ou privilegiados, contando com preços remuneradores. As exportações para o mercado livre se reduzem aos excedentes de produção, excedentes mais ou menos ocasionais e cujo preço de venda não significa muita coisa para a produção respectiva. Compensa-se o **deficit** resultante dessas operações por meio de receita proveniente de outras vendas".

Os dois grandes mercados mundiais de antes da guerra — o inglês e o americano — formavam verdadeiros sistemas de interêsses com diversos graus de preferência. Havia em primeiro lugar, como era óbvio, a mercadoria de produção da metrópole, livre de tarifas e em regra favorecida por meio de prêmios ou auxílios variados. Vinha depois o açúcar das colônias, domínios, ou nações que mais de perto interessavam à metrópole e em benefício das quais se estabelecia uma tarifa preferencial. Fora dêsses círculos, vinha o concorrente comum, sujeito a tarifas elevadas, o que quer dizer que existiam realmente três preços para a mercadoria: o da metrópole, o das colônias e o das outras nações. O preço do consumo sendo mais elevado do que o da aquisição do produto no mercado internacional, obtinha-se nas tarifas a receita necessária para cobrir o gasto dos prêmios à produção metropolitana. Isso tudo apesar dos planos de limitação da exportação, adotados pelos países produtores, como o Plano Chadbourne, de 1931, ou o Acôrdo Internacional de Londres, de 1937. O Brasil, signatario dêsse Acôrdo, exportou muito açúcar a Cr$ 14,00 e Cr$ 19,00 o saco, para desafôgo da crise de superprodução, que se fêz sentir no País desde 1930.

A guerra não trouxe, desta vez, a mesma influência altista da primeira conflagração, ou não a trouxe com a mesma intensidade. O Govêrno inglês e o Govêrno americano evitaram a influência das ofertas de competição. Tornaram-se compradores únicos do açúcar no mercado internacional, procurando agir de comum acôrdo e fixando preços de aquisição normais. Não fôsse a interferência de outros pequenos compradores, como o Uruguai, a Argentina (esta ocasionalmente), a Espanha, Portugal, etc. e os preços inter-

---

quisição dessa aguardente, ou da suspensão de qualquer bonificação sôbre o álcool produzido em usina que fabrique também aguardente.

Finalmente, por proposta do Sr. Presidente, foi aprovada a seguinte minuta de Resolução :

1.º — Requisitar tôda a aguardente fabricada sem a autorização a que se refere o art. 28 da Resolução n. 86/44, de 13-7-44.

2.º — Excluir do direito às bonificações as emprêsas que, tendo distilarias de álcool, produzem aguardente, a partir da data de presente Resolução, mesmo que tenha obtido a autorização de que trata o art. 28 da Resolução n. 86/44.

nacionais ainda continuariam em níveis de **dumping**, apesar da necessidade da mercadoria. Entretanto, como a ação perturbadora vem de países que não precisam de grandes quantidades do açúcar, não há muito que esperar dêles.

E não é que o açúcar seja mercadoria barata na Inglaterra, ou nos Estados Unidos. Em 1941, o açúcar refinado custava 4,60 cêntimos por libra, F.O.B. nas refinarias, segundo gráfico do "Weekly Statistical Sugar Trade Journal", de Willet and Gray. Sabemos como são precárias as conversões de moeda, numa fase de comércio internacional perturbado e de câmbios dirigidos. O preço indicado corresponderia atualmente a cêrca de Cr$ 2,00 por quilo, na refinaria, sem contar as despesas de transporte e distribuição e as comissões de atacadistas e varejistas. E isso em fins de 1941.

Se o consumo do açúcar se tornasse livre na Inglaterra e, sobretudo, nos Estados Unidos, a reação dos preços seria imediata e ninguém poderia prever até que ponto subiriam êles. A probabilidade, porém, é de que continue o racionamento, até que se equilibre a situação dos mercados. E enquanto durar o racionamento, haverá também centralização das compras por meio dos govêrnos interessados, o que constituirá sério fator contra a alta dos preços internacionais. Esta, entretanto, virá, pela ação de outros compradores, embora mais limitada, em conseqüência da menor significação dos compradores. O mercado do açúcar é, hoje, um mercado dirigido, como tantos outros. E nos mercados dirigidos não há que esperar muita coisa em benefício dos **outsiders.**

Parte, aliás, das dificuldades com que lutam os Estados Unidos, no domínio do suprimento de açúcar, vem da necessidade de desviar colossais quantidades de melaço para a produção de álcool, que se tornou indispensável a numerosas indústrias de guerra, como a fabricação de borracha sintética, por exemplo. O mel dêsse modo destinado a álcool daria para fabricar 1.000.000 de toneladas curtas de açúcar, ou cêrca de 15 milhões de sacos de 60 quilos. Por isso os Estados Unidos apertam ainda mais o racionamento individual, que não passa, neste momento, de 26 libras anuais, ou 981 gramas mensais, por pessoa.

Convém ainda observar que a indicação de probabilidade de um racionamento **post-guerra** não é apenas uma conjectura, ou uma fantasia. Numa visita feita recentemente a Montreal, declarou Sir William Rook, diretor do Serviço do Açúcar no Ministério do Suprimento da Inglaterra (British Sugar Controller under the Minister of Supply), que não seria de prever melhoria das rações individuais até um ou dois anos depois da guerra. Contemos, pois, mesmo quando terminada a luta, com a continuação do atual regime de centralização de compras e com a redução do consumo mundial, como conseqüência das quotas de racionamento.

O ESTATUTO DA LAVOURA CANAVIEIRA

O Sr. Rui Palmeira, gerente da Cooperativa dos Banguezeiros de Alagoas, recebeu do Sr. Helder de Aquino, Presidente do Sindicato dos Plantadores de Cana de Ponte Nova, a seguinte carta:

"Prezado e Distinto Amigo Dr. Rui Palmeira.

Tenho o prazer de acusar o recebimento de vários jornais de sua terra em que estão estampados diversos artigos sôbre a situação açucareira do país, com especialidade com referência à pretensão dos usineiros paulistas que trabalham para suspenderem, por 5 anos, os direitos que o Estatuto da Lavoura Canavieira concede aos plantadores de canas.

Muito apreciamos a campanha que nossos colegas daí estão movendo a tal pretensão e nos sentimos satisfeitos em têrmos também colaborado nesta campanha de vez que tomamos tôdas as providências que nos seria possível tomar, telegrafando ao Exmo. Sr. Presidente da República, ao Governador de nosso Estado, ao nosso Secretário da Agricultura, ao Dr. Barbosa Lima Sobrinho e demais autoridades a quem está afeto o problema de tão elevada importância para nossa já desprotegida classe.

Assim, o Norte poderá contrar com o apôio desta zona de Minas, para a defesa desta sagrada causa.

Queremos crer que as autoridades competentes agirão dentro das normas da razão e farão permanecer as garantias que nos são concedidas pelo Estatuto da Lavoura Canavieira.

Esperando que o prezado amigo continue a enviar-nos os trabalhos publicados pela imprensa de Alagoas e que interessam à nossa classe, apresento-lhe os meus votos de felicidade pessoal e subscrevo-me atenciosamente, o amigo agradecido.

Helder de Aquino .

Ponte Nova, 8 de agôsto de 1944."

O AÇÚCAR NO COMÉRCIO DE APÓS GUERRA

Noticia o "Journal of Commerce", de Nova York, que, segundo dados estatísticos recentes, a produção mundial de açúcar levará vários anos para suprir a procura potencial dos mercados, mesmo que a guerra na Europa termine dentro em breve. A seguir o leitor encontrará detalhes sôbre o assunto.

Antes da guerra, a produção mundial de açúcar atingia cêrca de 30 milhões de toneladas anuais. Esta cifra corresponde aproximadamente ao consumo dêsse produto no período 1938/1939, sendo que a Europa nessa época produziu cêrca de um terço do total. Acredita-se que a indústria açucareira da Europa foi reduzida de 50% do que era antes da guerra, tanto com relação às fábricas, como a produção. Além disto, Java e as Filipinas que, juntamente, constituíam uma fonte produtora de 2.500.000 toneladas anuais, ficarão eliminadas durante muitos anos ainda, pois se acredita que tôdas as suas fábricas foram desmontadas e remetidas para o Japão.

Avaliando-se em 5 milhões de toneladas a perda da produção européia (que montava ao total de 10 milhões); em 2.500.000 toneladas a perda de Java e das Filipinas; e em outros dois e meio milhões o decréscimo das reservas, chega-se à conclusão de que, quando se abrirem novamente os mercados europeus, os estoques de açúcar serão menores que os de 1939 em, pelo menos, 10 milhões de toneladas.

Uma vez terminada a guerra, a falta de poder aquisitivo na Europa reduzirá ao mínimo o consumo, e é de se esperar que, embora as Nações Unidas forneçam o açúcar indispensável para os casos de socorro, a quantidade total dêsse açúcar será relativamente pequena.

Espera-se, portanto, uma falta de açúcar, devendo êste produto continuar sob contrôle por parte dos govêrnos norte-americano e inglês.

Tudo indica que a situação atual seja uma repetição da que se constatou em seguida à guerra de 1914/18. Hoje, como naquele período, a produção européia cessou, e só depois de vários anos retomará seu desenvolvimento normal.

A restauração da produção européia de beterraba, na opinião de técnicos nesse assunto, levará também algum tempo. O elemento tempo e o rendimento das colheitas constituirão também fatores decisivos. A beterraba é plantada na Europa nos meses de abril e maio. Assim, se a guerra terminasse, por exemplo, em novembro, sòmente dezoito meses depois se poderia esperar uma produção razoável. Por outro lado, se a guerra na Europa terminasse em abril de 1945, haveria dois anos de espera, uma vez que nessa data seria tarde demais para se organizar a produção, com os preparativos necessários, como sementes, adubos e combustíveis, mesmo não se levando em conta a substituição da maquinaria existente. Ainque a guerra terminasse a tempo de se organizar as plantações para abril, poderia sobrevir a dúvida de se, por exemplo, as batatas não seriam mais úteis que as beterrabas, e nesse caso, não deveriam merecer preferência.

Os responsáveis pela Comisão de Projetos da UNRRA calcularam que, para manter regime mínimo de duas mil calorias por dia, a Europa precisará de 8 a 9 milhões de toneladas de alimentos por ano durante os dois anos subseqüentes à derrota da Alemanha. Dêste total, a quantidade de açúcar será de apenas 400.000 toneladas, exclusivamente para as áreas devastadas. A Inglaterra e outros países em situação de comprar constituirão um mercado bastante vasto para absorver a produção integral dos estabelecimentos açucareiros existentes.

A situação dos Estados Unidos em face do mercado mundial de açúcar será melhor do que a da Europa, principalmente porque Cuba fica apenas a noventa milhas das costas da Flórida. O fato de os Estados Unidos se terem comprometido a exportar açúcar para a Europa, entretanto, dificulta em parte a situação doméstica e acredita-se que as condições existentes no ano de 1944 sejam mantidas durante mais alguns anos.

Em 1.º de janeiro do corrente ano, a quantidade de açúcar disponível nos Estados Unidos era de 3.026.000 toneladas, estando 675.000 toneladas em Cuba, 233.000 em Pôrto Rico, 330.000 em São Domingos, 10.000 no Havaí e 32.000 toneladas no Haití A produção dêsses países para o ano de 1944, que será adquirida pelos Estados Unidos, foi avaliada em 8.275.000 toneladas, distribudas da seguinte maneira: Cuba, 4.400.000 toneladas; Pôrto Rico, 700.000; São Domingos, 500.000; Havaí, 55.000; cana produzida nos Estados Unidos, 550.000; diversos, 100.000. Incluindo-se os "estoques" existentes e a produção prevista para 1944, terão os Estados Unidos um total de 11.301.000 toneladas.

A cifra prevista para o consumo doméstico norte-americano será de 8.500.000 toneladas, sendo 6.529.000 para o consumo da população civil. Além disto, ainda do total de 11.301.000 toneladas, 500.000 aproximadamente são destinadas à Rússia pelo Sistema de Empréstimo e Arrendamento, e outras 700.000 irão para o Reino Unido e o Canadá.

("Boletim do Conselho Federal de Comércio Exterior", ano VII, n.º 8, agôsto de 1944.)

PROBLEMAS DO MERCADO DE AÇÚCAR DOS ESTADOS UNIDOS

A "Folha da Manhã", de São Paulo, número de 6 de setembro findo, transcreve do "Boletim americano", sob o título acima, o trabalho que a seguir publicamos:

"Anuncia-se em Nova York que o govêrno norte-americano entrará breve em negociações com o govêrno cubano para a aquisição da safra de açúcar cubano de 1945. Os produtores cubanos, entretanto, segundo se lê numa notícia publicada pelo Boletim Americano do Escritório de Propaganda e Expansão Comercial do Brasil em Nova York, lutarão firmemente pela obtenção de um preço mais alto para seu produto.

Os Estados Unidos têm comprado as safras de açúcar de Cuba desde 1942 ao preço de 2 centavos e 65 centésimos (moeda norte-americana) por libra-pêso, F.O.B., resistindo sempre à pressão dos produtores para mais alto preço com o argumento de que êsse preço determinaria a elevação dos preços-limite do açúcar consumido na própria ilha de Cuba.

Nos círculos comerciais de Nova York comenta-se com interêsse a próxima chegada, a Washington, de uma comisão cubana para negociar o assunto. Tais negociações serão observadas de perto por outros países das Antilhas que produzem açúcar, principalmente a República Dominicana.

Acentue-se, a propósito, que o govêrno britânico adquiriu as safras de 1945 e 1946 de açúcar da República Dominicana, tendo pago preços que correspondem aos que os Estados Unidos pagam a Cuba.

Dados estatísticos mostram que Cuba produziu, em 1944, 5.650.000 toneladas inglêsas de açúcar — e que êsse total representa aumento sensível sôbre os totais de 1943 (3.225.000 toneladas) e de 1942 (4.500.000 toneladas). Sôbre a safra de 1945 terá efeito uma série de condições adversas, entre elas o mau tempo e também a redução do plantio da cana, que alguns observadores atribuem ao fato de não terem os produtores perspectiva de obtenção de preço mais alto para seu artigo.

Lembra-se, em Nova York, a propósito da situação da próxima safra cubana, no que toca a preços, que o Peru vendeu, em julho último, açúcar a outras nações sul-americanas na base de 3 centavos e 63 centésimos (moeda norte-americana) por libra pêso F.O.B.

Ainda a propósito do mercado norte-americano de açúcar, convém aqui focalizar um dos recentes editoriais, a respeito, do "Journal of Commerce" de Nova York. Diz êsse diário que o fim da guerra não terá como conseqüência o imediato desafôgo da atual situação mundial de escassez de açúcar; e que, pelo contrário, tudo indica que a situação de escassez e de difícil absatecimento continuará por diversos anos, já que será necessário despender tempo apreciável para a reconstrução das indústrias açucareiras, destruídas da Europa, inclusive da Rússia, bem como de Java e das Filipinas.

Antes da guerra, a produção mundial de açúcar ia a aproximadamente 30 milhões de toneladas anuais. Dêsse total, a Europa produzia cêrca de 10 milhões de toneladas mas mesmo êsse importante total representava um "deficit" de 3 milhões de toneladas em relação às exigências do consumo europeu.

Calcula-se que cêrca da metade da capacidade produtora da Europa foi temporàriamente destruída pela guerra. A produção de Java e das Filipinas, antes da guerra, controlada com o objetivo de se evitarem manobras dos industriais, atingia ao total anual de 2.500.000 toneladas. Os técnicos admitem que é possível que grande parte do equipamento açucareiro de Java e das Filipinas tenha escapado intacto dos primeiros efeitos da guerra; mas não crêem que seja possível dizer o mesmo em relação aos efeitos da expulsão dos japonêses de tais zonas.

A produção total de açúcar do Hemisfério Ocidental, antes da guerra, atingia a 10 milhões de toneladas anuais — mas êsse total deve também ter decrescido.

Os estoques a que os Estados Unidos tinham acesso viram-se reduzidos, e consideràvelmente, como resultado da guerra. A perda inicial, e a mais pesada, foi a eliminação do fornecimento de um milhão de toneladas das Filipinas. Além disso, a produção norte-americana de açúcar de beterraba diminuiu em 1943, de 700.000 toneladas. E a produção de Pôrto Rico sofreu um decréscimo de 250.000 toneladas. Mais ainda, os Estados Unidos estão agora exportando anualmente, pelo sistema de Empréstimo e Arrendamento, cêrca de 700.000 toneladas — e antes da guerra, as exportações norte-americanas de açúcar eram relativamente insignificantes.

A produção de Cuba foi grandemente propulsionada, para suprimento das necessidades dos Estados Unidos: e aquêle país produziu, nos três últimos anos, mais de 13 milhões de toneladas. Em cada safra cubana, entretanto, cêrca de um milhão de toneladas foram desviadas para produção de álcool industrial.

O editorial que aqui resumimos vê com pessimismo a situação de desequilíbrio do mercado mundial de açúcar — e acredita que será necessário um tempo considerável para a reparação dos prejuízos causados pela guerra à indústria açucareira. Nesse período de reconstrução, os mercados mundiais se defrontarão com uma corrida aos estoques disponíveis, principalmente depois que a Europa se encontrar em posição de solicitar abastecimento aos países fornecedores. Essa volta da Europa à concorrência internacional determinará uma pressão poderosa sôbre os atuais preços limi-

te em vigor, e surge imediatamente esta pergunta: poderão os Estados Unidos e a Inglaterra, em ação cooperativa, manter os preços-limite em sua escala atual?

Tais são os problemas do mercado norte-americano e internacional do açúcar: e as preocupações dos técnicos têm fundamentos ponderáveis, perfeitamente dignos do estudo dos grandes países produtores do açúcar, entre os quais se encontra o Brasil".

PRODUÇÃO DE FERMENTO DE AÇUCAR

O "Public Ledger", de 29 de julho passado, publicou um comentário sôbre um relatório feito pela "Colonial Food Yeast, Ltd.", organização oficial que trabalha sob os auspícios do "Colonial Office", da Inglaterra, a respeito do progresso nas pesquisas e produção de fermento de açúcar.

O coronel Stanley, Secretário para as Colônias, no prefácio, declarou ter ficado impressionado com o valor potencial do esquema, não só como um meio de diversificar o uso do açúcar, mas também por causa da importância do fermento para a dieta dos povos coloniais e por permitir que aumente sua contribuição às necessidades da guerra e do período que a ela se suceder. Na introdução o relatório esclarece que o projeto é um dos resultados provenientes da aplicação sistemática de métodos científicos na solução dos problemas econômicos e sociais das Colônias, incluindo, naturalmente, saúde e nutrição.

A experiência dos primeiros anos de guerra deu um grande ímpeto à procura de usos alternativos para matérias primas coloniais, muitas das quais tinham sido isoladas de seus mercados normais. O açúcar, naturalmente, pela sua grande importância e vasto cultivo atraiu a atenção dos estudiosos, embora no momento não sofresse de excesso de produção. Entretanto é provável que daqui a alguns anos voltem a imperar as condições em vigor durante os anos entre as duas guerras, em que a produção mundial excedia de muito o consumo. Daí o interêsse permanente em acharse empregos diversificados para o açúcar. Por outro lado, a produção de levedura por meio da fermentação e o seu valor alimentício, conhecidos há longo tempo, estavam a exigir novos métodos de produção mais rendosos e permitindo, desta forma, a produção de um valioso gênero alimentício a custo realmente baixo. Essas duas considerações, uma de ordem econômica, outra de ordem alimentar, contribuíram para incentivar a pesquisa de métodos de produção de fermentos de açúcar para o consumo humano.

Quando o Ministério da Alimentação criou a "Food Yeast Co. Ltd", a sua intenção era produzir a levedura tanto naquele país como nas Colônias. Subseqüentes dificuldades de transporte marítimo causaram a desistência da primeira parte do projeto. Restava a parte relativa à sua produção nas Colônias, e o "Colonial Office" passou então a interessar-se pelo projeto e decidiu financiar sua produção começando primeiramente pela Jamaica.

CRÔNICA AÇUCAREIRA INTERNACIONAL

AFRICA DO SUL

A safra açucareira de 1942-43, segundo o relatório dos Srs. H. H. Dodds e J. L. Du Toit, atingiu cifras animadoras, superiores às do ano agrícola anterior, embora não chegassem ao nível dos recordes registrados em 1939-40 e 1940-41. A produção de cana em 42-43 se elevou a 4.704.430 toneladas curtas e a de açúcar a 524.975 toneladas, números que se comparam com os de 3.926.436 e 452.119 toneladas, respectivamente de cana e açúcar, na safra de 41-42. A maior produção de açúcar foi obtida em 1939-40, com 595.556 toneladas curtas. O rendimento de açúcar na safra em aprêço foi de 11,16 por cento sôbre o pêso da cana.

As percentagens de cana cultivadas em 1942-43 foram estas: Co 281, 52,4; Co 290, 19,1; Uba, 11,1; Co 301, 10,6; POJ 2725 e 2878, 6,8. Nas últimas cinco safras, Co 281 vem aumentando constantemente, enquanto Uba declina. As variedades POJ e Co 290 vêm também declinando. O cultivo de Co 281 vem se generalizando a ponto que atualmente nenhuma fábrica mói menos de 37 por cento dessa variedade.

ANTILHAS BRITANICAS

A produção de açúcar na safra 1943-44 é estimada em 539.080 toneladas, assim divididas: Barbados, 107.000; Jamaica, 154.935; Ilhas de Sotavento, 52.000; Trinidad, 85.600; Ilhas de Barlavento, 7.350; Guiana Inglêsa, 130.745; Honduras Britânica, 1.400. Barbados produziu ainda cêrca de 20.500 toneladas de melaços.

O Ministério da Alimentação da Inglaterra, por intermédio da Divisão de Açúcar, concordou em comprar às Antilhas Britânicas até o fim de 1946 uma quantidade de açúcar que se estima em 771.000 toneladas.

ARGENTINA

Segundo informa "La Industria Azucarera", registraram-se na Argentina, no mês de julho, temperaturas muito baixas. O mínimo foi de cinco graus abaixo de zero, observado na usina San Ramón, Villa Quinteros.

Na zona agrícola de Tucuman, registraram-se nevadas intensas, principalmente na noite de 9 e pela manhã de 10 daquele mês. As plantações de cana, todavia, não sofreram graves danos, o mesmo acontecendo com as demais culturas.

CUBA

No número de 29 de junho do "Weekly Statistical Sugar Trade Journal", os Srs. Luis G. Mendoza, de Havana, escrevem:

"As negociações para a venda da próxima safra de 1945 constituem matéria de constantes debates. Figuras proeminentes do mundo açucareiro, inclusive o senador Casanova e os Drs. Viriato Guttierrez e Rodolfo Rebull, já se manifestaram a respeito. Nós mesmos, já temos escrito várias vêzes sôbre o assunto. Pouco se pode acrescentar, portanto, ao que até agora se disse e se escreveu. Convém, no entanto, fazer um resumo dessas opiniões altamente qualificadas, pois assim se terá um programa de ação, que, a nosso ver, é bom. A nossa versão dêsse programa é a seguinte:

1 — Cuba deve preparar um plano bem definido, antes de inciar as negociações para a venda da safra.

2 — As negociações devem começar tão logo que o plano tenha sido concluído. Dentro de dois meses será demasiado tarde para plantar cana em volume suficiente para uma produção substancial em 1946. O único incentivo é um aumento substancial do preço — e assegurado em tempo.

3 — Tanto o preparo do plano como as negociações devem ser confiados a uma comissão especial, composta de industriais e agricultores, escolhidos pelas respectivas associações de classe e em número igual. As comissões oficiais, quando encarregadas de negociações dessa natureza, são em geral prejudicadas pelas limitações protocolares e usos diplomáticos.

4 — Quaisquer decisões preliminares a que chegar a comissão devem ser submetidas à aprovaçao da atual administração e à do presidente eleito Ramon Grau. Sôbre êsse procedimento nada se deve temer do govêrno Batista, que repetidas vêzes manifestou a sua intenção de tudo facilitar ao seu sucessor.

5 — O primeiro objetivo de Cuba deve ser o de conseguir dos Estados Unidos razoáveis seguranças de que, nos próximos dois ou três anos, comprará a sua produção total de açúcar e melaços finais, depois de atendidas as outras necessidades. Cuba deve reservar-se o direito de dispor de pelo menos 10 por cento do açúcar e 20 por cento dos melaços finais para exportá-los para outros países, independentemente da produção destinada aos Estados Unidos e às necessidades da lei de empréstimo e arrendamento.

6 — O novo preço deve ser mais alto que o atual em 75 pontos pelo menos. Como já tivemos ocasião de demonstrar não há necessidade de subsídios ou de alterações no "ceiling" para pagar a Cuba êsse preço mais elevado. Basta que sejam entregues aos produtores cubanos os 75 cêntimos por 100 libras que a Commodity Credit Corporation cobra dos refinadores norte-americanos em lugar da tarifa, temporàriamente suspensa.

7 — O preço a que por êsse meio se chegue valerá apenas na próxima safra. Nas safras seguintes êle deverá ser considerado como uma espécie de preço base, que não deve interferir de maneira alguma com o direito de Cuba de participar integralmente em qualquer aumento que se verifique nos Estados Unidos.

8 — Uma vez que Cuba não pode designar os portos de embarque, as diferenças de preços de frete das usinas para os portos que não sejam os seus escoadouros naturais devem continuar por conta do comprador.

9 — Os acordos vigentes sôbre a manutenção de preços de artigos que os Estados Unidos exportam para Cuba devem ser renovados e tornados extensivos a outras mercadorias de alto consumo neste país, sujeitos apenas à revisão para mais proporcional e contingente à elevação dos preços do açúcar cubano.

10 — Se os Estados Unidos desejam manter o alto nível de produção de Cuba, deve conceder-nos prioridades para adubos e equipamentos destinados à irrigação. De outro modo a safra cubana de 1946 será inferior em um milhão de toneladas pelo menos à safra atual.

11 — Aceitas as exigências de Cuba, os representantes dos trabalhadores devem ser consultados sôbre os salários a serem pagos, na conformidade dos preços do açúcar. Nenhum acôrdo para venda antecipada da safra deve ser feito, antes que se chegue a um entendimento com os trabalhadores sôbre a questão dos salários. Afinal, o interêsse dos trabalhadores na indústria açucareira cubana equivale a uma sociedade com os usineiros, plantadores de cana e com o Tesouro.

12 — A lei de coordenação açucareira deve ser revista e possìvelmente alterada imediatamente, examinando-se a lei na sua completa estrutura e não em aspectos isolados.

Seja na forma aqui esboçada ou em outra, êste plano deve fornecer as bases para um acôrdo permanente com os Estados Unidos, que certamente o considerarão razoável e inspirado no desejo de cooperação de todos os elementos da indústria açucareira cubana, o que é indispensável para uma paz interna permanente.

ESTADOS UNIDOS

Sôbre os suprimentos e a procura de açúcar em 1944, "Sugar" escreve no seu número de junho:

"As estimativas a respeito dos suprimentos de açúcar disponíveis para atender às necessidades dos Estados Unidos e satisfazer os seus compromissos para com as Nações Unidas têm sido revistas desde o princípio do ano e sempre para mais. Essas modificações resultaram principalmente da maior produção cubana, que agora se espera atinja a 5.600.000 toneladas curtas, valor bruto. Em outras áreas que normalmente contribuem para o suprimento não se antecipa nenhum aumento substancial sôbre 1943 e em algumas espera-se redução. Em vista da maior produção de Cuba, espera-se que o suprimento combinado das safras correntes seja um pouco maior que o de 1943.

Isso, todavia, não conseguiu disipar as incertezas relativas à procura e conseqüentemente às possibilidades de maior ração para o consumidor norte-americano. Em maio, confirmaram-se os rumores, que circulavam desde dois meses, de um aumento nas quotas dos consumidores industriais, com a declaração de que êstes podiam adquirir até 80 por cento das quantidades de açúcar que haviam consumido em 1941. A quota dos industriais fôra reduzida em 1 de abril último a 70 por cento para o segundo trimestre dêste ano e o recente aumento foi concedido com fôrça retroativa até aquela data. Ficou assim anulada a redução anteriormente feita e o que se pode esperar é que a presente quota seja mantida até o fim dêste ano. Por outro lado, foram feitas declarações bastante claras sôbre o consumo doméstico, indicando-se que não há possibilidades de se relaxarem as restrições que pesam sôbre êle. Procuram os funcionários da OPA justificar essa posição, alegando que houve uma queda de 600 mil toneladas nos estoques disponíveis durante o primeiro trimestre dêste ano, não obstante os maiores volumes de açúcar recebidos do estrangeiro. A explicação é conhecida e velha: é necessário acumular estoques, antes que se permita uma distribuição mais abundante através dos canais do comércio retalhista. Nas últimas semanas têm chegado várias partidas de açúcar e parece não haver escassez de transporte para o produto. Essa melhoria serviu para justificar o aumento das quotas dos produtores de gêneros alimentícios, mas não foi considerada suficiente para justificar um tratamento mais liberal dos consumidores particulares. Todos concordam em que, quando se torna possível aumentar a distribuição interna, o primeiro passo consiste em favorecer os consumidores industriais. A escassez de açúcar para balas, doces, leite condensado, bebidas, sorvete e outros produtos tem prejudicado sèriamente as operações dessas indústrias, enquanto a procura de alimentos que contêm açúcar continua alta. Considera-se da primeira importância remover essa situação, afim de se criar para essas indústrias condições de trabalho mais aproximadas das suas atividades normais.

Uma das razões que sem dúvida explicam a hesitação dos funcioná;rios da OPA em alterar os regulamentos vigentes está na possibilidade de excederem as espectativas originais as necessidades das fôrças armadas, da lei de empréstimo e arrendamento e os embarques diretos de açúcar de São Domingos e Cuba para outros países. Não se conhecem estatísticas exatas sôbre os fornecimentos de açúcar às fôrças armadas; sabe-se, porém, que êsses fornecimentos se elevaram, no ano passado, a um milhão de toneladas, acreditando-se que êste ano serão acrescidos de 25 por cento. As compras para a lei de empréstimo e arrendamento aumentaram recentemente e as necessidades da UNRRA continuam a ser uma quantidade desconhecida. Presume-se que as necessidades britânicas, que em geral são atendidas pelas mesmas fontes que atendem aos Estados Unidos, podem ser menores êste ano do que foram em 1943, em vista dos estoques acumulados na Inglaterra e nos Domínios. O interêsse que a Inglaterra manifestou, há pouco, pelos açúcares de São Domingos e Cuba indica que as necessidades dêsse país não acusam diminuição, o que se explica pelo fato de uma grande parte das reservas britânicas estar destinada à transformação em álcool.

A questão do álcool é talvez o principal dos elementos que estão contribuindo para tornar incerto o problema da distribuição da produção açucareira desta safra. Em Washington foram feitas declarações relativas à procura e ao suprimento estimado de álcool para o ano corrente e essas declarações trouxeram confusão devido às

diferenças das cifras dadas em várias oportunidades. A situação complicou-se ainda mais pelo entrechoque de fatores contraditórios que influem nesse problema. Quando os distiladores tiveram ordem para cessar a fabricação de álcool para a indústria de bebidas, a medida foi explicada pela possibilidade de ser interrompido o fornecimento de melaços com que se contava. A escassez de cereais, que ainda persiste, e o aproveitamento de milhões de sacos de trigo na produção de álcool resultaram na falta de alimento para o gado, tornando-se difícil a engorda e apressando-se o corte. Nada obstante, continuou-se a exaurir as reservas de cereais do país, depois que os submarinos inimigos deixaram de constituir uma ameaça para a navegação. Quando, afinal, as autoridades encarregadas do contrôle do álcool se lembraram que era possível voltar a empregar os melaços como matéria prima, chegou-se a um acôrdo com o govêrno cubano, em virtude do qual o equivalente a 800 mil toneladas de açúcar da safra corrente deveriam ser utilizadas nas produção de álcool industrial e mais 200 mil toneladas de açúcar adquiridas pelos Estados Unidos foram destinadas para o mesmo fim como reserva de emergência. Segundo as cifras publicadas faz algum tempo, as necessidades de alcool para fabricação de munições e de borracha sintética neste ano são antecipadas em 636 milhões de galões contra uma produção estimada em 611 milhões de galões, podendo ser suprida a diferença com o estoque existente de 89 milhões de galões. Mais recentemente divulgou-se que a WPB está interessada em aumentar o suprimento de álcool e se acha em discussão um projeto no sentido de adquirir a matéria prima que Cuba reservou para fabricação de álcool-motor para consumo interno, fornecendo-se em compensação ao mesmo país 25 milhões de galões de gasolina.

Levando-se em conta as necessidades acrescidas dos Estados Unidos e dos seus aliados, resultantes direta ou indiretamente da guerra, parece que a procura de açúcar êste ano se elevará a 9 milhões de toneladas ou mais, incluindo a parte destinada a álcool e sem aumento das rações destinadas à população civil, devendo no fim do ano existir um remanescente de 3 milhões de toneladas. A despeito da falta de medidas para o aumento da produção de açúcar no território continental e nas ilhas, a circunstância fortuita de uma grande safra em Cuba evitou que a escassez se manifestasse mais agudamente".

MADEIRA

A produção de açúcar na ilha da Madeira no ano agrícola que se encerrou em 31 de agôsto de 1943 foi de 3.175 toneladas métricas, cifra normal. A produção dêste ano, segundo os cálculos dos círculos interessados locais, será aproximadamente a mesma. A exportação de açúcar está proibida, com exceção para a parte destinada a Lisboa. Em 1943, o consumo local absorveu tôda a produção, não havendo por isso movimento de exportação. Acredita-se que êste ano acontecerá o mesmo.

PERU

Estima-se em 66.000 toneladas curtas a produção de açúcar no Peru, durante o primeiro trimestre dêste ano.

As condições de tempo e de suprimento de água foram satisfatórias, mas a falta de braços e escassez de fertilizantes prejudicaram a lavoura.

O consumo interno no mesmo período foi de 38.000 toneladas curtas contra 34.000 nos três meses iniciais de 1943. Em 1 de abril, os estoques eram de 55.000 toneladas. Considerando, porém, a pequena produção nesse mês e as vendas já realizadas para o Chile, Equador, Bolívia e outros mercados, os exportadores indicam que naquela data não havia estoques disponíveis.

SALVADOR

A produção de açúcar na safra que se encerrou em 31 de agôsto de 1943 elevou-se a 50.000 toneladas curtas, aproximadamente, das quais 20.630 foram de branco refinado e o restante de "panela", um tipo de açúcar bruto semelhante à rapadura. Acredita-se que a produção de 43-44 será idêntica.

O consumo interno, durante o ano civil de 1943, foi de 12.100 toneladas curtas, um pouco mais alto que a quota original de 225.000 quintais (um quintal espanhol equivale a 101.4 libras). No ano passado, as exportações de açúcar foram de 12.300 toneladas, cifra que se compara com a de 3.500 toneladas exportadas em 1942.

A quota destinada ao consumo interno foi elevada êste ano para 300.000 quintais e dessa forma a exportação deverá ser menor, não se elevando a mais de 6.000 toneladas. Nos fins de 1943, os estoques estavam completamente esgotados e os preços atingiram níveis jamais registrados. No princípio do corrente ano, o govêrno resolveu permitir aos fabricantes de álcool o emprêgo de melaços, o que estava proibido.

TURQUIA

A produção de açúcar em 1943 atingiu a cifra recorde de 96.417 toneladas métricas, que se comparam com 57.308 toneladas produzidas em 1942.

O govêrno turco decidiu construir mais quatro fábricas de açúcar, depois do que o país estará em condições de suprir as suas próprias necessidades e até exportar algum açúcar.

Duas das novas fábricas serão localizadas em Afyon Karahisar e trabalharão com beterraba e as outras duas nos distritos de Adana e Silifke e trabalharão com cana. Sabe-se que o cultivo nestas duas regiões produz resultados satisfatórios, tendo sido importadas dos Estados Unidos diversas variedades.

UNIÃO SOVIETICA

A restauração da indústria açucareira de beterraba na região sudoeste da União Soviética (Ucraina) está fazendo rápido progresso, desde que a mesma foi libertada da ocupação germâni-

DEFESA VIRIL DA INDÚSTRIA AÇUCAREIRA

Dr. Viriato Gutierrez Valladón
(Ex-Presidente do Instituto Cubano de Estabilização do Açúcar)

O Dr. Rodolfo Rebull Lopez, Presidente da Companhia Parques S. A., proprietária da Central Parque, submeteu à consideração da Junta Geral Ordinária da Associação Nacional de Usineiros de Cuba, celebrada no dia 19 de maio último, uma importante moção, que foi aprovada e na qual se propõe que os usineiros recobrem o absoluto domínio sôbre as suas propriedades, de acôrdo com os direitos que lhes assegura a Constituição, para dispor dos produtos da sua indústria, sem que estejam submetidos ao arbítrio de funcionários administrativos oficiais, que vêm regendo os seus interêsses ante a fraqueza dos mesmos. Para estudar a forma de pôr em prática o acôrdo mencionado da junta geral da Associação de Usineiros, o Comité Executivo desta reuniu-se, em 15 de junho, resolvendo-se apresentar à assembléia geral de associados, a ser convocada em caráter extraordinário, um comunicado sôbre a matéria. Dada a grande importância da moção e do acôrdo aludido, pareceu-nos oportuno ouvir a opinião do Dr. Viriato Gutierrez Valladón, ex-Presidente do Instituto Cubano de Estabilização do Açúcar e co-proprietário do grupo de usinas "Falla Gutierrez", integrado pelas centrais Andreita, Damuji, Manuelita, Adelaida e Patria.

Evidentemente o "Diário da Marinha" prestou um grande serviço ao país, divulgando a importante entrevista que obteve do Sr. Earl B. Wilson, representante da Commodity Credit Corporation.

As declarações do Sr. Wilson, de gravíssimas conseqüências para a economia nacional em vista dos seus desalentadores pronunciamentos para a indústria básica açucareira, provocaram uma reação de legítima defesa em tôdas as fôrças trabalhadoras e criadoras. E, como conseqüência dessa reação, acaba de produzir-se o mais importante acôrdo a que jamais chegaram os usineiros cubanos. Com efeito, na junta geral da Associação Nacional de Usineiros de Cuba — na qual está representada tôda a indústria — celebrada no dia 19 de maio, por proposta do Dr. Rodolfo Rebull y Lopez, foram adotadas medidas que se fôrem postas em prática com habilidade e firmeza, como certamente o serão, produzirão resultados benéficos para a indústria em particular e para a nação em geral.

A moção aprovada augura uma nova época para a indústria açucareira, porquanto anuncia uma política viril dos indutriais, a qual tende a afastar-se das velhas práticas fatais em suas conseqüências, de deixar fazer, e por fôrça das quais o manejo e a quase direção da indústria passou para outras mãos, não às mãos dos usineiros.

E' o seguinte o acôrdo, conforme foi publicado na imprensa diária :

Primeiro — Que se declare pùblicamente por intermédio do Sr. Presidente da Associação que se deverá receber com as devidas reservas tôda e qualquer opinião que se emita sôbre as futuras condições de venda e de produção do nosso açúcar, sem a prévia aprovação dêsse organismo.

Segundo — Que se designe uma comissão integrada por cinco membros dessa associação, a qual, depois de estudar a alta do custo de produção, transporte, nível de vida, etc., em relação com a nossa indústria, indique o preço que exigem aquelas condições para venda de açúcar e méis, dando-se à mesma um prazo de 45 dias para submeter as suas deliberações à Junta geral extraordinária.

Terceiro — Que se torne pública por esta Associação a necessidade em que se encontra a nossa indústria e, por conseqüência, o nosso país, de que se obtenha das Nações Unidas a garantia formal e solene, desde agora, de manter no mercado mundial de após-guerra uma situação que permita a manutenção e subsistência da mesma, dada a sua condição de produtora natural dêsse artigo e como prêmio à sua cooperação à causa aliada.

Quarto — Os usineiros de Cuba declaram: Que daqui por diante exercitarão os direitos que a Constituição lhes garante sôbre as suas propriedades e, em consequência passarão a vender diretamente os produtos tanto de açúcar como de méis que elaborem em suas fábricas e que lhes pertençam segundo os contratos vigentes e que no exercício dêsse direito livremente acordam em proceder da seguinte maneira: a) reservar para oferecer aos govêrnos dos Estados Unidos e da Inglaterra pelo menos 80 por cento das suas produções; b) o mecanismo das vendas que se façam aos Estados Unidos e à Inglaterra será confiado pelos industriais ao Instituto Cubano de Estabilização

---

ca, segundo relatos recebidos pelo Departamento do Comércio em Washington. Anuncia-se que tôdas as fazendas coletivas e 90 tratores foram restaurados na província de Kiev desde a libertação. Em 1941 aquela província tinha 150.000 hectares (cêrca de 370.000 acres) cultivados com açúcar de beterraba e a renda média era de 145.2 quintais por hectare (13 toneladas curtas por acre). Em 1942, sob a dominação alemã, a área cultivada reduziu-se à metade e a renda média era apenas de 75 quintais por hectare, segundo a imprensa moscovita.

de Açúcar ao qual se comprometem a conferir os poderes necessários; c) o remanescente das suas produções será vendido livremente para o consumo interno ou será exportado para outros países e essas operações os usineiros as praticam diretamente; d) comunicar êsses acordos ao govêrno cubano e informar oficialmente pelos canais competentes os agentes dos governos dos Estados Unidos e da Inglaterra, que se ocupam das compras de açúcar por conta dos referidos países e também as suas representações diplomáticas.

Os pontos essenciais do acôrdo podem ser resumidos nos dois seguintes: a) os usineiros querem dirigir os seus próprios interêsses; b) os usineiros estimam que os sacrifícios já feitos e os que se dispõem ainda a fazer como contribuição à guerra, deixem de ser atos de caráter unilateral e se convertam em causa de compensações relativas.

Com êsses dois postulados por lema e com uma decidida vontade de chegar a entendimentos satisfatórios para todos, não duvidamos que os industriais e os colonos terão melhoradas as suas condições presentes, ao mesmo tempo que perspectivas de um futuro razoável.

A questão está em comecar e já parece que começamos a agir como cidadãos conscientes.

Ao que sei a moção contou com o apôio entusiasta dos membros mais ativos e destacados da Associação, a começar pelo seu Presidente, o que, sem dúvida, é uma garantia de êxito.

Considerada em conjunto, a moção é um documento equilibrado, de vez que não investe contra organismos nacionais ou estrangeiros nem contra pessoas, nem faz críticas quase sempre infecundas. Por outra parte aspira a que o Instituto de Estabilização desenvolva na prática os convênios que os usineiros estipulem por si mesmos. Tudo isso é construtivo e muito sensato.

Assentadas essas premissas básicas, cumpre começar a trabalhar imediatamente, afim de que se possa dar forma tangível à política que desejamos desenvolver. Em conseqüência, devemos estar preparados para precisar, no momento oportuno, o que pedimos em troca do que oferecemos.

E' indispensável fazer agora um estudo da política açucareira seguida pelos usineiros cubanos durante a primeira grande guerra e das conseqüências dela resultantes para que se possa reunir experiências em que se baseie a nossa política atual.

Na guerra passada, com sacrifícios reais e em benefício dos aliados de então, vendemos duas safras por preço mais baixo que os vigorantes (o preço médio do ano de 1917 foi de 5,34 centavos a libra, custo e frete Nova York, e Cuba vendeu a sua safra de 1918 ao govêrno dos Estados Unidos a 4,98 centavos, custo e frete Nova York, que equivalia então a 4,60 centavos a libra, livre a bordo, Cuba; e vendeu depois a sua safra de 1919 ao preço de 5,50 centavos a libra, livre nos portos cubanos) : oferecemos uma terceira safra que, embora os preços não se precisassem, implicava em novos sacrifícios, de tal maneira que, quando foi desprezada a nossa generosa oferta e foram encerradas as negociações, os preços mundiais subiram verticalmente a cifras fabulosas. Todavia, em nenhum momento, se cuidou de realizar uma política verdadeira, capaz de nos assegurar, nos anos seguintes à guerra, uma justa compensação aos nossos sacrifícios nos momentos de dificuldades.

Todo mundo sabe o que veio depois: o deslocamento sistemático do açúcar de Cuba dos seus mercados naturais, graças à ação pouco generosa dos governos e produtores de muitos países.

Pois bem: nas negociações para a compra das três safras até agora adquiridas a Cuba, voltou-se a cometer o mesmo êrro elementar — mais agravado. Enormes sacrifícios nos preços e na produção foram impostos aos usineiros — não por sua vontade — e não se ofereceu, em justa compensação, uma política protetora para muitos anos.

Essa situacão não pode perdurar. O exemplo do passado é tão triste que nenhum estadista consciente se negaria a corrigí-lo, se assim o reclamam as circunstâncias.

Com maior intensidade do que ao fim da guerra passada, o que se oferece agora é um panorama de falta de açúcar durante muitos anos. Na guerra de 14, Cuba, com o aumento considerável da sua produção, pôde enfrentar a procura até que as zonas produtoras afetadas pela guerra se refizessem. Atualmente, o caso é diferente. Cuba não instalou uma única usina, o mesmo acontecendo no resto do mundo. Pode-se prever uma grande procura, ao mesmo tempo que muito acúcar deixará de ser produzido em conseqüência da guerra. A essa procura sòmente a produção intensificada de Cuba poderá atender. E a nossa produção potencial de nenhuma maneira ultrapassará a cifra conhecida de 5 milhões de toneladas, que é a capacidade efetiva da nossa indústria.

Nessas condições, é fácil compreender que a posição de Cuba em 1945, e nos anos seguintes, é de uma importância excepcional, jamais igualada no passado. Essa posição coloca os usineiros e colonos cubanos em um momento único de sua vida internacional. Acredito sinceramente que os produtores de Cuba não devem ser indivíduos sem perspectiva, a olhar sòmente para o preço do presente. Ao contrário, sou partidário de uma política larga, endereçada para o futuro. As riquezas que se acumulam com a dor alheia não são fecundas.

Em conclusão: os produtores de Cuba devem oferecer a sua parte de sacrifício no presente — renunciando a preços exagerados e comprometendo-se a fabricar o maior volume de açúcar possível enquanto fôr necessário, em troca de uma participação razoável, durante largo prazo — 15 a 20 anos no mínimo — nos mercados das grandes nações que atualmente dirigem o mundo e que precisam do nosso açúcar: Estados Unidos, Inglaterra, Rússia e até mesmo a China.

À base dessas idéias, seria possível elaborar um sã política açucareira para Cuba, uma política ao mesmo tempo altruística e de positivo auxílio mundial, porquanto evitaria a repetição do fenômeno dos saltos violentos dos preços que assistimos ao finalizar a guerra pasada.

(Traduzido de "Cuba Economica y Financiera".)

Eis como uma esteira ficou mais resistente...
com a CORRENTE LINK-BELT SS-600 K-2 para manter a cana sempre "em movimento"

ANTES:

Esta esteira principal era antigamente equipada com três correntes. O aumento da carga, porém, terminou por ocasionar ruturas. Acrescentou-se uma quarta corrente, mas as pranchas de madeira cederam para o centro, formando dois verdadeiros transportadores no tabuleiro e agüentando dêsse modo tôdas as cargas.

DEPOIS:

Teve-se de substituir a corrente de uma das duas esteiras em funcionamento numa usina. Ao invés de usar 4 correntes, como se vê na foto acima, instalaram-se duas do tipo SS-600 K-2, marca Link-Belt, a mais moderna e mais bem acabada corrente de aço, a mais forte, no seu pêso, já construída para trabalhar em esteira de cana. Estas qualidades excepcionais são a garantia de trabalho seguro, uniforme e dentro de bases econômicas convenientes.

Link-Belt está sempre fabricando correntes mais fortes e melhores para todo e qualquer serviço de transmissão de fôrça e para transportadores. Apresente seus problemas a Link-Belt, fabricantes de correntes desde 1875.

LINK-BELT COMPANY

Engenheiros — Fabricantes — Exportadores — Estabelecidos em 1875
233 Broadway, Nova York (7), N. Y., E. U. A. Enderêço telegráfico: "LINKBELT"

Representantes:

Cia. Importadora de Máquinas, Rua Visconde Inhaúma, 65 - 3.º, Rio de Janeiro
Lion & Cia., Ltda., Rua Brigadeiro Tobias, 475, São Paulo

9596 — A

Os seguintes produtos Link-Belt estão ajudando a manter a produção "em movimento":

Basculadores de cana — Guindastes e Carregadores de cana — Guinchos de tração — Alimentadores e Transportadores — Esteiras intermediárias — Filtros de caldo — Esteiras, alimentadores e comportas de bagaço — Transportadores de rôsca, acessórios e transmissões — Transportadores e empilhadores de sacos — Correntes e rodas dentadas — Redutores de velocidade — Transmissões de velocidade variável—Acoplagem — Mancáis — Tensores — Anéis retentores — Embraiagens — etc. Solicite o Manual de Maquinaria de Usinas nº 1640 (Sugar Factory Equipment Book Nº. 1640).

A INDUSTRÍA AÇUCAREIRA DE CUBA NO SÉCULO XIX

Julio Le Riverend Brusone

Êste ensaio não mostra todos os aspectos da transformação da indústria açucareira cubana durante o século XIX; trata-se tão sòmente de uma pauta de trabalhos, com finalidades de investigação. A história dessa indústria há de ser, com o passar dos tempos, a que explique por que, ao invés de ter ficado como uma simples colônia de plantações, tenha Cuba se constituido numa nacionalidade. Estudamos aqui, em pinceladas largas, a modificação lenta, muitas vezes difícil, dos métodos de fabricação, ocorrida entre 1830 e 1890. É durante êsse período que desaparece paulatinamente o "engenho" para dar lugar à usina ou "central", forma de organização industrial que hoje subsiste (1).

ANTECEDENTES

Antes de 1830, a expansão industrial era só uma questão de quantidade e não de qualidade; o aumento da produção era devido à montagem de novas fábricas e não a aperfeiçoamentos técnicos. (2)

Contudo, alguns adiantamentos técnicos de relativa importância tinham sido introduzidos, os industriais mostravam interêsse crescente pelos problemas de ordem técnica, de modo que o estado geral da indústria era satisfatório. Mesmo os progressos realizados pela produção de açúcar de beterraba não alteravam fundamentalmente o mercado. Não obstante, já se manifestavam alguns daqueles progressos, de modo que os industriais cubanos começaram a ficar inquietos. A máquina a vapor empregada para mover as moendas, única inovação de grande importância antes de 1830, tropeçava com obstáculos que só seriam suplantados em 1860. As moendas eram sumàmente defeituosas, tanto pela sua forma como pela extrema velocidade de suas rotações, que impediam fôsse extraído todo o caldo (garapa) contido nas canas. O resto da aparelhagem (tren) não dava margem a que se aproveitasse todo o açúcar cristalizável dissolvido na garapa. Por outro lado, a economia de tempo e de braços obtida mediante o uso da máquina a vapor era neutralizada pelas perdas, quer de trabalho quer de açúcar, resultantes da ineficiência dos equipamentos e dos métodos de elaboração e cristalização. Enquanto a mão de obra esteve barata, os produtores não cuidaram de melhorar as suas instalações. (3)

A APARELHAGEM JAMAICANA

Aí por volta de 1830, começam as primeiras tentativas de reforma. As atenções estão voltadas para as colônias inglêsas e francesas na esperança de aproveitar seus progressos. Em 1827, o Real Consulado de Agricultura e Comércio de Havana decide enviar a Jamaica dois observadores afim de que ali verifiquem e depois informem sôbre os métodos de cultivo da cana e fabricação de açúcar suscetíveis de aplicação em Cuba. (4)

É assim que viajam para a colônia vizinha Pedro Banduy e Ramón Arozarena. Foi-lhes recomendado "procurar certificar-se do método de fazer açúcar branco sem outro combustível senão o bagaço, sendo êste o principal objetivo de sua viagem, de cujo êxito tanto dependem a prosperidade da Ilha e sua preponderancia nos mercados da Europa. (5)

Finalidade limitadíssima, como se vê, assim mesmo estimulada pela crescente falta de lenha, dada a devastação implacável das florestas. Antes de embarcar, estiveram os delegados em Trinidad, visitando alguns engenhos da região, famosos pela eficiência e economia de produção. Encontraram engenhos queimando bagaço e usando o "tren" jamaicano. Em linhas gerais, a missão não logrou resultado prático em Jamaica, porque alí só se fabricava rum e açúcar mascavo (refinado na Inglaterra); Cuba, ao contrário, aspirava colocar no mercado um produto superior.

Todavia, passados anos, aquela viagem seria assinalada como o início de uma nova época na indústria cubana (6). É-lhe atribuida a populari-

---

(1) — Chamamos **engenho** ao conjunto da fábrica e plantações pertencentes a um único proprietário, e "central" — denominação hoje muito em voga — às fábricas que fazem açúcar extraido de canas cultivadas em parte por "colonos" independentes e em parte pelo proprietário. Històricamente, dá-se a esta separação entre industrial ("haciendado") e agricultor (colono) o nome de "divisão do trabalho".

(2) — Em 1790 havia uns 200 engenhos, com uma produção de 1.300.000 arrobas; em 1817, o número de engenhos era de 780, produzindo 3.600.000 arrobas.

(3) — Em 1824, um escravo custava de 370 a 400 pêsos, preço que parece haver-se mantido mais ou menos estável até a década dos 40; cf. Fernando Ortiz "Los negros esclavos", Havana, 1916, pág. 173. Segundo cálculos anteriores a 1830, um engenho de 350.000 pêsos não requeria mais de 200 escravos. Ao preço então corrente, isto significava que uns 25% do capital de fundação eram destinados à aquisição de mão de obra.

(4) — Cf. ANC, Junta de Fomento, leg. 94, n.º 3.966.

(5) — Ramón Arozarena e Pedro Banduy — "Imforme presentado a la Junta de Gobierno del Real Consulado de la siempre fiel Isla de Cuba sôbre el estado de la agricultura y elaboración y benefício de los frutos coloniales en la de Jamaica", Havana, 1828. Há também a respeito da indústria açucareira na colônia britânica um informe do proprietário Alejandro Oliván; cf. ANC, Junta de Fomento, leg. 204, n.º 9.018.

(6) — Cf. Wenceslao de Villa-Urrutia, "Informe presentado a la Real Junta de Fomento de Agricultura y Comércio de esta isla por el Sr. D.... sobre los resultados de la zafra que este año ha hecho su ingenio en un tren Derosne", Havana, 1843.

zação da aparelhagem jamaicana (7). E' certo que a partir de 1830, êsse haveria de ser o mais usado. Aliás, é chamado frequentemente, nos trabalhos contemporâneos, de "tren" comum.

Deve-se sua difusão: primeiro, à economia de combustível já que as cinco peças, que o compunham, eram aquecidas por um único fogo; segundo, à economia de operários, já que não era preciso alimentar tantos fogos quanto as caldeiras, nem tão pouco dispor de trabalhadores para cortar e empilhar a lenha. Era, em geral, uma instalação simples e barata. Tinha, entretanto, defeitos sérios. A economia da mão de obra não bastava, pois havia que cambar os méis de uma caldeira para outra por meio de braços. Além do mais — e aí vai a rutura fundamental do sistema — a evaporação e a concentração do caldo eram efetuadas a céu aberto; a ação prolongada das altas temperaturas (mais de 100º centígrados) produzia a inversão de uma boa parte dos méis e, por conseguinte, fortes perdas. À imperfeição das moendas, incapazes de extrair mais de 55% do caldo contido nas canas, aliava-se das caldeiras. Ao todo, pode-se dizer que só se obtinham uns 5% de açúcar,encerrado nas canas moídas (8). Basta notar que as tortas da cachaça continham de 8 a 10% do caldo vertido no clarificador (9). De modo que os progressos realizados com a introdução da máquina a vapor e das cinco peças, com um único fogo, caíam por terra ante tais deficiências. Mesmo assim, o trem jamaicano, em geral, permitia fabricar mais açúcar, o que se traduziu logo num aumento das plantações .

A situação internacional parece haver favorecido o crescimento da indústria cubana. A média de produção anual, em 1826/30, foi de 6.500.000 arrobas; em 1831/35, de 7.880.000; em 1836/40, de 8.750.000. Em 10 anos, elevara-se uns 56%. Nestes anos, importaram-se grandes levas de escravos, não obstante os convênios de abolição firmados com a Inglaterra.

A intensificação dos trabalhos agrícolas e industriais, e por conseguinte, o aumento da mortalidade dos escravos, sem se falar na ampliação das zonas de cultivo, exigiam uma provisão cada vez maior de operários.

A economia de braços realizada na casa de máquinas ficava anulada pelo aumento das "dotações" agrícolas (10) Êste desequilíbrio no desenvolvimento de ambos os elementos, o agrícola e o industrial, colocou o dono da fábrica diante do grave problema da escravidão; à medida que decorrem os anos, os trabalhadores custam mais e as perdas, consequência de acidentes e de desgaste do próprio material humano, elevam-se já a cêrca de 2% por ano (11).

Como se vê, os progressos efetuados mediante reformas técnicas e administrativas conduziam diretamente ao problema fundamental da indústria: a carestia da mão de obra. Naquela época, custava nada menos de 350.000 pêsos instalar um engenho de primeira categoria e mais de 50% daquela quantia destinava-se a comprar escravos. Mesmo quando os industriais sentiram a necessidade de levar a cabo uma mudança radical na organização do trabalho, evitavam a questão, pois contavam solucionar a crise com novas melhorias instrumentais e administrativas. O escravo não podia ser substituído imediatamente pelo assalariado. Escasseava a população e sobrava a terra virgem, suscetível de ser ocupada pelos libertos. Ademais, outra razão poderosa impedia a solução abolicionista : era necessário esgotar as possibilidades de rendimento das fábricas dentro do sistema vigente. Mesmo que fôra possível utilizar moendas e caldeiras mais eficientes, os timoratos e os ignorantes repeliriam uma medida social subversiva como aquela.

Por outra parte, a situação do mercado minorava os problémas internos da indústria (12).

---

(7) — Dá-se o nome de trem ao equipamento industrial de fabricação do açúcar, excetuada a moenda (chamada comumente de "trapiche"); cada um compõe-se de várais **peças** : o jamaicano, por exemplo; de 5 — clarificador, duas caldeiras de cobre, e dois tachos abertos, de pressão ordinária, e aquecidos por um único fogo. Cada uma dessas peças estava destinada a uma operação: o clarificador para defecar (limpar a garapa de resíduos lenhosos, durante seu primeiro cozimento), as caldeiras para evaporá-la e os tachos, para concentrá-la. Êste tipo de trem não foi usado no México. Cf. Felipe Ruiz de Velasco, "Historia y evoluciones del cultivo de la caña y de la industria azucarera en México hasta el año de 1910", México, Editorial Cultura, 1937, pág. 243.

(8) — Resultados como êstes foram bem uniformes durante muitos anos nas demais colônias açucareiras do mar das Caraíbas; cf. a opinião do técnico francês Daubree, em Thomas Ken — "A practical treatise on the cultivation of the sugar cane and the manufacture of sugar", Londres, 1851, pág. 141.

(9) — **Tortas de cachaça** — São os resíduos de tecido lenhoso separados da garapa durante o primeiro cozimento e espremidos depois afim de obter-se o resto de caldo, que contivessem.

(10) — **Casa de máquinas** ou de **caldeiras** é a fábrica de açúcar pròpriamente dita, o lugar onde se acham instalados a moenda e o trem. Chamavam-se **dotação (dotación)** ao conjunto de escravos ocupados numa fábrica ou plantação.

(11) — Com razão diria o proprietário Juan Montalvo y Castillo "Os capitais compostos de vidas acarretam custo duplo com sua perda. O primeiro é o valor perdido e o segundo, o de reposição"; cf. "Tratado general de escuela teórico-prática para el gobierno de los ingenios de la Isla de Cuba", Havana, 1856.

(12) — Durante anos o açúcar cubano foi exportado em grandes quantidades para a Europa central e oriental; dados de 1836 mostram que a Inglaterra, a Espanha, "Cidades Hanseáticas", Paises Baixos e Rússia adquiriam mais de 70% das exportações daquele produto. (Cf. "Habana. Esportación de nuestros principales productos el año procsimo pasado y sus respectivos valores aproscsimados", em "Memórias de la Sociedad Patriótica de la Habana", maio 1836, págs. 66 segs.). Pasados alguns anos, ao estabelecer-se o livre câmbio na Inglaterra, a exportação aumentou consideràvelmente; cf. as cifras correspondentes em "The Sugar Cane", Manchester, n. 5, dezembro de 1869, pág. 280.

Não havia competidor sério nem na América nem na Europa. (13)

O TREM DEROSNE

A indústria européia, científica e protegida, do açúcar de beterraba veio em auxílio da de cana. Desde 1812, empregava-se nas refinarias inglêsas a caldeira de cocção a vácuo de Howard. Outros aperfeiçoamentos técnicos (filtros Dumont, carvão animal para descolorar o caldo) permitiam às fábricas européias produzir com menor custo. Muitos inventores dedicaram-se a estudos com o interêsse de melhorar o sistema de Howard. Em 1833, o francês Degrand construiu uma caldeira para cozinhar o caldo no vácuo, na qual a condensação dos vapores tinha lugar dentro de uma grande serpentina, esfriada por meio de chuvas artificiais, de modo que não precisava pôr água nos condensadores, como ocorria no aparêlho de Howard, e podia assim ser empregado com vantagem nos paises pobres de água. Outro francês, Charles Derosne, idealizava ao mesmo tempo outra caldeira semelhante àquela. Os dois inventores engalfinharam-se então numa polêmica sôbre a prioridade da patente; afinal chegaram a um acôrdo e a casa Derosne & Cail, de Paris, começou a fabricar, com o nome de Derosne, o aparêlho inventado, por Degrand. (14)

O êxito do novo aparêlho nos engenhos da Ilha Bourbon difundiu-se ràpidamente e os produtôres cubanos começaram a experimentá-lo. Wenceslao de Villa-Urrutia adotou-o no seu engenho, sem resultados satisfatórios (15). Atribuiu-se o fracasso ao fato de ter usado sòmente a caldeira Derosne, deixando o resto da instalação e da técnica tal qual estavam no "trem" jamaicano. Derosne julgou necessário fazer uma visita a Cuba. Esteve duas vezes na Ilha; montou vários equipamentos e experimentou alguns métodos de fabricação, que deram bom resultado (16). Depois dessas viagens apareceram relatórios sôbre rendimentos razoáveis do novo aparêlho. Para completar seus esforços, os industriais cubanos enviam à Europa o inteligente químico José Luis Casaseca com a incumbência de estudar os novos processos de fabricação (17). No seu relatório definitivo, assinalava aquêle investigador, pela primeira vez com dados completos, que os novos aparelhos permitiam a concentração da indústria numas poucas fábricas de grande eficiência.

Coincide com o aparecimento do trem Derosne, o de outro inventado por Norberto Rillieux, nativo da Luisiana, também a vácuo e ensaiado com sucesso em alguns engenhos cubanos. Com o passar do tempo, terminaria como uma das aparelhagens mais empregadas devido sobretudo à sua barateza.

O êxito de tais inventos deve-se ao fato de permitirem cozinhar o caldo de baixa temperatura, reduzindo-se não só o tempo de trabalho como também as grandes perdas de açúcar, como conseqüência da inversão dos méis. De modo que, em última análise, tanto o trem Derosne como o Rillieux não aumentavam o rendimento absoluto das fábricas; apenas diminuiam as perdas mais importantes. A instalação de filtros Dumont, todavia, das moendas de três rolos e, depois, das centrífugas norte-americanas, permitiu elevar efetivamente o rendimento do caldo a uma cifra não conhecida até então. (18)

Quanto à mão de obra, o trem Derosne realizava economias semelhantes às do jamaicano. Tratava-se, pois, de organizar melhor as operações afim de libertar muitos braços ocupados em trabalhos fundamentais. Devido à comunicação direta que havia entre as diferentes caldeiras, o novo "trem" eliminou os braços que, no jamaicano, eram ocupados em cambar o caldo de uma caldeira para outra. A respeito dessas questões, dizia Derosne: "Para que se julgue da finalidade

---

(13) — A produção anual da Luisiana não passava das cem mil toneladas até 1844/45; cf. "Statement of Luisiana crops from 1823 to 1890", in "The Louisiana Planter and Sugar Manufacturer", Nova Orleans, 28/2/1891, pág. 165. A produção de açúcar de beterraba nos Estados Unidos, iniciada sem êxito em 1830, não logrou importância até 1889/90; cf. ibid., 3 de janeiro de 1891, pág. 15. O Brasil produzia nos meados do século XIX safras muito irregulares. Por fim, até 1857 a produção européia de açúcar de beterraba representava menos de 20% do total mundial; cif. "Sugar production of the world", ibid., 9/1/1892, pág. 28/29.

(14) — Cf. Derosne y Cail, "De la elaboración del azúcar en las colonias y de los nuevos aparatos destinados a mejorarla por los Sres... ingenieros constructores em Paris y Bruselas, precedida de una notícia de los resultados ventajosos obtenidos con sus aparatos no tan sólo en Europa, sino, asimismo, en la Isla de Borbón y en la de Cuba", tradução para o espanhol, ilustrada com notas e aumentada com uma memória apresentada ao Instituto de França sôbre a análise da cana da terra de Havana, por D. José Luis Casaseca, Havana, 1844.

(15) — Cf. "Informe", cit., nota 6; também, "Informe sôbre las investigaciones científicas relativas a la naturaleza química de las substâncias sacarinas y el arte de elaborar azúcar hechos por el profesor R. S. McCulloch bajo la dirección del professor A. D. Bache, en cumplimiento de una resolución del Congreso de los Estados Unidos de 3 de mayo de 1843, em "Anales y Memórias de la Real Junta de Fomento y de la Real Sociedad Patriótica de la Habana", série IV, t. III, 1859, pág. 325.

(16) — Segundo W. E. Evans (Manual del hacendado azucarero, o sea arte de obtener el azúcar de la caña, Havana, 1849, pág. 150), Derosne experimentou com êxito uma matéria filtrante composta de barro e mel de purga.

(17) — Cf. ANC, Govêrno Superior Civil, 1.651, n.º 82.704. Casaseca publicou um folheto intitulado: "De la necesidad de mejorar la elaboración del azúcar en la Isla de Cuba y de las mejoras de que es súsceptible esta fabricación, "Havana, 1843.

(18) — Sôbre as vantagens do uso das centrífugas, cf. Emilio Bacardi Moreau, "Crônicas de Santiago de Cuba", 1925, t. III, pág. 400.

do trabalho, basta dizer que um só homem, com seu ajudante, poderá cozinhar e evaporar, sem a menor fadiga, todos os produtos de um engenho, por maior que se o suponha... O trabalho do operário fica reduzido ùnicamente ao manejo de algumas chaves" (19) Além do mais, diminuiam os gastos de combustível, pois a cocção do caldo tinha lugar a 25° e durava menos que nos aparelhos a céu aberto. Não obstante, o novo trem não logrou grande aceitação, devido quiçá a seu custo elevado, o aparêlho de Rillieux era muito mais barato. (20).

Mas, a importância do "tren" Derosne não reside naquelas vantagens e sim em ter aberto o caminho a uma transformação radical da indústria cubana. No engenho "La Amistad" (Güines) dos irmãos Diago foi possível, graças aos novos aparelhos, não só fabricar todo o açúcar das plantações próprias como também refinar produtos inferiores comprados aos proprietários vizinhos. Outro tanto ocorreu no engenho de Villa-Urrutia, depois da visita do engenheiro francês. (21) O "tren" Derosne anunciava a era da central (usina) açucareira. Produzindo resultados semelhantes aos do "tren" jamaicano — economia de braços na casa de máquinas e ampliação das zoans de cultivo — o trem Derosne aguçou a crise interna da indústria. Um exame das estatísticas organizadas por Carlos Rebello (1860) mostra que os engenhos providos com trem Derosne ou Rillieux produziam mais açúcar e necessitavam de maiores plantações que os organizados à antiga. Saltava-se uma etapa sem resolver o problema fundamental. Além disso, os novos aparelhos pareciam ter evidenciado a pobreza sacarina da cana cristalina (22).

Na década de 1850/60, o mercado internacional mostrava certas tendências favoráveis à indústria do açúcar de beterraba. O mesmo ocorria com relação à Luisiana, Brasil e Antilhas inglêsas. O fato é que as safras de Cuba cresciam, mas seu valor correspondente diminuia. Isto era particularmente notável a partir de 1855. (23) Em plena crise a indústria cubana demonstrou que podia suprir qualquer escassez que se produzisse no mercado; explica-se assim que a safra de 1859 tivesse ascendido a 536.000 toneladas, superando em cêrca de 39% a do ano anterior. A crise de 1857, caracterizada pela sub-produção, precipitou o movimento de reforma tanto no terreno social como no econômico.

1857 — A crise geral dêste ano teve manifestações muito particulares em Cuba. Marcou o início de uma série de perturbações políticas, econômicas e sociais, que haveriam de caracterizar a vida do país durante a segunda metade do século. Duas safras ruins do Brasil e da Luisiana, unidas a um aumento do consumo, deram como resultado uma alta nos preços do açúcar. (24) Êsses prêços altos coincidiram com uma fase de especulação sem limites, favorecida por circunstâncias várias. Em primeiro lugar, pela fundação do Banco Espanhol da Ilha de Cuba (1855), cujo capital de 3 milhões foi subscrito ràpidamente por capitalistas espanhóis e insulares. Ante um tal exemplo, deram para fundar estabelecimentos de crédito, bancos e sociedades de fomento. Nada menos de 136 casas dêsse gênero constituiram-se entre 1855 e 1857. O capital pôsto em circulação ascendeu a três mil setecentos e cinquenta milhões de reais. (25). Por outra parte, o decreto de 11 de abril de 1852, que excluía da isenção de embargo por dívidas os engenhos novos, estimulou também o "elán" inversionista (26). À semelhança do que se passou nos Estados Unidos, quando as autoridades quiseram pôr um freio à fundação de sociedades de crédito (julho de 1857), já era tarde, produzindo-se numerosas falências; caiu sùbitamente o preço do açúcar, arrastando consigo mais de uma fortuna.

Foi dura a debelação da crise. Foi preciso reajustar a indústria a novas condições; não obstante, até 1860 a produção por safra cresceu de maneira insólita. Entre 1850 e 1860, desapareceram nada menos de 385 engenhos.

PANORAMA DA INDUSTRIA EM 1860

Os trabalhos estatísticos de Carlos Rebello permitem-nos conhecer bastante qual era a situação aí por 1860 (27). Predomina o trem jamaicano. A

---

(19) — Op. cit., pág. 19.

(20) — Cf. ANC, Govêrno Superior Civil, leg. 1651, n.° 82.704; Ch. L. Fleischmann, "Informe sobre el cultivo de la caña, y la elaboración del azúcar en la Louisiana", in "Anales y Memorias de la Real Junta de Fomento y de la Real Sociedad Patriótica de la Habana", série IV, t. II, 1859, pág. 41. O custo das moendas horizontais de três cilindros era alto, comparado com o dos verticais; cf. Catálogo descriptivo de instrumentos de Agricultura y Horticultura y de semilas para el campo y para las huertas", ed. espanhola, Nova York, 1850, pág. 118.

(21) — Cf. "Anales y Memorias..." cit., nota 15, pág 325; Derosne, op. cit., pág. 23/24.

(22) — Cf. Juan Poey, "Informe presentado al Excsmo. Sr. Capitán General ... sobre el proyecto de colonización africana", Havana, 1862, pág. 21. Algumas análises realizadas na Inglaterra mostraram que, entre três tipos de açúcar iguais, o de Cuba dava menos produto cristalizado; cf. "The Sugar Cane", n.° 5, dezembro de 1869, pág. 261.

(23) — Vejam-se as cifras correspondentes:

(24) — Comparem-se as cifras no segundo quadro à pág. 22.

(25) — Cf. Miguel Alonso Pujal, "Ensaio de Sociologia Econômica", Havana, 1928, págs. 91/92.

(26) — Cf. ANC, Junta de Fomento, leg. 204, n.° 9.002.

(27) — Cf. Carlos Rebello, "Estudos relativos à produção açucareira da Ilha de Cuba", Havana, 1860. Sôbre os meios utilizados pelo autor para organizar suas estatísticas, cf. ANC, Intendencia de Hacienda, leg. 812, n.° 68.

	Produção (tons.)	% de aumento ou diminuição	% mundial
1855	392.000		27.2
1856	348.000	— 11.3	24.3
1857	355.000	+ 2.0	21.8
1858	395.000	+ 8.4	22.7
1859	536.000	+ 39.0	28.2
1860	447.000	— 16.5	27.2
1861	466.000	+ 4.2	24.4
1862	525.000	+ 14.8	25.5

Cf. "The Louisiana Planter", cit., nota 13, in fine.

	LUISIANA		BRASIL		CUBA		Consumo mundial
	Produção	%	Produção	%	Produção	%	(per capita)
1853 . . .	255.000	15.2	138.000	9.3	322.000	21.8	9.9
1854. . . .	173.000	12.3	85.000	6.1	374.000	26.7	9.6
1855. . . .	116.000	8.0	106.000	7.3	392.000	27.2	9.9
1856. . . .	157.000	4.0	88.000	6.1	378.000	24.3	9.6
1857. . . .	140.000	8.6	109.000	6.7	355.000	21.2	11.0
1858. . . .	179.000	10.6	85.000	5.0	385.000	22.7	11.4
1859. . . .	181.000	9.5	120.000	6.3	536.000	28.2	12.9

Ibid., nota 13, in fine.

proporção de aparelhos Derosne e Rillieux é pequena. Para um total de 1365 engenhos, há 949 com moendas movidas por máquinas a vapor; só 32 possuem trem Derosne. Na realidade, o fato de existirem muitas máquinas a vapor não refletia cabalmente a situação da indústria, porque o rendimento das canas não dependia sòmente da eficiência da moenda e sim de várias outras circunstências. (28) Distinguiam-se três zonas industriais

---

(28) — Cf. opinião de Casaseca, em ANC, Govêrno Superior Civil, leg. 1651, n.º 82.704; segundo W.E. Evans, op. cit., nota 16, pág. 49, devido a fatores de ordem diversa, em algumas colônias francesas as moendas movidas a água rendiam mais que as de máquina a vapor.

açucareiras: 1) Guanajay — Güines — Matanzas — Cárdenas — Colón — (atuais províncias de Havana e Matanzas). Havia ao todo 551 engenhos (505 com máquina a vapor), abarcando um total de 12.131 "caballerias" (*) de terra, ou seja 22 "caballerias" por engenho. Nesta zona, havia 24 dos 32 trens Derosne instalados em tôda a ilha. Na região de Colón, achava-se o engenho Alava com 80 "caballerias" de terra e trem Derosne. 2) Bayam — Manzanillo — Holguin — Jiguam — Baracoa (atual província de Oriente). — De 83 engenhos, só havia 12 com máquina a vapor. Nem trens Derosne nem Rillieux. A média de extensão das culturas era de 8 "caballerias", sendo a maior de 30 "caballerias". Só umas poucas fábricas, produziam açúcar branco. 3) Cienfuegos — Trinidad — Sancti Spiritus — Sagua la Grande (atual província de Santa Clara). Só cinco trens Derosne. A média de terras por engenho era de 14 "caballerias", a maior, com 90 "caballerias". Era a zona intermediária. Havia algumas localidades relativamente desenvolvidas como Guantànamo e Santiago de Cuba, na atual província de Oriente), mas as três anteriores constituiam os tipos fundamentais de agrupamento industrial.

Observe-se, em primeiro lugar, que a concentração mais importante da indústria e, por conseguinte, da população escrava, encontrava-se na porção centro-ocidental (Matanzas — Havana). No outro extremo da ilha, abundavam, em compensação, as unidades industriais de pouca importância (com 1, 2 e 3 "caballerias" de terra), onde havia muitos homens livres dedicando-se aos trabalhos açucareiros. Muitos dêsses "cachimbos" ou pequenas fábricas empregavam o proprietário e sua família e alguns assalariados brancos. As fábricas grandes, aquelas que produziam 4.000 caixas ed açúcar por ano, rendiam juros de 6%, segundo dados de 1865. Pouco depois de 1860, davam só uns 4%, conforme Juan Poey. (29)

Por volta de 1860, um escravo adulto, capaz e são, valia uns 1.000 pêsos. (30) De modo que para dotar de operários um engenho de relativa importância, necessitavam-se uns 200 mil pêsos. Não havia outra partida de tamanho vulto no capital de fundação de uma fábrica. A escravatura ameaçava devorar a indústria cubana. Acabava-se, pois a "era de ouro" dos traficantes negreiros. Ulteriormente não se ouviriam mais, como dantes, algumas objeções de ordem moral ou religiosa, mas a voz eloqüente dos números e as lamentações dos proprietários: estava condenada a escravatura. Três caminhos ofereciam-se então aos donos de fábrica: 1) melhorar os equipamentos e processos, afim de realizar economia; 2) abolir a escravidão; 3) experimentar a **divisão do trabalho**, ou seja, separar a parte agrícola da industrial. O primeiro não oferecia grandes possibilidades de êxito, pois a aparelhagem moderna era cara e havia um limite de rendimento, superado o qual, a indústria prosseguiria suportando as cargas que mantinha naqueles momentos. O segundo, mesmo viável, produzia sérios temores, ante as experiências realizadas nas colônias inglesas e francesas. O terceiro permitiria adiar a solução definitiva e, sobretudo, libertaria o senhor de engenho da parte mais atrasada e gravada do processo de fabricação; recairiam assim sôbre o **colono** os grandes gastos de mão de obra e de transportes.

DIVISÃO DO TRABALHO

Não era tema novo êste da divisão do trabalho: desde a década dos 40 já era motivo de discussões e até já tinham sido organizados planos mais ou menos viáveis para sua realização (31). Teòricamente, o novo sistema teria de produzir: 1) o barateamento da produção; 2) a fixação dos colonos brancos; 3) o aumento de terras semeadas de cana e, consequentemente, o da produção. E' claro que tais resultados eram imprevistos pelos proprietários, não pelos **colonos.** Êstes teriam que defrontar-se não só com as variações no rendimento da cana, os incêndios dos canaviais, os gastos com grandes dotações de escravos e despesas de transporte em carros.

Contudo, nem todos os engenhos estavam em condições de implantar a divisão do trabalho. Um conteporâneo — F. del Monte — expressou-se, pelas colunas de "El Siglo", da seguinte maneira: "Êste sistema (da divisão do trabalho) não pode, como qualquer um outro, produzir seus bons resultados, com os "trens" comuns e muito menos com almanjarras de bois, com que, ninguém ignora, a cana apenas cede uns 40% do seu pêso (em açúcar). Um equipamento deficiente não poderia custear os gastos dos produtores. Se, por um lado, não era conveniente estender demasiadamente as plantações ante a deficiência dos transportes, por outro, ficaria sem objetivo a divisão do trabalho em plantações pequenas.

O Movimento Reformista dedicou grande parte de sua atenção à divisão do trabalho, através do seu jornal "El Siglo". Tôda a propaganda tendia a exaltar as virtudes do sistema. Alguns dos propagandistas mais dedicados, como o conde de Pozos Dulces, aspiravam fomentar a constituição de uma classe de lavradores abastados, como uma fôrça de equilíbrio na sociedade cubana; todavia, os demais não pensavam na situação geral do país.

---

(29) — Cf. artigo editorial de "El Siglo", periódico de Havana, 16 de junho de 1836.

(30) — Cf. Um Cubano proprietário — "La cuestión africana en la Isla de Cuba considerada bajo su doble aspecto de la trata interior y exterior", Madrí 1863 Fernando Ortiz, op. e loc. cit., nota 3.

(31) — Cf. "Indústria agrícola. Pode-se suprir a falta de braços escravos?", in Memorias da Sociedade Patriótica de Havana, n.º 7, maio 1836; W. E. Evans, op cit., nota 16, pág. 243; "Informe de la Comisión de Población Blanca", in ANC, Junta de Fomento, leg. 202, n.º 8976; "Agricultura Cubana", Escritos do lic. D. José Maria Dan sôbre nossa agricultura e indústria rurais. Artigo 5.º: Engenho de fabricar açúcar com colonos livres, sob o princípio da divisão do trabalho, in **Anales y Memórias** cit. nota 15, série IV, t. IV, 1859, págs. 193 e págs.; A. N. C., Junta de Fomento, leg. 97, n.º 4.054.

(*) — Medida agrária que em Cuba equivale a 1.343 a. — (Nota do trad.)

O tom da campanha era dado pelos produtores, sem teoria ou preocupação científica, por aqueles que esperavam resolver, sem nada mais, o problema estabelecido pela carestia da mão de obra. Por isso, houve quem propusesse, apesar de se mostrar temeroso dos escravos, a imigração de colonos negros livres.

As primeiras tentativas de divisão do trabalho fracassaram. Foram ensaiadas no engenho Tinguaro, de Francisco Diago, durante a safra de 1863/64. (32) Parece que era muito reduzida a quota de "participação" que se deu aos colonos; enquanto houvesse terras férteis próximo às cidades ninguém se prestaria a arrostar os trabalhos e azares da indústria açucareira, em troca de uma retribuição insuficiente.

Houve, entretanto, numerosos projetos de **centralização**. Nenhum logrou realização completa, senão depois da abolição da escravidão. Dentro de poucos anos, apagava-se o Movimento Reformista. O fracasso da Junta de Informação, seguido de uma nova política de impostos diretos sôbre os lucros dos proprietários, precipitou a eclosão da Guerra dos Dez Anos (1868/78).

As operações militares abarcaram — nos momentos de maior intensidade — desde Oriente a Matanzas; mas, em geral, estiveram limitadas a Oriente, Camagüey e Santa Clara. Ou seja, as zonas do país menos importantes sob o ponto de vista da indústria açucareira. Explica-se assim não ter a insurreição afetado grandemente a situação : o país continuou a produzir grandes quantidades de açúcar e sustentou sua posição no mercado.

Nenhuma das duas facções mostrou consideração às propriedades açucareiras. Umas e outras queimavam e destroçavam as fábricas pertencentes a inimigos. enquanto os escravos aproveitavam a confusão para fugir e libertar-se, quando não encontravam chefe revolucionário que os incorporava às suas fôrças, na qualidade de homens livres. (33)

A guerra retardou o aparecimento da "central"; deixou, todavia, desembaracado o caminho para as grandes transformações. Libertou as terras do este, que foram invadidas pela indústria açucareira a partir de 1878 (34).

PANORAMA DA INDUSTRIA EM 1878

Ao terminar a Guerra dos Dez Anos, diminuira o número de fábricas em atividade (1.365 em 1860; 1.190 em 1878) e começam a fazer-se sentir as grandes transformações. que haveriam de culminar entre 1880 e 1890. Havia um total de 43.505 "caballerias" de terra ocupadas por engenhos; a média era de 36 "caballerias". Cada um ocupava 105 trabalhadores dos quais 76 eram escravos. (35)

São muito variadas as combinações de trabalhadores postas em prática naquela ocasião : contavam-se, pelo menos, sete : 1) engenhos que só empregavam escravos pertencentes ao proprietário da fábrica; 2) os que utilizavam escravos do proprietário e escravos alugados; 3) os que trabalhavam com escravos do proprietário e "chinos" (*) sujeitos a contrato; 4) os que ocupavam escravos do proprietário, escravos alugados, "chinos" contratados e "chinos" livres; 5) os que operavam sòmente com "chinos" livres; 6) os que associavam escravos negros, "chinos" e colonos brancos; 7) os que empregavam sòmente homens brancos. (36).

Relativamente aos equipamentos industriais e processos de fabricação, havia igualmente uma grande variedade. Nos engenhos, que usavam o "trem" jamaicano ou o comum, uns faziam a cristalização em barricas, outros em gavetas planas, alguns à base de barro; outros levavam a efeito a concentração em tachos a vácuo e a cristalização em centrífugas. Por último, muitas fábricas usavam trens Derosne ou Rillieux, combinados com caldeiras Howard, centrífugas e outros aparelhos complementares. (37)

Ao abolir-se a escravidão (1886), tropeça a indústria com novo obstáculo : a relativa escassez de trabalhadores e, por fim, o alto nível de salários, nalgumas regiões. (38) À semelhança do que se verificou em algumas colônias inglêsas, os libertos abandonaram algumas das regiões, onde es-

---

(32) — Cf. artigo editorial de "El Siglo", 8-6-1836; N. P. de Adán, "Economia Rural", in **Revista de Agricultura**, Havana, ano IV, n.º 1, (1º. janeiro de 1883).

(33) — Cf. Máximo Gómez, "Diário de Campanha", Havana, 1941.

(34) — Em seis meses de operações, foram destruidos 22 engenhos na região oriental; cf. Emílio Bacardi Moreau, op cit., nota 7, t. IV, págs. 24 e 121; na zona de Sagua la Grande, ficaram inutilizados, em consequência da guerra, 37 engenhos cf. "A reconstrução de Sancti Spiritus", in **Revista de Agricultura**, ano VII, n.º 3, março de 1886.

(35) — Cf. "Economia rural", in **Revista de Agricultura**, ano I, n.º 3, março de 1879.

(36) — Cf. "El Trabajador. El Jornal", in **Revista de Agricultura**, ano I, n.º 4, 30 de abril de 1879.

(37) — Cf. "Memória apresentada à Direção Geral da Fazenda pelo Sr. Fernando Freire de Andrade no mês de janeiro último", in **Revista de Agricultura**, ano I, n.º 10, 31 de outubro de 1879.

(38) — Um estudo detalhado dos preços demonstraria que o custo de vida aumentara notàvelmente naqueles anos, em consequência de haver-se lançado no mercado uma enorme quantidade de consumidores — os libertos — e da vigência da mal denominada Lei de Cabotagem, de 1882, que encarecia em escala alarmante gêneros essenciais à subsistência. Por outra parte, desde a abolição, os senhores de engenho instalaram vendas de gêneros nas suas propriedades, as quais eram as únicas, de modo que os salários, mesmo altos como eram, tornavam às suas mãos, graças aos preços extorsivos estabelecidos nas referidas vendas.

(*) — Chino tem várias acepções na América Latina, além do velho sentido com que é empregado na Espanha: natural da China. Em Cuba, por exemplo, quer dizer descendente de mulato com negra ou negro com mulata. — (Nota do trad.)

tavam fixados, encaminhando-se para outras, estabelecendo-se em terras livres ou emigrando para as cidades. Antes da coisa acontecer, fôra prevista por alguns entendidos, que chegaram a discutir a possível eficácia de uma Lei para Vadios, como meio de sujeitar ao trabalho, de re-escravizar, em suma, os libertos (39). Ante a escassez, real ou fictícia, de trabalhadores, renasceram os antigos projetos de imigração de trabalhadores e colonos, os quais, mesmo no tempo da República, eram tradicionalmente alentados pelos proprietários. Ao passo que os trabalhadores cubanos rumavam para terras estrangeiras, chegavam operários alemães — que, no fim, ficaram norte-americanos — e de outras nacionalidades para incorporar-se à indústria cubana. (40)

Outro problema foi o da quota atribuída aos colonos. E' verdade que muitos proprietários de engenhos pouco produtivos desmontaram-nos e passaram a cuidar da lavoura de cana na qualidade de **colonos**; mas não é menos verdade que, durante o último terço do século passado, os colonos estiveram constantemente lutando para aumentar a parte de benefício que lhes ofereciam os donos de engenhos. Não havia, naturalmente, uniformidade quanto à quota a ser paga ao colono por cada 100 arrobas de cana postas no engenho; ela dependia das peculiaridades de cada região. Contudo, nunca se dava ao colono mais de 5 1/2 arrobas por cada 100 de cana; a média parece ter sido de 4 a 4 1/2 arrobas (41).

Apesar das lamúrias dos senhores de engenho, o sistema progredia. Em 1890, sòmente em Cienfuegos havia 13 centrais (usinas), que também já começavam a surgir em Oriente. Escolhiam-se geralmente as regiões providas de bons portos e de terra chã, para estabelecer as novas fábricas. Com o desenvolvimento do novo tipo de organização industrial, não tardaram a entrar em cena os capitalistas estrangeiros.

AO COMEÇAR A DECADA DE 1890/1899

Uma nova crise caracterizava a história da indústria açucareira cubana durante a última década do século XIX. Desta feita, porém, não correspondia a perturbações domésticas e sim a causas externas, à posição cada vez mais débil em que a indústria se achava no mercado. Consequência da proteção outorgada à indústria refinadora norte-americana (iniciativa Mackinley), os produtores cubanos viram-se em sérios apuros. Por outro lado, só se fornecia açúcar à Espanha. O tratado comercial realizado com os Estados Unidos não melhorou, ao menos na medida esperada, a situação do país. Em 1895, estalou a segunda insurreição.

---

(39) — Cf. Benjamin de Céspedes, "A emigração dos campos", in **Revista de Agricultura**, ano IV, n.º 10, 30 de setembro de 1883.

(40) — Cf. "Trabajadores trinitarios emigrados", in **Revista de Agricultura**, ano IX, n.º 36, 8 de setembro de 1889. Em geral, durante os anos que medeiam entre 1868 e 1895 emigraram grandes levas de trabalhadores cubanos. "Jornaleiros para Cienfuegos", na mesma **Revista**, ano IX, n.º 46, 17-11-1889, e "Jornaleiros estrangeiros", ainda na mesma, ano IX, n.º 50, 16 de dezembro de 1889. Com relação a numerosos projetos de imigração, pode-se consultar o **Boletim de Colonização**, Havana 1873/76.

(41) — Cf. "Queixas dos colonos de Sagua", in **Revista de Agricultura**, ano IX, n.º 3, 20 de janeiro de 1889; "Associação de colonos", na mesma, ano X, n.º 33, 24 de agosto de 1890. Também "The Lousiana Planter and Sugar Manufacturer", 10 de janeiro, 24 de fevereiro, 7 de março e 5 de setembro de 1891, pág. 30, 69, 101, 192 e 81, respectivamente.

(De "El Trimestre Econômico", México, Vol. XI. Num. 1, 1944).

O AÇUCAR COMO SUBSTITUTO DA GORDURA

A comparação de calorias em milhões por hectares, que a seguir publicamos, evidencia a capacidade alimentícia de vários produtos agrícolas: beterraba açucareira, 16,5; batata, 9,0; beterraba, 4,9; trigo, 4,5; arroz, 4,5; favas, 4,0; couve, 2,8; leite, 1,8; carne de porco, 1,4; manteiga, 0,8; ovos, 0,5; carne de vaca, 0,4.

A grande superioridade da beterraba açucareira tem a maior importância para a Europa onde a densidade da população não está em proporção com a área de terra cultivada, sendo a importação de alimentos difícil.

Em vários países, os govêrnos estudam a possibilidade de alargar o emprêgo do açúcar na alimentação, particularmente como substituto das gorduras, das quais há sempre falta. A indústria de panificação — diz "La Indústria Azucarera" de onde recolhemos estas notas — realizou estudos visando encontrar fórmulas em que se utilize menos gordura e mais açúcar e os resultados dêsses estudos foram resumidos em receitas que satisfazem as necessidades técnicas e proporcionam produtos aceitáveis pelos consumidores.

A INDÚSTRIA AÇUCAREIRA NO URUGUAI

O Sr. Júlio G. Asnárez, engenheiro agrônomo, pronunciou em fins de dezembro do ano passado, uma longa e interessante conferência sôbre a indústria do açúcar no Uruguai.

A palestra do profissional oriental realizou-se na sede da Associação de Engenheiros Agrônomos, em Montevideu, a ela tendo comparecido crescido número de elementos da economia, da finança e dos meios técnicos do Uruguai. O autor fêz um estudo detalhado do tema, começando por um escorço histórico desde Marggraf a Achard, estudando o panorama econômico mundial da cana e da beterraba, e detendo-se posteriormente nas possibilidades e perspectivas das coisas açucareiras em seu país.

"La Tribuna Popular", edição de 29-12-1943, ocupa-se longamente da conferência e é do matutino uruguaio que extraímos as notas seguintes:

"Em virtude do desenvolvimento adquirido ùltimamente pela indústria açucareira no país e sua situação atual, vamos esboçar ligeiramente qual será o quadro do futuro, quando fôr produzida a totalidade do açúcar preciso ao consumo atual. Para produzir as 500.000 toneladas de beterraba necessárias e calculando um rendimento médio de 17 1/2 toneladas por hectare, terão de ser plantados 28.500 hectares com beterraba. Adotando-se um regime trienal de rotações, as terras, destinadas à agricultura, mais uns 25% para pastagem, edificações, etc., nos darão, para a zona beterrabeira, uma área superior a 100 mil hectares.

Essa área deverá ficar dividida em 6 ou 7 núcleos ou colônias, que rodearão as 6 ou 7 fábricas, de que necessita o país para preencher suas necessidades consuntivas, acarretando benefícios indiscutíveis a diversas regiões.

Eis um quadro sintético dos resultados:

Zona agrícola destinada ao cultivo da beterraba	100.000 HA.
Área semeada com beterraba todo o ano	28.500 HA.
Produção beterrabeira (17.500 Kg por hectare)	500.000.000 Kg
Açúcar produzido (12 Kg por 100 Kg de beterraba) ...	60.000.000 Kg

Sub-produtos a serem obtidos

Melaços, 7% do pêso das beterrabas com 45% de conteúdo em açúcar	35.000.000 Kg
Polpas esgotadas (de que se extraiu o açúcar, 88% do pêso da beterraba	440.000.000 Kg
Fôlhas de beterraba, que são utilizadas como forragem verde ou pura alimentação do gado, ou como adubo verde para enriquecer o conteúdo em humus do solo, 60% do pêso da beterraba	300.000.000 Kg.

E' bom contar também com as espumas de cal, resíduos de fabricação, adubo de extraordinária importância, que, além de sua ação fertilizante, melhora a reação do solo, alcalinizando-o, o que é digno de nota pois a beterraba, como o trigo, exige terras neutras ou ligeiramente alcalinas e grande parte das que formam nosso solo são bem ácidas.

A colheita deve ser interessante não só em volume como em valor. Tomemos, por exemplo, o preço de $10,20 por tonelada de beterraba posta na fábrica (preço que já se paga pela beterraba numa condição em que ainda não está considerada sua riqueza sacarina). Sôbre esta base de $10,20 por tonelada, os agricultores teriam uma receita anual de cinco milhões de pesos, só com aquêle produto, sem se levar em consideração que o cultivo beterrabeiro, fora o valor das sementes e amortização e juros da maquinaria, é tudo mão de obra, isto é não há os gastos de sega, trilhadura, etc. nem com operações atribuídas a terceiros as quais não possa o agricultor levar a cabo com sua família.

O valor médio da colheita ascende, pois, a 177.50 pesos por hectare, cifra que, à medida que o lavrador aperfeiçôe sua técnica e aumentem portanto os rendimentos por hectare, elevar-se-á consideràvelmente em seu próprio benefício.

Que outro cultivo poderia produzir tal afluência de riqueza, de 5 milhões de pesos de receita anual, por semeaduras que não atingem 30 mil hectares? E deve-se acrescentar, a êsse número, o produzido numa área duas vêzes maior que a dedicada à beterraba: referimo-nos às rotações, que produzirão safras de rendimento superior ao normal.

Além das receitas já citadas, os sub-produtos permitirão satisfazer o desejo, tantas vêzes evidenciado em nosso país, de evoluir-se até a granja. Sòmente sob o amparo de cultivos intensivos, pode-se falar em granja. Polpas e melaços são alimentos excelentes para o gado, tornando fácil a engorda de bois e porcos e a criação de vacas leiteiras, constituindo-se uma fonte abastecedora de leite com baixos custos de produção. Isto, sem contar que a ANCAP utilizará os melaços para a produção de álcool.

Com o cultivo da beterraba açucareira, que exige a mais perfeita técnica agrícola, ficará também passível de solução o problema dos azeites comestíveis à base de matéria prima nacional, o que será obtido com o plantio, em rotação, da soja, em grande escala, traduzindo-se o resultado pela quantidade máxima de azeite comestível obtido por hectare, pelo menor custo.

Não são sòmente êstes fatores diretos da produção que entram em ação no cômputo geral; assinale-se o incremento aos transportes, pelo movimento de tôda a massa da produção e das outras matérias primas requeridas no processo de industrialização.

As vantagens, que adviriam da expansão dessa indústria na República, seriam as seguintes:

1) Evitar a evasão contínua de ouro em virtude de compras de açúcar no exterior, as quais representam cêrca de dez milhões de pesos.

2) Criar trabalho, não em forma transitória como no caso das Obras Públicas, mas em caráter permanente, pela produção de 500.000.000 de quilos de beterraba, levando para a agricultura nacional uma riqueza de 5 milhões de pesos anualmente e isto sòmente com a beterraba.

3) Dar trabalho, no cultivo, a mais de 3 mil famílias numerosas (25 a 30 mil pessoas), pois que aquêle, utilizando muita mão de obra, requer agricultores com numerosos elementos de trabalho, afim de realizar na devida forma as tarefas agrícolas.

4) A implantação de uma cultura altamente remuneradora, que poderia dar ao lavrador um rendimento aproximado de 175 pesos e mais por hectare, desde que tudo seja cuidado devidamente.

5) O agricultor usufruirá os lucros indiretos do aumento de rendimento das colheitas de cereais, por êle semeados nos campos beterrabeiros, rendimento que, como já mostramos, será no mínimo de 25 pesos por hectare.

6) Aumento do movimento interno, como consequência do transporte, por ferrocarrís, caminhões e veículos outros, de

500.000.000 de quilos de beterraba, das fazendas às fábricas;
60.000.000 de quilos de açúcar bruto, das fábricas para a refinaria em Montevidéu;
35.000.000 de quilos de pedra-cal, da pedreira para as fábricas;
35.000.000 de quilos de melaços das fábricas para a distilaria da ANCAP;
3.500.000 de quilos de carvão de coque de Montevidéu para as usinas de açúcar;
80.000.000 de quilos de lenha para as usinas açucareiras.

Além disso, óleos, sebo, enxofre, vasilhames, produtos das safras de rotação, etc., que somam também tonelagens bem importantes.

7) O agricultor obterá das usinas o fornecimento gratuito de polpas de beterraba para a alimentação de seus animais, o que traduzirá melhoria para o gado e aumento da capacidade leiteira e da criação suína.

8) Em virtude da elevada técnica agrícola imposta pela indústria beterrabeira a seus agricultores, surge a possibilidade de abarcar outras culturas extensivas, como a de soja, vegetal que proporciona a maior e mais econômica produção de azeite por hectare.

9) A criação de trabalho ativo e remunerador em várias e extensas zonas do país, aumentando-se destarte a capacidade consuntiva da população.

10) Aumento da densidade demográfica em tôda a zona açucareira com todos os benefícios do arraigamento do lavrador à sua terra; melhor **standard** de vida, facilidade de instrução, boas vias de comunicação, organização estável da família, etc.

11) Criação da indústria de transformação de 500.000.000 de quilos de beterraba em açúcar bruto, e a refinação dêste último, o que exigirá, para o abastecimento do país, o levantamento de 6 a 7 fábricas de grande produção, proporcionando trabalho a mais de 7.000 operários (na sua maior parte especializados), empregados e pessoal técnico superior, engenheiros agrônomos e civis, químicos industriais etc.

Em conclusão: Que há a fazer em nosso país para que tais coisas se transformem em realidade ?

Estabelecer uma política açucareira firme para o produtor nacional. Que êste saiba a que preço vai vender sua colheita.

Atualmente os contratos são feitos antes do início das colheitas, quase um ano antes de vender-se o açúcar e ser obtido ainda. Nestas circunstâncias, o industrial tem que ser quase um adivinho e só a grande experiência de dirigentes de emprêsa lhes permite defender-se. Não há garantias por parte do Estado, como na Argentina, por exemplo, onde desde 1931 o preço do açúcar é o mesmo no mercado interno, regulado por um direito móvel, que é controlado mensalmente afim de impedir a importação por preço abaixo do básico fixado.

Temos aqui : Salário mínimo, horário máximo, aposentadoria, seguros, impôsto sôbre vendas, etc. E' preciso, portanto, defender nossa indústria da concorrência estrangeira, que costuma produzir com menor custo por não enfrentar, geralmente, aquelas leis humanitárias e justas.

Mas, e isto é urgente, torna-se necessário tomar em tempo, as medidas imprescindíveis para proteger nossa indústria das possíveis e incertas conseqüências do após-guerra.

Urge o estabelecimento de medidas com caráter realmente protecionista e não criá-las sòmente com finalidade fiscal, usando-se a proteção em forma indireta. Uma coisa é procurar meios ou fundos para Estado e outra, a proteção agrícola-industrial. Se o Estado tem de retirar seus recursos do açúcar, pode fazê-lo por intemédio do impôsto interno, mas elevando-o em igual proporção para o açúcar importado, tal como sucede na Argentina."

ADUBO DE SEDIMENTOS DE FILTROS-PRENSAS

Foi verificado em Havaí que a decomposição dos sedimentos frescos de filtros-prensas pode ser completada em cinco a sete meses pelos micro-organismos, achando-se a matéria original devidamente provida dos princípios nutritivos necessários para o desenvolvimento dos micro-organismos causadores da decomposição. Foi também demonstrado como o adubo de sedimentos de filtros-prensas consegue estimular o desenvolvimento das seguintes plantas: milho, beringelas, feijões, beterraba e rabanetes. Dá excelente resultado quando introduzido e misturado com o solo antes da semeadura destas culturas, com o fim de estimular a vegetação e melhorar as propriedades físico-químicas do solo.

("A Fazenda" — julho, 1944 — Pág. 330).

O AÇÚCAR NOS PRIMÓRDIOS DO BRASIL COLONIAL

Basílio de Magalhães

II

Conhecida originàriamente na região de Bengala, do Industão (a voz arábica **açúcar** é adulteração, precedida do artigo **al** assimilado, do substantivo sanscrítico **shârcara**), a gramínea, depois cientìficamente denominada **saccharum officinarum**, foi primeiramente explorada na Pérsia e depois transplantada dalí pelos muçulmanos, que só em 640 aprenderam a fabricar o açúcar, para a beira do Mediterrâneo oriental e para o norte da África. Acredita-se tenham sido os cruzados que a introduziram em Chipre e na Sicília. Ou desta ou da zona setentrional do continente negro saíram as mudas que foram viçar nas ilhas conquistadas por espanhóis e portuguêses, sitas perto da costa norte-ocidental da África. Não tardou que ela constituisse a mais promissora indústria das Canárias (onde corre como provável ter sido introduzida a **saccharum officinarum** em 1480) e da Madeira, sobretudo desta última, a qual foi, por muito tempo, uma espécie de Cuba afro-lusitana, só sobrepujada mais tarde pelo Brasil, como grande empório açucareiro.

Cristóvão Colombo casou, em 1476, na Madeira (onde nasceu seu filho Diogo), com uma filha de seu conterrâneo Bartolomeu Perestrello (donatário de Pôrto-Santo), chamada Filipa Muniz; e, como houvesse morado alguns anos alí, não podia deixar de ter conhecido bem a indústria açucareira, já então florescente na formosa ilha, também afamada pelo clima salutar e pelos vinhos generosos. Sabe-se que, em carta de 1494, dirigida de São-Domingos aos reis-católicos, Colombo participou a êstes haver então plantado alí a **saccharum officinarum**, da qual pedia mais mudas, assim como o próprio açúcar, da Madeira. Tinha, pois, sobeja razão, Pedro Mártir de Angléria, — que foi conselheiro de Fernando e Isabel, — quando afirmou que o grande genovês trouxera a cana-de-açúcar por ocasião de sua segunda viagem às Índias Ocidentais; e, mencionando as plantas que os castelhanos começaram a cultivar pouco depois de chegados à América, fala, em seu "De Orbe Novo" (ed. de 1587), das **"canarum radices, exquarum succo saccharum extorquetur"**.

Verifica-se, pela "Colección de documentos inéditos del Archivo de Indias" (vol. VIII, págs. 11-12) que as canas plantadas no Haiti (ilha batizada por Cristóvão Colombo com o nome de "Hispaniola") medraram tão bem, que, poucos anos depois, já lavoravam alí 40 engenhos. E o autor da "Historia general de los hechos de los castellanos en las islas y tierra firme del Mar Oceano" (Madrí, 1601) conta que foi Vázquez de Aguillón quem, em 1506, alí fabricou o primeiro açúcar de engenho, pelo processo canarino. Em 1511, a cana foi levada do Haiti para Cuba, por Velásquez, tendo sido introduzida no México, por ordem do mesmo, logo que terminou alí a rápida conquista que celebrizou o heroísmo de Hernán Cortés, ajudado pelo amor que lhe consagrou a abnegada Mariana.

Ainda a Antônio de Herrera, — cuja citada obra, bastante vugarizada por traduções no século XVII, apareceu mais tarde com o título de "Descripción de las Indias Occidentales" (Madri, 1730), — devem-se outras notícias, não de todo verídicas, do desenvolvimento da lavoura canavieira além e aquém Atlântico. Refere êle, por exemplo, que nela empregavam os portuguêses boa soma de gente, afora não pequena parcela de negros (que, para êle, não eram "gente"), na ilha da Madeira, donde foram tiradas as mudas para o Brasil, acrescentando que em 1518 já havia muitos engenhos em nosso país, para a labuta dos quais tinham vindo da Guiné muitos escravos pretos (ob. cit., déc. IX, pág. 782).

Em um seu aproveitável e bem metodizado estudo sôbre "Os portuguêses do século XVI e a história natural do Brasil" (inserto nos fasc. 57 a 59 da "Revista de História" dirigida por Fidelino de Figueiredo), o cientista luso Carlos França declarou acreditar, ao mesmo tempo que reproduzia, sem protesto algum, as asserções de Herrera, que a cana-de-açúcar tenha sido trazida para o Brasil "com as primeiras expedições".

Resta saber onde foi que estas a plantaram na linha costeira do Brasil de Tordesillas, porque de tal fato não existe vislumbre

de referência em nenhum documento e em nenhum cronista.

Na **editio-princeps** (que tivemos a fortuna de possuir) da "História geral do Brasil" de Varnhagen, lembra-nos ter lido uma nota em que êste, aliás sempre cuidadoso e prudente em suas pesquisas e afirmações, admitiu a possibilidade de haver existido engenho de açúcar em Itamaracá em 1518. Provàvelmente, o pai da nossa história se fiou no sobredito escritor castelhano, cuja obra compulsou, tanto que dela fêz não poucas citas.

Foi pena, entretanto, que Herrera, não indigitasse os pontos do nosso litoral onde afirmou existirem "muitos engenhos", além do mais tendo êstes para a fabricação do açúcar "negro da Guiné", também vindo para as nossas plagas em 1518, consoante o referido autor.

Não nos é licito aceitar nenhuma dessas asseverações, totalmente desajudadas de qualquer documentação por parte do historiógrafo espanhol.

Cumpre, todavia, considerar que não era impossível fabricar açúcar, independentemente da instalação de qualquer "engenho moente e corrente", por volta de 1518, em algum dos poucos pontos já povoados naquela época por elementos lusitanos, ou de outra procedência européia, da nossa orla atlântica. Tanto podia êle ser extraído, por processos primitivos, de qualquer planta sacarífera indígena, — notando-se que, a exemplo da banana, do algodão e do arroz, de que havia aqui espécies nativas, também existiam no Brasil gramíneas semelhantes à **saccharum officinarum,** — como desta mesma, porventura já então medrando na zona nordestina. Ali, com efeito, como sucintamente expusemos no anterior artigo, fundou Cristóvão Jacques, não em 1518, mas em 1527, uma feitoria, tendo, antes disso, tentado ocupar aquelas terras, para o contrabando do pau-brasil, franceses vindos dos portos da Bretanha e da Normandia, não se falando já em intrusões singulares, como a do episódio de D. Rodrigo de Acuña, abandonado naquelas plagas pela nau espanhola "São-Gabriel", do seu comando, e cujo nome batismal se perpetuou nos baixios onde ocorreu o mais célebre naufrágio da nossa história, por meados do século XVI.

A aludida zona, que mais tarde havia de ser conhecida na Europa como sendo "a terra do açúcar", foi a primeira a atrair a cobiça dos súditos de Francisco I (que jamais reconheceu o direito da metrópole ibérica sôbre o nosso país), porquê no reinado e com a autorização do "rei-cavaleiro" mandou o barão de Saint-Blancard (então comandante das galeras francesas do Mediterrâneo, ou "général des armés navales", como o intitula Ferdinand Denis) ocupá-la e fortificá-la, tendo sido os audazes invasores expulsos dali em 1532, após 18 dias de tenaz peleja, pela patriótica bravura de Pero Lopes de Sousa. E, como prêmio dêsse inestimável serviço, foi que figurou Itamaracá entre as três capitanias hereditárias, concedidas por D. João III no Brasil ao autor do "Diário da navegação".

Martim Afonso e Pero Lopes de Sousa, precedidos por Cristóvão Jacques e Duarte Coelho, quase todos êles contemporâneos na defesa e povoamento da colônia luso-americana, como que balizaram nela os melhores pontos onde havia de surgir e prosperar a indústria açucareira.

Em sua minuciosa e erudita "História do açúcar" (Rio, 1942, em 2 vols., tradução feita pelo prof. Rodolfo Coutinho para a edição do Instituto do Açúcar e do Álcool), Edmundo O. von Lippmann conta da seguinte maneira como se iniciou no Brasil a sacaricultura (vol. II, pág. 31): "A cana foi levada para o Brasil de São-Tomé, onde faziam escala os navios de viagem para a Índia, talvez também de Madeira, segundo Handelmann, primeiro para São-Vicente, no sul, onde o governador Afonso de Sousa mandou levantar dois engenhos; em 1553, lá encontrou Schmidel um barco português, carregado de açúcar, pau-brasil e algodão, o qual devia levar para Lisboa as mercadorias pertencentes a um negociante alemão de Antuérpia. Pero de Góis levou de São-Vicente cana, em 1536, para Vila-da-Rainha, por êle fundada na fértil planície do rio Paraíba. Como lhe faltassem capitais para aproveitar devidamente suas plantações, levantou dois engenhos na costa, um terceiro à margem do rio, e logo escreveu confiado aos sócios: **dentro de um ano espero mandar-lhes 2.000 arrobas de açúcar, mas queiram despachar mais colonos, e, sobretudo, 60 negros de Guiné.** Antes que decorresse o prazo, lutas com os indígenas revoltados contra fraudes e violências, deram em resultado a destruição de tudo que havia sido feito. E' de notar que, também no Brasil, a introdução do braço escravo é devida ao estabelecimento da indústria açucareira; os portuguê-

ses, que se achavam na posse das costas africanas, depressa introduziram o tráfico, chegrando a organizar leilões de licença para êsse negócio".

Pelo que vamos expor nos seguintes artigos, ver-se-á o que merece aceitação no trecho acima transcrito, do qual sòmente suprimimos as indicações bibliográficas.

Estribando-se em informações que colheu nas obras de Vaetjen (uma das quais já bastante conhecida em nosso país pela tradução inserta na "Brasiliana"), von Lippmann ainda acrescenta: "Em Pernambuco, como se afirma, um almirante português levantou um engenho, presumìvelmente antes de 1520, e o açúcar brasileiro, de que dão notícias os registros da alfândega lisboeta em 1520 e 1526, pode ter vindo daí; contudo, há que investigar ainda sôbre essa questão".

Não temos notícias de nenhum almirante lusitano que antes de 1520 haja instalado engenho para a fabricação de açúcar em território pernambucano. Se no dito ano e em 1526 entrou tal produto no pôrto da capital portuguêsa, como de procedência brasileira, só se foi feito por algum processo primitivo e quem sabe se se deveu a algum dos encarregados das "capitanias-de-mar" (donde a referência a "um almirante português") que realmente existiram naquela época em nossa terra. Assinale-se, porém, que o historiador tudesco deixou em dúvida tudo quanto hauriu do escritor batavo, concluindo prudentemente que o caso reclama novas pesquisas.

Tão esmerilhada tem sido a história do nordeste brasileiro, quer pelos velhos cronistas, quer pela plêiade que tem brilhado ali no Instituto Arqueológico, Geográfico e Histórico Pernambucano, — que a existência de um engenho, movido por água ou puxado por bois, tanto na terra-firme, quanto na ilha de Itamaracá, datando do período entre 1520 e 1526, já estaria suficientemente esclarecida, se as notícias fornecidas por Antônio de Herrera e por Vaetjen, autor de "O domínio colonial holandês no Brasil", tivessem rigoroso cunho de verdade ou se alicerçassem em provas autênticas.

Houve, sem dúvida, engenhos que não puderam funcionar por muito tempo, quais os instalados em regiões dominadas por tribos indígenas não pacificadas prèviamente. E isso foi o que aconteceu nas capitanias da Paraíba-do-Sul (São-Tomé), Ilhéus e Pôrto-Seguro.

Mas, assim como registraram cronistas e documentos o número e a época em que efêmeramente trabalharam tais aparelhos de fabricação do açúcar, — o mesmo teriam êles feito com os do período anterior à vinda da expedição dos irmãos Sousas e à divisão do Brasil em capitanias hereditárias, se a existência dos mesmos houvesse ficado averiguada.

Sumariaremos, nos próximos artigos, tudo quanto diz respeito ao surto da nossa indústria açucareira, no século XVI, por tôda a extensão da orla atlântica entre São Vicente e a fronteira setentrional nordestina.

ALCOOL-MOTOR DE BABAÇU

A Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil vai financiar uma nova distilaria de álcool, com capacidade para a produção de 6.000 litros diários, no Maranhão.

Afim de garantir o tráfego motorizado, cada dia de maior necessidade no Brasil, usinas produtoras de carburante nacional têm sido levantadas. Não fôsse o álcool-motor, e estaríamos hoje em posição bastante difícil, de vez que os estoques de gasolina não permitem uma circulação eficiente de mercadorias.

O transporte, que é o problema do momento, precisa ser, com efeito, amparado.

Há, porém, no que toca à nova usina maranhense, uma nota a destacar, e é que ela vai utilizar o babaçu para a produção de álcool. Essa grande riqueza do Nordeste, a que o Brasil já vai devendo tanto, vem agora concorrer com uma nova utilidade.

("Boletim do Ministério das Relações Exteriores", 31 de maio de 1944.)

S. A. LES USINES DE MELLE

ALCOOL ANIDRO

Processo de recuperação das leveduras

Fabricação direta do álcool absoluto

USINAS	Capacidade de produção por 24 horas
Amália	10.000
Baixa Grande	5.000
Barcelos	20.000
Bom Jesus	5.000
Brasileiro	15.000
Catende	30.000
Cambaíba	10.000
Conceição	15.000
Cucaú	15.000
Junqueira	20.000
Laranjeiras	15.000
Maravilhas	15.000
Miranda	10.000
Paineiras	5.000
Pontal	10.000
Pumatí	22.000
Queimado	15.000
Quissamã	15.000
Santa Cruz	15.000
Santa Luisa	5.000
Santa Maria	10.000
Santa Teresinha	30.000
São José	25.000
Serra Grande	12.000
Tanguá	15.000
Timbó-Assú	7.000
Tiúma	22.000
Trapiche	15.000
Volta Grande	5.000

INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

Distilaria Central Estado do Rio	60.000
Distilaria Central Presidente Vargas	60.000
Distilaria Central Ponte Nova	20.000
32 distilarias	553.000 litros de capacidade diária

ESTABILIDADE ABSOLUTA

FUNCIONAMENTO SIMPLES

ECONOMIA DE MATERIAL

ECONOMIA DE COMBUSTIVEL

FERMENTAÇÃO

MELLE—BOINOT

Processos azeotrópicos de desidratação

USINAS	Capacidade de produção por 24 horas
Amália	10.000
Baixa Grande	5.000
Barcelos	20.000
Bom Jesus	5.000
Brasileiro	15.000
Cambaíba	15.000
Conceição	15.000
Cucaú	15.000
Cupim	20.000
Fazenda Lidia	5.000
Laranjeiras	15.000
Leão (Utinga)	10,000
Maravilhas	15.000
Miranda	10.000
Outeiro	30.000
Paraiso (Tocos)	15.000
Piracicaba	15.000
Pontal	10.000
Porto Feliz	20.000
Pumatí	22.000
Pureza	6.000
Queimado	15.000
Quissamã	15.000
Roçadinho	7.000
Santa Bárbara	8.000
Santa Cruz	15.000
Santa Luisa	5.000
Santa Maria	10.000
Sapucaia	6.000
São José	30.000
Serra Grande	15.000
Tanguá	15.000
Timbó-Assú	7.000
Tiúma	22.000
Trapiche	15.000
Vassununga	5.000
Vila Raffard	20.000

INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

Distilaria Central Presidente Vargas	60.000
Distilaria Central da Bahia	12.000
Distilaria Central Ponte Nova	20.000
40 distilarias	595.000 litros de capacidade diária

NOTAVEL AUMENTO DE RENDIMENTO
MAIOR CAPACIDADE DE PRODUÇÃO
TRABALHO SEGURO E QUASE AUTOMÁTICO
MELHOR QUALIDADE DO ALCOOL FABRICADO

na fermentação de:
açúcar, melaço, caldo de cana, mandioca e cereais..

Representante geral no BRASIL:

ROBERTO DE ARAUJO

RIO DE JANEIRO

Av. Presidente Vargas, 149 — 9.º andar — salas 17/18 — Tel 23-3081

UM DOCUMENTO DO SÉCULO XVIII

José Honório Rodrigues

Em número anterior de "Brasil Açucareiro", (1) publicamos dois documentos sôbre o açúcar no século XVIII que pertenciam, como êste que ora divulgamos, ao códice CCXCIX da Biblioteca Nacional.

Êste, como os outros, andavam juntamente escritos pela mesma letra do documento n. 13.285 do Catálogo da Exposição de História do Brasil — Descurso e estabelecimento da Cobrança dos fretes dos Navios do Brasil em Lisboa por hua Direcção de homens de negocio. Não ocorre data nem nome de autor.

Na nossa bibliografia sôbre o açúcar no século XVIII já haviamos registrado sob os ns. 21, 22 e 23 os dois documentos publicados e o que hoje publicamos. (2)

O manuscrito que se vai ler não só ainda está inédito como não foi aproveitado por quantos se hão ocupado da história econômica brasileira.

E' possível, mediante a crítica externa do manuscrito, estabelecer a data aproximada em que foi escrito. Pelo seu conteúdo, verificamos que êle se refere à lei dos preços dos açúcares e tabaco, promulgada no reino de D. José, declarando que a mesma estava em seu inteiro vigor. O regimento do comércio de açúcar e tabaco é de 16 de janeiro de 1751 e o decreto de 27 do mesmo mês e ano. (3) Mas vê-se pelo documento que, embora em vigor essas leis, o que se procurava era combater sua ineficiência e o desajustamento econômico que provocava. O autor escreveu que antes, e inda algum tempo do Reinado do Sr. D. José tinham as produções decaído na sua extração e valor, reduzindose à última decadência, o que nos leva à suposição de que o mesmo só tenha sido escrito na fase final do govêrno de Pombal. Corrobora essa suposição o fato do manuscrito louvar a "circonspecção do Snr. D. Jozé no seu feliz Reynado", coincidindo com a opinião de escritores autorizados que reconhecem os efeitos benéficos da lei de preços e do regimento. Varnhagen, por exemplo, declara que o comércio de açúcar e tabaco cobrou grande desenvolvimento, (4) e João Lúcio de Azevedo (5) escreveu que com as citadas leis se estimulou o mercado, e a exportação favorecida em breve fêz desaparecer o excesso de produtos acumulados que trazia a ruína.

O terceiro quartel do século XVIII (1750-1775), como escreve João Lúcio de Azevedo, parece oferecer uma pausa à decadência progressiva que se apoderara da nação portuguêsa.

Esta deve ser, pois, a época aproximada a partir da qual o documento pode ter sido escrito. Acontece, porém, que no terceiro manuscrito, que já publicamos, citam-se dados relativos aos anos de 1780, 1781 e 1782. Como êsse manuscrito é da mesma letra e aborda os mesmos problemas que aquêle, parece-nos que 1782 deve ser considerada a data última em que possìvelmente terá sido escrito.

O documento refere-se amplamente aos prejuízos causados ao açúcar e tabaco pela lei dos preços, criticando as potências que querem levar "os preços dos seus gêneros a um galarim", porque por essa máxima mal fundada dão lugar a que outras procurem "meyos de os terem, ou os darem mais baratos".

Não há dúvida quanto às vantagens do estudo e análise da história dos preços no Brasil. E' um caminho indispensável à exata reconstituição da vida econômica do país. História econômica sem história de preços e de salários é história incompleta. Por meio dêsses dados podemos comparar o padrão de vida das populações brasileiras, pois elas re-

---

(1) — V. Dois documentos sôbre o açúcar no século XVIII, agôsto de 1942, p. 38-49.

(2) — V. A literatura brasileira sôbre açúcar no século XVIII, julho de 1942, p. 6-25. Cf. p. 9.

(3) — V. Antônio Delgado da Silva, Collecção de legislação portugueza desde a ultima compilação das Ordenações redigida por... 1750-1820. Lisboa, 1825-1847. 9 vols. vol. I, p. 32-38, 38-40.

(4) — V. Visconde de Porto Seguro, História geral do Brasil, IV tomo, p. 308.

(5) — O Marquez de Pombal e sua época, Anuário do Brasil, 2.ª edição, 1922, p. 105.

fletem e medem a influência das mudanças de métodos agrícolas, de transporte, de consumo, e são os fenômenos sociais mais suscetíveis de recordes estatísticos objetivos.

Êste documento nos dá preços de açúcar e tabaco, discute a lei que os fixou, mostra suas desvantagens, relata as questões próximas que tornavam precárias as condições econômicas e aponta as dificuldades do transporte.

Merece, assim, acolhida nesta revista de estudos econômicos.

Descurso sobre os preços dos asucares, e tabacos, não serem muito enteressantes a Monarchia os seus preços altos, e só se poderão conservar em hum equilibrio, a regularse com sahirem os Navios no Brazil pela preferencia das suas entradas

As Potencias mais Cevelizadas no Comercio e aumento da felicidade dos seus Vaçalos, tem sido aquela q nestes ultimos seculos, tem procurado no Giro de toda a Europa dar hua prompta aportação aos generos d'Agricultura, e manefactura que demais crece nos seus Reynos, e Dominios; e aumentarem outras que anecessidade tem já feito uzo.

Para conseguirem o mayor aumento das suas exportaçoens, tem as Potencias enteressantes mandado observar nos mercados da Europa o preço a que correm os seus Generos, para que combinando-os sabem qual seja o motivo do empate, para lhe darem hua prompta providencia. Seo empate he por cauza do preço, a providencia que lhe procuraó dar, he se tem grandes direitos, e contribuiçoens para lhas demenuir; e quando não bastem todos os direitos, e contribuiçoens, inda chega a mais, com darem hua gratificaçaó aos que liberalmente fazem as esportaçoens.

Maxima esta que tem opolentado as Monarchias que neste seculo se vem mais ricas, e respeitadas, tendo tido as observaçoens para as esportaçoens do crecido da suas Agriculturas, e manufacturas, que faltando-lhe estas modicamente se heriaó destituindo do girio do seu comercio, que os pode se igual as Potencias velegirantes nos seus enteresses.

Nos os Portuguezes que demos a conhecer a Europa que havia mais mundo daquele conhecido, e que Deos tinha criado este universo pela ordem de sua Oniputencia com deferentes Climas, em que neles reproduziaó outras Agriculturas, e manufacturas deferentes.

Esta gloria a tiveraó os Herois Portuguezes, que desprezando temerariamente a propia vida, se Lançaraó ao acazo da inconstancia do mar, onde a felecidade os conduzisem, para darem a conhecer a Europa toda, e ao gentio naó conhecido, que havia hua estrada franca para se comonicarem, e haver entre elles hum Comercio reciproco, para se proverem do que em huns Paizes, os Climas davaó deferentes produçoens, em outros as fertilidades do terreno os produziaó com mais abundancia.

Estas produçoens de deferentes Climas tem crecido a tal excesso, que já hoje os Europeos tem feito tanto uzo quanto he da primeira necessidade, e entre ellas temos nos o asucar, tabaco, couros, cacaó, cafe, algodaó, e outros generos hidos do Brazil, que fazem o primeiro objecto do Comercio deste Continente, que tendo antes, e ainda algum tempo do Reynado do Sr. Rey D. Joze descahido na sua estração, e valor, reduzindo-se a ultima decadencia, pelas observaçoens que outras Potencias fizeraó para os darem mais comodamente, e destruirem a ocurencia destes nossos generos nos mercados da Europa.

Não deixou a circonspecção do Snr. Rey D. Joze no seu feliz Reynado do pensar, que o que devia opulentar o seu Reynado e fazer felizesses os seus vaçalos hera as esportaçoens dos generos que demais creciaó nele, e nos seus Dominios, e como achou que hum dos principaes hera o asucar, tabaco, e couros, hidos do Brazil, mandou observar nos mercados da Europa, a que preço se poderiaó dar, que igualase aos das mais Potencias, e achando que a desigualdade dos preços por que se compravaó, e avultados Direitos que pagavaó, hera a cauza de todo o empate, que por esta razaõ naõ só deixavaó de girarem estes generos, como tambem a ocurrencia fazia perder muitos.

Por sua beguinadade (sic) e grandeza attendeo aos seus vaçalos no empate dos seus generos, com demenuir nos seus Direitos, e conceder beneficios a quem os transportassem por baldiaçaõ para fora do Reino. Para facelitar masi abulio as frotas, e pós os Navios

em hua Liberdade de sahirem, e hirem buscar estes generos nos tempos que lhe parecem mais conveniente taxando-lhes hum frete modico para sua barateza.

Inda naõ parou aqui a sua attençaõ, porq mandou ao Brazil observar estes mesmos generos a que preço os poderiaó dar os Lavradores que lhe fizese conta, e achou que na Bahia o tabaco seria hum preço ventejozo a primeira folha 1$000, 2.ª. 900$ e 3.ª. a infima qualidade 800 arroba. O asucar branco firmo 1$400, redondo 1$200, baixo 900, mascavado macho 600, redondo 500 e broma 400 arroba, por serem na qualidade milhores, que os das mais partes do Brazil. Pernambuco, e Rio de Janr.º por serem demais inferior qualidade, 1$300, 1$1$$, 800 branco, e mascavado 500, 400, e 300.

Feitas estas observaçoens sem prejuizo dos Lavradores por Ley espreça taxou com penas graves estes preços, que observando-se mostrou logo, que foi de muita utilidade para a esportação, e venda do asucar, e tabaco, por quanto logo que chegavaó a Lisboa, e Porto, faziaó conta ao vendedor, e comprador, de sorte que já senaó conhecia empate, mas sim hua prompta sahida.

Esta Ley taó Santa, e justa para o bem dos Lavradores; e Negociantes, tem o descurso de tempo feito naõ ser observada de sorte que em tempo de hua paz geral entre as Naçoens da Europa, se pode considerar, que em poucos annos pela falta de esportaçaó, tornaraó a sua ultima decadencia.

Com esta mesma Ley se deraó os Lavradores tanto por satisfeitos, quanto foi o aumento das suas Lavouras, por q acharaó nos Negociantes hua a sestencia prompta, e sem falencia, que com ella dobraraó as suas Lavouras, e logo se vio o effeito, com serem as safras do asucar, e tabaco dobradas do q no tempo antes da Ley.

Maxima mal fundada em hua Potencia Levarem os preços dos seus generos a hum galarim, por que dâ Lugar a outras de procurarem os meyos de os terem, ou os darem mais baratos, a Potencia que delles carecem, te qº finalmente o girio de quem o tinha, e fazia girar por toda a parte vir a ficar decadente; exemplo temos do nosso tempo.

Heramos nos Senhorés de entroduzirmos os tabacos nos mercados da Europa, e como naõ havia outro com abundancia em outras partes, o davamos por hum preço alto; que fes as outras Potencias procurarem meyos de o terem mais barato, fazendo que o nosso descahisse, pela carestia, que a sim veyo a suceder, q já doze mil rolos em Lisboa naó tinhaó aquela prompta esportação, e esperementavaó os Negocios prejuizos, que representandose a S. Magde. que a causa deste empate hera o grande direito que tinha, e que naó podia girar na Europa na mesma barateza do preço, que os das outràs Potencias, foi servida begninamte attender aos seus vaçalos com lhe perdoar os Direito, de sorte que ja no tempo prezente se vem chegar a Lisboa em hua safra trinta mil rolos.

Outros exemplos poderia dizer, porem direi somente respeito da pescaria do bacalhao, que a perdemos por falta do Menisterio naquele tempo naó ser taó circonspecto como no do prezente, que a ser teriamos esta pesca em que instruiriamos Marinheiros para a Marinha, e em lugar de nos estarem instruquindo **(sic)** o preciozos, ficaria no Reyno, e conduziriamos **(sic)** delle, aquele que desfurtacemos **(sic)** das outras Potencias, a quem se Levasse.

A pouca, ou nenhuma observaçaó da Ley dos Asucares, e tabacos, cauzou a desordem, que tem nascido da brevidade q os donos dos Navios os querem espedirem, sem atenderem ao prejuizo que poderaó ter, e fazer esperimentar ao Geral do Comercio, com quererem todos ao mesmo tempo carregarem, e sahirem, sem estar a mayor parte da safra recolhida nos trapiches da Cid.e

Esta desordem e confuzão faz alterarem os preços a hum galarim, que logo se conhece o prejuizo pela competencia aquem ha de espedir os seus Navios, e ja os Lavradores estaó de antemaó retardando os seus generos do asucar, e tabaco, para sempre fazerem a mesma necessidade, e obrigarem-lhe a dar o preço que elles querem, tanto em prejuizo do Comercio, como na esportaçaõ que devem ter para fora do Reino, em preço que com igualdade circulem com os das mais Potencias.

No mesmo genero do tabaco, se tem conhecido desordem, porque para a sua prefeiçaó, e qualidade tem tempo certo para o seu beneficio, como se tem esperementado, que os primeiros que se recolhe à caza da Arecadação da Cid.e saõ os que alcançaõ mayor preço, pela brevidade dos Navios que seos Donos tem apromptado com a carga sua, e por esta cauza deixaó os Lavradores de lhe darem

aquele tempo prefícho do seu beneficio e por esta brevidade se esperementa no jardim do tabaco muita parte delle de muito ruim qualidade, e muitas vezes podre, o que se naõ pode examinar na Caza da arecadaçaó, por vir fresco sem que se possa conhecer a sua ruim qualidade.

Para evitar esta desordem que tanto prejudica ao Lavrador, que muitas vezes na Casa da arecadaçaó lho refutaó por podere, como ao Negociante, que intendendo compra hum genero de boa qualidade, e que tem a falta do beneficio que ignora se expoêm a perder o principal do tabaco e os fretes do Navio.

Tem esta Lavoura tempo certo da sua plantaçaó, nutriçaó, colheita, e beneficio, que qualquer destes, ainda m.to breve que lhe falte do tempo, he muito melindroza esta folha para se perder, e para evitar este prejuizo da brevidade. com que os Lavradores o querem pôr na Cidade, justo he destinar-lhe o tempo que se deve entrar a recolher nella, que he no fins de Janeiro, por quanto só assim poderaó plantarem o tabaco no tempo competente da sua estaçaó, que he ser semiado, e crecido com chuva, e colhido, e beneficiado com sol, e fugindo-lhe desta estaçaó perderaó esta planta.

Será prohibido a qualquer pessoa hir, ou mandar comprar tabaco nos portos do Reconcavo, por quando tem mostrado q.to he falcefícado em prejuizo da mesma Lavoura no seu credito, e juntamente o prejuizo que cauza aos Negociantes que tem asestido aos Lavradores para aumento da sua Lavoura, que chegando estes aos portos do Reconcavo, e vendendo o tabaco, naó pagaó aos Negociantes que lhe asestio, adiantado com o dinhr.°

Da mesma sorte se devia prohibir, a qualquer pessoa que naó fosse Lavrador comprar tabaco embollar para depois enrollar, com pena de lhe ser confiscado na Caza da arecadaçaó, mas só sim premetido ao Lavrador, podelo comprar aos pobres que naõ podem enrollar, p.a este o beneficiar debaixo do seu numaro.

Attendendo as circonstancias, e consequencias, que trazem consigo as alteraçaó dos preços dos asucares, e tabacos em prejuizo grave da Lavoura, e Comercio pelo empatte que haverá destes generos nos mercados da Europa pela sua Carestia, que será a cauza hum dia de ficar na ultima decadencia, pela falta que teraó os Lavradores da venda dos seus generos, e avertencia para sosterem, e aumentarem as suas fabricas, como antigamente que se puzeraó na ultima decadencia.

Inda que a Ley dos preços estabelecidos no asucar, e tabaco está em seu enteiro vigor, senaõ pode dar cumprimento della, por serem huns preços ajustados particularmente em que o vendedor, nem o Comprador se haõ denunciar, e o remedio que ha, he procurar a origem que conduz desta desordem da alteraçaõ que naõ he outra mais que os Navios naó terem regularidade da sahida dos portos do Brazil.

Esta desordem da sahida dos Navios, que taó prejudicial he ao genero do asucar, e tabaco, como se tem mostrado, naó se pode evitar sem quebrar os erpes (sic) dos ambiciozos e opulentos, com estabelecer por Lev, que os Navios naó possaó sahir dos portos do Brazil senaó pela preferencia da sua entrada, de sorte que logo no principio do anno, que he quando principaó a virem de fora as Ca-

xas, e tabacos, se poraó a carga coatro Navios no cazo que naó estejaó alguns do anno antecedente ja com carga, e estes abarrotados outros coatro, e asim mais coatro, de sorte com estes doze Navios podem sahir com a força do tabaco, e destes em diante e a seguirse a ceria (sic) de dous, em dous Navios, e o mesmo se observará emquanto aos Navios da Praça do Porto.

A prohibiçaó de naó quebrantar esta ordem da preferencia dos Navios, se estenderâ a que por motivo algum, inda naó imaginado, possaó os Governadores ampliarem-na, inda mesma a favor dos Contratadores, por que a haver necessidade de prompto avizo, escolherá o Governador hum da preferencia para o mandar adiantar, e fazelo espedir Logo, emquanto aos Contratadores para a espediçaó dos generos do seu contrato, tem Navios promptos para os transportar, e os seus fiquem na mesma regularidade da preferencia, por ser muito alheyo os Navios dos seus contratos.

Como podèra algum Negociante ter embarcaçaó piquena, que naó passe de ser curveta de dous mastros, e a queira mandar para Lisboa, ou Porto p.a delá seguir algum girio para Angola, ou Costa de Africa, deste será Licito, sem preferencia espedila, sem carga algua dos Negociantes, mas sim sendo toda sua propia, com pennas graves quando se conheça carregou algua de outrem, e no cazo carregar da Praça, poderá entrar no numaro da preferencia conforme a sua entrada.

Todo o Navio que quizer carregar madeira e outros generos, que naó sejaó caxas, tabaco, couros o poderá fazer sem preferencia, e como nestes fretes de nenhua utilidade lhe poderâ ser, mas só sim de navegar o seu Navio, lhe ficarâ correndo a sua ves da preferencia da entrada, com tanto que esteja no porto a tempo d.entrar nella.

Na factura dos Navios novos a seu beneficio, e animar esta construçaó, que de tanta utilidade he para a Monarchia, terâ a sua anteguidade desde o dia que puzer a quilha no estaleiro para a sua preferencia, registando este mesmo dia na Meza da Inspecçaó.

Por cauza da guerra passada, se fizeraó muitos Navios, de sorte que o Brazil naó tem carga para os carregar todos os annos, e só com a providencia da preferencia das suas entradas poderaó carregar, e de outra sorte haverá o Navio que esteja no Brazil dous, e tres annos ancorados sem navegar, e como necessariamente exvid (sic) a quantidade ficaraó muitos de invernada, e sucessivamente a todos sucederá o mesmo, se pode dar a providencia de se lhe alterar os fretes a 350 arroba, que os generos do asucar, tabaco, e couros, ja naó carecem que os Navios da sua parte concorraó para a esportaçaó do Reino para fora, a sim como quando se estabelece a Ley dos seus preços, que mal lhe chegavaó a dar por elles os preços estipulados e hoje os vendem sobre estes preços por mais 400 e 500 em arroba.

Esta rigulaçaó he muito enteressante aos proprietarios dos Navios, e Negociantes, por quanto evita as desordens dos preços por naó carecem adiantalos com carga sua, para que a Praça entre acarregar, e juntamente Livrase de se esporem decorrem hum risco a hum cabedal muito grande, que se ouver hua infelicidade, ficará hua Caza de Negociantes de todo perdida.

Bem se estranharâ neste primeiro estabelecimento, que quem tiver carga, e Navio para carregar, lhe parecerá muito mal; porem refletindo desapaxonadamente ao bem commum, pode conciderar, que asim como pode dar a sua carga a Navio estranho, tambem estâ a preferir a sua vez na mesma ordem da sua preferencia, e fica izento detemerariamente correr risco avultado, ou tambem esporse depois de ter os seus generos carregados demorar-se por falta do visto da carga, para abarrotar o seu Navio.

Na certeza da prompta espediçaó dos Navios, fica desnecessario reter-se a carta nos trapiches, e caza de arecadaçaó, mas sim seus donos, sendo negociantes e podem fazer, por terem coatro Navios a carga, em que podem repartir o seu risco, no cazo que tenha por naó avultado de efeitos, e ao Lavrador que o seu mayor enteresse he que depois de fazer a colheita dos seus fruto ter prompta sahida, por se valer do seu trabalho. A Meza da Inspecçaó terá jurisdiçaó de fazer carregar as Caxas, e tabaco que estiverem retidas quando ache renetentes os Negociantes, e Lavradores na venda delles. Bem intindido que estando auzente o vindedor, a Meza da Inspecçaó como ha preços estipulados, os podera

vender, e fazer recolher ao Cofre da ditta Meza, sua importancia, de que o dono do genero recebera o seu dinhr.º

Como com estas preferencias de entrada dos Navios poderaó alguns temerarios Negociantes entreduzirem-nos de muito pouco conceyto, e mal fabricados, ou por velhos, ou por falta do seu fabrico, e necessario para a sua segurança. Antes de se pôr a carga será examinado pelo Intendente da Marinha, Pátraó Mor e Mestre da Ribeira, para ver se está nos termos de seguir viagem com carga, e naõ poderá correr o despacho sem apresentar bilhete de que está feita esta deligencia — q será gratuitamente, sem que o proprietario do Navio pague couza algua de vestuaria, por quanto bem se achaõ pensionados de contribuiçoens. Para evitar paixoens de empenhos, em cazo de tanta segurança, porque em fim sai vidas, e fazendas, no cazo dinfelecidade do Navio por cauza do fabrico, ou preparo delle, ficará o Intendente e seus Adjuntos responsaveis por todo o prejuizo.

Todo o Navio comprado a Estragr.os, e naó for construhido no Reyno, ou Dominios, ficará no Brazil escluido da preferencia para nãó entrar nella; asim como tambem os Navios que passarem no Brazil de hum para outros portos, que naõ tiverem diretamente entrado no Reino, porque de outra sorte, seria de grande confuçaó, e só lhe será Licito poder carregar na falta de Navio de preferencia.

O ARMAZENAMENTO DO AÇUCAR

Por julgar de interêsse de nossos leitores, resumimos aqui as opiniões formuladas em um número recente do boletim da Associação Jamaiquina de Tecnólogos Açucareiros.

O armazenamento do açúcar em edifícios que não se acham completamente fechados, deve ser evitado, assim como naqueles que foram mal construídos ou que não foram edificados para êsse fim. Recomenda-se que o açúcar seja armazenado em montes do maior tamanho possível, para que a área exposta seja a menor em relação ao volume e que os armazéns sejam cheios até o máximo de sua capacidade e em seguida fechados hermèticamente afim de proporcionar melhor regulação da umidade. Recomenda-se, também, que as fábricas que tenham demasiada quantidade de bagaço o empreguem juntamente com papel alcatroado para o isolamento das pilhas de açúcar. Se não houver outro remédio senão armazenar o açúcar em edifícios que não foram construídos para êsse fim, deve-se então procurar empilhar bem junto e tapar as aberturas da melhor maneira possível. Foi mencionado que, em Cuba, armazenou-se o açúcar ao ar livre por algum tempo, sem se notar grandes perdas, principalmente porque os montes do mesmo foram cobertos com papel alcatroado ou encerado. Ademais, dentro de um mesmo edifício podem-se tapar os sacos colocando uma camada de bagaço de umas nove polegadas de espessura, aproximadamente, entre o tablado e as três paredes do armazém, cobrindo a parte de cima dos sacos com tiras de papel "sisalkraft" dobrando-o e deixando pendente sôbre o lado exposto da pilha de açúcar. Quando assim se fêz, as perdas devidas às abelhas foram insignificantes, mas houve formação de uma solução clara e branca de açúcar nos sacos do fundo.

Foi feita uma sugestão de que a formação da mencionada solução podia ter sido devida à inversão do açúcar ocasionada pela umidade do cimento e do ar. Foi sugerido o amontoamento do açúcar em uma plataforma, sendo aplicada uma capa de bagaço e "sisalkraft" entre o piso e a plataforma, protegendo-se então tôda a pilha com papel "sisalkraft". Como o problema mais importante é evitar as perdas causadas pela umidade, foi aconselhada a colocação de cal viva em um armazém com o fim de reduzir a umidade. E' preciso que se tenha em devida conta que, colocando-se um adubo que emane amoníaco no mesmo armazém de açúcar, haverá um aumento na rapidez de fermentação dêste.

Para o melhoramento da qualidade do açúcar deve-se usar nas centrífugas a menor quantidade de água possível e quando esta é usada deve ser água esterilizada. Foi mencionado que em Trinidad foram empregadas lanternas para a prevenção da condensação da umidade atmosférica. E' preciso ter cuidado para que se não forme umidade dentre os sacos e o chão, podendo ser usado para êsse fim o papel "sisalkraft" diretamente sôbre o chão, colocando-se os sacos sôbre êste. Uma outra maneira de evitar os danos da umidade proveniente do cimento é pelo emprêgo de tábuas que são colocadas no chão, sendo os sacos de açúcar empilhados sôbre estas. O melhor resultado é, provàvelmente, devido a haver circulação de ar entre o chão e os sacos.

("A Fazenda" — Junho de 1944.)

O ÚLTIMO RAPADUREIRO CARIOCA

Affonso Varzea

Os famosos mapas do sargento-mór Manuel Vieira Leão, governador da fortaleza do Castelo de São Sebastião, os melhores da capitania do Rio de Janeiro no século Dezoito, atestam por meio das esplêndidas cópias existentes no Instituto Histórico, na Mapoteca do Itamaratí e na Biblioteca Nacional, quanto o Recôncavo da Guanabara valia por maior reduto açucareiro fluminense na segunda metade do Setècentismo.

O delta do Paraíba a que ora, comandado por Campos, cabe êsse primaciado econômico, àquele tempo nem mesmo possuia o formigamento de engenhos das baixadas e encostas situadas entre os maciços da Tijuca, da Pedra Branca e do Gerecinó, ou seja da península frusta que, entre a Guanabara e a baía de Sepetiba, ficou para sede da administração central do país.

Êsse esplendor canavieiro da terra carioca nos últimos vintênios da era colonial bruxoleia agora em três fábricas — dois aguardenteiros e um rapadureiro — tendo os produtores de pinga instalações bem melhores que a almanjarra a céu descoberto do último.

Canavial em Jacarépagua na baixada do Rio Grande, que desce do Maciço da Pedra Branca, das faldas ocidentais do Morro de Santa Bárbara, bossa boscosa de 860 metros, a coisa de 2 quilômetros a sussueste do Pico da Pedra Branca. A confusão nomenclaturista reinante em certos setores da sistemática da doce gramínea, assumiu no local debate pitoresco, afirmando os trabalhadores do canedo que ali estavam plantadas a Paulista Branca e a Pó de Ouro, quando, sobrevindo o dono, assegurou que sempre conhecera aquelas canas por Baianas. Acrescentou que devido à devastação do Mosaico já assentara a substituição em massa pelas Javanêsas, estando de posse de mudas da Quatorze, forma por que abreviava a POJ 2714. Planta exclusivamente para abastecer os Caldos de Cana da cidade — Cana para Refresco — orgulhando-se Xisto de Sousa de vasta freguezia que ia desde o butéco do Largo da Taquara até os bars do centro da capital. Ao fundo recorta-se o perfil arqueano do mais vasto e mais alto maciço carioca, destacando-se ao centro o ponto culminante, a Pedra Branca, com 1.024 metros, enquanto à direita arredonda-se, em plano mais próximo, o Monte Alegre, cujo balão florestal não chega a 800 metros. Foto Paul Stille para a "Geografia do Distrito Federal" do professor Affonso Varzea, gentilmente cedida pela Secretaria Geral de Educação e Cultura.

Restos de uma atividade local notável há dois séculos, encontram-se os três núcleos bem afastados da metrópole, todos na vertente da baía de Sepetiba, lembrando que o formidável crescimento comercial-industrial da capital vem irradiando formas progressistas, impondo necessidades de ocupação produtiva do solo, e reconhecendo a entrada de similares originados em outras zonas do país — de sorte a engendrar verdadeira teia de recalques e substituições nos tipos mais velhos da economia do Distrito Federal.

O VELHO TEIXEIRA

Posuidor de organização mais incipiente,

lògicamente o rapadureiro é o que se encontra mais afastado da Avenida Rio Branco, dentro de uma chacrinha à beira da Avenida da Areia Branca, no acesso meridional ao aglomerado urbano de Santa Cruz.

O nome do logradouro, traduzindo bem a baixa planície de recente atêrro holocênico sôbre que se rasga, também indica a vizinhança do mar, raza toalha dágua da baía de Sepetiba, não mais de cinco quilômetros a sudoeste.

Nutrindo-se de canas Listrada e Cêra, a Engenhoca do Teixeira, como ficou conhecida em tôda a vizinhança, chegou a produzir no bom tempo dentre 200 a 300 rapaduras por dia, vendidas na fôrma a $400. Eram tijulos de 250 gramas, disseminados ao consumidor pelos revendedores a $700 o exemplar, confirmando que a micro - rapadura, ainda em voga entre os produtores paulistas da alta e média bacias do Paraíba, é o tipo pelo qual os nutrientes paralelepípedos terminam sua carreira entre o Guandú e o Merití. Melancólica palestra a que mantive com o velho Teixeira na enevoada tarde de fim de agôsto, quando a viração atirava para cima das terras deltaicas do Guandú-Itaguaí massas da densa mistura névoa-sêca-fumaça-das-queimadas que boiava, havia dias, sôbre o golfão da Ilha Grande, transbordando para o Atlântico além Marambaia.

Ajudado pela neta Neuza, o velho Francisco Teixeira da Cunha — — último rapadureiro carioca — arma as fôrmas do doce alimento, enquadrado pelos dois recipientes de cobre, o Tacho pela frente da moça e, à direita do veterano fabricante do sertão do Distrito Federal, uma beirada da Tacha. Foto Paul Stille para a "Geografia do Distrito Federal" do professor Affonso Varzea, gentilmente cedida pela Secretaria Geral de Educação e Cultura; figurou na bela coleção do Stand da Prefeitura do Distrito Federal na Exposição do X Congresso Brasileiro de Geografia

Confessou o encanecido rapadureiro que êste ano encerrara sua atividade hereditária nos doces tijolos devido ao absurdo preço da lenha, apenas com a ponta de contentamento de haver sido o derradeiro de tôda uma constelação rapadureira bem viva ao fim do século passado, com alegres engenhos a produzir pela baixada, desde as serras da Capoeira Grande e da Inhoaíba, pelos dois lados da serra da Paciência, até pra lá das calhas dos Guandús, alastrando-se, além das lindas fluminenses, por em roda de Itaguaí e pela frente do paredão da Serra do Mar confrontante com Belém.

Alguns dêsses rapadureiros haviam sido seus fraternos amigos, e a ternura da saudade de Francisco Teixeira da Cunha ia principalmente para o Chico Neiva e para o Paladino, fazia coisa de vinte anos figurando entre os melhores canavieiros lá na baixada do Rio do Campinho, em roda da Fazenda dos Palmares.

Precisamente entre Santa Cruz e a Fazenda dos Palmares, primeiramente à margem da Estrada do Rio do Ar, depois ao lado de uma pista arenosa serpenteando ao sul da Estrada da Manguariba, dois rapadureiros cessaram meses antes de Chico Teixeira, o alemão Leopoldo Liderer, que ora se diz "russo", no bem organizado Lote 21, a leste do Morro do Itá, e o velho Antônio Monteiro para lá da Lama Preta, entre a Manguariba e a Estrada dos Palmares.

IMPORTAÇÕES DA ÁSIA

A sueste dos dois últimos, a meia distan-

cia entre a Areia Branca e os Palmares, pompeou durante todo o primeiro quartel dêste século como maior produtor carioca outro Teixeira — José Correia Teixeira — de tradicional família mineira da Mantiqueira ao norte de Juiz de Fora.

Popularizado como Engenho do Teixeira, em verdade Engenho Pai Paulo de grande tradição, já fabricava pinga e açúcar ao tempo em que funcionava, onde se ergue agora a estação de Paciência, o Engenho do Mato da Paciência, que pertenceu à Marquesa de Santos.

Explicou-me o mineiro Teixeira — sessentão alto e ossúdo como um bandeirante da pinta dos Leme — que ainda ao tempo das festas do Centenário da Independência produzia 500 pipas de aguardente por ano, e 12 caixas de 200 rapaduras por dia na safra, rapaduras de 250 gramas. Chegou a ter plantados 10 alqueires de canas Listrada e Cêra — que tem por apelidos da Caiana — e também da Coração de Negro, tendo cessado as atividades canavieiras em 1939, quando chegavam a seu conhecimento as virtudes das Javanêsas.

Agora convertida em instalação de beneficiamento de laranjas, a estrutura em dois lanços do Engenho Pae Paulo indica bem a envergadura daquela que foi, para todo o primeiro quartel dêste século, a maior fabrica de aguardente e de rapadura do Distrito Federal. Ao fundo a rampa suave do derrame fonolítico do Morro de Santa Eugenia, acolado à massa de Biotita Guais da Serra de Inhoaiba. Ficam as instalações a pouco mais de 2 quilômetros a sudoeste da estação de Paciência, junta à qual estão edificações do famoso Engenho do Mato da Paciência, que pertenceu à Marquesa de Santos. Foto Paul Stille para a "Geografia do Distrito Federal", gentilmente cedida pela Secretaria Geral de Educação e Cultura; figurou no Stand da Prefeitura do Distrito Federal no X Congresso Brasileiro de Geografia

Foi o Boom da laranja que o levou a passar de rapadureiro-aguardenteiro a citricultor, ao mesmo tempo em que fortalecia seu rebanho de gado leiteiro. Agora, com o "crack" da fruta asiática, pensava em ampliar resolutamente seus bananais, pois êstes andavam pagando bem quantos lavradores conhecia no Distrito Federal e no Estado do Rio.

Frisara intencionalmente **fruta asiática** para justificar que era fazendeiro — dizia **situante**, conforme a giria rural carioca para sitiante, homem que tem Sítio — estudioso da profissão, tendo-se enfronhado na história da expansão das cítricas a ponto de explicar que aquelas do Mediterrâneo, conhecidas dos romanos, eram amargas, como os limões, sendo as variedades doces resultado do labor dos agricultores secularmente famosos da Ásia de Sueste, tendo sido introduzidas em nosso país, e em muitos outros, pelos caravelеiros lusos como Laranjas da China.

Não só a benéfica invasão do Brasil pela cana devia-se ao ousado comércio quinhentista dos fortes homens de Manoel 1º e do Terceiro João, mas também a penetração dos pomares sul-americanos pelos saborosos frutos vermelhos.

Exalta um momento a santa repercussão dietética da aventura mundial dos lusíadas, de que se orgulha de ser descendente, mas quanto às bananas entende que havia variedades americanas e variedades africanas, batendo-se por uma coincidência que realmente a botânica vai verificando existir entre diversos vegetais de um lado e outro do Atlântico. Repisa que os marujos das frotas

de rubra cruz de malta tanto encontraram a Musa nas pequenas roças dos tupís — Jardins, chamaram a elas Thevet e Lery — como em roda das cubatas africanas, embora provàvelmente, no papel de difusores transoceânicos de artigos de alimentação, muito logico em caçadores de especiárias de raio de ação mundial, houvessem para cá importado melhores variedades da India, prodúto do superior talento de domesticação da veterana lavoura asiática.

PACIENCIA, PEDRO...

Decididamente é um prazer ouvir o desempenado e sólido varão Teixeira, que arenga como numa assembléia, dirigindo-se também aos atentos soldados do ar do Aeroporto Bartolomeu de Gusmão, que em Santa Cruz pediram carona na "camionette" até Bangú. Sem dúvida como homenagem à mocidade dos galuchos vizinhos dos Blimps do Melo Camp, mantidos em tamanha atividade pelos marinheiros de Tio Sam, entra na intimidade da crônica do fronteiro de 4 quilômetros a nordeste, o Engenho do Mato da Paciência, revelando como numa bela noite de luar em que o Primeiro Pedro lá fôra cear, apenas com discreta comitiva, a fidalga de tanto romance e de tantas toneladas de "sex appeal" acalmava fogosas impaciências do monarca espadachim, incapaz de se conformar com determinado imprevisto :

Construído em 1730 na extrema orla NW do aglomerado de Santa Cruz, ao fim atribulado da administração do coronel de infantaria Luiz Vahia Monteiro, portanto autêntico monumento do "tempo do Onça", êsse casarão dominava do sopé das colinas de leste, encalombadas a nordeste do Morro do Cafesal, o delta comum ao Guandú e ao Itaguai. Passando do território da antiga capitania do Rio de Janeiro à posse do Distrito Federal, ficou como das mais vultosas edificações no extremo ocidental da nova circunscrição, residência do suiço Ernesto Durisch no começo do século atual Hoje é conhecida como Casa do Durisch, perpetuando na crônica local o nome do homem que chegou a ser grande proprietário rural na zona fronteira fluminense-carioca. Reconstruída em 1919, ao tempo do esplendor financeiro do marchante helvecio, mandou êste que o pintor espanhol Antônio Garcia decorasse as paredes externa e interna da varanda com aspetos simbólicos de suas fazendas, estendidas através a Baixada Fluminense, pela frente do paredão da Serra do Mar, desde a baía de Sepetiba até Belém, na linha tronco da Central do Brasil. Faz pena que os murais coloridos do Guandú do Sapê, da Bôa Vista, das Palmeiras, do Pau Cheiroso, do Retiro, da Chapéro, do Gavião, da Nova Aliança e da Lagoa Nova deteriorem-se ao descuido do cortiço em que ficou convertido o palacete da Praça Sena Madureira. A varanda é como um mirante sobranceiro à bela planura deltaica, tomando de enfiada a reta do Ramal de Mangaratiba paralela à Estrada do Aterrado de Itaguaí. Foto Paul Stille.

— Paciência, imperador...

E mais terna, quando os do séquito se afastavam com a impertinência do terrível Bragança :

— Paciência, Pedro...

Os sorteados, entre os quais rapazes de escola superior, com boa iniciação cultural, saboreiam alto a explicação do topônimo pelo perito local, mas como eu aparteie que o nome Mato da Paciência figura em cartas setecentistas, anteriores à Marquêsa de Santos, o velho Teixeira acha ruím :

— Ora, doutor, fíe-se menos nos mapas antigos e acredite mais na palavra honrada do velho situante...

O casarão colonial onde a futura revolucionária de Sorocaba recebia o monarca, a qualquer hora do dia ou da noite, tem sofrido várias reformas e pouca aparência guarda da primitiva arquitetura.

Mantida a diretiva geral nordeste, contada da pitoresca chácara do último rapadureiro carioca, vae-se encontrar ativo núcleo aguardenteiro junto à estação de Santíssimo, moderna instalação elétrica que continua a amontoar bagaceiras à margem mesma da Estrada Rio-São Paulo, ali onde esta aproveita a antiga Estrada Real de Santa Cruz.

NO TERERÊ

E' outra fábrica com referência no anedotário rural carioca, pois pertenceu à original dama Júlia Campos, cuja velhice, embalada pelas sonoridades de dois "speakers", acabou legando os haveres a uma das vozes. Assim, o maior aguardenteiro carioca é atualmente a gente que arrendou o Engenho São Pedro ao locutor, passando a chamar o produto Aguardente do Engenho Velho.

Bem ao norte do nucleo eletrificado, obra de cinco quilômetros por cima do Morro do Taquaral e da Serra do Quitungo, chia na tração de gordo e simpático cavalo — o Zaino — o Engenho do Guandú, que possuiu imponente instalação a vapor na transição do imperio para a república.

A construção, em sólido vigamento de ipê, parece mais antiga que isso, identificando-a o atual proprietário da fazenda, Sr. Marcos Garcia, com um dos engenhos do Tererê, cartografados por Vieira Leão.

O Boom da laranja veio encontrar a fábrica entregue apenas à atividade das aranhas, mas logo que a crítica entrou em crise o Sr. Oswaldo Ferreira, filho do fazendeiro, mandou vasculhar a espessa renda das teias instalando o alambique donde sai a Guanduana, rival da pinga do rádio.

Dirige no local a produção um descen-

A fazenda Lagoa Nova, situada entre Itaguaí e a Serra do Mar, possuía tradicional aguardenteiro, que Antônio Garcia, mecenado por Durisch, então grande magnata de terras sediado no extremo ocidental do Distrito Federal, reproduziu neste mural, o último da esquerda, na varanda da frente do solar, que funcionou como hospital ao tempo da Fazenda Real de Santa Cruz. Reparar que o pintor abreviou a fábrica de cachaça de acôrdo com grafia em voga no século Dezoito: Ingenho.
Foto Paul Stille.

dente de velha grei canavieira, o Sr. Cirilo Ribeiro da Silva, com pequena lavoura do outro lado da estrada, na rampa norte do Quitungo.

Encarrega-se da moagem o menino Nivaldo José Ferreira, que encontrei muito atento aos caules que murchavam entre os três cilindros de ferro girados pelo Zaino. Uma armação de madeira, ao lado, elevava a 3 metros do solo os quatro **dornos** onde fermentava a garapa, descendo depois aos bojos de cobre do Alambique e do Esquentador funcionando a lenha e a bagaço, aquela colhida em pequenas capoeiras da margem do Guandú.

Dedicava-se, no momento, o Sr. Cirilo ao vistoso canavial de POJ 2714, tendo-se por pioneiro da introdução das Javanesas na lavoura carioca. Mantinha umas ilhas de Caiena só para chupar.

Esperava este ano produzir de 3 a 4 mil litros, mostrando-se contente com a saída do litro selado a Cr$ 6,00.

A propriedade pega tôda a largura do vale, das ladeiras do Quitungo à subida do Mendanha, nome local do maciço fronteiriço de Gericinó, um corredor geológico de eruptivas: Fonolitos no Quitungo, Fonolitos-Sienitos no Mendanha, flanqueando chão naturalmente recente: a varzea holocênica do Guandú do Sena. E' atualmente conhecida nas redondesas por Fazenda dos Sete Riachos, popularizando-se a fábrica como Engenho do Marquinhos.

Vista da subida ao Pico de Gericinó, na fronteira com o Estado do Rio, assim aparece pelada da primitiva mata, em boa parte pela economia de substituição dos fruticultores de cítricas, a Serra do Quitungo, uma das ilhas do relêvo carioca, isolada entre o Maciço de Gericinó e o Maciço da Pedra Branca. A vista enfia para oessudoeste o vale superior do Guandú do Sena, um dos formadores do Guandú-Mirim, rio lindeiro além do Pico de Marapicú, bacia ora isolada do Guandú pelo extenso dique em que êste foi metido pelas obras de saneamento da Baixada Fluminense, fato de geografia humana que desintegrou o delta Itaguaí-Guandú, onde o incessante trabalho de atêrro dos rios era responsável por terríveis enchentes nos campos de Santa Cruz. No primeiro plano da foto, resíduo da mata de encosta conservado pelo serviço florestal da Companhia Progresso Industrial do Brasil, afim de proteger as nascentes do Guandú do Sena, cujas águas são represadas para mover as tecelagens do Bangú. Na baixada, justamente por trás da mangueira, ficam canedos e instalações do velho engenho do Guandú, que funcionou com máquina a vapor nos tempos do império, mas agora é apenas aguardenteiro com almanjarra de tração animal. Adiante do tronco da mangueira a bananeira é simbólica da rapidez com os laranjais vão sendo substituídos pela Pacova no ruralismo do Distrito Federal. Foto Paul Stille para a "Geografia do Distrito Federal" do professor Affonso Varzea, gentilmente cedida pela Secretaria de Educação e Cultura

Os engenhos do Tererê eram flanqueados a nordeste pelos dois do Jerixinó, nome que ficou Gericinó no maciço fronteiriço, a leste antecedendo-os o Coqueiros e, ao sul, o Capoeiras.

Todas essas fábricas demoravam naturalmente a oriente do Guandú do Sena, principal formador do Guandú Mirim.

E' de notar que do outro lado da ferrovia, na estação de Santissimo, portanto ao norte da fábrica de D. Julia Campos de Oliveira Ramos, foi conhecido, durante o primeiro trintenio deste seculo, o engenho da fazenda do Coqueiro, da mesma forma que fábrica rural similar funcionava, há menos de vinte anos, na entrada do Saco do Viegas.

O AÇÚCAR ATRAVÉS DO PERIÓDICO "O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL"

Jerônimo de Viveiros

II

O redator-chefe da revista da "Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional" era o cônego Januário da Cunha Barbosa.

Não podia ter sido mais acertada a escolha. Cunha Barbosa era, naqueles tempos, o centro da vida intelectual da capital do Império. Conquistara à áurea de orador na côrte de D. João VI, que o nomeou professor de filosofia em 1814. Revelara-se filólogo e jornalista nas colunas do "Revérbero", defendendo a causa da nossa emancipação política, em cujo drama foi figura de destaque. Era também poeta, poliglota e críttico literário de marcado escrúpulo. Sôbre tôdas essas apreciáveis qualidades, tinha ainda o ilustrado cônego a de ser dotado de invulgar capacidade de trabalho. No periódico da "Sociedade Auxiliadora", então, desdobrou-se-lhe a atividade. Com um pequeno corpo de colaboradores, Cunha Barbosa tinha, mensalmente vinte páginas, pelo menos, para encher com excertos de publicações estrangeiras, que traduzia com esmero. Dêste modo, foi o "O Auxiliador" um repositório de informações úteis, dando a sua leitura a impressão perfeita do progresso industrial da época. Mas como se todo êsse trabalho não lhe bastasse à energia produtora, o redator-chefe aprazia-se ainda em publicar nas páginas da revista, de quando em quando, um estudo de sua lavra sôbre assunto atinente à agricultura, coisa que escapava às suas locubrações, e que, por isso mesmo, lhe deveria exigir acurada leitura e reflexão. Entretanto, era sempre feliz na escolha das teses, que desenvolvia com proficiência.

Haja vista o seu primeiro estudo, lido na sessão de 7 de junho de 1833 e publicado no número 7 do "O Auxiliador", sôbre a "derrubada das árvores". O assunto é ainda da atualidade. Não é, pois, fora de propósito, transcrever aqui a parte mais importante da conferência do notável brasileiro.

Vejamo-la :

"Mas eu prometi também tratar do abuso, ainda mais freqüente, de se queimarem as matas a título de se estrumarem as terras com as suas cinzas, como se não bastasse lançar por terra os gigantes dos bosques, que tendo por longos anos resistido aos furacões para abrigarem a umidade dos campos circunvizinhos, sucumbe à bruteza de quem fôra por êles beneficiado, reduzindo-se a pó pelo fogo a que os condena o derribador".

"Pelo que pertence a ficarem os terrenos logo estrumados pelas cinzas das queimadas, poderei dizer, com os melhores agrônomos, que é isso uma utilidade aparente, ou antes um êrro manifesto. Cumpria aqui lembrar os prejuízos resultantes de tão mal entendida economia, comunicando-se quase sempre o fogo a mais do que queriam aquêles, que o ateiam; ardendo maior espaço do que aquêle que se pode semear; destruindo-se altas florestas, e rasteiras plantas em grande círculo, onde se empregara a voracidade do fogo, porque chegando-lhes repentinamente um grau de calor muito acima do que é preciso para a sua vida, de necessidade perturba-se a sua economia vegetal. Os aceiros, que os nossos lavradores fazem, como barreiras às suas queimadas, nem sempre são garantias dos prejuízos, a que se expõe o fogo. Além das matas inùtilmente devoradas pelo fogo, êles têm lamentado a perda de seus canaviais, e outras searas que muitas vêzes castigam a sua temeridade, desaparecendo em breves instantes consumidas pelo incêndio, bem fácil de lhes chegar, e impossível de ser atalhado".

"Também cumpria lembrar, que a falta de lenhas, que já se experimenta nas grandes povoações do Brasil, daqui toma a sua origem; e até mesmo a de certas madeiras, que inútilmente se destruíram, e que hoje a muito custo aparecem nos mercados".

"Se fôsse verdade que os terrenos se fertilizam pelas cinzas de tais queimadas, nós teríamos visto reproduzirem-se todos os anos as suas plantações nessas derrubadas de matas virgens, que ficam logo convertidas em miseráveis capoeiras, abandonadas pelos lavradores, e esperando de alguns anos a reparação dos estragos, que lhes causara o fogo

imprudentemente lançado. Disto se colhe que pela queima das matas se obtém muito menor porção de princípios fertilizantes, que as cinzas podem dar de outro modo aplicadas".

"As cinzas são úteis à cultura, não só operando mecânicamente, como também pelo seu princípio salino. Primeiramente, misturadas com o barro em terras muito fortes, as tornam menos pegajosas e mais sôltas. Em segundo lugar, são úteis pela combinação com as partículas oleosas e ácidas, que hajam no terreno, e absorvem da atmosfera o ácido carbônico; isto não sendo as cinzas de plantas do mar, porque estas dão alguma porção do sal marinho, que esteriliza, e o álcali mineral não atrai a umidade".

"Ora, como as queimadas obtêm-se, da mesma quantidade de mato, menos cinzas, e estas com menos álcali. Menos cinzas, porque se levantam mais faíscas, que se apagam às vêzes sem chegar a ser carvão, o que também sucede à lenha grossa; e menos álcali, primeiro porque fazendo-se com violência das chamas mui precipitadamente a separação do princípio aquoso dos vegetais, os sais, que por êle estão dissolvidos, não podem separar-se, e principiar a cristalizar-se, pois que não há tempo de se tocarem as suas partículas; e por isso não opera a afinidade, com o que elas muitas vêzes se perdem na evaporação; segundo, porque tanto é mais forte o fogo, quanto mais o álcali se volatiliza, o que até sucede nas barelas, em que, à medida que a água é mais quente, tanto mais forte se sente o gás minoso".

Outro problema dos tempos presentes, que preocupava os homens da "Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional", era o referente às relações entre o proprietário e o trabalhador.

Compreensível nos nossos dias, não tinha êsse problema razão de ser num país que, mantendo o regime da escravidão, recrutava o seu operariado entre os escravos. O ambiente não comportava a questão. O seu estudo, portanto, pela Sociedade Auxiliadora, mostra-nos a larga visão daquela gente que a compunha. Com antecedência de um século, previu ela a magnitude da questão. Certo, não lhe deu solução, mas tentou, sem dúvida, educar os espíritos das duas classes, que se debateriam um dia, publicando no nono número da sua revista, com o título "Economia Política Reduzida", o decálogo, que se segue, e que é da pena de Cunha Barbosa :

I — O trabalho é uma propriedade.
II — O proletário vive dos produtos da sua indústria, assim como o proprietário vive do rendimento das suas fazendas.
III — Um, sem outro, é como a alma sem corpo.
IV — O proletário e o proprietário são os dois eixos do mundo social.
V — Cada um dêles de per si nada produz.
VI — A sua união faz a sua virtude.
VII — Privar um do seu salário é o mesmo que roubá-lo, assim como é tirar ao outro a sua farinha.
VIII — Não há pobre, não há rico; estas duas condições são passageiras na vida.
IX — Um revés faz um pobre; um golpe de vista faz muitas vêzes um rico.
X — A igualdade nasce da coragem.

Por todos os meios, procurava o "O Auxiliador da Indústria Nacional" promover o progresso da Nação. Uma simples notícia dava-lhe opórtunidade para isso. Publicando a lista de preços correntes do açúcar na praça de Londres, na qual o tipo superior do Brasil era cotado por 26 xelins e o de Havana por 36, durante o mês de novembro de 1831, fêz êste comentário: em cada 112 libras de açúcar o fabricante brasileiro ganha menos 1$280 do que o havaneiro, o que demonstra estarem os engenhos de Havana 30% mais adiantados do que os do Brasil. E acrescentava : "Êste fato faz-nos lembrar aquêle pensamento de Manuel Jacinto de Sampaio e Melo, senhor de engenho nos recôncavos da Bahia — Os nossos filósofos estão dormindo há 300 anos sôbre êste importante objeto, sem advertirem que as ciências não se estudam para disputas nas aulas, ou conversas nas assembléias, mas para descobrir verdades interessantes ao bem comum".

Outra notícia dada com o mesmo objetivo é a referente ao transporte de açúcar de Campos para o Rio de Janeiro. Vinha sendo êle feito por meio de barcos a vela, quando apareceu a barca a vapor, aí por volta de 1830. Noticiando a entrada, na baía de Guanabara, da segunda barca dêste gênero que tivemos, denominada "Correio do Brasil", Cunha Barbosa chamava a atenção do comércio para o seguinte: uma barca a vapor com tonelagem para 100 caixas de açúcar faz a viagem de ida e volta a Campos em 10 dias; um barco a vela, com igual capacidade, a faz em 60 dias. Ambos cobram o mesmo frete — 200 réis por caixa. A primeira embarcação custa 16 contos, a segunda, 6 contos. O barco deixa de lucro 25% sôbre o capital, a barca 130%. Entretanto, o armador brasileiro prefere construir barcos a comprar barcas a vapor. E, como bom sacerdote que era, o cônego terminava, atribuindo êsse espírito rotineiro ao ateísmo das lições de Coimbra, com que se empanturravam os brasileiros.

No triênio de 1833 a 1835, a indústria açucareira no Brasil foi agitada por duas grandes novidades : de ambas deu minuciosas notícias "O Auxiliador".

Uma foi o processo de cozinhar o caldo de cana em vasilhas de madeira, inventado pelo estadunidense Augusto Archibald. O aparêlho consistia em cinco recipientes de madeira, colocados em planos diferentes e providos de torneiras, de modo a passar o caldo de um para outro. Cada recipiente tinha no seu interior um tubo de cobre, que, ligado à máquina, transmitia o calor do vapor desta ao caldo de cana. O cozimento, pois, seria feito não pelo fogo direto, mas pelo vapor. Como se vê, era o primeiro passo para o aparêlho denominado hoje **tríplice efeito.**

A outra novidade era a caldeira quadrada, invenção de um brasileiro, Manuel de Vasconcelos de Sousa Baiana, proprietário do engenho São Filipe, na comarca de Santo Amaro, província da Bahia, o qual escreveu circunstanciada memória a respeito.

Em 1834, a benemérita sociedade inaugurou um mostruário de máquinas e instrumentos úteis à lavoura. Deliberou-se emprestá-los a quem os quisesse experimentar. A revista publicou-lhes a relação onde vêm, como preciosidades para os senhores de engenho, um termômetro Réaumur, um sacarômetro ou pesa caldas, um pesador de espíritos, e uma charrua de madeira.

Joaquim Gonçalves Ledo — o famoso revolucionário de 1822, experimentou a charrua e deu em carta ao presidente da sociedade o resultado das suas observações. Leiamos a carta de Ledo, que, como se vai ver, não só amanhou o espírito da nascente nacionalidade mas também a terra fecunda da Pátria :

"Restituindo a V. S.ª e à Sociedade Auxiliadora da Indústria a charrua que me fêz o favor de emprestar para servir-me de modê-lo, é meu dever comunicar-lhe o resultado de minhas observações. Ótima é ela para lavrar em terras sôltas, arenosas, ou já muito cultivadas: nesta qualidade de terras com dois homens e dois bois lavrei no terceiro dia um terreno que eu o não lavraria com quarenta enxadas bem aplicadas. Disse no terceiro dia, porque os dois antecedentes se gastaram em ajeitar os trabalhadores, só acostumados aos velhos arados portuguêses. Não pude outro tanto fazer nas terras fortes, e principalmente nas minhas riquíssimas vargens banhadas pelo Cassaribú.

Para êsse trabalho fiz jungir quatro bois: mas nem mesmo assim pude coisa alguma avançar; e receando quebrar a rabiça, e mesmo o tronco da charrua, por ser mui delgado e de débil madeira, abandonei-a e mandei fazer uma outra por êsse mesmo modêlo de madeira mais forte, para o que preferi o **gorasahi azeite,** em razão da sua elasticidade. Nesta, em vez de uma, mandei assentar duas

HISTÓRIA DO AÇÚCAR NA PARAÍBA

Ademar Vidal

II

Mas a história do açúcar na Paraíba precisa ser contada em todos os seus detalhes. Não avancemos no tempo. Devemos ir contando a coisa na marcha lenta que caracteriza a civilização nos seus movimentos. Por isso temos que voltar ao primitivo do barro. O barro teve a sua duração, tomando aspecto de "idade". Em 440 anos de vida canavieira, a Paraíba teve, pelo menos dois séculos, um progresso patinando sem sair do mesmo lugar, girando na mesma quadra e sem os volteios graciosos do esporte, mas que no caso seriam os do imprevisto ou melhor: as insólitas modificações impostas pelo progresso. Porém se processou a transformação muito devagar, tendo-se a impressão de luz meridiana que à zona repugnava outra tirania se não fôsse a do barro, repelindo intromissões violentas, que chegassem assim de repente — e só com o perpassar do tempo é que se foi submetendo a novos impérios. O regime não podia ser modificado sem sofrer as reações naturais do progresso estabelecido com outros fundamentos; o regime teria que sustentar os "seus princípios" tanto quanto possível e, daí, provàvelmente, repelir as inovações da técnica que vinham chegando de outros climas. Sôbre êste ponto há muito que dizer e salientar, existindo até "cartas régias" recomendando "calma" aos senhores, nada de afobação e que, a respeito dessas mesmas inovações, tivessem sempre o bom gôsto de consultar o "conselho dos principais". Êstes, por sua vez, haviam já recebido "instruções secretas" dos grandes de Portugal através do poder reinante, da princesa feita rainha ou do príncipe virado em rei, em qualquer dos casos muito empenhados êles se mostravam pela vida econômica da "fazenda real" que os "povos cobiçosos estavam olhando", com o oculto desejo de botes certeiros de dominação. E que se positivaram depois, é verdade que sem maiores conseqüências materiais, pois que, vindo a reação dos nativos coligados aos portuguêses (os brasileiros já começavam a existir com a miscegenação intensiva que se vinha fazendo sem "nenhum preconceito"), logo se dissiparam as veleidades de substituir a direção da colônia. Porém tudo se conciliava afinal com a índole dos senhores de engenho. O "primitivo" parecia respeitado por uma forma geral. Tanto os dirigentes europeus como os daqui achavam que o barro deveria predominar como "base de segurança".

Capistrano de Abreu soube interpretar bem a influência dos chamados "fatores permanentes". E também soube colocar, talvez por isso mesmo (os tais agentes têm um lógico sentido de interferência nos lugares certos), as citações que empreendia fazer nos seus estudos ecológicos, nunca perdendo o verdadeiro lugar em que deveria pô-las. Eis porque, (V) o historiador, firmando-se em informações de fé, salienta o quadro paraibano no início do século XVII. Engenhos havia movidos por água e por bois; servidos por carros ou barcos; situados à beira-mar os mais afastados, não muito, porque as dificuldades de comunicações só permitiriam barcos de limitados raios; havia-os suficientes para produzir mais de dez mil arrobas de açúcar e incapazes de dar um terço desta soma.

Imagimenos um engenho esquemático para têrmo de comparação: do esquema os engenhos existentes divergem mais ou menos, como é natural. Devia possuir grandes

(V) — "Introdução" aos "Diálogos das Grandezas do Brasil".

---

rodas de eixo fixo, e um pouco maiores que as do modêlo : então foi gôsto ver o como quatro bois e três homens desdobravam à aiveca grossos e largos tijolos, e em sete horas de serviço se lavrou o que não lavraram cinqüenta homens em um dia.

Será para desejar que outros lavradores tentem novas experiências, e que pouco a pouco deixemos de usar dos **arados humanos**, com que até agora rompíamos o seio das nossas terras.

5-fevereiro-1835."

canaviais, lenha abundante e próxima, escravaria numerosa, boiada capaz, aparelhos diversos, moendas, cobres, fôrmas, casa de purgar, alambique; devia ter pessoal adestrado, pois a matéria prima passava por diversos processos antes de ser entregue ao consumo; daí certa divisão de produção. O produto era diretamente remetido para além-mar; de além-mar vinha o pagamento em dihnheiro ou em objetos dados em troca e não eram muitos: fazendas finas, bebidas, farinha de trigo, em suma, antes objetos de luxo. Por luxo podiam comprar os mantimentos aos lavradores menos abastados, etc. A citação antecipa-se, porém presta um esclarecimento à finalidade dêste ensaio, revelando como as plantas (esquemas apontados e alguns encontrados em certos livros, "esquemas" que pertencem a pintores desconhecidos, pois os que foram feitos por aquêles da invasão holandesa não se acham incluídos no rol; Franz Post, por exemplo, não era apenas um grande artista, era ainda notável pela sua probidade) nem sempre representam as imposições da realidade. Geralmente são frutos de cultura literária. Ou de informações da realidade. Ou de informações, segundo a clássica denominação de "ouvir dizer". Jamais poderia sair coisa com a marca da "realidade atual" de então. Com todos os menores detalhes impostos pelo barro nas suas exigências inelutáveis dentro do meio. Porque os primeiros engenhos eram impulsionados a mão, depois é que foram substituídos por aquêles movimentados a água e, finalmente, pelas almanjarras de fôrça animal.

O tempo levado nesse "marca passo no mesmo lugar" tomou quase uma eternidade: desde a fundação da colônia até a introdução de outros estilos "de fábrica" (os estilos referentes à extração do açúcar da cana caiana) houve um intervalo bastante longo, que tomou proporções de mais de século. Durante êsse período as modificações introduzidas no engenho foram de molde a não transtornar a feição material. Antes o engenho, isto é, nos primeiros anos de funcionamento, mostrava um aspecto modesto como centro de trabalho, não revelava intensidade de vida — e só depois é que passou a chamar a atenção pública por causa da atividade notada nos seus núcleos. Pôrto Seguro salienta, (VI) exatamente no tempo previsto na hipótese, que "o engenho representava uma verdadeira povoação, obrigando a utilização não só de muitos braços, como as necessárias terras de canaviais, de mata, de pasto e de mantimentos". E estendeu-se sôbre o assunto para concluir que, "com efeito, além da casa do engenho, da de moradia, senzalas e enfermarias, havia que contar com uns cem colonos ou escravos, para trabalharem umas mil e duzentas tarefas de massapê (de novecentas braças quadradas), além de pastos cêrcas, vasilhames, utensílios, ferro, cobre, juntas de bois e outros animais". Com êsse panorama de trabalho, onde se destacam tantos "fatores permanentes", fazendo-se o mais ligeiro confronto com o anterior, logo se notará que a evolução do engenho sofreu uma transformação enorme. E que se operou depois de muito tempo, começando pelo acionamento a mão (os escravos antes se utilizaram de pilões, depois comprimiam nas "almanjarras" gomos de cana para conseguir o caldo e posteriormente é que passaram à moenda "modernizada" para posteriormente se operar uma substituição pelo "ferro, pelo cobre, juntas de bois e outros animais". Um panorama que penetrou até os dias atuais do Nordeste com modificações que não alteram a feição primitiva, conservando esta os largos traços em que o barro dominou, impondo o ambiente do engenho: casa com o assentamento, a bagaceira ao lado, a moenda triturando cana para tirar apenas 60% de suco (a usina é que não perde nada: consegue mesmo 100%), a casa de purgar com o tanque de mel de furo para fazer cachaça e os lugares destinados às fôrmas de madeira e zinco cheias de açúcar bruto, (ou pães). Um panorama quase que não foi alterado na sua essência, conserva-se o mesmo nas linhas gerais, fazendo um esfôrço medonho para subsistir à influência da usina próxima, onde a "povoação" vai tomando foros de cidade.

Frei Vicente do Salvador tem uma linguagem insuportável na sua "História do Brasil", escrita em 1627. Mas o Sr. Roberto Simonsen (VII) faz esta citação do padre numa linguagem mais simpática. "Como o trato e negócio do Brasil é de açúcar, em nem uma outra coisa se ocupam de engenhos e habilidade dos homens tanto como em inventar artificios com que o façam, e por ventu-

(VI) — "História Geral do Brasil".

(VII) — "História Econômica do Brasil", cit.

ra por isso lhe chamam engenhos. Lembrame haver lido em um livro antigo das propriedades das coisas que antigamente se não usava de outro artifício mais que picar ou golpear as canas com uma faca, e o licor que pelos golpes corria e se coalhava ao sol este era o açúcar e tão pouco que só se dava por meizinha. Depois se inventaram muitos artifícios e engenhos para se fazer em mór quantidade, dos quaes todos se usou no Brasil, como foram os dos pilões, de mós e os de eixos, e estes últimos foram os mais usados, que eram dois eixos postos um sobre o outro, movidos com uma roda de agua ou de bois que andava com uma muito campeira chamada bolandeira, a qual ganhando vento movia e fazia andar outras quatro, e os eixos em que a cana se moia. E além desta machina havia outra de duas ou tres gangorras de páos compridos, mais grosso do que toneis, com que aquela cana, depois de moida nos eixos, se exprimia, pera o que tudo e pera as fornalhas em que o caldo se cose e encorpora o açucar era necessario uma casa de cento e cincoenta palmos de comprido e cincoenta de largo, e era muito tempo e dinheiro o que na fabrica dela e do engenho se gastava. Ultimamente, governando esta terra D. Diogo de Menezes veio a ela um clerigo espanhol das partes do Peru, o qual ensinou outro mais facil e de menos fabrica e custo, que é o que hoje se usa, que é somente tres páos postos de por alto muito justos, dos quaes o do meio com uma roda de agua ou com uma almanjarra de bois ou cavalos se move e faz mover os outros. Passada a cana por eles duas vezes, larga todo o sumo sem ter necessidade de gangorras, nem de outra coisa mais que cozer-se nas caldeiras, que são cinco em cada engenho, e leva cada uma duas pipas pouco mais ou menos de mel, além de uns tachos grandes em que se põem em ponto de açucar, e se deita em fôrma de barro no tendal, donde se levam á casa de purgar que é mui grande. E postas em adainas lhes lançam um bolo de barro batido na boca e depois daquele outro, com que o açucar se purga e faz alvissimo". Alvejou em virtude da experiência ocasional já mencionada anteriormente; de uma galinha que voara sôbre o açucar e ficara com os pés sujos e que depois, quando tudo ficara sêco, viram que o barro tinha poderes de branquejar o açúcar.

Frei Vicente continua, porém, com a palavra. "Porque serem estes engenhos dos tres páos, a que chamam entrosas de menos fabrica e custo, se desfizeram as outras machinas e se fizeram todos desta invenção e muitos de novo; pelo que no Rio de Janeiro onde até aquele tempo se tratava mais de farinha pera Angola que de açucar, agora ha já quarenta engenhos, na Bahia cincoenta, em Pernambuco cento, em Itamaracá dezoito ou vinte, e na Parahyba outros tantos; mas que aproveita fazer-se tanto açucar si a copia lhe tira o valor, e dão tão pouco prêço por ele que nem o custo se tira ?" Por esta descrição se vê como teria evoluído o açúcar na sua história que vem de longe. Começara com os Cruzados e Árabes. Chegara à América e agora se fazia a sua evolução brasileira. (O açúcar veio-nos das Canárias e da Madeira). A história teria mesmo de ser contada na parte que de perto nos interessa, isto é: logo que tomou sentido nacional, quando se tornou o "principal nervo e substância da terra".

Vemos ainda (VIII) afirmativas que precisam de maior divulgação ou por outra — de uma divulgação esparsa e, portanto, destacada. Mencionadas as três capitanias de Paraíba, Pernambuco e Itamaracá, o conhecido livro mostra que elas "ocupam pouco mais ou menos, no que delas está povoado, cincoenta ou sessenta legoas de costa, as quaes habitam seus moradores, com se não alargarem para o sertão dez legoas, e somente deste espaço de terra, sem adjutorio de nação estrângeira, nem de outra parte lavram e tiram os Portuguezes das entranhas dela, à custa de seu trabalho e industria, tanto açúcar que basta para carregar, todos os anos, cento e trinta ou cento e corenta náos, de que muitas delas são de grandissimo porte, sem Sua Magestade gastar de sua fazenda pera a fabrica e sustentação de tudo isto um só vintem, a qual carga de açucares se leva ao Reino e se mete nas alfandegas dele, onde pagam os direitos devidos a Sua Magestade, e se esta carga que estas náos levam se houvesse de carregar em outras de grandeza das da India, não bastariam 20 semelhantes a elas para poderem alojar". O espaço destinado à cultura não era pequeno. E o produto por sua vez era grande no volume. "Todos estes açúcares (IX) pagam de direitos na Alfandega de Lisboa, o branco e o mascavo a duzentos e cincoenta reis a arroba, e as panelas a cento e cincoenta reis a arroba, isto afóra o consulado, de que feita a soma vem a importar à fazenda de Sua Magestade mais de trezentos mil cruzados, sem ela gastar nem despender na sustentação do Estado, um só real de sua casa, porquanto o rendimento dos dizimos, que se colhem na propria terra, basta para sua sustentação". Trezentos mil cruzados significam a importância de 28 milhões de cruzeiros em moeda atual. Porém ainda não é tempo para estudarmos a parte verdadeiramente econômica, aquela destinada às cifras — e que levará muito espaço.

Entretanto completemos com esta afirmativa de Brandônio, descrevendo a forma como se fabricava o açúcar, além da capacidade dos engenhos, afirmativa que relaciona entre seis, sete, oito e 10.000 arrobas por ano de "açucar macho". Sem falar nos "meles", que são retames e batidos, que sempre chegam ao redor de três mil arrobas", etc. E logo completa dizendo que "quando se sabe aproveitar este açúcar, costuma a ser um muito bom e outro somenos, algum sumamente máo, segundo os mestres que o fazem são bons ou ruins, e os outros engenhos de menos porte costumam a fazer a cinco e a quatro, e ainda as tres mil arrobas de açucar, e os taes são de pouco proveito para seu dono". Verifica-se, afinal, que os nossos engenhos produziam para mais de três mil arrobas anualmente, aumentando a cifra à proporção que iam melhorando as condições do assentamento, a plantação e a ajuda do braço servil. Nessa proporção também ia aumentando o bem estar dos senhores que não abandonavam o gôsto de "aparecer ou ostentar". E' verdade que não eram todos êles. Alguns — e poucos se destacavam por êsse aspecto, "nada inteligente" senão "impolítico". O fato é que, não obstante, apareciam e ostentavam, assim agindo em conformidade com as exigências do luxo e da riqueza. Neste ponto Pernambuco levava a palma. Lá, sim, era onde se podia ver os lordes em maior abundância, porém, pela Paraíba a coisa era mais vasqueira. O ambiente se revelava mais estreito, não comportando que os senhores saissem assim da linha de humildade" sem chamar muito a atenção, embora uma "carta régia" chegasse a admitir que a "capitania estava florescente" e acrescentava: "os senhores do campo ostentam cabedal". "Cartas régias" que eram visíveis censuras à maneira de gastar ou, então, de luxar, ostentando. Sobretudo constituía pecado dentro dos princípios da igreja e mal-efeito para os interêsses da fazenda real.

Continuemos as citações, mesmo porque delas não nos podemos distanciar muito, desde que os fatos não podem ser alterados nas suas informações históricas e fundamentadas na verdade, na colheita que os mestres fizeram quando não pessoalmente, pelo menos com o bom senso, os dados certos e o critério que a todos singulariza. Uns são mais explícitos, mais pitorescos, mais interessantes e senhores de espírito lógico; outros, no entanto, se apresentam ronceiros, maçudos e até mesmo insuportáveis na linguagem quinhentista. Todavia são todos aceitáveis como fontes inestimáveis de notas bem vivas. Ainda não falhou nem um. Até os exagerados (o

---

(VIII) — "Diálogos", etc. cit.

(IX) — Os "Diálogos das Grandezas do Brasil" referem-se às três Capitanias sem fazer distinção.

alemão Hans Staden não teria pintado a sua prisão com umas côres vivas de mais ?) têm o seu lugar na estima dos estudiosos. Notamse uns mais inteligentes que outros bisonhos no comentário. Antonil figura na classe dos espertos.

Demos a palavra a André João Antonil, (X) que não tendo vindo ver pessoalmente o Nordeste, não foge, entretanto, ao retrato conhecido na fidelidade de seus detalhes. "Quem chamou as oficinas, em que se fabrica o açucar, engenhos, acertou verdadeiramente no nome. Porque quem quer que as vê, e considera com reflexão, que merecem, he obrigado a confessar, que são huns dos principaes partos, e invenções do engenho humano, o qual, com pequena porção do Divino, sempre se mostra no seu modo de obrar, admiravel. Dos engenhos uns se chamão reaes, outros inferiores, vulgarmente engenhocas. Os reaes ganharão este apelido, por terem todas as partes, de que se compoem, e todas as oficinas perfeitas, cheias de grande numero de escravos, com muitos canaviais proprios, e outros obrigados à moenda; e, principalmente por terem a realeza de moerem com agoa, á diferença de outros, que móem com cavalos e bois, e são menos providos e aparelhados: ou pelo menos com menor perfeição e larguezas, das oficinas necessarias, e com pouco numero de escravos, para fazerem como dizem, o engenho moente e corrente". E na opinião de Pandiá Calógeras (XI) "tais engenhos constituíam a unidade econômica da terra". E antes de chegar a tão acertada conclusão, o historiador salienta que "decorram alguns anos" na luta contra os ataques de índios. "Só então as fazendas, como se apelidavam tais feitorias, puderam desenvolver-se por áreas mais extensas e alongadas".

Nessa classificação de "fazendas" se encontrávam relacionados os engenhos.

Os engenhos que sofriam assaltos como os nossos na várzea. Os índios de Mamanguape, aliados aos franceses no comércio do pau-brasil, não descansavam nas sortidas, eram perfeitos guerreiros de flexa — e emboscadas. Também se assim procediam era por causa das hostididades lusitanas sempre constantes. Época em que cada qual fizesse por viver, defendendo-se e, podendo, aniquilando o adversário.

Na classificação de Antonil, (XII), o açúcar tinha várias qualidades de reconhecimento: branco macho, mascavo macho, branco batido, mascavo batido; branco fino, cara de forma; branco macho redondo; branco macho de baixo ou inferior. Roberto Simonsen (XIII) adianta: "parece que, na produção, a proporção do açúcar branco era de 70%, contra 30% de mascavado. E do branco, 80% era macho, 20% batido". No comêço não havia o açúcar branco, pois todo o açúcar existente no mercado, produto da fabricação dos primitivos engenhos (e êstes permaneceram neste passo durante séculos), era açúcar mascavado, açúcar batido, açúcar bruto ou como conhecemos: "mulatinho". Havia engenhos que faziam um produto mais claro em confrontação com outros mais escuros. Até negro na côr havia açúcar que se consumia à larga, apesar de tudo, na própria mesa de jantar da casa-grande — e tanto se fêz que se tornou preciso adotar o sistema de refinação de cozinha. Punha-se o açúcar bruto em tachos de cobre e mais primitivamente em largas tijelas de barro cozido. Punha-se água misturada com um pouco de sal ou cal, mexia-se ao fogo até que a açúcar, feito um caldo grosso, ia perdendo o aspecto anterior de sujeira. Ia perdendo gradativamente a sua feição característica do engenho "moente e corrente". Não ficava branco, mas branquejava um pouco. Ou melhor: perdia a côr escura para ficar amarelado. Entanto era rara a casa-grande que usava dêsse açúcar refinado com enormes canseiras.

A tradição mostra que na Várzea se importava açúcar branco fabricado em Pernambuco e Itamaracá. Depois é que foi perdendo o hábito, mesmo porque também os nossos senhores foram, por sua vez, aproveitando os "ensinamentos" — êles também iam fabricando o seu açúcar bom para uso da família. Não era coisa em larga escala não, era mesmo um tanto acanhado nos resultados: pouco açúcar, renovando-se a fabricação duas ou tres vêzes por mês. Era aproveitado quase em doses contadas. Nem os bolos e doces mereciam senão raramente (as receitas se mostravam variadas e contavam em certos

(X) — "Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas".

(XI) — "Formação histórica do Brasil".

(XII) — Ob. cit.

(XIII) — Ob. cit.

casos com a "necessidade de aplicar açúcar branco") as honras de um açúcar melhor. As cocadas e os pés-de-moleques, êsses não agüentavam açúcar senão bruto. Ficavam prêtos e, não obstante, muito gostosos, mais saborosos mesmo do que se fôssem feitos com o outro açúcar, o branco macho, o branco macho fino ou ainda o tal do branco macho redondo. E' que nessas alturas o dedo do africano estava influindo de maneira decisiva nas suas predileções inequívocas.

O açúcar saía do engenho em panelas de barro. Assim era vendido numa como espécie de medida. Mas depois o adquirente carregava-o em pano, em fôlhas de mato (certamente aquelas fôlhas acolhedoras para o serviço, fôlhas talvez de jaqueira ou gameleira, porém há notícia de que a fôlha de bananeira tinha as suas acentuadas preferências) e mais comumente em tijelas de barro cozido. Êste processo era seguido sem modificações. Porém tomava outro aspecto quando o açúcar se destinava a viajar. Quando ia para fora da capitania. "Em fortes caixas de madeira, calafetadas com barro (sempre o barro a dominar em tudo) e, forradas com folhas sêcas de bananeira, era o açucar cuidadosamente acondicionado e apiloado. As caixas eram pregadas com o uso das verrumas, pregos e martelo, gastando cada caixa 86 pregos". E nos "Diálogos das Grandezas do Brasil" vamos encontrar ainda outros detalhes sôbre o assunto pois que, conforme salientam, as caixas eram feitas de "pau mole, como ucongabas, buraremas, visgueiro, pau de gamela, camaçaris e um pau que chamam de alho, e outro branco: e dos tais ha diversas castas porque pera caixões, se busca sempre madeira mole, por ser mais facil de serrar". Depois de fazer-se essa operação de encaixotamento, marcavam-se os volumes com ferro ardente ou com tinta. E três são as marcas conhecidas que havia de levar cada caixa: a das arrobas, a do engenho e a do senhor ou mercador, por cuja conta se embarcava.

As notas existentes, e contemporâneas da ocupação holandesa, aludem a caixas de 20 e 24 arrobas cada uma, "como é costume". Eram usadas ainda caixas entre 20 e 50 arrobas, admitindo-se como "tipo médio" a que conduzia 35 arrobas. Saliente-se também (é Antonil quem está com a palavra, fazendo referência a publicações já muito do conhecimento de outros nossos historiadores como o Frei Vicente e os próprios autores dos Diálogos) que o açúcar não era só transportado em caixas, mas também em feixes, cunhetes, barricas e sacos. Aliás são detalhes que podem ser observados fàcilmente nas estatísticas de produção e exportação. De modo que o senhor de engenho tinha que gastar bastante no acondicionamento dos seus produtos de venda. Ainda assim o lucro se apresentava como certo. Dava para enfrentar tôdas as necessidades. E não se diga que o próprio engenho, para a sua montagem, não precisava de grandes gastos, dispêndios que são hoje mencionados com realce, mostrando as dificuldades que representava iniciativa de tamanho porte econômico. Para tal empreendimento eram indispensáveis "grossos cabedaes" (já agora o "engenho real" saía da fase do barro para entrar noutra fase de florescimento, talvez a "fase do ferro"), pois as moendas, tachos de cobre, caldeiras e outros apetrechos importavam em perto de dez mil cruzados. Havia o contingente de escravos: entre 50 e 150 negros, além de 10 a 20 juntas de bois, carros e outros apetrechos, atingindo tudo mais ou menos à soma de 20 mil cruzados. Nessa relação não entrava o custo da propriedade, a sua manutenção e ainda o "luxo" que chegava a ser notado pelos "estranhos vindo à colonia". Êsse luxo se mostrava na várzea através da linda prataria e outros objetos de arte (resta muita coisa em mão de bom gôsto), da fartura exagerada de um ""extraordinario sentimento de hospitalidade", da arrogância e tirania dos senhores, uma prepotência que encontrava válvula de escapação nas crueldades impostas ao africano vergado à vida de trabalhos duros e penosos.

O governador da capitania da Paraíba, Fernando Delgado Freire de Castilho, teve ensejo de fazer movimentada descrição da cultura e engenho de açúcar, descrição a que nada teria faltado. "Nos primeiros dias de julho principia o tempo de roçar os terrenos para a plantação da cana, o que se faz com foices encavadas em paus de quatro a cinco palmos de comprido e com estas se roçam e cortam ao nivel do terreno todas as hervas e matos que a natureza fez produzir em todo o tempo que esteve sem cultura, pois um só ano, que assim suceda crescem os matos a altura maior que a de um homem". Atualmente ainda é o mesmo sistema observado nos nossos engenhos de açúcar, o mesmo ser-

viço de campo nos extensos canaviais paraibanos. "Depois de sêcos, os matos assim roçados, queimam-se de sorte que fica o terreno livre e desembaraçado para a plantação. Esta se faz por dois modos, ou de enxada ou de arado (o arado já existia nesse tempo ? a data é de 1798) o de enxada se faz abrindo por todo terreno pequenos regos ou buracos de dois palmos de comprido, um de largo na boca e um de fundo que se termina em um estreito rego; distando estes regos um palmo de pouca diferença de cada um; ahi mesmo nestes regos se mete um pedaço de cana que tenha quatro ou cinco olhos e alguns ha que metem dois, o que me parece superfluidade, cobre-se aquele pedaço de cana com a mesma terra que se tirou do buraco, ficando outro vez o terreno lizo e deste modo fica completa a "plantage" chamada, a qual é mais trabalhosa e de que somente se usa nas terras acima ditas, ou montuosas". E falando sôbre o arado, o governador entra em detalhes, não dizendo, porém, se êle é de ferro ou madeira, (de barro é que êle não poderia ser), apenas mencionando que funciona bem, dando resultados com "mais comodidade" para os operários. "A plantagem do arado é a melhor porque aumenta consideravelmente o serviço com mais comodidade dos trabalhadores. Um arado com oito bois e quatro homens arregoa ou lavra terra em um dia para plantar dez carros de cana. Estas plantas costumam-se fazer desde o princípio de agosto até o ultimo de outubro e se neste ultimo mez chove ainda em todo o mez de novembro se pode plantar. Desde que se plantam até se cortam as canas mondão-se tantas vezes quantas se faz preciso, e sem mais outro algum trabalho ou beneficio do que o que fica dito, produz esta capitania as melhores e mais excelentes; cortadas as primeiras as raizes destas produzem outras a que o vulgo chama sóca quasi tão bôas como as primeiras, e as raizes das segundas produzem outras a que ele mesmo chama resóca, umas e outras sem mais alguns beneficios do que uma unica limpa ou monda. Alguns terrenos ha que não produzem deste modo, porem tambem ha outros que dão quartas e quintas". E' um relatório curioso, escrito há tanto tempo, mas que, não obstante quase todos os pontos senão todos êles são seguidos nos dias que vivemos não pela "inteira totalidade", mas pela "quase totalidade" dos engenhos paraibanos. Principalmente nos serviços de campo.

E depois de haver informado por maneira tão minuciosa o governador Freire de Carvalho acrescenta: "Geralmente falando no primeiro de setembro, principião os engenhos a esmagar ou moer os canas, a maquina de que se usa para este fim é construida do modo seguinte: quatro páos de 20 a 24 palmos de comprido e 12 a 14 polegadas de diâmetro enterrados perpendicularmente até altura de 10 a 12 palmos, são os seus primeiros fundamentos e estes páos chamam "virgens", os quais formam um retângulo de 12 a 14 palmos de comprido e 6 a 7 de largo: em cada um dos lados que forma a sua largura tem uma travessa passada de uma a outra virgem na altura de 12 a 16 polegadas e sobre estas travessas está um páo do comprimento de 18 a 20 palmos e 12 a 14 polegadas de diametro: e este páo chamam "fonte" que fica entre as virgens e bem no meio do retangulo. Sobre esta fonte estão tres cilindros de madeira a que chamam "moendas" ou "eixos", erguidos e postos perpendicularmente e paralelos uns aos outros". Não se pode ser mais detalhante. Chega a ser mesmo maçudo ou melhor: com o notável espírito que tanto caracteriza o chamado técnico.

Trata-se de uma informação muito preciosa porque encerra a fotografia de uma época na existência do engenho. Mas continuemos a transcrição. Referindo-se às moendas e eixos, salienta que os dois cilindros laterais "tem de comprido 35 a 40 polegadas e 18 a 20 de diametro. O eixo do meio tem 12 a 22 palmos de comprido e o mesmo diametro dos lateraes. Tem estes tres eixos cintas de ferro da grossura quasi de dois dedos até a altura de 16 a 18 polegadas: na altura de 20 a 22 polegadas são dentadas de madeira estranha chamada oureceira, que é mais forte que as dos cilindros, que é de páo darco. Os dentes de madeira medem 7 a 8 polegadas de comprido, 6 a 7 de largo e 3 de grosso, e ficam somente com duas polegadas e meia fóra da superficie dos cilindros, tendo 4 polegadas de largura e 3 de grossura; cada um dos cilindros tem nove dentes em circunferencia, e no intervalo, que ha de um a outro dente tem o cilindro uma pequena cava para melhor entrozar os dentes do cilindro ou eixo do meio com os lateraes de encostaremse às cintas de ferro e uns com outros; cada

um dos cilindros ou eixos lateraes é varado de uma parte no comprimento por um varão de ferro de 3 a 4 polegadas de diametro a que chamam "agrilhão", o qual fica com 6 a 8 polegadas fóra das extremidades do mesmo eixo; na extremidade do agrilhão que fica pela parte debaixo do cilindro tem um buraco quadrado aonde se mete uma piramide de ferro, calçada de aço; sobre este agrilhão e piramide girão os eixos ou cilindros, pondo-se por baixo uma chapa de ferro tambem calçada de aço com duas ou tres pequenas covas, em uma das quaes se faz ponto de giro a mesma piramide; o grilhão do eixo do meio tem 16 a 20 polegadas de comprido e este eixo na altura de sete palmos é atravessado em crùz por dois páos lavrados a quatro faces de 30 a 32 palmos de comprido, 6 a 8 polegadas de largo e 3 de grosso a que chamam "aspas", as quaes formam a figura de um sarilho com quatro braços; logo acima deste cinco a seis palmos, tem outro sarilho mais pequeno do mesmo modo, e bem ao nivel do outro". A história não pára aqui, prossegue numa linguagem técnica de anel azul, isto é, de quem mediu tudo muito escrupulosamente, nada ficando por fazer. A história prossegue no mesmo diapasão e na mesma embalagem. "De cada uma das pontas das aspas do sarilho de cima pega um páo da grossura de 4 a 5 polegadas e passando pelas pontas das aspas do sarilho debaixo vem a terminar 2 a 3 palmos acima do terreno: a este páo chamam "almanjarra", o qual é cavilhado com uma cavilha de ferro, em cada uma das aspas donde pende; cada uma destas almanjarras tem na altura de 8 a 10 palmos umas taboas pregadas onde se assenta um rapaz para castigar as bestas, como os braços das aspas são quatro, são tambem quatro as almanjarras; na ponta de cada uma delas estão amarrados quatro tirantes por onde pucham as bestas; o cilindro ou eixo do meio movendo-se em roda sobre si, e tocando os seus dentes naqueles dos cilindros lateraes os faz mover para partes opostas; entre estes eixos ou moendas se mete a cana depois de cortada, e feita em feixes de 12 a 16 canas, é seis a oito vezes comprimida a cana nas moendas ou cilindros, passando de uma parte entre o cilindro do meio e o do lado direito e da outra entre o do esquerdo e o mesmo cilindro do meio até se completarem 6 ou 8 vezes, menos das quaes não fica suficientemente espremida. Um engenho deste móe 16 a 20 carros de cana por 24 horas e pode ainda moer mais. O suco da cana que resulta desta moagem cahe e é recebido em um vaso feito de taboas a que chamam "coixa", que fica por baixo da ponte, onde estão os cilindros, moendas ou eixos. A cana depois de espremida a que chamam "bagaço", deita-se fóra, não se fazendo uso dela nesta capitania (aqui parece que o governador errou, pois o bagaço sempre foi aproveitado na fornalha, até para "pegar mais depressa", tornando o fogo mais vivo). O vaso ou coixa, recipiente do caldo comunica-se por uma bica feita de madeira de um só páo e que está enterrado ao nivel do terreno, coberta com uma taboa encaxilhada na mesma bica, para poderem passar as bestas que girão em roda; comunica-se como digo e vem cahir o caldo da cana em um tanque de madeira que está dentro da casa das caldeiras".

Nada ficará por ser registrado. Coisa alguma ficou por anotar por maneira clara. E assim teremos de acompanhar a descrição que tem um nítido sabor oficial. Presume-se, portanto, que "tudo" seja verdade — e é pura verdade, pois os processos de então empregados no fabrico do açúcar ainda o são de agora mais ou menos.

Não fôsse essa descrição tão cheia de atualidade, parecendo escrita exclusivamente para os dias que passam, de certo que não acompanharíamos Freire de Carvalho na sua viagem preocupada um turista que parece engenheiro em férias, com papel e lápis à mão, não deixando, desde que se trata de máquina, ficar coisa alguma por ser fixada pelo seu ôlho de curiosidade. "Deste tanque passa o caldo por uma bica para a caldeira onde se vai coser e clarificar das espumas. Esta caldeira apenas se enche de caldo, acende-se com toda a brevidade o fogo, o qual a proporção que vai dando maior grão de calor ao caldo, vai este creando na superficie uma espuma grossa e denegrida a que chamam "cachaça" e esta se vai tirando com uma espumadeira até que, levantando á caldeira a fervura, acaba de lançar fóra o resto da cachaça. Tirada esta e continuando a caldeira a ferver, lança-se o primeiro golpe de tempera a que aqui chamam "decoada" e que é extrahida com agoa das cinsas de diferentes madeiras e esta decoada ou principio de depuração faz expelir todas as fezes e particulas prejudiciaes e opostas a fatura do açucar". O assunto é longo e toma proporções

interessantes. Demais o relatório referido não pode ser comentado num só fôlego, terá de estender-se ao que se segue a êste, de modo que somos forçados, pela extensão, a deter o estudo que vínhamos fazendo. Uma coisa, entretanto, pode ser logo ressaltada: é o completo conhecimento, do "negócio" revelado pelo governador aludido, parecendo até tratar-se de um autêntico senhor de engenho, ou que, pelo menos, nêle viveu uma existência longa.

Outro motivo pode ser ainda destacado: é a inteira atualidade do relatório tão pouco conhecido e que está clamando por maior divulgação. Não foi outro o intuito que nos levou aos presentes comentários, mesmo porque sôbre a hipótese tratada, tivemos já de registrar não apenas "opiniões de natureza pessoal", por parte de certo número de entendidos, mas sobretudo um retrato fiel da paisagem de trabalho que levem os primórdios de nossa vida colonial. Uma paisagem que penetrou demais os interêsses paraibanos, muito influindo na vida e engrandecimento de seu povo; uma paisagem que tomou conta de uma era com uma significação econômico-social da maior importância. Basta um ligeiro passar de olhos na história da Várzea para que fique êsse "resultado de convicção". E' verdade que essa paisagem se alargou à proporção que o tempo foi avançando e por uma forma tão significativa que deu à Paraíba um sentido diferente dos demais, isto é: o trabalho principalmente naquela região tomou um caráter intenso e geral, abrangendo uma zona inteira e fazendo com que dela saissem as melhores influências morais. Diríamos fatores ou agentes de unidade. E não seria sem razão que dêste modo pensamos. A Várzea ofereceu os fundamentos de unidade da Paraíba pelos seus labores incessantes e também pela infatigável luta sustentada através dos séculos. Os engenhos aparecem como uns veículos de "aproximação econômica" que deve ser super-estimado pelas suas sólidas bases de realidade. Se o Brasil começou no Nordeste, como tudo, aliás, indica, a Várzea pode orgulhar-se de haver sido um celeiro de energias, um campo de experimentação admirável para o "melting pot" nacional e, no que diz respeito à Paraíba a razão de ser de sua história econômica. Portanto social.

CONSELHO INTERNACIONAL DO AÇUCAR

O Secretário Geral do Ministério das Relações Exteriores, em ofício datado de 28-8-44, comunicou ao Instituto do Açúcar e do Álcool que. segundo comunicação telegráfica da Embaixada do Brasil em Londres, o Foreign Office informou que o Protocolo referente ao prolongamento, por mais um ano, do acôrdo sôbre o açúcar, devia ser assinado a partir do dia 31 de agôsto último. Poderiam ser enviados plenos poderes, independentemente da autorização telegráfica, para efeito da assinatura de que se trata, o que permitiria um lucro de tempo, diante da urgência do assunto. Nêsse sentido seria de interêsse uma resposta do I.A.A., com a possível brevidade, para que fôsse comunicada à Embaixada do Brasil, em Londres, a resolução tomada com referência à matéria.

O Sr. Presidente do I.A.A. propôs, e a Comissão Executiva aprovou, em sua sessão de 29 de agôsto último, comunicasse que o Instituto estva de acôrdo com a prorrogação do Protocolo.

O Delegado do Brasil, junto ao Conselho Internacional do Açúcar mandou agradecer ao Instituto do Açúcar e do Álcool o voto de louvor que foi expresso pela sua atuação naquele Conselho.

FOLKLORE DO AÇÚCAR

Joaquim Ribeiro

XII

Folklore e linguística — A geografia linguística — Origem de um brasileirismo da região canavieira — O significado do verbo "encanar" em Sergipe — O sentido metafórico: o mundo vegetal; seu influxo no mundo animal — Dados comparativos.

Quando se medita profundamente sôbre os múltiplos aspectos da vida popular, há um momento em que o **folklorista** e o **linguista** se encontram no mesmo campo. E isso se dá, justamente, quando os vocábulos populares são estudados à luz da ciência folklórica e da ciência da linguagem. O folklorista os registra através de textos tradicionais do romanceiro, do cancioneiro, do lendário, das adivinhas, das formuletas, etc., enfim de tôdas as manifestações verbais do povo. O linguista os pesquisa mediante a análise direta dos fatos da linguagem falada, fixando dialetos, gírias, etc.

Folklore e linguística têm, pois, as suas fronteiras mestiças.

E há várias décadas vem se processando um campo formidável de pesquisas destinadas a estudar os fatos da linguagem, apontando não só a história como a geografia dos vocábulos.

Surgiu assim a "Geografia linguística" com êsse alto propósito renovador de não esquecer, no exame das línguas, os fatos populares, regionais e locais. E estabeleceu métodos de trabalho seguros e valiosos para o exame dos dados diretamente colhidos através da observação imediata.

Já no meu ensaio "A geografia linguística" (publicado na Revista da Academia Brasileira de Letras, abril, 1933) apontei a necessidade da aplicação dêsse método ao estudo da linguagem popular do Brasil. E realizei diversas pesquisas nesse sentido.

Não é possível, aliás, nenhum estudo do léxico popular de qualquer idioma sem o apêlo aos processos da "Geografia linguística".

Cada vocábulo tem a sua história circunscrita a um determinado espaço vital.

Todos nós, sem dúvida, constantemente, temos provas desta verdade quando em contacto com compatriotas de outras regiões. Nem sempre os vocábulos que êstes empregam têm os mesmos significados usados por nós.

Há como que uma refração semântica no expansionismo geográfico dos vocábulos.

As palavras também possuem o seu mimetismo ecológico.

Vamos, aqui, estudar um brasileirismo peculiar à região canavieira do Nordeste.

Colheu-o, pela primeira vez, o folklorista Sílvio Romero num texto popular de sua terra natal.

Lá está nos "Cantos populares do Brasil", num conjunto de trovas subordinadas ao título "Eu vos mando um coração":

I — Eu vos mando um coração
Partido em quatro pedaços,
Meio vivo, meio morto,
Para acabar nos teus braços.

II — Dos teus braços para dentro
Não admito a ninguém;
Espera, tem paciência,
Qu'eu mesmo serei teu bem.

III — Não me deito no teu colo
Porque outro se deitou;
Se me fazes por acinte
Meu coração te deixou.

IV — Eu pisei na cana verde
Cana verde me "ringiu";
Quando eu quis tomar amores
Todo o mundo pressentiu.

V — Eu pisei na cana verde
Meu amor na lealdade,
Não posso mostrar firmezas
Onde há pouca vontade.

VI — Dentro do meu peito tem
Dois engenhos de marfim;
Quando um anda, outro desanda:
Quem quer bem não faz assim.

VII — Dentro de meu peito tem
Duas tesouras sem eixo ;
Inda me vendo em desprêzo,
Meu amor eu não te deixo.

VIII — Dentro de meu peito tem
Duas pombinhas **encanando**
Uma voou, foi-se embora
A outra ficou penando.

IX — Dentro do meu peito tem
Um cravo sobredourado
Coberto de água fria
Qu'eu por ti tenho chorado.

X — Dentro de meu peito tem
Uma chave de marfim ;
Dentro dêle hás de achar
Um amor que não tem fim.

XI — Dentro de meu peito tem
Uma fita com três laços ;
Aceite lembranças minhas
Um suspiro e dois abraços.

XII — Um suspiro e dois abraços
Pois quem lhe manda sou eu ;
Também mando perguntar
Se de mim já se esqueceu.

XIII — Se de mim já se esqueceu
Pena tenho de sentir ;
Porque lá deve achar
Amor com que divertir.

(2.ª edição, pág. 214/215).

Vê-se pelas trovas IV, V e VI, que tal poesia popular foi elaborada na região canavieira de Sergipe.

O que nos interessa, entretanto, é a quadra VIII, onde há o verso.

"Duas pombinhas **encanando**"

que seria, para nós outros do Sul, ininteligivel, se Sílvio Romero não tivesse pôsto o seguinte esclarecimento acêrca de **encanando:** "começando a criar penas".

Por aí se vê que, em Sergipe, "encanar" significa "empenar".

E' de mister, pois, não confundir êsse verbo com o transitivo "encanar" (ex.: encanar um braço).

E' possível, contudo, ligá-lo, quanto à forma, ao intransitivo "encanar" (criar canas).

Surge, porém, o problema: como se deu a variação de sentido?

Em bom português, se diz :

os milhos vão encanando

isto é, crescendo, com o aparecimento de canas.

Por certo, deve-se dizer, na região açucareira,

os brotos vão encanando

por "os brotos vão crescendo", o verbo "encanar" passou a ter o significado hipotético de "crescer" e daí, por metáfora, foi aplicado aos pássaros; donde dizer-se "encanar" por "criar penas".

O caminho seria, pois :

encanar: criar canas > crescer < criar penas.

Foi, portanto, o ambiente canavieiro que favoreceu a transformação semântica. Para os lavradores, crescer é por excelência criar canas, isto é, encanar e assim passaram a dizer até dos pássaros.

E' certo que não devemos esquecer a possibilidade de ter havido também outros influxos verbais.

Justamente uma das mais valiosas descobertas da Geografia Linguística, diz Albert Danzat, é a "colisão homonímica".

Não se deve subestimar o papel da homonímia na história dos vocábulos.

Bem fácil de compreender é esta cautela. As influências homonímicas são inevitáveis e fàcilmente perceptíveis, dada a semelhança vocabular.

Que elementos, todavia, poderiam ter concorrido para a eclosão do sentido de "encanar" = criar penas?

Teria existido, na língua, algum verbo arcaico ligado a um hipotético latim vulgar

"canare"

resultante de **canère** (encanecer) e de **canere** (cantar), sob o influxo de **cantare ?**

Nesse hipotético **canar** (canàre) poderiam ter-se fundido a noção de crescer (encanecer) e a de cantar (própria das aves já empenadas, crescidas).

Tudo isso, entretanto, são conjecturas demasiadamente delicadas e fáceis de ser contestadas.

Faltam-nos dados na língua arcaica para afirmarmos a possível existência dêsse verbo românico **(canare).**

Além disso, a fixação do brasileirismo "encanar" na região açucareira nos leva naturalmente a admitir que o seu aparecimento foi indiscutìvelmente regional.

Foi a paisagem canavieira que forjou o "encanar" com o significado de "criar penas".

Foi, ainda uma vez, o ambiente agrícola que determinou, na mentalidade criadora de seus habitantes, estoutra metáfora verbal.

Tudo, evidentemente, nos leva à conclusão de que a origem do curioso brasileirismo foi uma resultante do meio, isto é, da região canavieira.

Essa formação regional, todavia, não nos impede de verificar que o **processo metafórico**, que determinou o aparecimento do vocábulo, obedece à impulsão de um processo mais geral de semântica.

Não é obscura a análise dêsse processo de variação de sentido.

O espírito humano, apesar de tôdas as contingências regionais, mantém indestrutível unidade, que ultrapassa as limitadas condições de um espaço e de um tempo determinado.

A Semântica é, em parte, a história do espírito humano. E' analisando, examinando, esmiuçando, pesquisando e verificando a extensão dos fatos semânticos que poderemos apreciar os recursos metafóricos da imaginação humana e apontar algumas tendências típicas do pensamento nas suas criações vocabulares.

Percebe-se que a linguagem humana revela forte tendência para a metáfora.

E não deixa de ser curioso verificar que um vocábulo empregado com o sentido metafórico tem mais fôrça que com o sentido comum.

Nesse ponto, a linguagem do povo, rica de metáforas, revela-se de uma fôrça expressiva extraordinária.

"O povo (escrevi eu no meu livro "Estética da língua portuguêsa") prefere usar de metafóra a criar vocábulos novos. A mudança semântica é mais fácil do que a invenção de palavras inéditas".

E relembrei, então, as palavras de Remy de Gourmont na "Esthétique de la langue française".

"Dans l'état actuel des langues européennes, presque tous les mots sont des metaphores. Beaucoup demeurent "**invisibles**", même à des yeux pénétrants; d'autres se laissent découvrir, offrant volontiers leur image à qui la vient contempler" (obra citada, pág. 187).

Nota ainda Remy de Gourmont que, se o mecanismo das metáforas é ainda misterioso, as suas oscilações são mais ou menos regulares. Justamente por isso conclui que "la différence des langues n'implique pas une différence de marche ou de méthode". E baseado nisso chega a admitir a possibilidade da filologia estabelecer **grupos semânticos** como já estabeleceu **grupos linguísticos**.

A coincidência de imagens em línguas completamente diversas nos leva a repetir, como o esteta francês, que todos os cérebros humanos são relógios tão complicados quanto frágeis, porém, construídos sôbre um mesmo plano.

Há, todavia, processos gerais de variação semântica.

O nosso lavrador quando deu a "encanar" a acepção de "criar penas" obedeceu a um dêsses processos ideológicos.

Levou um vocábulo, próprio do **mundo vegetal** (lavoura de cana) para o **mundo animal** (o crescimento dos pássaros).

"Encanar" é uma metáfora fitológica.

E, nesse ponto, são inúmeros, em nossa língua, os verbos elaborados com metáforas do mundo vegetal. Não faltam exemplos: **aboborar** (tornar mole); Fulano é um **abóbora**, isto é, homem mole, sem resolução; **ervilhar** (dizer coisas disparatadas) ; ervilhado, aparteado ; etc.

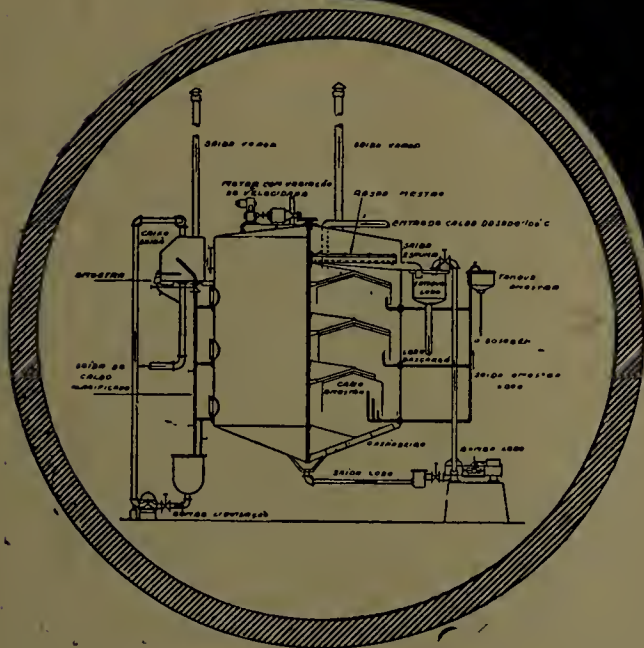
Outro verbo paralelo a "encanar" é :

espigar

que de significar "criar espiga" (própria do trigo, milho, etc.) passou a significar "crescer". Aulete cita o exemplo de Camilo :

"A criança vingou, **espigou** e saiu robusta".

Tôdos êsses exemplos confirmam o processo metafórico geral que impulsionou a formação do curioso brasileirismo da zona canavieira de Sergipe.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS : — Alberto Danzat, La geographie linguistique; Sílvio Romero, Cantos populares do Brasil; Remy de Gourmont, Esthétique de la langue française; Joaquim Ribeiro, A geografia linguística (in Revista da Academia Brasileira de Letras, abril, 1933); Joaquim Ribeiro, Estética da língua portuguêsa.

UM LIVRO PARA SEMPRE

Sodré Viana

Eis quando a um que acima de todos os escritores brasileiros venera Euclides da Cunha, não lhe pesa comparar um livro aos "Sertões". Volto dessa longa excursão pelo país da cana, em companhia de Afonso Várzea, com os proveitos com que, de vez em vez, remergulho na natureza, na humanidade, na vida agreste nordestina que o grande mestre estudou, sentiu e descreveu prodigiosamente.

Nestes tempos em que a improvisação fascina a maioria, a austera compenetração de responsabilidades, a cultura sólida e amadurecida, e o rico e efusivo propósito de dar o máximo — que se contém em "Geografia do Açúcar no Leste Brasileiro" — constituem um exemplo e um confôrto.

Homem capaz de lançar um trabalho que prendesse pelo estilo e pelas graças de crônica de viagem, não quis Afonso Várzea deixar que se esvaíssem em tão pouco os recursos que o Instituto do Açúcar e do Álcool colocou à sua disposição para o inquérito de que o encarregou.

Realizou-o, profundo e amplo, investindo na missão um cabedal de conhecimentos geológicos, econômicos e sociológicos tanto mais admiráveis quanto dêles jamais se utilizou para o fim, muito em moda, de embasbacar, em artiguetes alinhavados e lucrativos, a imensa, meiga e submissa ignorância indígena...

* * *

Evidentemente, não cabe neste registro uma análise completa da sua obra. Nem eu teria fôlego para fazê-la, do ponto de vista técnico. Mas — ainda para insistir no paralelismo das impressões que me deixaram esta "Geografia do Açúcar" e "Os Sertões" — creio a muita gente poderá parecer que Afonso Várzea, empolgado pelos cenários que se descortinavam aos seus olhos, já na faixa litorânea, já nos estirões desérticos das caatingas, se deixou arrastar na "maneira" do "fatigado engenheiro". Realmente para os que se habituaram a encontrar em Euclides, de mistura com surtos maravilhosos de imaginação e de poesia ("... os relâmpagos... sarjando a imprimadura negra da tormenta...") arrevezados têrmos de geologia, de arquitetura — e até enunciados inteiros de matemática superior, a prosa de Afonso Várzea apresentará semelhanças acentuadas.

* * *

Tenho que isso é devido a que em ambos aconteceu a co-existência do escritor e do cientista. E não o digo sem base.

No caso de Euclides, ninguém, por certo, se abalançará a negar o fenômeno — de resto, infelizmente, muito raro entre nós. No caso de Afonso Várzea, talvez se faça necessária uma prova, pelo menos. Essa, parece-me que a posso dar aqui mesmo. Convido-vos ao prefácio que êle escreveu para "Feriado Romano", o livro de Upton Sinclair, entregue aos seus cuidados de tradutor aí por volta de 1931, quando ainda não havia "inglês básico" e só se atrevia a traduzir um romance de língua inglêsa quem sabia, entre outras coisas, que o pronome da segunda pessoa é "thou" e não "you"...

No prefácio a que me refiro há, encaixado naturalmente numa tirada de prosa quase fútil, um quilométrico exemplar de nomenclatura química.

Era, já naquele tempo, o cientista querendo fazer do literato um cavalheiro sério. Sério — e útil ao seu povo.

SITUAÇÃO CIVIL DO TRABALHADOR NA AGRO-INDÚSTRIA DO AÇÚCAR NO BRASIL

Vasconcelos Torres

Na pesquisa que levamos a efeito nas zonas canavieiras, a situação civil aparece como um detalhe. Não tendo pròpriamente relação com as condições de vida do trabalhador, êste item do nosso inquérito serve apenas para evidenciar que, em algumas regiões, o casamento é resolvido da maneira mais simples, tudo dependendo de uma combinação prévia, da qual resulta a constituição de um lar. Assinalamos, recentemente, as dificuldades deparadas pelo obreiro quando pretende consorciar-se legalmente, seguindo as indispensáveis formalidades legais. O juiz nem sempre está perto das zonas rurais, o que não acontece ao sacerdote que peregrina pelas fazendas, realizando casamentos perante o altar, salientando que a união mais lícita é aquela que tem a bênção da igreja. Mas, não raro, falta o juiz e falta o padre, não havendo ainda dinheiro para custear as despesas que êsses atos exigem e o resultado é o **arranjo,** uma espécie de contrato tácito, pelo qual as duas partes consentem em viver sob o mesmo teto, ambos trabalhando para satisfazer as despesas comuns. Isto se verifica quanto ao casamento; na parte que diz respeito ao registro dos filhos é mais ou menos seguida idêntica conduta.

Não podemos generalizar, afirmando categòricamente a freqüência do fato na maioria das zonas rurais. Da nossa parte, constatamos, nas zonas canavieiras sulinas e nortistas, uma boa percentagem de casais legalmente constituídos. Em Minas Gerais, por exemplo, a percentagem de casados pelo civil é de 84,4 %. Na terra montanhesa, quando procedemos a pesquisa entre dez famílias de diferentes usinas, encontramos 3,3 % de viúvos, sendo que dêstes sòmente um não pretendia se casar. Dos onze solteiros, seis estavam de casamento marcado e cinco já estavam **tratando dos papéis.** O quadro no final dêste artigo dá uma idéia da situação.

Cortadora de cana paulista

Na terra bandeirante não tivemos ensejo de perquirir casais ilícitamente constituídos, sendo expressiva a percentagem de trabalhadores casados pelo regime legal, conforme depreendemos do quadro contido na página 63.

Como vemos, há predominância de casados e, quando falamos casados, queremos aludir à situação daqueles que se serviram das circunscrições de casamentos para a legalização dêsse ato civil. Os viúvos encontrados pretendiam contrair novas núpcias.

Na terra fluminense a pesquisa revelou uma relativa média de **amasiados.** Das cem pessoas perquiridas, trinta e quatro não pro-

curaram nem a igreja nem o cartório. Usinas localizadas quase dentro do perímetro urbano apresentaram-se com casais ilícitamente constituídos, sendo que duas delas com maior número de **amasiados**, conforme a distribuição no quadro do Estado do Rio.

Os casados surgem numa percentagem de 55 %, os **amasiados** com 34 %, os solteiros com 9 % e, finalmente, os viúvos com 2 %.

A união ilícita, devemos esclarecer, não é específica das zonas rurais, sendo possìvelmente mais càracterìsticamente urbana. Procuramos sentir o ambiente moral das famílias que, por motivos vários, decidiram resolver o problema do matrimônio à sua moda e podemos averiguar que nêle existe respeito e tranqüilidade. De resto, o certificado legal não assegura o que busca um chefe de família: o sustento da companheiro e dos filhos. Isto não importa em relegar a plano inferior a questão legal do casamento. Pensamos mesmo que deveria ser criada uma política nesse sentido. Não defendemos essa liberdade de **arranjos**, nascida aliás da falta de recursos e, também, da ausência de uma mentalidade sôbre os efeitos jurídicos do casamento. O fato que assinalamos acima, entretanto, é uma verdade fàcilmente verificada.

A espôsa de um trabalhador canavieiro em plena faina doméstica

O resultado da pesquisa realizada na Bahia revelou uma expressiva maioria de **amasiados**; para 42 % de casais nesta situação, apuramos 28 % de casados, 28 % de solteiros e 2 % de viúvos. Já em Sergipe, a percentagem de **ajuntados** é de 14 %, sendo de 63 % a de casados. (Vide quadros de Bahia e Sergipe na página 64).

Não podemos subestimar a concorrência de fatores que condicionam os chamados **ajuntamentos**, entre os quais avulta o econômico. Devemos ressaltar a circunstância de que

muitos trabalhadores solteiros, sem compromissos decorrentes do matrimônio, tinham pesados encargos domésticos, responsavéis que eram pelo sustento da família. Uma parte dêsses trabalhadores pretendia casar-se ou amancebar-se tão cedo resolvesse os seus problemas que, muitas das vêzes, estavam na dependência de um pequeno aumento de ordenado.

A mulher do trabalhador desempenha importantes funções domésticas e, freqüentemente, além do labor caseiro, exerce atividades remuneradas, auxiliando o corte de canas, etc. A condição de solteiro representa, de fato, uma economia maior de dinheiro, mas por outro lado requer uma série de serviços que vão desde a lavagem da roupa até ao fornecimento de comida. Falamos do trabalhador solteiro considerado isoladamente, isto é, sem a responsabilidade de sustentar a progenitora, irmãos menores, etc.

Cumpre esclarecer que nos dois Estados do norte, englobamos na denominação de casados os trabalhadores que procuraram a igreja católica para a legalização, espiritual diríamos bem, do enlace. O casamento religioso não é reconhecido pelo Código Civil, como é sabido. Entretanto, a cerimônia litúrgica, aos olhos da família operária, na imponência do seu ritual, como que soleniza o pacto de uma união sagrada.

Os casados legalmente (Bahia e Sergipe) apareceram em número restrito. Em Sergipe não apareceu nenhum e na Bahia, dos vinte e oito casados, sòmente quatro tinham certidão passada pelo oficial do Registro Civil.

Nos cinco Estados pesquisados, assim aparece a situação civil do trabalhador:

ESTADOS	Casados	Solteiros	Viúvos	Amasiados
Est. do Rio..	55%	9%	2%	34%
São Paulo. . .	87%	11%	2%	—
Minas Gerais	84,4%	12,2%	3,3%	—
Bahia.	28%	28%	2%	42%
Sergipe. . . .	63%	23%	—	14%

Foram pesquisados cem trabalhadores em cada Estado, com exceção de Minas, onde ouvimos noventa.

Como vemos, cabe ao Estado de São Paulo a primazia dos trabalhadores casados, colocando-se no lugar imediato o Estado do Rio. Quanto ao número de **amasiados**, a Bahia aparece em primeiro lugar, seguida pelo Estado do Rio.

Acentuamos linhas atrás que a situação civil nada tem a ver com o **standard of living** do trabalhador; cuidamos de observar êste detalhe com o propósito de conhecer outros aspectos da vida social da família operária, que não os diretamente entrelaçados com o nivel de vida. Na próxima vez estudaremos a predominância étnica em razão da eficiência no serviço.

MINAS GERAIS

USINAS	Casados	Solteiros	Viúvos
Ana Florência.	8	2	—
Jatiboca.	7	3	—
José Luiz.	9	—	1
Mendonça.	10	—	—
Passos.	8	—	2
Rio Branco.	9	1	—
São João.	8	2	—
Santa Teresa.	10	—	—
Ubaense.	7	3	—

SÃO PAULO

USINAS	Casados	Solteiros	Viúvos
Piracicaba.	9	1	—
Boa Vista.	8	1	1
Monte Alegre.	9	1	—
Vila Raffard.	9	1	—
Tamoio.	8	1	1
De Cillo.	9	1	—
Ester.	9	1	—
Schimidt.	9	1	—
Itaquerê.	10	—	—
Santa Bárbara.	7	3	—

ESTADO DO RIO

USINAS	Casados	Solteiros	Viúvos	Amasiados
Santo Amaro.	7	—	1	2
São José.	8	1	—	1
Cambaíba.	7	1	—	2
Paraíso.	8	—	—	2
Poço Gordo.	3	1	—	6
Santo Antônio.	4	—	—	6
Santa Cruz.	4	3	—	3
Queimado.	3	3	1	3
Novo Horizonte.	6	—	—	4
Barcelos.	5	—	—	5

ESTADO DA BAHIA

USINAS	Casados	Solteiros	Viúvos	Amasiados
Aliança.	5	3	—	2
Santa Elisa.	1	3	—	6
Terra Nova.	5	2	—	3
Paranaguá.	1	5	—	4
Acutinga.	2	2	—	6
Pitanga.	5	3	—	2
V. do Paraguassú. . . .	3	2	—	5
Passagem.	2	2	1	5
São Carlos.	1	4	—	5
Cinco Rios.	3	2	1	4

ESTADO DE SERGIPE

USINAS	Casados	Solteiros	Viúvos	Amasiados
S. José do Junco. . . .	2	6	—	2
Pedras.	2	8	—	—
Vassouras.	3	5	—	2
Belém.	4	5	—	1
Central.	—	8	—	2
Cafuz.	1	7	—	2
Jordão.	2	6	—	2
Fortuna.	5	4	—	1
Oiterinhos.	3	5	—	2
Proveito.	1	9	—	—

ALCOOL EXTRAIDO DA MADEIRA

Segundo divulga o Serviço Florestal do Ministério da Agricultura, as imperiosas necessidades da guerra, em matéria de álcool, para produção de pólvora sem fumaça e borracha sintética, em escala suficiente, levaram o Serviço Florestal dos Estados Unidos a escolher locais e a estabelecer trinta grandes fábricas com uma capacidade total de 600 milhões de litros dêsse precioso líquido, partindo da serragem de madeira como matéria prima, de acôrdo com os novos processos econômicos industriais experimentados em julho do ano passado em presença do bioquímico-chefe daquele Serviço. Tais fábricas, cuja instalação está orçada em 90 milhões de dólares utilizarão a maior parte dos 16 milhões de toneladas de serragem que as serrarias norte-americanas produzirão no corrente ano, das quais será obtido assim todo o álcool necessário à industria militar e civil de 1944. A base do novo processo de trabalho está em que cada tonelada de pó de serra é conversivel. E' primeiramente, em 500 quilos de açúcar, e, em seguida, em 200 litros de álcool etílico a 95% e sem a toxidez que possuía o até então chamado álcool de madeira. Além disto, restam 250 quilos de um resíduo chamado lenhoso, rico em resinas naturais que é por sua vez matéria prima para vários produtos plásticos.

No Brasil o pó de serra da indústria madeireira, que é já muito grande em alguns centros, constitui até um problema pelo transporte que exige ou pelo espaço que ocupa sem utilidade. E' possível que depois da guerra se abram novos horizontes para êsse sub-produto, em face do processo industrial para o seu aproveitamento aperfeiçoado pelos americanos.

DA TAXA DE FINANCIAMENTO DE CANA

Na sessão realizada pela Comissão Executiva do I.A.A. a 24 de agôsto último, o Sr. J. Bezerra Filho leu o seguinte voto sôbre a aplicação da taxa de financiamento de cana :

"Os sindicatos ou corporações profissionais só exercem a função essencial de representante **legal** dos seus associados, quando regularmente **reconhecidos** pelo Estado, nos têrmos do artigo 138 da Carta Política de 10 de novembro. E' exatamente essa função pública que distingue o sindicato único das associações privadas. Estas formam-se, **livremente,** pela vontade de um ou mais indivíduos, ou como se declara no art. 1.º do Estatuto da Federação dos Plantadores de Cana: — "A Federação dos Plantadores de Cana **constitui-se**; ou nos artigos 6.º, 7.º, 10.º e 13.º do referido Estatuto que respectivamente estabelecem : **poderão fazer** parte do quadro social; A Federação **admitirá** na categoria de beneméritos; **o reconhecimento de sócio é da exclusiva competência da diretoria,** ou finalmente será eliminado o federado, etc., etc. O Estado, como se vê, não intervém na vida íntima, não controla as atividades dessa Federação. O sindicato, — órgão legal, ao contrário, é um organismo integrado no aparêlho administrativo do Estado; concilia interêsses econômicos, mantém o equilíbrio social, representa os direitos do grupo. Daí a sua personalidade de direito público. Veja-se a êsse respeito a resposta do Departamento Nacional do Trabalho a uma consulta que lhe fêz esta Federação, ("Relatório da Federação dos Plantadores de Cana de 25 de fevereiro dêsse ano") "êsse impôsto (o impôsto sindical) é devido pelos sindicatos **reconhecidos** e portadores de carta assinada na vigência da consolidação das leis trabalhistas".

A êste exemplo, podem juntar-se outros que estão no Estatuto da Lavoura Canavieira: § 1.º do art. 115: "Os sindicatos ou associações de classe **"legalmente reconhecidos"** enviarão ao Instituto uma lista, etc. etc.; — art. 117: — nas regiões em que não existirem sindicatos ou associações de classe **"legalmente reconhecidos"** será convocada uma reunião dos recebedores e fornecedores.

Não há dúvida, pois, que associações particulares e sindicatos estatais são, no direito positivo brasileiro, coisas formal e substancialmente distintas.

Por outro lado, devo ainda ponderar que se os conflitos entre fornecedores e recebedores de cana pudessem ser resolvidos pelos seus respectivos órgãos de classe — hipótese em inteira contradição com os dispositivos expressos da Constituição de 10 de novembro —, não haveria necessidade de se instituir, como fêz o govêrno, uma justiça própria e específica como é esta, da competência exclusiva desta Comissão Executiva.

Em face da lei, é esta comissão Executiva — e só ela — o juiz, na verdade, que julga como um ponderador dos interêsses em oposição. E' por intermédio dos órgãos autárquicos que o Estado intervém, de um modo geral, na economia do país; o Instituto do Açúcar e do Álcool, o Departamento Nacional do Café, o Instituto do Mate, etc., etc. O caso das Usinas Junqueira é disto um exemplo: êle deixa bem claro os nossos propósitos de amparo e assistência ao lavrador de cana. Cito êste fato apenas para mostrar que é o Instituto — e não as Federações — que é o responsável perante o produtor. E, por isto, a Federação dos Fornecedores de Cana, — fornecedores e não plantadores que são também os usineiros, — com o seu caráter privado e extra-estatal, com seu sentido personalista e privativista, (o art. 17 do Estatuto desta Federação admite, para sua diretoria, uma "ajuda de custo"), por tudo isto, ela sempre me pareceu um agente estranho às nossas cogitações.

Surge agora, uma outra questão: — a de saber como se deve entender a expressão "Função pública", quando exercida pelos órgãos autárquicos. Essas funções, o Sr. Oliveira Viana, — **Problemas do Direito Corporativo** — as enumera com a necessária precisão: — elas são de natureza legislativa, quando disciplinamos o comércio do açúcar e do álcool, fixamos as quotas de produção e os preços de venda: de ordem jurisdicional, quando resolvemos os conflitos econômicos e regulamos as relações entre usineiros e fornecedores de cana; e, finalmente, de caráter simplesmente executivo, quando — e êste o caso — a nossa competência foi conferida apenas para aplicar e executar a lei. Também é esta a lição que nos dá o Professor Waldemar Ferreira, interpretando o texto constitucional: — a capacidade atribuída a tais órgãos é **restrita, limitada** a certos atos que só podem ser praticados **sob a tutela do Estado.**

Se assim é, o produto da arrecadação da taxa de Cr$ 1,00 por tonelada de cana de fornecimento só pode ser destinado aos fins **especiais** a que se referem os artigos 144, 150 e 151 do Estatuto da Lavoura Canavieira, isto é, ao "financiamento da entre-safra dos fornecedores", e os **recursos remanescentes**, "depois de **atendido** o financiamento acima aludido", serão aplicados na assistência à produção e no melhoramento das condições de vida do trabalhador rural". Aos fornecedores, pessoalmente, o Estatuto destina apenas **"os lucros líquidos** apurados com as operações referidas nos seus artigos 150, 151 e 154" (art. 155).

Não há, pois, nenhum fundamento jurídico ou moral na alegação de que se pode dar, ao produto da arrecadação dessa taxa um destino diferente daquele que foi estabelecido, precisa e explicitamente, nos dispositivos legais aquí mencionados. Os textos ora referidos hão de ser interpretados e compreendidos por esta douta Comissão Executiva, tendo em vista, acima de tudo, essas realidades econômicas e sociais: o financiamento fácil, barato e eficiente à lavoura canavieira e a necessidade imperativa de melhorar o nível de vida do trabalhador do campo e não para atender a interêsses pessoais, nem tão pouco para constituir ou ampliar quotas de capital de associações de plantadores de cana ou sindicatos de **indústria de açúcar de engenho**...

Só assim daremos a devida atenção a êsse mandamento do Estatuto da Lavoura Canavieira.

E, a meu ver, o único ponto de vista racional em que esta Comissão deve colocar-se é o que V. Exa., Sr. Presidente, definia, na Conferência Canavieira de 1941, quando se elaborou a lei: — "o pagamento do financiamento poderia ser estabelecido através de uma taxa a cobrar da própria cana, destinada "**exclusivamente**" ao dito financiamento. Atender-se-ia, assim, ao objetivo visado".

Infelizmente, tem-se dado a êste caso uma solução restrita, limitada, apenas, a um pequeno grupo. A maioria, a grande maioria da classe, está sem financiamento. Cria-se, dêste modo, um novo problema: o direito que assiste à categoria interessada a êste auxílio, sobretudo, quando êle se faz a um juro de 2% ao ano. A tanto, êste Instituto está obrigado, dentro dos recursos da taxa.

A solução do problema está longe de ser um ato de pura criação do espírito, obedecendo a princípios doutrinários ou ideologias quaisquer.

Não é com critério de benevolência, mas com critério estritamente jurídico, que se há de resolver a questão. O contrário disto importaria no sacrifício dos interêsses mais graves e mais essenciais da própria lavoura da cana".

Em seguida, o Sr. Aderbal Novais ofereceu esclarecimentos, para contrariar as considerações do Sr. J. Bezerra Filho. Inicialmente, informou que a Federação dos Plantadores de Cana do Brasil existia mesmo antes das leis citadas e afirma que continuará a existir, com o mesmo prestígio, porque resultou do consenso unânime dos fornecedores de cana do país e está legalmente constituída. Não se asseverou que a Federação ou Associações de Classe dos Plantadores de Cana constituíssem agentes do poder público. Reconhece que não se trata de sindicatos organizados nos têrmos da lei de sindicalização, porque esta ainda não compreende as atividades rurais, mas, de associações que se enquadram na lei civil, portanto organizadas legalmente, tanto assim que são registradas no Ministério da Agricultura, único competente para reconhecê-las. Dessa forma, nada impede que o I.A.A. considere tais entidades como órgãos auxiliares do poder público, prerrogativa que lhes é outorgada pelo Código Civil. Nem de outro modo se poderia representar a classe dos fornecedores de cana.

No momento, cogitava-se apenas da distribuição do produto da arrecadação da referida taxa de um cruzeiro, nos têrmos da Resolução da Comissão Executiva, devidamente aprovada e publicada. Não compreendia que, a todo momento, se pretenda discutir e derrogar deliberações anteriores. Sugeria, por isso, que a discussão se restringisse à distribuição daquela taxa.

O Sr. João Soares Palmeira, sustentando a legalidade das associações de classe, leu o seguinte parecer:

"O Sr. J. Bezerra Filho sustenta a tese de que a Federação dos Plantadores de Cana do Brasil e Associações filiadas não têm existência legal.

Apoia-se na inexistência de sindicalização da lavoura, não fundamentando, entretanto, as suas alegações.

Com isso revela intenção preconcebida de se colocar em oposição aos interêsses dos fornecedores de cana.

Atitude contrária a essa, porém, tem sido a nossa procurando fundamentar sempre os pontos de vista que defendemos.

E outra não é aquí a nossa posição no caso em debate.

Assim, vamos demonstrar a esta digna Comissão Executiva que a distribuição da quota de 10%, proposta pela Secção de Assistência à Produção, se destina a associações perfeitamente legais, reconhecidas pelo Estatuto da Lavoura Canavieira.

Mas o Sr. Bezerra Filho deixou a monotonia dos assuntos financeiros tão de sua preferência, resvalou para o terreno da ilegalidade da Federação e demais órgãos da classe por não estarem sindicalizados.

Do nosso estudo a respeito chegamos a conclusões precisamente contrárias. Vejamos. A constituição de associações agrárias, entre nós, teve início com a promulgação do decreto legislativo n.º 979, de 6 de janeiro de 1903, que facultou "aos profissionais da agricultura e industrias rurais, de qualquer gênero, organizarem-se entre si Sindicatos para o estudo, custeio e defesa dos seus interêsses" (art. 1.º).

A organização dêsses Sindicatos ficou livre de quaisquer **restrições** ou onus, bastando, para obterem os favores da lei, o simples depósito no cartório de Registros de Hipotecas do Distrito respectivo de dois exemplares dos estatutos, da ata de instalação e da lista dos sócios.

A seguir, foi expedido o decreto n.º 6.532, de 20 de junho de 1907, que aprovou o regulamento para execução do decreto legislativo n.º 979, acima referido.

Em 5 de janeiro de 1907 era expedido outro decreto n.º 1.637, que regulou a criação de Sindicatos profissionais e Sociedades Cooperativas, ficando, todavia, estabelecido no seu art. 9.º:

> **"Os Sindicatos Agrícolas nos quais se compreendem os que têm por objeto a criação do gado ou a indústria pecuária, continuam a ser regidos pelo decreto n.º 979, de 6-1-1903, substituindo-se no art. 1.º as palavras — Associação Comercial — pelas palavras — Junta Comercial".**

Com o decreto n.º 24.694, de 12-7-34, que dispõe sôbre sindicatos profissionais, foram mantidas as organizações rurais já existentes nos seguintes têrmos:

> "Podem organizar-se Sindicatos profissionais entre si" (art. 3.º)"
>
> "Os que, como empregadores, explorem o mesmo gênero ou espécie de **atividade agrícola**, industrial, ou comercial" (alínea **a**)".
>
> "Os que, como empregados, trabalham em profissões idênticas similares ou comuns" (alínea **b**)".

Posteriormente, foi publicado o decreto-lei n.º 1.402, de 5 de junho de 1939, que passou a regular a associação em sindicato, estatuindo expressamente, em seu art. 58, "esta lei não se aplica

às atividade profissionais relativas à agricultura e à pecuária". Portanto, a citada lei reconheceu as organizações apontadas pelo Sr. Bezerra Filho como de existência ilegal.

Na penúltima reunião S. Exª. declarou que a Federação dava à taxa de 10% destino diferente do impôsto sindical.

E' mais uma afirmativa infundada.

Pelo decreto-lei n. 2.377, de 8 de julho, foram estabelecidas as normas para a arrecadação da contribuição prevista na alínea f do artigo 3.º do decreto-lei n.º 1.402, de 5 de julho de 1939, dando-lhe a denominação de impôsto sindical.

Veio então o decreto-lei n.º 4.928, de 14 de maio de 1942, que dispõe sôbre o recolhimento dêsse imposto e, em seus artigos 4.º, 5.º, 6.º e 7.º, discriminou a respectiva aplicação, cujas normas, quase na íntegra, passaram a fazer parte da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de março de 1943.

Essas normas são as seguintes :

I — Da importância total arrecadada serão destinados 20% às entidades sindicais de grau superior, cabendo 15% à Federação coordenadora das categorias a que correspondem os Sindicatos e os restantes 5% à respectiva Confederação — (art. 589 da Consolidação das Leis do Trabalho).

II — As aludidas percentagens serão pagas anualmente pelos Sindicatos à correspondente Federação e por esta à Confederação regularmente reconhecida (§ 2.º do art. 5.89).

III — Inexistindo a Federação legalmente reconhecida, a percentagem de 20% será paga integralmente à Confederação relativa ao ramo econômico ou profissional — (§ 3.º do art. 589).

O art. 529, dispondo sôbre os 80% restantes, diz quanto a empregadores e agentes autônomos:

a) — em serviços de assistência técnica e judiciária;
b) — na realização de estudos econômicos e financeiros;
c) — em bibliotecas;
d) — em medidas de divulgação comercial e industrial no país e no estrangeiro, bem como em outras tendentes a incentivar e aperfeiçoar a produção nacional;
e) — nas despesas decorrentes dos encargos criado pelo presente capítulo.

Essa aplicação em todos os casos acima discriminados é perfeitamente idêntica ao destino que a Federação dá à quota parte da taxa de Cr$ 1,00, que lhe foi atribuida pelo I.A.A.

Vemos dessa forma que as atuais organizações da classe dos plantadores de cana se constituiram, algumas sob a forma de **Sindicatos Profissionais,** com fundamento no decreto legislativo n.º 979, citado, e legislação subseqüente, e outras, sob a modalidade de **Associações Civís,** organizadas com base no art. 16 número I do Código Civil, observadas ainda as formalidades dos artigos 18 e 20 do aludido Código e as do artigo 129 do decreto n. 4.857, de 9 de novembro de 1939, que dispõe sôbre os Registros Públicos estabelecidos pelo mencionado Código Civil.

Cumpre-nos salientar ainda que com o decreto n.º 4.440, de 26 de julho de 1939, que aprovou o Regimento do Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura, ficou estabelecido que o mesmo serviço deveria promover a **organização profissional das atividades rurais** (alínea l do art. 3.º) e também proceder ao registro das associações rurais, de **qualquer espécie**, afim de poderem as mesmas gozar de assistência e favores oficiais (alínea **m** do citado art. 3.º):

A matéria acima desenvolvida nos leva a esta única conclusão: são perfeitamente legais os sindicatos e associações que constituem a Federação dos Plantadores de Cana do Brasil, em face da legislação vigente sôbre a espécie e também das disposições do art. 162 do Estatuto Canavieiro.

Eis aí, senhores membros da Comissão Executiva, as razões porque são legais os órgãos de defesa e representação da classe dos fornecedores de cana".

Usando da palavra depois, o Sr. J. Bezerra Filho reiterou os pontos de vista de seu voto, afirmando seus propósitoe de amparar os fornecedores de cana e citando sua atuação em Pernambuco, nesse sentido. Não disse que as associações dessa classe sejam ilegais, mas que tais órgãos não podem exercer função pública.

O Sr. Presidente, em longas considerações, expôs o seu ponto de vista.

Inicialmente acentuou que o assunto já foi resolvido pela Comissão Executiva, nos têrmos da Resolução 58/43, publicada no "Diário Oficial", de 8 de junho do ano passado, a cuja leitura procede. Antes de ser votada, pronunciaram-se as Secções técnicas do Instituto, que desceram à análise de todos os seus aspectos. Se fôsse adotada a praxe de voltarem a debate as Resoluções já promulgadas, nem todos os dias da semana seriam suficientes para o estudo dos assuntos sujeitos à Comissão Executiva e nada mais se faria que rever o vencido.

Das alegações debatidas, evidencia-se flagrante confusão. Os poderes de uma associação de classe rural não se equiparam aos de um sindicato. Por isso mesmo, empenha-se o Govêrno em realizar a sindicalização rural, para que os órgãos de classe da lavoura possam ter o sentido de unidade de ação e de representação que caracteriza os sindicatos.

Mas, enquanto não existirem êsses sindicatos, devido à série de problemas que sua criação acarreta, e não podendo as classes rurais organizar-se dêsse modo, é lógico que se façam representar pelas entidades instituídas de acôrdo com a lei vigente para essas atividades. Aliás, essa tese está sendo aplicada pelo Ministério da Agricultura, de maneira muito aproximada da sindicalização, porque, ao passo que reconhece e registra tais associações, não permite duas dessas associações na mesma região.

Deve-se ainda observar que o próprio Estatuto da Lavoura Canavieira admite a representação da classe dos fornecedores de cana por essa forma e, além disso, é o próprio Sr. Presidente da República quem escolhe os Delegados dos Fornecedores de Cana entre os nomes da lista tríplice apresentada por essas associações.

Por outro lado, os poderes do I.A.A., como o das demais autarquias, são definidos por lei. Os de regulamentar, além de implícitos na estrutura dessas entidades, no caso do Instituto decorrem também da lei n.º 1.831, e do Estatuto da Lavoura Canavieira. Foram essas funções regulamentares e normativas que a Comissão Executiva exerceu ao votar a Resolução 58/43.

O Instituto, no objetivo de consolidar e fortalecer as classes que compõem as atividades canavieiras do país, entendeu altamente auspicioso que se constituíssem elas em associações locais e que estas se congregassem em uma federação.

Há uma taxa que é paga pelos próprios fornecedores — a de um cruzeiro por tonelada de cana. A lei determina sua aplicação, destinando-a, principalmente, ao financiamento de entre-safra dos mesmos fornecedores e, também, à assistência à produção e ao melhoramento das condições de vida do trabalhador rural.

Ora, são os próprios fornecedores de cana, que abrindo mão de um dêsses destinos pelas suas associações de classe e pelos seus delegados, preferem dar ao produto da arrecadação dessa taxa a aplicação que consta do processo em debate. Se a Comissão Executiva entende que êsse destino favorece a formação do espírito da classe e a defesa dêsses interesses, não lhe é licito opor objeções à pretensão, embora os elementos do Govêrno junto à Comisão Executiva exerçam ação fiscalizadora, para que tais interêsses sejam preservados.

O Estatuto da Lavoura Canavieira, realmente, determina que os recursos dessa taxa sejam aplicados principalmente no financiamento da entre-safra de fornecedores. Mas, principalmente, não quer dizer exclusivamente, e a aplicação que se determinou para essa taxa não é vedada pela lei vigente.

São êsses — continua o Sr. Presidente — os aspectos morais e legais do caso.

No momento, deve a Comissão Executiva subordinar-se ao vencido, nada impedindo, porém, que qualquer de seus membros submeta à apreciação da Casa um projeto, revogando aquela Resolução, para ser então discutido e votado.

Os debates então se generalizaram, desenvolvendo-se sôbre todos os aspectos do assunto.

Passando-se à votação, o Sr. Antônio Corrêa Meyer, declarou que não era membro da Comissão Executiva quando se votou a Resolução n.º 58/43. Se o fôsse, votaria nos estritos têrmos do art. 150 do Estatuto da Lavoura Canavieira. No momento, tratando-se de dar aplicação à Resolução citada, não lhe cabia discutí-la: votava pela distribuição proposta, aguardando, no caso de voltar o assunto a debate, para se pronunciar sôbre o fundamento daquela Resolução.

Os Srs. José Carlos Pereira Pinto e Luís Rolemberg fizeram idêntica declaração de voto.

O Sr. J. Bezerra Filho votou contra a distribuição proposta, porque é decorrente de uma Resolução que considera ilegal.

Os demais Srs. Delegados votaram pela distribuição sugerida. O resultado da apuração foi o seguinte:

"Aprovada a distribuição contra o voto do Sr. J. Bezerra Filho. Os Srs. Corrêa Meyer, Pereira Pinto e Luís Rolemberg, declaram que à vista da Resolução votam a favor da distribuição, embora ressalvando sua opinião sôbre o fundamento da Resolução".

"O INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL E A USINA JUNQUEIRA"

O Instituto do Açúcar e do Álcool acaba de editar em saparata as publicações que estampou em "Brasil Açucareiro" e na imprensa do Rio e de São Paulo sôbre o caso da Usina Junqueira. O folheto consta de três partes: o histórico da questão, isto é, o dissídio entre a fábrica de açúcar e seus fornecedores de cana, a intervenção do I.A.A. e anexos, constando êstes de fotocópias de certidões tiradas no cartório de Igarapava, documentando a conduta enérgica e serena da autarquia açucareira.

"O Instituto do Açúcar e do Álcool e a Usina Junqueira" representa mais um documentário da posição justa e firme em que se situou, desde sua criação, o órgão controlador da economia nacional do açúcar, no trato e resolução dos problemas de crescente complexidade entre o campo e a fábrica. Mesmo com o aspecto particularizado do caso, a leitura da separata, com nítido conteúdo doutrinário de ordem geral, interessará não só aos que cuidam dos assuntos açucareiros, entre nós, como também aos estudiosos do nosso "processus" econômico geral.

FUNDO AGRÍCOLA

Celso Filho

Cada período histórico teve a lhe orientar determinados fatores. Fatores êsses que o tornaram inconfundível. Nossa era não podia deixar de seguir esta norma. E, ainda que não se aclarasse inteiramente a orientação a que temos de nos adaptar, não resta mais dúvida de que ao término desta guerra, nossas relações internas se pautarão pela distribuição de justiça e bem estar ao maior número, sem quebra do equilíbrio social. Ao Estado competirá pautar as regras de conduta das classes em si e entre si. Às classes, por outro lado, por delegação do Estado, caberá regular as relações entre os indivíduos a elas ligados, levando em conta as particularidades de cada um.

Contra esta diretiva se insurgem freqüente e infrutìferamente os saudosistas do período histórico que acaba de findar, onde prevalecia o individualismo extremado do salve-se quem puder. E' a natural lei da inércia. Sempre aconteceu assim. O homem se insurge ordinàriamente contra as mudanças, mesmo quando tenham sido propostas por êle e a seu favor.

Vejamos o caso das restrições ao direito de propriedade. O hábito de usar e abusar dêsse direito, mesmo contra os interêsses do Estado, estava arraigado. Não se admitiam contestações. Tanto assim que o Código de Napoleão só autorizava a desapropriação por motivo de utilidade pública. Mesmo nesse caso, mediante prévia e justa indenização. Isto queria dizer que se, em determinado momento, não se pudesse reparar imediatamente com justa indenização, a própria defesa nacional estava prejudicada. Mas, como reação a êste princípio, as tropas do próprio Napoleão nunca imaginaram em negociar primeiro com um proprietário para depois atravessar e utilizar suas terras.

Depois de se ter hipertrofiado assim, êsse direito tende hoje a retornar a seu verdadeiro sentido — **Direito de Utilização**. E, quanto melhor utilizado no sentido social e nacional, mais respeitado e garantido.

No estágio primário de quase tôdas as culturas, a propriedade só é reconhecida sôbre bens móveis apropriados (caça, pesca, etc.), a seguir sôbre os objetos de uso pessoal (armas, vestuários, etc.) e o imóvel destinado a moradia (caverna, casa, etc.).

Houve relutância para aceitação da propriedade individual sôbre a terra. Os pastores admitiam a propriedade dos rebanhos e os agricultores, de um modo geral, a das colheitas, sem que implicasse na da terra. Finalmente admitiu-se a propriedade do solo trabalhado sem lesão aos direitos de outrem. A esta conclusão chegou Spencer, dizendo que o direito de propriedade depende, pela procedência, do **Direito de Uso.**

Com a divisão do trabalho, porém, a propriedade se estendeu. Os homens passaram a produzir mais do que consumiam e os produtos obtidos dêsse trabalho duravam mais do que o tempo necessário para a sua renovação. Houve acumulação. Surgiu o Capital. E o capital, dominando o poder político, quando devia ser êste que o orientasse, causou a hipertrofia da propriedade, o latifúndio, a divisão difìcilmente reparável das classes. O ódio do mocambo ao sobrado e o desprêzo do sobrado ao mocambo.

Era o desequilíbrio declarado que, através das lutas sociais, verdadeira guerra sem tréguas e sem quartel, vem agitando a humanidade. A reação a esse estado de coisa tendia para o extremo oposto procurando abolir de vez a propriedade.

Um pêndulo é fàcilmente pôsto em equilíbrio estático pela intervenção de fôrça estranha. Se se deixar que êle atinja êsse equilíbrio por si mesmo, temos muito tempo que esperar devido à lei das pequenas oscilações.

Agora a humanidade vai se convencendo de que ao Estado cabe o papel de fôrça estranha de intervenção para manter o equilíbrio social. Entramos assim numa nova estrada — a do Direito Social — que se caracteriza pelo reconhecimento do **Direito de Utilização** e pela não observação da liberdade contratual em bases iguais entre partes econômicamente desiguais. Abandonou por inútil a propalada igualdade política para, servindo de fiel da balança, declarar a liberdade de oportunidades.

Tudo isso vem à baila devido a um novo instituto que entrou sem pedir licenca em nosso direito: o Fundo Agrícola, estabelecido pelo Estatuto da Lavoura Canavieira.

Que vem a ser isso? Poder-se-ía responder: "Fundo Agrícola é a constituição de uma determinada propriedade num ente econômico autônomo, independente da pessoa de seus titulares (Barbosa Lima Sobrinho), tendo por pressuposto o destino econômico (professor Bolla) que lhe reserva o Estado em benefício das classes sociais e da nacionalidade". Conceituar é sempre difícil e a nova entidade criada se reveste incontestàvelmente de uma certa complexidade. O próprio Sr. Barbosa Lima Sobrinho, alma do Estatuto da Lavoura Canavieira, de onde saiu êsse instituto para nosso direito, reconhece que êle é realmente difícil de se explicar. E' mais fácil compreendê-lo do que defini-lo. Isto faz lembrar de quando se pergunta a uma pessoa o que é fofo. Qualquer que seja o grau de instrução da pessoa, responde invariàvelmente: "Fofo é... é...", e fica fazendo movimentos de contrações com os dedos, em procura da definição que nunca chega. No entanto todos sabem o que é. Aliás, as coisas carecem de definição quando não a entendemos bem. E' o caso. O Fundo Agrícola, para o mais ignorante dos interessados não carece de explicação para ser compreendido.

Mas, como nem todos são diretamente interessados, procuremos explicá-lo buscando-lhe a origem histórica.

Tendo a usina o lucro industrial garantido, procurou dividir com os fornecedores a atividade

agrícola por vêzes incerta. Plantava uma parte das canas que precisava e comprava a outra parte dos fornecedores. Como estava supersaturado o mercado do açúcar, interessava-lhe esta cooperação.

Vieram novos tempos, começando a colocar-se o Estado como órgão de equilíbrio e defesa das classes produtoras. Cuidou logo do açúcar, limimitando-lhe a produção. Para compensar, esta medida trazia conseqüentemente a estabilização dos preços. Cada usina tinha o direito de produzir tantos sacos que, estando dentro dos limites do consumo, e sendo retidos pelo Instituto os excedentes possíveis, seriam inevitàvelmente bem vendidos.

Com a simples limitação da produção a usina podia comprar canas de fornecedores, plantar ela mesma ou fazer as duas coisas ao mesmo tempo, como a maioria vinha fazendo. Antes da limitação, porém, era vantagem comprar aos fornecedores. Depois, com a estabilização do preço do açúcar, desaparecendo por êste lado o risco agrícola, tornou-se mais interessante, do ponto de vista comercial, a segunda hipótese.

Começou então a usina a substituir os fornecedores na atividade agrícola, afim de tirar o proveito total pelo processo de integração vertical.

Já não era mais objetivo do Estado proteger uma classe em detrimento de outra. Seu verdadeiro papel passou a ser o de amparar tôdas as classes, não permitindo, mesmo coercitivamente, que se degladiem entre si.

Assim, no auge dessa luta desigual, os fornecedores lançaram seus apelos para o poder competente. No momento era a Câmara dos Deputados.

Veio em resposta a Lei 178 de 1936 que, numa caricatura do que viria a ser, impunha aos usineiros a obrigação de comprarem as canas dos fornecedores na média do último quinqüênio de fornecimento. Entretanto, essa lei oferecia tôdas as saídas possíveis para não ser observada. Falhas essenciais dificultavam a sua aplicação.

Cinco anos de observação dessas falhas no plano nacional, fizeram com que o Instituto do Açúcar e do Álcool, com a colaboração dos próprios interessados, fizesse surgir o Estatuto da Lavoura Canavieira e com êle o "fundo agrícola".

Chamando-se de "quota de produção" o direito que pela limitação foi concedido à usina de produzir tantos sacos de açúcar, chamaremos de "fundo agrícola" a quantidade de canas necessária para se atingir a "quota de produção". Não chega a ser sòmente isto o nosso fundo agrícola. E' mais o direito do fornecedor, do lavrador, do colono, de todos os agentes de produção da usina à garantia do aproveitamento útil de seu trabalho e conseqüente subsistência certa numa lavoura que ontem lhe era incerta. E' tudo isto e mais alguns imponderáveis.

Limitada a produção do açúcar, o fundo agrícola automàticamente se caracterizou como conseqüência dessa limitação. E' óbvio que para se produzir uma quantidade "x" de açúcar, necessita-se de uma quantidade "y" de canas que, por sua vez, carece de uma extensão "z" de terras.

Vê-se pois que é um efeito da política de limitação e zoneamento. Em qualquer latitude onde se esboce essa política, sob qualquer regime, a figura logo aparece em sua forma primária. Daí o combate a ela feito, sob a alegação de provir do direito fascista. Na Argentina, encontramo-la com o nome de "fundo canavieiro" na Lei aprovada pelo Senado Provincial de Tucumã em 7 de maio de 1937, mandando regular a produção.

Todos os países têm leis assegurando a vida, a honra, a família, a propriedade, etc., independentemente do regime político ou crença religiosa. Nós também as temos e até hoje ninguém alegou terem sido copiadas dos outros. Pelo contrário, cita-se comumente a consagração de um instituto por outro país para justificar seu aproveitamento entre nós. E' que as necessidades humanas são universais. Há todavia particularidades regionais, estando em conhecê-las o segrêdo do bom legislador. Nosso fundo agrícola comporta em si as múltiplas peculiaridades inerentes ao nosso desenvolvimento. Aí está a razão porque merece todos os aplausos.

Inicialmente, atendendo aos interessados, divide-se em duas grandes quotas: 60% das canas as usinas podem plantar e 40% ficam obrigadas a receberem de fornecedores (art. 48.º).

Pelo sistema de distribuição de novas quotas, o Estatuto deseja que de futuro a parte agrícola separe-se da industrial, cabendo aquela exclusivamente aos fornecedores.

Entretanto, na aplicação dos preceitos do Estatuto "tudo depende da apreciação isolada de cada caso", como acentuou Barbosa Lima Sobrinho em sua exposição de motivos. Nenhum desejo de prejudicar. Nenhuma transigência quando uma das partes manifesta êsse desejo em relação à outra.

Aplicando-se uma lei com o lema acima, foge-se ao perigo do absoluto inexistente e das generalizações perigosas de que nem Einstein soube fugir, repousando sua teoria na noção da invariante — velocidade da luz — como constante universal. Posteriormente Francis G. Pease e Fred Pierson, do Observatório de Monte Wilson (Estados Unidos), em diversas medições feitas, acharam pequenas variações para essa invariante.

Agora, ao contrário da Lei 178 de 1936, já há obrigações definidas quanto ao recebimento dos 40% de canas dos fornecedores que tenham quota de fundo agrícola: "Os proprietários ou possuidores de usinas são obrigados a receber de seus fornecedores a quantidade de canas que fôr fixada pelo I.A.A. para transformação em açúcar ou "álcool..." (art. 17.º). A usina que "se recusar a receber as canas de fornecedor, ou não as receber na proporção devida... ficará obrigada a ressarcir o dano sofrido. . ." (art. 39.º) e, se não pagar no prazo ou se reincidir na recusa, o I.A.A. reduzir-lhe-á no respectivo limite da produção a parcela correspondente à quota de fornecimento..." (art. 40).

Orienta-se o Instituto no sentido de evitar o execessivo parcelamento da quota de fornecimento de cada fundo agrícola, estabelecendo um limite que garanta a manutenção regular do proprietário e sua família" (art. 92.º), para o que instituiu "as quotas mínimas para cada região agrícola" (art. 93.º).

Com isto, procurou oferecer a oportunidade de uma vida digna sob a proteção do Estado.

Mediante outras providências procurou também evitar que, com o tempo, tôdas as quotas de fornecimento se concentrassem, pelos mais variados meios, nas mãos de um único potentado, ao lado da potência econômica da usina. Pois, a concentração tem caminhos imprevisíveis para se efetivar.

Tendo procurado caracterizar o fundo agrícola e mostrar o que de melhor nêle há, vejamos agora a gritaria que contra êle se levantou, baseada na desculpa de lesão ao direito da propriedade.

Em primeiro lugar, a figura jurídica do fundo agrícola se enquadra melhor no terceiro ramo do direito que estamos assistindo brotar da velha árvore — o Direito Social.

Mas, para descanso dos que o combatem baseado no direito Clássico, permitam-me lembrar aquela passagem da Bíblia em que foi protagonista a maior figura da Igreja Católica — São Paulo. Êste Santo, depois de muito sofrer em peregrinações várias semeando a Nova Doutrina, apareceu na magnificente e culta Atenas. Como iria dirigir-se a seus habitantes? Revelar um Deus novo àqueles cidadãos que os tinham em excesso era tarefa demasiadamente espinhosa. Eram compreensivos, curiosos de novas revelações, mas exigentes e duros nos julgamentos. O santo vacilou. "Mas alguns filósofos epicúreos e estóicos (18)... segurando-o, levaram-no ao Areópago dizendo: Podemos saber que nova doutrina é essa que anunciais (19)... Paulo, pôsto em pé no meio do Areópago, disse: Atenienses, em tudo vos vejo muitíssimo tementes aos Deuses (22). Pois, passando e observando os objetos de vosso culto, achei um altar, em que estava escrito: AO DEUS DECONHECIDO. O que, pois, adorais sem o conhecer, é o que eu vos anuncio (23)" (Bíblia — Novo Testamento — Atos dos Apóstolos — Cap. 17).

Pois bem, Barbosa Lima Sobrinho, ante espectadores igualmente exigentes, uns prevenidos contra inovações e outros de má fé, escreveu: "A quota adere à terra. Constitui pois, não um direito pessoal, mas um direito real, **jus in re**, vinculado direta e imediatamente a uma coisa, que é a terra... o direito à quota deve estar subordinado ao mesmo regime instituído para o direito da propriedade, por exemplo".

Apesar dessa afirmativa, para completar a legítima filiação do fundo agrícola ao direito clássico, era preciso que um clássico do direito previsse a aparição dessa nova figura do **jus in re**. E nem isso faltou. Clóvis Beviláqua disse: "Só há direito real quando a lei o declara e só o direito real é suscetível de posse. São limitados e determinados. Tipos novos raramente aparecem".

Os direitos reais estão contidos na teoria do patrimônio, que por sua vez, pertence ao Direito das Coisas. "O moderno Direito das Coisas é tão progressivo quanto as necessidades humanas (Fedda e Benza). E' a utilidade que tem distendido o Direito das Coisas. Há valores novos, mas não coisas novas sôbre que se exercem os direitos reais" (Almáquio Diniz — Direito das Coisas).

Dizia ainda o direito clássico que o direito real é conservado pelo seu exercício, quer pela posse, quer pela quase posse, não destacando entretanto a propriedade de seu tronco. Vem ainda Barbosa Lima Sobrinho reforçar esta velha tese, dizendo que "o projeto não consigna nenhuma divisão das propriedades atuais. O que êle visa é menos um sistema novo de propriedade, que uma fórmula diferente de exploração agrícola.

Quem poderá negar que o instituto do fundo agrícola se enquadre em todos êsses velhos postulados sem deixar de ser ao mesmo tempo uma coisa nova se projetando para o futuro?

Graças a êle, podemos ver em tôrno de um núcleo central (usina) que tem uma quota de açúcar a produzir, vincular-se tôda uma coletividade interessada na produção da matéria prima (cana) formando uma unidade produtora que se sente integrada e garantida (pelo Estatuto) na comunhão nacional. Cada órgão e cada célula dessa unidade produtora está vinculada à terra pela quota (direito de produzir) que por sua vez se vincula ao fundo agrícola. Esta a visão de uma mensagem nova que nos trouxe o Estatuto da Lavoura Canavieira.

Resolvendo uma Nação seu problema agrário, tem a chave para resolução de todos os outros problemas. Justus Liebiz, o mágico da ressurreição das terras cansadas, em carta a seu amigo Wöhler, escreveu que "... um faminto não vai à igreja, e, sem um pedaço de pão criança alguma vai à escola. O progresso agrícola, pelo contrário, alivia as misérias e as preocupações das criaturas, tornando-as sensíveis e acessíveis ao bem e ao belo, às realizações da arte e da ciência, e só então nossos progressos encontram sua base e sua verdadeira bênção."

A IRRIGAÇÃO DOS CANAVIAIS

Ricardo Neumann G. (*)

1.ª PARTE

Como contribuição ao estudo iniciado no Departamento (Lambayeque) por Edgardo Seoane sôbre o comprimento mais conveniente que se deve dar aos sulcos na irrigação da cana de açúcar, para se obter o maior aproveitamento da água, exponho aquí o resultado de minhas próprias observações sôbre a técnica de irrigação, feitas na Fazenda Cayaltí, com o desenvolvimento da fórmula que nos permite conhecer o comprimento e o declive do sulco quando tenha sido determinada a permeabilidade do solo, condição física de primeira importância e sôbre a qual se basea tôda a técnica da distribuição de água.

Sabemos que a máxima eficiência da irrigação é obtida quando se dá ao terreno uma quantidade de água adequada à sua natureza, à sua capacidade de retenção e à sua profundidade. Entretanto, de todos os característicos físicos do solo, a capacidade de retenção de água é o que regula a quantidade teórica que deve ser aplicada de cada vez e o coeficiente de absorção determina a duração teórica da irrigação, ou seja o tempo necessário para que o solo absorva a quantidade de água empregada. A duração teórica da irrigação é diferente da duração real ou tempo que é realmente necessário para aplicar ao terreno a quantidade teórica correspondente.

E' então a permeabilidade, ou melhor o grau de porosidade do terreno, o fator que decide o comprimento dos sulcos nos casos de irrigação por circulação e também nos casos de irrigação por circulação e submersão, em sulcos de pouco declive, ainda que nestes últimos intervenha como fator de importância a altura que a água alcança no sulco uma vez terminada a sua aplicação. Para certos tipos de solos, um comprimento de 50 metros pode ser demasiado, econômicamente, caso se trate de irrigação em sulcos curtos sem desague, enquanto que em terrenos de muito pequena permeabilidade e de alta capacidade retentora para a água, o traçado de sulcos muito curtos tornaria difícil aplicar ao terreno a quantidade teórica de água e menos ainda quantidades maiores cuja aplicação é conveniente durante o verão, quando afortunadamente se dispõe de água em excesso e quando o seu rendimento permanece dependente do rendimento da terra.

As determinações das características físicas do solo em laboratório e principalmente de sua capacidade de retenção, nos permitiram o emprêgo da fórmula dada a conhecer por Romulo Ferreiro em seu interessante estudo sôbre a irrigação de canaviais, publicado em março de 1935. Em Cayaltí, determina-se a quantidade de água necessária para saturar um solo cuja constituição física é conhecida, adotando uma profundidade de sessenta centímetros para tôdas as irrigações e isto baseado na suposição que em média a maior parte das raízes se encontram nesta profundidade. O número que se obtém serve de base para o Plano Geral de Irrigação da Fazenda, decidindo as quantidades de água que devem ser aplicadas ao solo em determinada área e em cada irrigação. Para determinação da água total por unidade de tempo intervêm os intervalos que estão em relação com a constituição física do solo e com a atividade fisiológica das plantas nas diferentes épocas do ano.

A AGUA E O REPRESAMENTO DOS SULCOS COM TRAVESSAS

Não há perigo que esta circunstância nos faça olvidar que os números adotados têm um valor relativo, de maior importância durante aquela parte do ano quando a estiagem faz com que se procure tirar o máximo rendimento da água; nos mêses do verão, quando sobra água, é prática agronômica mais aconselhável aplicar mais água à terra para obter produções mais altas e portanto maior rendimento da terra. Isto é possível, pois sabemos que de um mesmo solo e de uma mesma planta podem-se obter colheitas diferentes, com quantidades de água que variam dentro de amplos limites, a produção obtida variando de acôrdo com a quantidade de água aplicada. Irrigando-se com uma quantidade de água maior do que a teórica, obtida de acôrdo com a fórmula adótada em relação com a capacidade do solo para a água, nem tôda a água se perde por infiltração além das zonas das raízes; uma parte pode, entretanto, ser aproveitada por capilaridade e de uma maneira geral não são muito grandes as perdas por infiltração, salvo quando a aplicação é muito grande e em casos especiais pela existência de uma zona filtrante próxima da superfície ou porque o nível da camada freática se encontra muito alto. Ademais, não podemos supor que em todos os casos a zona das raízes da cana se encontre em grande proporção sòmente até os sessenta centímetros de profundidade. Em condições apropriadas, as raízes penetram muito profundamente no solo, chegando até 4 pés ou mais.

Pelas razões que referimos, ao decidir represar a água nos sulcos por meio de travessas, deve-se assegurar o seu maior rendimento nos meses de estiagem do rio e o rendimento do solo durante o verão, contribuindo ao bom desenvolvimento radicular e a uma melhor exploração de tôda a massa do solo. O objeto principal da irrigação é manter uma umidade adequada ao redor da zona de raízes da planta e isto só pode ser obtido por um método eficente de aplicação.

Por muito tempo, prevaleceu no Departamento a irrigação em sulcos muito compridos e de declive forte, fazendo-se a irrigação por circulação com desaguamento. Edgardo Seoane foi o primei-

(*) — Engenheiro-agrônomo e superintendente da Fazenda Cayaltí, Valle de Zaña, Peru.

ro a chamar a atenção para as enormes perdas de água, ao circular esta por sulcos de comprimento várias vêzes maior do que o exigido pela permeabilidade do solo, além da distribuição desigual da água e publicou os resultados obtidos pela irrigação em sulcos curtos, de pouco declive.

Com efeito, a irrigação em sulcos dé muito declive só pode ser feita por circulação, e, se aos sulcos é dado um comprimento correspondente à porosidade do solo, o terreno receberá aproximadamente a quantidade teórica de irrigação, ainda que desigualmente distribuída. Na prática, não se conhecendo nunca a permeabilidade do solo cultivado, para assegurar ao terreno a quantidade correspondente à sua capacidade, tem-se feito a irrigação com desaguamento, assegurando-se assim a circulação da água pelo sulco por um tempo quase sempre maior do que o necessário, produzindo-se grandes perdas por infiltração no subsolo, fazendo-se também muito difícil o aproveitamento máximo da água devido à má distribuição na superfície irrigada. Os primeiros metros de sulco recebem mais água do que os últimos e em proporção tanto maior quanto mais compridos forem os sulcos.

Os inconvenientes da irrigação por circulação podem ser evitados, irrigando-se em sulcos de pequeno comprimento em relação ao coeficiente de absorção do solo e com declive pequeno ou inteiramente sem declive. Nestas irrigações, a água chega ao fim do sulco (sulco tapado), o qual se enche em parte até aplicar ao solo a dotação teórica de irrigação. E' indubitável que o menor comprimento e declividade dos sulcos proporcionam melhor distribuição da água por metro de terreno, assegurando-se a sua melhor distribuição na zona das raízes e também uma maior economia. Quando se irriga em sulcos por circulação, a distribuição da água se faz por gravidade e também por capilaridade. Se já foi chegado terra à cana e se irriga no fundo do sulco com declive excessivo, dispondo-se de pouca água, esta não é aproveitada na devida forma porque não molha bem a zona das raízes. Para que a capilaridade possa levar a umidade até molhar todo o camalhão, seria necessário que corresse muito tempo pelo sulco, pois em caso contrário parte das raízes ficaria fora da zona de maior infiltração de água, com o resultado de alcançar-se nela o coeficiente de murchamento antes que no resto do terreno. Nestas condições, o aproveitamento da água é menos eficiente, com prejuízo do rendimento máximo do canavial.

Isto indica que se deve cuidar para que a água alcance pelo menos a metade da altura do camaleão, evitando-se que êstes tenham profundidade excessiva. Esta condição se consegue com a irrigação em sulcos tapados, de muito pouco ou nenhum declive e cujo comprimento esteja em relação com a permeabilidade do terreno, havendo então melhor aproveitamento da água durante a estiagem, quando se dispõem de quantidades de água muito inferiores às exigidas pela área em cultivo.

A irrigação em sulcos curtos, de pequena declividade, não pode ser considerada como irrigação por circulação. De um modo geral, o comprimento dado aos sulcos não permite a absorção total da quantidade teórica de irrigação durante o tempo que a água demora para chegar ao fim do sulco. A duração teórica da irrigação em terrenos de permeabilidade normal requer mais algum tempo, resultando que na realidade pouca água é aplicada por circulação, o resto sendo por submersão. Quando a água chega ao fim do sulco, permanece na superfície do tererno um tempo mais ou menos longo, absorvendo-se por submersão, o que confirma que os sulcos não são suficientemente compridos para que a absorção seja total, quando a água que alcança a base do sulco seja igual ao gasto na entrada.

DURAÇÃO DA IRRIGAÇÃO EM DIVERSOS SULCOS

Na irrigação em sulcos curtos, de pouca declividade e sem desaguamento, é importante o tempo que a água leva para chegar ao fim do sulco; e esta condição é a que determina a proporção de água que é absorvida durante a circulação e depende do comprimento dado ao sulco em relação com a permeabilidade. Em terrenos com o mesmo coeficiente de absorção, a água chega ao fim do sulco em um tempo dependente do comprimento do mesmo sulco e da quantidade de água à entrada. Para sulcos do mesmo comprimento, a água demorará tanto mais para chegar ao fim do sulco quanto menor fôr a altura da água à entrada e inversamente. Isto significa uma relação entre a duração da irrigação e o tempo empregado pela água para circular pelo sulco. Como se verá mais adiante, no desenvolvimento da fórmula para encontrar o comprimento do sulco mais conveniente, repetidos ensaios experimentais realizados sôbre a irrigação em sulcos de pequeno comprimento em relação com a permeabilidade e de declividade não maior do que 1 por mil, deram o seguinte resultado :

1. — A altura média da água durante seu percurso pelo sulco é igual a 0.925 da dotação teórica na primeira fase da irrigação expressada em altura da água.

2. — O tempo de percurso é igual a 0.148 da duração teórica da irrigação e também pode ser exprimido como 0.16 da altura média da água que circula pelo sulco dividida pelo coeficiente de permeabilidade do solo.

3. — O comprimento do sulco está em relação com a velocidade da água que corre pelo sulco e o tempo empregado em percorrê-lo.

O estudo do coeficiente de absorção, feito sôbre o mesmo solo que vai ser cultivado, permitiu conhecer a grande diferença que existe entre os diferentes solos da fazenda. A variação cobre um campo de tal amplitude que exige condições diferentes de irrigação e ainda que na distribuição da água em sulcos curtos, de pouca declividade, a absorção durante o percurso seja uma fração da dotação teórica da irrigação, o coeficiente de absorção do solo é sempre fator de importância na eficiência da aplicação da água e por conseguinte na determinação do comprimento que se deve dar ao sulco.

A distribuição da água no solo está governada pela permeabilidade ou porosidade do solo,

EXPERIMENTAÇÃO AGRÍCOLA

Dando parecer sôbre o plano de extensão experimental para o melhoramento do cultivo da cana de açúcar, apresentado pela Secção de Fomento Agrícola Federal da Bahia ao Instituto do Açúcar e do Álcool, o Sr. João Soares Palmeira fêz a seguinte exposição à Comissão Executiva do I.A.A. :

"Em fins do ano passado coube-nos a tarefa de apreciar um estudo do agrônomo Adrião Caminha Filho sôbre "Alguns aspectos econômicos da lavoura canavieira", onde se faziam considerações importantes sôbre a experimentação agrícola. Nêsse parecer concluímos pela "necessidade de o I.A.A. cogitar da instalação de estações experimentais, porque só assim poderá também encarar o aspecto agronômico da produção canavieira".

Ficou decidido, com aprovação do Sr. Presidente, que se estudasse a organização de uma Secção Agronômica para, entre outros encargos, cuidar do assunto.

O processo agora em exame e que, aliás, antecede às sugestões do agrônomo Adrião Caminha Filho, vem mais uma vez demonstrar que a experimentação agrícola está sendo longamente esperada pelos interesados, como se evidencia da vontade de colaborar patenteada no plano da Secção do Fomento Agrícola Federal na Bahia.

Com referência à experimentação, parece-nos, já temos argumentação suficiente para justificar que o I.A.A. se deva preocupar com ela. Já se mostrou até que o assunto de há muito deveria ter sido enfrentado e resolvido.

A palavra autorizada dos que se preocupam com as questões relativas à cana e à sua industrialização no Brasil faz ver que essa exploração agrícola vem ùltimamente apresentando rendimentos progressivamente decrescentes. E' ainda a opinião dos técnicos de que as razões dêsse fato estão na necessidade de ser encarada a exploração canavieira do ponto de vista científico e técnico, sob diferentes aspectos dos até hoje considerados.

Referem essas opiniões que a falta da experimentação aplicada à cana é responsável pelo rendimento unitário, cada vez menor, pelo maior volume de cana necessário a um saco de açúcar, volume êsse que precisa ser obtido em área também cada vez maior.

Conquanto, ao nosso modo de ver, a redução do rendimento decorra da falta justificável de conhecimentos genéticos por parte do plantador, efetivamente a experimentação supriria as deficiências materiais dêsses conhecimentos, ao indicar os meios de evitar a degenerescência e de preferir variedades mais ricas em sacarose. E não é só: as práticas agrícolas e o grau de fertilidade dos solos estão exigindo a mais apurada investigação dos técnicos através de um plano bem meditado e executado por estações e postos experimentais devidamente aparelhados.

Até o presente momento as preocupações do I.A.A. se dirigiam mais para as questões relativas ao açúcar desde a sua produção na usina e no engenho até chegar ao consumidor. Nèsse vastíssimo setor bem meritória tem sido a sua ação e os resultados alcançados os mais positivos.

Acontece, porém, que alguns dos problemas

---

condição física de maior importância por ser em muitos casos fator limite da produção. Foram feitos repetidos esforços para medir êste característico em forma quantitativa, tropeçando-se com as dificuldades próprias na natureza complexa e variável do solo. Os resultados obtidos em Cayaltí em numerosas análises de laboratório, comparados com os ensaios feitos diretamente sôbre o mesmo solo, determinaram-me a adotar êstes últimos para conhecer o coeficiente de absorção do solo, por obter-se cifras que se acercam bastante do valor absoluto da porosidade do solo que se estuda, permitindo utilizá-los em uma fórmula para a determinação do comprimento e declividade que se deve dar aos sulcos, para uma melhor distribuição da água no solo.

Os diferentes resultados que se obtêm analisando amostras no laboratório e efetuando ensaios no terreno, devem-se à diferença entre a permeabilidade e o coeficiente de absorção ou porosidade do solo. Os ensaios de amostras preparadas em laboratório estão em relação com o diâmetro médio das partículas de terra e permitem formar-se um conceito valioso da permeabilidade relativa dos solos que se examinam e uma base excelente no estudo da correlação de outras funções do solo com a permeabiildade, porém o coeficiente de absorção que decide da duração teórica da irrigação depende mais da existência no terreno de verdadeiros canais em relação com a textura do solo e do sub-solo. Em todo terreno, existem em maior ou menor proporção êsses pequenos canais livres de argila e lodo que formam excelentes condutos para a água através do solo. Esta condição de sua estrutura, que se não encontra nas amostras preparadas no laboratório. é causa das grandes diferenças entre a velocidade de infiltração da água, determinada sôbre as amostras e a que se encontra em ensaios feitos no terreno que se vai cultivar, pois nestas últimas determinações de 14 a 59% da infiltração é devida aos "condutos de água" do solo.

A experiência obtida em Cayaltí até o presente, nas determinações do coeficiente de absorção dos distintos solos da fazenda, nos mostrou que não há nenhuma relação entre os ensaios de permeabilidade feitos diretamente sôbre o mesmo solo e as outras condições físicas como o tipo de solo, capacidade retentora de água etc. Isto confirma a diferença entre permeabilidade e porosidade do solo.

(Continua)

("A Fazenda" — junho, 1944, pág. 250.)

já resolvidos evidenciaram outros de grande vulto e que estão à espera de solução.

De fato, a apreciação do rendimento da cana, entre nós, é ainda feita tomando-se como base apenas o volume de matéria prima empregado na fabricação de um saco de açúcar.

Por êsse modo de proceder, fica de parte um ponto fundamental, que é o de num mínimo de superfície de solo obter-se o máximo de rendimento em açúcar — só alcançável se as variedades de cana forem as que melhor se adaptam à região.

Para que a experimentação se realize satisfatòriamente é preciso que haja facilidades.

Qualquer solução de continuidade poderá interromper a marcha das investigações no campo da biologia.

A falta de uma observação fenológica, um adiamento no registro de comportamento de um **breeding** em estudo, poderá anular trabalho de muitos anos.

Daí a incompatibilidade dos estudos experimentais com a marcha vagarosa da distribuição de recursos orçamentários.

Compreendendo não ser possível conciliar experimentação com burocracia, foi que o govêrno do Rio Grande do Sul resolveu dar autonomia financeira às estações experimentais do Estado.

Os resultados vêm sendo os mais animadores, como se verifica na Estação Experimental de Arroz, em Gravataí.

Bem perto, em São Paulo, temos o exemplo do Instituto Agronômico de Campinas, que vem realizando obra notável no tererno da biologia vegetal.

Sôbre as realizações dêsse Instituto basta que se mencionem os enormes benefícios prestados às lavouras cafeeira e algodoeira.

O prestígio de que êle desfruta decorre precisamente da continuidade e conclusões a que tem chegado nos seus estudos e pesquisas.

E' que a pesquisa científica não deve ser atribuição privativa de qualquer entidade. Quem quer que seja, pode e deve contribuir para que se proceda àquela pesquisa, direta ou indiretamente, pois os resultados são sempre de interêsse para a comunidade.

Se, de uma parte, já sabemos que o I.A.A., dentro dos preceitos legais, poderá preocupar-se com a experimentação, já sabemos também que os dispositivos dos Decretos-Leis 6.040 e 6.309 regulam a colaboração do I.A.A. com o Ministério da Agricultura, quanto às Estações Experimentais de Campos e Curado.

Aqui devemos observar que estas duas estações ficam localizadas, realmente, em grandes centros canavieiros. Mas, cabe também o argumento de que a área explorada pela cana ocupa vastíssima parte do país e está situada sob climas diversificados e utiliza terrenos de diferentes tipos. Da mesma forma são diferentes os métodos de cultivo nas várias zonas de exploração canavieira, não só devido ao clima e ao solo, como devido à topografia, aos usos locais e — fundamentalmente — à concorrência de outras culturas ao lado da cana.

Nestas condições e para que o I.A.A. realize uma obra completa, torna-se imperioso que estenda a sua ação às demais zonas canavieiras do país. Assim, usando da faculdade própria, precisa voltar a sua atenção para a enorme área ocupada pela cana.

Depreende-se dêste processo que a zona canavieira do Recôncavo, não compreendido no programa federal, está exigindo imediata assistência do Instituto. Entretanto, o Dec-Lei 6.040, se refere apenas a duas estações experimentais: a de Campos e a de Curado, prevendo as respectivas dotações orçamentárias a serem ampliadas pela colaboração dos Estados, dos usineiros e dos plantadores de cana dos mesmos Estados do Rio e Pernambuco.

Vê-se, pois, que o Decreto acima referido, tem aplicação restrita, enquanto que a atuação do I.A.A. deverá ser nacional.

Passemos agora, a examinar, em linhas gerais, o que deveria ser a Secção Agronômica do I.A.A. a ser criada em conseqüência de uma deliberação desta Comissão Executiva.

Dois grandes ramos de atividade ficariam afetos a essa nova dependência. Um relativo ao fomento dentro da emprêsa agrícola produtora de cana; o outro incluiria a experimentação em estações e postos experimentais onde se procurariam determinar as melhores variedades de maior e mais econômico rendimento.

Nessas condições, a Secção Agronômica teria por fim investigar da situação agrícola em tôda a região canavieira do país, nela divulgar os processos culturais e experimentais e executar as medidas de defesa do cultivo da cana e das lavouras subsidiárias.

Assim, competiria à referida Secção:

QUANTO AO FOMENTO DA PRODUÇÃO

1) — recolher e organizar dados sôbre as condições da lavoura canavieira em tôdas as regiões do país, informando-se dos processos de cultura adotados, dos resultados obtidos, das deficiências sentidas, das possibilidades inaproveitadas, afim de habilitar o I.A.A. ao estudo das medidas que devam ser aplicadas para melhoria daquelas condições;

2) — estudar a climatologia e as terras em relação ao cultivo da cana;

3) — colhêr e organizar informes sôbre as áreas coupadas pela cana de açúcar e pelas culturas subsidiárias, suas condições agronômicas e probabilidades das colheitas;

4) — coligir e organizar dados sôbre as áreas ocupadas, na região canavieira, pelas reservas florestais, sua composição e localização;

5) — colhêr e estudar, em colaboração com instituições especializadas, exemplares de plantas forrageiras nativas nas diversas zonas canavieiras, acompanhadas de todos os dados reais necessários ao seu estudo;

6) — organizar um registro dos plantadores de cana visando o levantamento cadastral;

7) — propagar os métodos racionais de cultura, inclusive os de cultura irrigada, nas zonas apropriadas, bem como os processos modernos de fabrico de açúcar e de álcool, quer por meio de divulgação popular de caráter prático, quer da ação direta, mediante demonstrações e cooperações;

8) — divulgar a prática dos instrumentos, maquinismos e motores agrícolas destinados ao preparo do solo, plantio, trato cultural e beneficiamento das colheitas;

9) — fazer a propaganda da construção de silos e estrumeiras;

10) — cooperar na defesa sanitária agrícola, na forma das respectivas leis e regulamentos;

11) — orientar o tratamento das plantas atacadas por qualquer moléstia ou praga;

12) — fazer a propaganda do sindicalismo, do seguro agrícola e do cooperativismo;

13) — divulgar nas diversas zonas canavieiras os ensinamentos de higiene rural, em colaboração com o Serviço de profilaxia rural;

14) — responder às consultas dos plantadores de cana, em assuntos relativos às atividades agrícolas e industriais e prestar as informações solicitadas pelos lavradores e proprietários de usinas;

15) — interesar-se pela divulgação dos dados meteorológicos concernentes às diversas fases da lavoura de cana, com os esclarecimentos necessários;

16) — promover inspeções periódicas afim de orientar os interessados em tudo que se relacione com as práticas dessa lavoura.

QUANTO À EXPERIMENTAÇÃO:

17) — promover a instalação de estações e postos experimentais de cana de açúcar nas regiões típicas do país;

18) — divulgar os resultados colhidos na experimentação, quanto às variedades que melhor se comportam em cada zona;

19) — distribuir entre os plantadores de cana as variedades experimentadas, exercendo o contrôle de seu cultivo;

20) — promover a renovação dos canaviais, combatendo a propagação de canas de fraco rendimento industrial e introduzir novas variedades;

21) — difundir os melhores processos de mecanização da lavoura, de combate às pragas e moléstias, de irrigação e drenagem, de adubação etc., aconselhados pela experimentação.

22) — fomentar a criação de campos de cooperação ou de simples campos de multiplicação de cana para "planta", por conta dos proprietários, mas sob orientação de técnicos especializados;

À Secção Agronômica competiria ainda:

1) — em cada região típica organizar mostruários instrutivos sôbre a parte agrícola, ecológica e sanitária vegetal referente à lavoura da cana;

2) — fazer a divulgação de instruções por meio de impressos e pela radio-difusão, sôbre matéria de interêsse dos plantadores.

O corpo de funcionários da Secção Agronômica seria constituído de um chefe e de auxiliares técnicos e administrativos.

Dois terços dos auxiliares técnicos seriam sediados nas regiões típicas, com funções definidas em regulamentos especiais.

As atividades da Secção Agronômica seriam reguladas de conformidade com programas anuais de trabalhos prèviamente aprovados pela Comissão Executiva do I.A.A.".

UTILIZAÇÃO DO MELAÇO E DOS RESIDUOS DE ENGENHO

Segundo os estudos realizados por H. D. Sen, publicados na revista "Indian Farming" vol. 2, com uma produção de 3,5 a 4% em relação ao pêso da cana, a colheita anual de melaço nos 150 engenhos da Índia vem a ser de umas 500.000 toneladas. Aplicado como adubo, os resultados obtidos com o melaço têm sido incertos, havendo produção de ácido no terreno, a quantidade dêstes dependendo do pH do solo. Além disso, o melaço quando aplicado no campo em solução diluída resultou em um mau cheiro insuportável. Um melhor sistema da utilização do melaço como adubo é o que consiste em fazê-lo fermentar primeiramente, segundo o sistema de Srivastava e Sen, a um extremo neutro, debaixo de muita aeração, cuidando de neutralizar intermitentemente a acidez produzida por meio de leite de cal ou soda. Desta maneira, é produzido um adubo que contém de 1,25 a 2,1% de nitrogênio, enquanto que nos melaços comuns não se obtém mais de 0,25%, aproximadamente. O material é sêco, friável e inodoro, contendo, pelo que se diz, hormônios vegetais que proporcionam muito vigor às plantas mesmo em doses diminutas.

As experiências de campo mostram que os melaços quando aplicados diretamente à terra têm um efeito deprimente; entretanto, o adubo feito a partir dêstes, pelo processo S & S. (Srivastava y Sen) proporcionou aumentos visíveis nas colheitas, resultados êsses comparáveis aos obtidos com o emprêgo da torta de mamona.

("A Fazenda" — junho, 1944 — Pág. 330.)

O PIRETRO NO COMBATE A UMA PRAGA DA CANA

Alan Pickles (*)

Durante os últimos anos, os inseticidas usados para combater um dos insetos prejudiciais, à cana de açúcar (**Tomaspis saccharina** Dist.) têm sido aplicados quando o inseto está em estado de ninfa. A aplicação de inseticidas em plantas de cultivo semelhante ao da cana de açúcar sempre oferece dificuldades e a destruição das ninfas dêste inseto por meio de substâncias químicas mostrou-se, depois de muitos anos de experiência, de efeito pouco satisfatório e de alto custo. A principal objeção ao emprêgo do pó de "Cyanogas" para exterminar as ninfas basea-se em que o tratamento é muito lento, sòmente uma pequena parte do canavial podendo ser tratada adequadamente, em tempo oportuno, quando se trata de uma infestação que envolve grandes áreas e, também, porque tratando-se de uma infestação na qual a aparição de ninfas é muito prolongada; sòmente uma pequena proporção dos insetos (os que estão atualmente em estado de ninfa) na superfície do solo ou próximo a elas, é vulnerável ao tratamento.

Ao autor, parece que poderia sem empregado o tratamento em pó em grande escala sem necessidade do uso de aeroplanos. Poder-se-iam usar máquinas insufladoras modernas de alta potência, pondo-as a funcionar na beirada do canavial afetado do lado que sopra o vento, sendo assim possível tratar grande parte do mesmo sem entrar em seu interior.

Foi primeiramente estudado o efeito do piretro sôbre insetos adultos colocados em caixas. Em quatro caixas para insetos, do mesmo tipo, foram colocados 100 indivíduos adultos de **Tomaspis saccharina**, dando-lhes como alimento fôlhas de cana em água. Depois de dar algum tempo aos insetos para se acomodarem, três das caixas foram tratadas com piretro em pó e com aspersões atomizadas que continham o mesmo inseticida. Ao fim de quatro horas, todos os insetos das caixas experimentais estavam mortos. Entre aquêles da caixa testemunha (que não receberam tratamento), houve uma mortalidade de apenas cinco insetos.

Posteriormente, efetuou-se uma experiência em pequena escala no campo. Setenta e cinco touceiras de cana foram tratadas com duas misturas de óleo e piretro, e devido à escassez de piretro em pó apenas quarenta touceiras puderam ser tratadas com esta mistura. Algumas horas depois do tratamento, efetuou-se a contagem dos insetos vivos e dos mortos nas touceiras tratadas, obtendo-se os seguintes resultados: os tratamentos feitos com piretro e óleo diesel ou piretro e querosene, causaram a morte de 47% dos insetos, enquanto que o tratamento com piretro em pó resultou na morte de 64%, o que demonstra que com êste último tratamento se pode obter uma mortalidade muito significativa.

Em seguida, um lote de 15 touceiras foi submetido a duas aplicações com a mistura de óleo diesel e foi feita a contagem depois de intervalos adequados. Neste caso, a mortalidade dos insetos foi de 67%, o que sugere evidentemente que um meio mais eficaz de aplicação haveria de produzir uma mortalidade mais elevada. Destas experiências se conclui que o piretro é um bom inseticida para combater êstes insetos e que devem ser efetuadas outras experiências.

Em 1937, iniciou-se uma segunda série de experiências. Por não dispor de um aparêlho adequado para pulverizar o óleo atomizado em escala relativamente grande, empregou-se piretro em pó, ùnicamente. Encheu-se o depósito de uma máquina insufladora com uma mistura de duas partes de piretro em pó e uma parte de cal hidratada, pondo-a em ação em um dos carreadores do canavial do lado que sopra o vento, insuflando então as plantas com uma ligeira nuvem de pó sôbre as canas.

Antes e depois de aplicado o pó, foram efetuadas contagens de insetos adultos de **Tomaspis saccharina** em pequenos lotes das áreas em questão. Os resultados destas experiências mostraram que houve uma mortalidade de 79,4, 82,6 e 84,5%, respectivamente, em canas algumas das quais estavam infestadas por uma população de 35 insetos ou mais.

O piretro em pó não adere bem às fôlhas da cana, mas deposita-se nas axilas. E' provàvelmente, uma vantagem quando se trata de combater o presente inseto, pois a maioria dêstes se aloja nas axilas durante a parte mais quente do dia, resultando daí que se tornam mais vulneráveis aos efeitos do inseticida do que se êste aderisse às fôlhas. Em um lote do terreno bastante grande podiam-se ver quantidades consideráveis do pó e caso tivesse sido possível levantar o insuflador do solo de maneira que o pó pudesse ser insuflado horizontalmente sôbre as plantas, é possível que o seu alcance tivesse sido ainda maior. Os resultados obtidos são considerados muito animadores e justificam a organização de experiências em maior escala.

("A Fazenda" — julho, 1944 — Pág. 297).

(*) — Entomólogo do Departamento de Agricultura de Trinidad.

PRODUÇÃO E MOVIMENTO DE ÁLCOOL NO MUNDO

A enorme procura de álcool para usos industriais na manufatura de borracha sintética, nos Estados Unidos, abriu um grande mercado para o açúcar de cana procedente das outras repúblicas americanas.

Dois anos apenas depois de terem sido construídas, as fábricas de borracha sintética já estão funcionando com tôda a capacidade. Espera-se que, na segunda metade de 1944, a produção de borracha sintética naquele país alcance a média de um milhão de toneladas anuais.

Devido a estas razões, os Estados Unidos recorreram aos principais produtores de açúcar dos países das Antilhas, com o objetivo de aumentar a quantidade de álcool para uso industrial. Devido à diminuição do estoque de cereais nos Estados Unidos, espera-se que o açúcar de cana se converta em importante fonte de álcool.

Os recentes convênios efetuados para a compra de grandes quantidades de melaço e de álcool de Cuba e as limitações na importação de bebidas alcoólicas indicam que há uma grande procura de melaço de cana e que as distilarias se dedicarão principalmente a produzir álcool. Cuba efetuou um convênio pelo qual vai limitar sua exportação de bebidas alcoólicas em 1944 ao mesmo nível de 1943, aproximadamente a 54.125.500 litros. Por sua vez, a produção de açúcar nas Antilhas está sendo bastante fomentada. Entretanto, a procura de álcool para manufatura de borracha sintética e de material bélico de importância foi triplicada em 1942.

Informações do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos revelam que em 1943 os cereais constituíam a maior fonte de matéria prima para a produção de álcool; entretanto, com o aumento na procura dêste produto, a indústria de açúcar da região das Antilhas sofreu uma grande mudança no ano passado. Em 1942, devido à escassez de navios, as importações de açúcar, pelos Estados Unidos de países das Antilhas, diminuiram sùbitamente. Desde então, os meios de transporte melhoraram e o aumento na produção de borracha sintética deu lugar à maior procura de álcool para usos industriais jamais registrada na história. O uso do álcool na produção de borracha sintética suplementa o amplo uso que anteriormente tinha na manufatura de explosivos e outros produtos bélicos.

Para manufatura de um pneumático de borracha sintética é necessária uma quantidade de álcool que equivale a 54,5 quilos de milho, ou aproximadamente 10 galões de melaço. A procura de álcool de 190 graus em 1944 é da seguinte ordem:

Estritamente para usos militares, 143.830.000 litros; para o programa de Lend-Lease, 211.960.000 litros; para as fábricas de borracha sintética, 1.313.395.000 litros; para outros usos do exército e da população civil, 624.525.000 litros; para uso como anti-congelante, 121.120.000 litros. Tudo isso, somado, perfaz um total de 2.414.830.000 litros.

("A Fazenda", — julho, 1944 — Pág. 330.)

CONSUMO DE AÇUCAR

"The International Sugar Journal" resumo alguns dados compilados por Lamborn sôbre o consumo de açúcar nos anos próximos à primeira grande guerra. Em 1916, antes da entrada dos Estados Unidos no conflito, o consumo de açúcar dêsse país era de 3.914.000 toneladas longas, valor bruto. Em 1922, quatro anos depois de encerrada a luta, os norte-americanos consumiam..... 5.449.000 toneladas. Durante o ano de 1913, Cuba exportou, com exclusão dos Estados Unidos,..... 282.000 toneladas de açúcar; em 1922, essa exportação se exprimiu na cifra de 981.000 toneladas. Nos quatro anos compreendidos entre 1914 e 1917, Cuba exportou 2.210.000 toneladas para outros países, menos os Estados Unidos; no período de 1919 a 1922, as vendas para idêntico destino se elevaram a 3.035.000 toneladas. Os Estados Unidos receberam 5.452.000 toneladas de açúcar cubano de 1919 a 1922.

Lamborn interpreta êsses dados como uma indicação de que, ao fim da presente guerra, o hemisfério ocidental terá de atender a uma procura de açúcar ainda maior.

INDÚSTRIA ALCOOLEIRA DE CUBA

Eusebio Viciedo Perdomo

A indústria alcooleira de Cuba teve pouca importância durante o século passado. Consistia naquele período de pequenas distilarias instaladas nas usinas e destinadas à produção de bebidas alcoólicas para consumo local. No começo do século atual, quando as pequenas usinas desapareceram gradualmente, desapareceram também as distilarias antiquadas que a elas estavam associadas. Distilarias maiores foram instaladas de tempos em tempos e em 1942 já eram em número de 25. Muitas delas foram localizadas nas cidades, inteiramente separadas da indústria açucareira. A capacidade conjunta dessas distilarias era de 120 milhões de litros de àlcool, por ano. Não se elevando o consumo interno de álcool a mais de 36 milhões de litros por ano, algumas distilarias foram compelidas a cerrar as suas portas e assim, ao começar a presente guerra, sòmente 18 estavam em funcionamento. Essas distilarias produziam uma quantidade suficiente para o consumo interno, que inclui àlcool desnaturado — uma parte dêste destinando-se para fins carburantes — e álcool natural, utilizado na fabricação de bebidas alcoólicas e nas indústrias de perfumaria e farmacêutica.

Quando a escassez de gasolina se agravou em consequência da guerra, tornou-se imperativo aproveitar o álcool como carburante nos motores de explosão .Criou-se, então, o que se denominou o "combustível nacional", isto é, uma mistura de álcool de 95.º (65 por cento), gasolina (35 por cento) e pequenas quantidade de óleo. Ao mesmo tempo em que se iniciava a produção do combustível nacional, a exportação de bebidas alcoólicas, especialmente de rum e gim, aumentava consideràvelmente. Houve assim oportunidade para que as distilarias paradas voltassem a trabalhar. Algumas distilarias tiveram as suas instalações ampliadas e outras novas foram construídas. Entre 25 de maio de 1942 e 31 de março de 1944, o número de distilarias em funcionamento subiu a 43, com uma produção de 216 milhões de litros, que eram consumidos logo depois de produzidos. Agora mesmo estão em construção 17 distilarias, elevando-se o total a 60, com uma capacidade de produção estimada em 360 milhões de litros de álcool de 95.º, um volume muito maior do que o que se imaginava atingir antes da guerra. Em tamanho e capacidade as novas distilarias variam consideràvelmente. Cêrca de 10 têm uma capacidade de 4 mil a 5 mil litros por dia, a maioria, porém, está capacitada a produzir de 10 mil a 25 mil litros diários, e algumas têm capacidade que varia de 35 mil a 100 mil litros por dia.

E' evidente que, para um tão grande desenvolvimento da indústria alcooleira em tão pouco tempo e com uma tão acentuada escassez de materiais, foi necessário um extraordinário esfôrço dos engenheiros cubanos. Para vencer a falta de material, especialmente de fôlhas de cobre que são essenciais, foi preciso recorrer a metal usado e aproveitar todos os tubos de cobre que foi possível obter. Os tubos maiores foram cortados no sentido longitudinal, achatados e soldados para construção das colunas de distilação. Para as colunas retificadoras foram utilizadas em larga escala fôlhas de ferro e também de cobre e estanho. Posteriormente, quando os estoques de metal desapareceram, lançou-se mão de madeira. Em geral, as colunas de madeira são construídas de secções quadradas, cada uma tendo 16 a 18 polegadas de altura, reunidas umas às outras por meio de barras de ferro, tendo chapas de madeira ou de madeira e bronze. Os evaporadores foram construídos de madeirà com forma quadrangular ou de chapas de ferro. Em algumas colunas o aquecedor e o condensador foram fabricados também de madeira, com tubos de cobre e são dispostos uns sôbre os outros, formando partes de todo o corpo da coluna. Cêrca de treze colunas foram assim construídas e algumas delas estão em funcionamento há mais de um ano. Com a instalação de colunas de madeira, foi possível aproveitar os aquecedores de caldo como pré-aquecedores e aquecedores de licor, os cristalizadores como cubas de fermentação, as cubas de escuma como aparelhos de propagação e pré-germinadores e os condutos de caldo para escoamento de escuma por bombeamento. Tornou-se dêsse modo possível improvisar distilarias em um período de tempo muito curto e conseguir uma produção de 10 mil a 15 mil litros de bebidas espirituosas por dia em cada fábrica, isso enquanto se construíam as distilarias permanentes.

O trabalho de fermentação executado nessas distilarias improvisadas ofereceu algumas dificuldades, particularmente no que diz respeito à desinfecção, dificuldades resultantes das instalações complicadas. Os produtos tiveram, no entanto, boa aceitação. De um modo geral, o trabalho das distilarias cubanas obedece à seguinte rotina: usa-se como matéria prima o melaço final e algumas distilarias aproveitam diretamente o caldo na época da moagem; os melaços são armazenados em grandes tanques, e daí passam às distilarias por meio de bombas, de acôrdo com as necessidades; depois de diluídos em água até um Brix de 16.º, adicionam-se sais de amônia, geralmente sulfato e algumas vêzes super-fosfato de cálcio. A acidificação é feita com ácido sulfúrico e fermentado com fermento de padaria. Algumas distilarias usam culturas puras; e um pequeno número adota o moderno processo da fermentação controlada.

Levando-se em conta o método de trabalho, a produção não é elevada. A eficiência varia entre 60 e 70 por cento da produção teórica. A distilação se faz em colunas duplas, uma para desalcoolização e outra para retificação, geralmente descontínuas e produzindo álcool de 92º a 95º.

(De "Sugar", maio, 1944).

A VENDA DOS MELAÇOS FINAIS DA SAFRA CUBANA AOS ESTADOS UNIDOS

O convênio para a compra e venda dos melaços finais da safra de 1944, firmado entre funcionários dos governos de Cuba e dos Estados Unidos, em 12 de fevereiro, depois de longas e laboriosas discussões, ainda está pendente de assinatura.

Embora o Bureau da Administração de Economia Exterior dos Estados Unidos tivesse aprovado o convênio, recomendando a sua aceitação, parece que surgiram algumas dificuldades no seio do govêrno daquele país para o cumprimento de duas cláusulas do mencionado convênio, cláusulas que o govêrno cubano considerou fundamentais. Essas dificuldades, as autoridades de Washington procuram solucionar.

As cláusulas em aprêço são as que se referem, primeiro ao compromisso assumido pelos Estados Unidos de submeter as importações de bebidas espirituosas e de álcool procedentes de Pôrto Rico, Ilhas Virgens, México e outros países ao mesmo regime estabelecido para as originárias de Cuba, afim de evitar uma concorrência ilegítima aos aludidos artigos de nossa produção; e segundo, a garantia oferecida a Cuba de que, enquanto persistir êsse regime de restrições de quotas e restrições às importações de álcool nos Estados Unidos, o álcool procedente de Cuba não seria utilizado na fabricação de produtos não essenciais à guerra ou que sirvam para liberar dêsses fins outros tipos de álcool, como o obtido dos cereais, por exemplo, evitando-se que com êles se fabriquem bebidas para a população civil. Se tal ocorresse, sòmente os produtores cubanos é que suportariam o sacrifício dos preços baixos.

Essas duas condições básicas de Cuba para firmar o convênio despertaram grandes protestos da parte das emprêsas distiladoras norte-americanas e das áreas afetadas, do que resultou a demora da assinatura do pacto pelo govêrno dos Estados Unidos e também uma troca de notas entre os dois países.

OS PREJUIZOS DO IMPASSE

Enquanto isso, o govêrno cubano, respeitando a sua promessa de suspender as remessas de álcool e bebidas espirituosas para os Estados Unidos até que se firme o convênio, como é de praxe em casos dessa natureza, para evitar que com o conhecimento dos têrmos do convênio se realizem exportações de álcool que equivaleriam a uma burla, manteve a proibição de exportar o referido produto para os Estados Unidos, conforme estabelecera em 12 de fevereiro a Resolução 188 da Oficina do Regulación de Precios y Abastecimiento (ORPA), com evidentes prejuízos para as emprêsas que exploram êsse negócio e para a economia geral do país.

Por fôrça dessa proibição, os cais do pôrto de Havana se encontram abarrotados de barris e caixas de álcool e bebidas, à espera de que se levante o embargo. As distilarias cubanas, na sua maioria, tiveram necessidade de limitar as suas produções de álcool, algumas reduzindo-a à metade, enquanto as fábricas de bebidas paralizavam em sua quase totalidade por falta de depósitos. Além do que isso representa como perda de trabalho e de rendimento econômico para a indústria, significa também um prejuizo para o fisco, que deixou de arrecadar os impostos que gravam o consumo interno do álcool.

Êsses prejuízos determinaram protestos das associações das classes interessadas, que solicitaram a derrogação imediata da Resolução 188 da ORPA, afim de que posam reatar as suas exportações e continuar as indústrias trabalhando normalmente, eliminando-se, na medida do possível, os prejuízos que estão sofrendo.

O pedido dos alcooleiros demonstra, todavia, uma certa desorientação no considerar o problema, porquanto mostra que os interessados ignoram que, a partir de 15 deste mês (março) o govêrno norte-americano proibiu a importação de álcool de tôdas as áreas produtoras (Cuba, Pôrto Rico, Ilhas Virgens, México, etc.) aguardando igualmente a assinatura do convênio firmado com Cuba e baseado também no mesmo princípio que motivou a proibição de exportação por parte do govêrno cubano. Dêsse modo, neutraliza-se qualquer inicitava de levantar o embargo de exportação, o que daria uma impressão de falta de seriedade nos acordos internacionais, não se levando em conta os compromissos assumidos.

Os alcooleiros estariam muito mais ajustados à realidade na defesa dos seus interêsses se tivessem solicitado apenas que as fábricas fôssem autorizadas a continuar a fornecer às distilarias o álcool de que estas precisassem para reatar as suas atividades, pois êsses fornecimentos estavam suspensos, de conformidade com a Resolução da ORPA já referida. Dessa forma, as duas indústrias poderiam continuar a trabalhar e o fisco a receber os impostos que gravam as bebidas alcoólicas.

Esta seria a fórmula adequada para resolver o problema da paralização forçada das indústrias alcooleira e licoreira, sem violação dos compromissos assumidos internacionalmente, fórmula que recomendamos aos poderes públicos.

PLANO INTERNO PARA EXPORTAÇÃO DOS ALCOOIS

Conforme adiantamos em nossa edição anterior (fevereiro), a Junta Econômica de Guerra cubana resolveu recomendar ao govêrno a criação de uma comissão que se encarregue de administrar e dirigir um plano de quotas de exportação de álcool e licores, de modo a distribuir equitativamente entre todos os produtores os embarques, de acôrdo com o que se convencionou com os Estados Unidos.

Ainda não foi dado a publicidade êsse plano; entretanto, pelo que conseguimos averiguar, serão, representados na comissão os Ministérios da Fazenda, Agricultura e Trabalho, a ORPA, a Agência de Importação e Exportação e as entidades representativas das indústrias de álcool e bebidas.

Recomendou-se também — o que é um absurdo do ponto de vista jurídico, democrático e também do econômico-fianceiro — a criação pelo poder executivo de um impôsto de 20 centavos por galão, sôbre a exportação de álcool de 50º Gay Lussac, sendo o produto dêsse impôsto destinado a pagamento do aumento de 10 por cento dos salários dos trabalhadores agrícolas. A criação de um impôsto por disposição administrativa, embora no caso de que nos ocupamos se procure disfarçá-lo com o nome de "sôbre-preço", tem sido, durante séculos, motivos de graves comoções sociais. A criação de tributos por êsse meio tem sido uma prerrogativa de governos absolutos e nunca dos sistemas democráticos, nos quais essa faculdade está reservada aos parlamentos. Para defender êsse princípio, que a República de Cuba tem incorporado à sua Constituição como inerente ao seu tipo de govêrno, fizeram-se no mundo revoluções e guerras, regimes caíram e governos renunciaram.

O art. 263 da Constituição diz, textualmente: "Ninguém é obrigado a pagar impôsto, taxa ou contribuição de qualquer espécie que não tenha sido expressamente criada pela lei ou pelos municípios, na forma disposta por esta Constituição e cujo valor não venha a formar parte das rendas do Estado, da Província ou do Município, a menos que se disponha outra coisa na Constituição ou na lei". E acrescenta: "Não estão compreendidos na disposição anterior as contribuições ou quotas impostas pela lei, com caráter obrigatório, às pessoas ou entidades integrantes de uma indústria, comércio ou profissão, em favor dos seus organismos reconhecidos pela lei".

Todavia, em Cuba, o que nunca se fêz nos tempos coloniais sob a Monarquia, vai fazer-se na República unitária e democrática, criada para o gôzo da liberdade política, e na qual a soberania reside no povo, dimanando dêste todos os poderes.

OS REGULAMENTOS SOBRE MEIS FINAIS

A Comissão Executiva do Instituto Cubano de Estabilização do Açúcar, em sessão realizada em 22 de março, com o objetivo de cumprir o convênio pendente de assinatura sôbre êsse produto, baixou as seguintes instruções:

1) — Os melaços finais da safra de 1944 devem ser cobrados à razão de 13,60 centavos o galão, base de 52 por cento de teor de açúcares totais, exigindo-se, quanto aos entregues às distilarias, um depósito provisório, calculado na base de um teor estimado dos referidos melaços de 60 por cento dos açúcares totais, sem prejuízo de que, na liquidação final dos mesmos, o Instituto devolva ao distilador a diferença que se apurar a seu favor ou cobre dêle a que fôr apurada em seu detrimento, de acôrdo com a análise dos referidos melaços e o teor estimado de 60 por cento, tomado com base para determinar a importância do depósito provisório. Além disso, o Instituto fará às distilarias uma restrição de preço dos melaços que as mesmas destinem à produção de carburante e álcool para o consumo do país, equivalente à diferença entre o preço de 13,60 centavos e 5,625 centavos o galão, base de 52 por cento de açúcares totais, a qual lhes será paga quando justifiquem devidamente que destinaram os álcoois produzidos ao dito fim.

2) — Com o produto das vendas dos melaços finais, obtido pelo Instituto de conformidade com as disposições contratuais e legais que regem essas vendas, será formado um "Fundo de Melaços", por intermédio do qual se pagará aos produtores provisòriamente, por conta do valor dos seus melaços, à razão de oito centavos por galão base de 52 por cento de açúcares totais, bem como o seguro dos aludidos melaços e, como aconteceu na safra passada, as demais despesas julgadas justas.

3) — O Instituto contratará um seguro global para todos os melaços finais que se elaborem nesta safra de 1944. (Êsse seguro foi contratado em 23 do corrente, março).

4) — Uma vez vendidos e entregues os melaços finais elaborados na safra de 1944 e conhecido o resultado final das análises dos mesmos, será distribuída entre os produtores **pro-rata** qualquer importância que venha a sobrar do referido "Fundo de melaços", de forma que todos os produtores recebam igual preço pelos melaços que tiverem fornecido, mantendo-se, todavia, a individualização para os efeitos da pureza dos mesmos.

(Traduzido de "Cuba Económica y Financiera", número de março, 1944).

SEU AÇUCAREIRO É UMA BOMBA!

A primeira vez em que a guerra se fêz sentir no "front" interno do consumidor foi naqueles dias de fevereiro de 1942, em que tivemos de entrar em fila para adquirir os primeiros cartões de racionamento. E o primeiro alimento a ser racionado foi o açúcar. Êste encabeçava a lista e por boas razões : os estoques do produto estavam grandemente reduzidos. Os submarinos inimigos dominavam nossa costa atlântica e navio após navio era lançado para o fundo do mar. A essa altura, nossos estaleiros ainda não estavam em condições de prover a uma substituição correspondente às perdas. As Filipinas, que entravam com 15 por cento do nosso açúcar, tinham caído nas mãos dos japonêses. Natural, portanto, que o açúcar escasseasse. Foi o primeiro elemento cuja partida para a guerra se fêz sentir duramente nas nossas mesas.

Dez meses depois, quando as alcatéias de submarinos eram destruidas pela nossa marinha de guerra, e os navios saíam dos estaleiros mais depressa do que eram afundados, clareou a situação dos transportes e pôde-se contar, então, com maiores quantidades de açúcar. As exigências crescentes da guerra em matéria de açúcar provocavam, todavia, rombos sensíveis nas nossas disponibilidades. Porque é preciso que se saiba que o açúcar destinado ao esfôrço de guerra não é apenas o que se vai em barras de cândi para nossas longínquas cantinas, nas rações K ou nas chícaras de café dos soldados. Isto representa apenas uns dez por cento do serviço que o açúcar está prestando para a vitória.

O açúcar entra na fabricação de plásticos, que por sua vez são usados nos aeroplanos. Vê-se, na gravura, operários adaptando carlingas de plástico num moderno avião de combate

Nós, da frente interna, temos também grande necessidade de açúcar. Não é preciso esclarecer a qualquer dona de casa o papel importante que o açúcar desempenha, atualmente, na preservação dos alimentos. Êste ano, como nos anteriores, uma quantidade substancial de açúcar será reservada para entrega ao público, com fins puramente de conservação de alimentos. Mas, as necessidades açucareiras dos civis e militares, como alimento representam apenas uma parte do uso do produto na guerra. O açúcar flui nas trepidantes instalações da indústria de guerra. Dificilmente encontraremos um artigo bélico para o qual o açúcar não tenha entrado com sua contribuição. Os melaços finais, que são um sub-produto de açúcar, por exemplo, constituem a fonte principal do álcool industrial e o álcool entra na fabricação de um sem-número de produtos. Êsse álcool, feito com melaços finais, destina-se, aliás, a fins industriais e não para a fabricação de bebidas. Neste ano, como em 1941 e 1942, necessitamos de grandes quantidades de melaços invertidos, de que não se extrai açúcar, para a fabricação de álcool industrial. Tais melaços invertidos significam 800.000 toneladas de açúcar a menos no consumo, como alimento. Nossas fábricas estão utilizando ainda maior quantidade de cereais na fabricação do álcool do que o fizeram no ano passado. Mas nosso programa de álcool industrial expande-se de tal forma e os cereais são tão importantes para a alimentação humana e para as forragens, que o açúcar se tornou necessàriamente elemento indispensável para a obtenção do álcool.

Um dos mais importantes produtos derivados do álcool industrial é a borracha sintética. Para o ano vindouro, espera-se que o álcool industrial forneça cêrca de 53% de todo o butadieno usado na nossa indústria de borracha artificial.

O butadieno é o elemento químico de que é formada a borracha sintética. A importância dêsse último elemento, nas frentes interna e externa, dificilmente poderia ser posta no devido relêvo. Sem ela, nossos exércitos ficariam encurralados e muitas das atividades úteis e necessárias, aqui, em nossa pátria, teriam de sofrer um alto abrupto A produção das granjas ficaria retardada porque, na fal-

ta de pneus para os tratores, o fazendeiro teria de contar de novo com a fôrça dos cavalos. Sem dúvida, que a manufatura de pneus e tubos de revestimento interno é um dos empregos mais destacados da borracha sintética, mas não é o único. Em milhares de artigos de consumo forçado, a borracha sintética substituiu a natural e, em muitos aspectos, é tida como superior.

Quem não terá ouvido a expressão de que "o alimento é uma arma"? No caso do açúcar, a frase está literalmente certa, porque, via álcool industrial, é usado para fazer explosivos. Quase tôda bomba, que é lançada hoje sôbre a Alemanha, recebeu a sua parte de açúcar. Muitas das granadas, que estão fazendo os eixistas bater em retirada, são feitas à base de derivados do açúcar. Êste ainda entra na fabricação de granadas de mão, com que nossos fuzileiros navais estão desentocando os japonêses de suas "covas de rapôsa" nas ilhas do Pacífico.

Assumindo um ar tão inocente sôbre a nossa mesa de refeições, o açúcar, após várias fases de transformação, pode tornar-se um poderoso agente de destruição.

Outro emprêgo, industrial importante do açúcar é o fabrico de plásticos. Êste versátil ramo da indústria química está fornecendo, hoje em dia, uma variedade crescente de artigos, desde a panela de cozinha até o aeroplano. Os mais importantes plásticos tirados do açúcar são o celulóide e o vidro maleável. Agora mesmo, os plásticos estão desempenhando um papel de importância vital nesta guerra, substituindo os metais em muitas oportunidades. A indústria química, ademais, está abrindo novas perspectívas para o açúcar, com a criação de novos vernizes, tintas e medicamentos à base do doce produto.

Bombas de avião feitas em grande parte à base de melaços finais

Em tudo e por tudo, como se vê, está o açúcar exercendo uma ação destacada neste conflito. Outros usos, não tão espetaculares como os já descritos, mas que se nos afiguram de importância eqüivalente podem muito bem vir à tona aqui. Quase todo o comboio que atravessa o oceano carrega açúcar para nossos aliados e para as populações das áreas libertadas. As necessidades em açúcar, para fins de socorro, serão, com tôda a probabilidade, bem grandes, e serão usadas rações maciças para robustecer a resistência orgânica dos povos, à beira da inanição, nos territórios talados pela guerra, em tôda a Europa. A Cruz Vermelha distribui açúcar para os prisioneiros e refugiados de guerra. Parte dêsse açúcar da benemérita instituição foi destinado à Índia, com o fito de atenuar a grande fome, ali. E ainda há pouco, a mesma Cruz Vermelha requisitava da "War Food Administration", — Contrôle da Alimentação de Guerra — algumas partidas de açúcar para aliviar a fome de centenas de refugiados poloneses, totalmente desprovidos de recursos, expulsos de sua pátria pelos nazistas e que se encontram agora na África. Acha-se o açúcar ainda em todo pacote da Cruz Vermelha enviado à Suiça para distribuição nos campos de prisioneiros da Alemanha e da Itália.

Tôdas essas exigências de açúcar não deixam de provocar um certo vácuo nos nossos estoques. Contudo, mesmo sabendo que a procura do açúcar neste ano será muito maior que no ano passado, a OPA ("Office Price Administration" — Escritório do Contrôle de Preços) conta que as rações não serão grandemente atingidas. Não será necessário um grande corte no racionamento. A quantidade total de açúcar cedido êste ano para consumo civil é apenas 6 por cento menor do que a atribuída no ano passado. Como muitos outros artigos, considerados estratégicos, o açúcar teve seu abastecimento apertado. Não constitui isto motivo, entretanto, para que o consumidor vá atrás de histórias sôbre falta total do produto.

Nossos atuais estoques são constiuídos de várias fontes. 30% do açúcar, de que precisamos, plantamo-los habitualmente em nosso território continental. Grande parte daqueles 30% vem das áreas beterrabeiras do centro oeste e extremo oeste (Far-West) e o resto, da cana de açúcar plantada na Flórida e na Luisiana. No ano passado, nosso suprimento beterrabeiro foi 40% mais baixo do que o do anterior. Talvez que a principal razão do decréscimo resida na circunstância de exigir o cultivo beterrabeiro grande soma de trabalhos. E' evidente que os agricultores encontram maior incentivo na fundação de safras mais lucrativas e de menor dispêndio de energias. A safra canavieira da Luisiana, todavia, mostrou certo aumento, se bem que isto não viesse contrabalançar, na correspondência devida, a queda na produção beterrabeira. A produção açucareira, nas áreas metropolitanas, tenderá, entretanto, a aumentar, em virtude do apôio do govêrno federal à política de aumento de preços.

Antes de estourar a guerra, recebíamos gran-

O AÇÚCAR NA DIETA

No seu número de agôsto, a revista norte-americana "Sugar" escreve :

"A descoberta das vitaminas assinala um grande progresso na história da nutrição humana. Os especialistas em dietética e os patologistas estão devotando muitos esforços ao trabalho de identificação, de síntese e de conhecimento da fisiologia dêsses indispensáveis elementos da nossa dieta, ao mesmo tempo que procuram também estabelecer a qualidade dos nossos alimentos, do ponto de vista da nova vitaminologia. Mas, como sempre acontece com as grandes descobertas, as esperanças que se fundam tendem a ir além de um julgamento sereno e a obscurecer a perspectiva racional. Em alguns nutricionistas e patologistas nasceu uma tendência para julgar o valor dos alimentos sobretudo pelo seu teor de vitaminas, desprezando-se aquêles que acusavam baixo teor de vitaminas ou nenhuma. E' sabido que o açúcar puro granulado não contém vitaminas. Nada obstante, tôda a raça humana aprecia grandemente o açúcar e nas regiões onde prevalece um alto padrão de vida o açúcar é consumido em larga escala. Alguns vitaminólogos têm afirmando que o povo norte-americano come açúcar em demasia, acrescentando que o consumo médio "per capita" nos Estados Unidos deve ser reduzido, de forma que possam entrar na dieta do povo outros alimentos mais ricos em vitaminas. Tomando por base padrões que êles próprios estabeleceram para a dose diária de vitaminas, afirmam que, numa dieta em que se levou em conta as necessidades de vitaminas, o indivíduo não pode absorver a quantidade habitual de açúcar, sob pena de exceder as suas necessidades totais de calorias.

A posição assumida por êsses especialistas não é evidentemente a mais segura. Em primeiro lugar porque não há acôrdo quanto às necessidades diárias das diversas vitaminas. Por exemplo, discute-se sôbre qual deva ser a quantidade diária a absorver das mais importantes das vitaminas, a B1. Há quem diga que é bastante uma quantidade de 0,25 miligrama; outros, porém, pedem um miligrama e meio, — havendo diferença apreciável entre os dois extremos. Não é provável que o público concorde em reduzir dràsticamente o seu consumo de açúcar, à espera de que os técnicos fixem padrões de indiscutível exatidão científica. E mesmo que êsses padrões fôssem estabelecidos com segurança, não nos parece que a atual posição do açúcar viesse a ser sèriamente ameaçada. O organismo humano carece de vitaminas, não se discute; não é menos certo que precisa também de alimentos que lhe forneçam energia. Enquanto uma deficiência de vitaminas não se torna perceptível durante algumas semanas, a falta de calorias durante um ou dois dias pode produzir conseqüências desastrosas. O corpo humano precisa de energia e o açúcar pode fornecê-la como nenhum outro alimento da nossa dieta. O açúcar é um alimento concentrado, barato e nenhum outro hidrato de carbono o suplanta quanto ao gôsto. Pode o povo concordar em que carece de vitaminas, nem por isso concordará em que a satisfação dessa necessidade se deva fazer com sacrifício do seu consumo de açúcar. Ao contrário, o que se pode esperar é que, em vez de reduzir o nosso consumo de açúcar, peçamos uma reorganização e uma simplificação no suprimento de vitaminas. Presentemente, os vitaminologistas sabem que nos alimentos comuns há pouca vitamina e dessa maneira o indivíduo deve absorver grandes quantidades de alimentos para conseguir a dose conveniente dessas indispensáveis substâncias e para conseguir êsse resultado pedem que se coma menos açúcar. Há, porém, uma alternativa. Muitas das vitaminas são substâncias químicas bem conhecidas; muitas podem ser obtidas, por síntese, nos laboratórios e outras já se encontram no mercado, sob forma concentrada. Por outro lado, os métodos de fabricação de alimentos estão sendo melhorados, em ordem a preservar as vitaminas que se perdiam antes que o alimento chegasse ao consumidor. Pode-se mencionar um exemplo: já se conhece comercialmente um processo para conservar as vitaminas B naturais do arroz branco. Outro exemplo é a farinha de trigo branca. Todos estamos acostumados a comer pão branco e para se obter pão branco é necessário moer o trigo de tal maneira que se sacrifica uma grande parte do seu conteúdo de vitaminas. No entanto, os moageiros e os fabricantes de pão podem enriquecer a sua farinha com vitaminas de outras fontes e assim todos podemos continuar a comer pão branco.

Aí está, a nosso ver, o melhor caminho de contornar o quase insolúvel problema de destruir hábitos firmados de longa data. Suponhamos que a absorção média diária de vitaminas seja demasiado pequena. Já agora, tornou-se possível acrescentá-la sob forma concentrada a diversos alimentos, inclusive ao açúcar refinado. Uma vez que tôda gente consome açúcar, êste se constitui um excelente veículo para elevar a dose de vitaminas ao nível conveniente. Contudo, não se pode afirmar com segurança que o povo norte-americano esteja sofrendo de uma deficiência generalizada de vitaminas; para se chegar a essa afirmativa, seria preciso realizar novos estudos, estudos que constituem precisamente o objetivo da Fundação para Pesquisas sôbre o açúcar, recentemente organizada. A Fundação pretende cooperar com cientistas ou grupo de cientistas, cujos trabalhos se enquadram na sua linha de interêsses e possam concorrer para esclarecer os problemas referentes ao açúcar e influir nas futuras tendências dietéticas. Ao mesmo tempo, outras questões referentes ao lugar que deve ocupar o açúcar na dieta serão estudadas com rigor científico. Entre elas está a do conhecimento das causas determinantes da cárie dos dentes e prevenção das mesmas. Costuma-se considerar o açúcar responsável por êsse mal, quando êle decorre de um baixo nível de nutrição em geral e da ausência de sais minerais na alimentação. Além dêsses, surgem outros problemas relacionados com a ampliação do emprêgo do açúcar para fins diversos dos alimentares. A êsse respeito, sabe-se que o açúcar é suscetível de numerosas transformações de natureza química e microbiológica. O estudo dessas transformações pode levar-nos a uma idade industrial dos hidratos de carbono, comparável à idade do alcatrão, de tão frutuosos resultados na química".

---

des quantidades de açúcar das Filipinas, Havaí, Cuba e Pôrto Rico. Hoje, com as Filipinas transitòriamente em mãos inimigas, estamos em dependência cada vez mais acentuada das outras três fontes abastecedoras, especialmente Cuba. Quase tôda a safra cubana foi comprada pelo nosso país, durante os três últimos anos. A ilha aumentou, êste ano, sua produção, para poder contribuir decisivamente no preenchimento das exigências consuntivas americanas e dos aliados. Além disso, Cuba produz a maior parte dos melaços que serve para a fabricação de borracha sintética, explosivos e plásticos, via álcool industrial.

Pôrto Rico e Havaí estão produzindo mais ou menos a mesma quantidade de açúcar que faziam antes da guerra. A diminuição no fornecimento de maquinaria e adubos fará com que, êste ano, a produção daquelas ilhas sofra um certo declínio.

A despeito das dificuldades de importar-se açúcar do exterior, manter a produção doméstica, e assegurar uma adequada distribuição de açúcar no programa industrial de guerra, tudo está sendo envidado para que aos civis fique garantida uma quota razoável de açúcar, no corrente ano.

O açúcar contribui para que a luta seja mantida, êste ano, nas duas frentes e continuará a desempenhar papel importante para ganhar esta guerra.

(Extraído do "Consumer's Guide", publicado em abril de 1944 pela "War Food Administration" — E.U.A.)

EDMUNDO O. VON LIPPMANN

O estudo sôbre Edmundo Oskar von Lippmann e sua biografia, que estampamos linhas adiante para os leitores de "Brasil Açucareiro", não obstante extraídos de um velho número de autorizada publicação alemã, a "Die Deutsche Zuckerindustrie", de 8 de janeiro de 1927, a qual só agora nos veio às mãos, com o retrato que ilustra o presente trabalho, nem por isso perderam sua atualidade e seu valor.

Os dados entre nós sôbre figura tão característica da ciência alemã são na verdade bem raros (por exemplo: o historiador José José Honório Rodrigues, nosso colaborador, na série de artigos sôbre a "História do Açúcar", enfileira poucas linhas a respeito da vida do grande industrial "doublé" de historiador). E assim mesmo do "Judische Lexicon" t. 3, página 1120, conforme pode-se ver na nota 1, página 226, volume XXI de "Brasil Açucareiro"). "Die Deutsche Zuckerindustrie" dedicou parte de sua edição à comemoração do 70.º aniversário natalício de Lippmann, transcorrido a 9 de janeiro de 1927, um acontecimento significativamente festejado nos círculos da ciência alemã acentuadamente naquelas rodas ligadas ao açúcar.

Edmundo O. Von Lippmann

Edmundo O. von Lippmann realizou êsse milagre de compreensão profunda, séria, dos múltiplos problemas, representados por cada um dos ramos aparentemente distintos da ciência. Aparentemente, dizemos, porque nenhum dêles pode ser dissociado, eis que servem todos a um mesmo nobre e grande fim. Justifica-se assim a assertiva de que o melhor especialista ainda é aquêle de maior cultura geral.

Químico, industrial, músico, artista, filólogo, historiador e filósofo, o sábio alemão, pôde sempre reunir tôdas aquelas qualidades em igualdade de condições, brilhando indiferentemente em qualquer daqueles setores da atividade da matéria e do espírito. Fenômeno, de resto, bem raro nos dias que correm, com a simulação da cultura e a falta de uma sólida e indispensável formação humanística. (*)

Quando um homem, após consagrar muitos anos de sua vida à direção de uma indústria importantíssima, é convidado, ao completar o seu 70.º aniversário, para professor honorário de uma universidade e alí leciona com grande e indiscutível êxito, é que algo de extraordinário há dentro de si. E êste caso raro é o homem a quem dedicamos estas linhas.

"Duas almas, ai! habitam meu ser", pode muito bem e no sentido exato dizer Edmundo O. von Lippmann de si próprio. Receio até ter de desenvolver a citação: nossos companheiros do ramo açucareiro, que conhecem a ação do nosso homenageado como organizador de uma das mais poderosas emprêsas industriais e

(*) Nota do tradutor José Leite.

como homem, de projeção tão destacada num setor da atividade importante nos quadros da nossa economia geral, haverão de me relevar talvez o trazer para aquí falando de sua indústria, aquelas almas que "ao mundo estão prêsas com órgãos aderentes". E tenho razão portanto quando insisto no anelo veemente de Fausto e o conservo como tema de minhas palavras: "outras (almas) erguem-se à fôrça, pó para as regiões dos seus maiores ancestrais". Sem dúvida que a citação quadra às maravilhas a Lippmann; só o "à fôrça" deveria ser omitido, pois com êle tudo obedece a um rítmo calmo, verdadeiramente clássico.

Desde quando, ainda moço, iniciou sua formação humanística no Ginásio Acadêmico de Viena, o amor sincero e o interêsse por tudo quanto pensaram e fizeram nossos antepassados jamais o largaram. Durante seus estudos em Zurique acompanhou com entusíasmo as lições de W. Weiths sôbre história da química, datando daí sua fidelidade e diligência na pesquisa histórica, quando a atividade prática lhe concedia algumas horas de lazer. As questões experimentais no terreno especializado, que escolhera, seriam abandonadas por Lippmann, não dispusesse do substratum histórico. Em 1882, aos 25 anos, publica sua "Química dos açúcares", condensando de maneira magistral todo o acervo científico da época sôbre tipos de trocas químicas de importância indiscutível, um livro, enfim, que, mesmo ante o desenvolvimento crescente da pesquisa, seria várias vêzes impresso. Seguiram-se as grandes obras: 1890, a "História do Açúcar"; 1900, "Desenvolvimento da indústria açucareira alemã de 1850 a 1900 (memória comemorativa); 1906, a "Análise das matérias primas e produtos da indústria açucareira"; 1907, "Fundamentos da indústria do açúcar, Marggraf e Achard)" e, em 1925, a "História da beterraba (beta) como planta de cultivo". São inúmeros, além disso, os pequenos artigos versando sôbre elementos constituintes do caldo da beterraba e os respectivos produtos de transformação.

Tôdas essas obras são sobretudo caracterizadas pela maneira por que esgotaram realmente o tema em vista e pela sensação segura que sua leitura conferia de que nada do que fôra publicado a respeito do assunto escapara ao autor, mesmo o que surgisse com tôdas as aparências de valia diminuta. O registro meticuloso de tôdas as novidades sôbre coisas do açúcar, feito por Lippmann em relatórios regulares para esta revista e para a "Gazeta dos Químicos", constituiu o arcabouço para a feitura do monumental trabalho, já citado, sôbre a beterraba. Com isto, todavia, nada perderam nem o açúcar de cana nem a própria gramínea.

Foram provàvelmente os estudos sôbre a cana de açúcar e o material cristalino e doce, dela extraível, que levaram Lippmann a cuidar da história da alquimia. Nosso homenageado pertence àquela linha de pesquisadores, não muito numerosa, em condições de ler e interpretar os difíceis textos alquímicos. Para tanto, faz-se mister conhecer não só o latim da idade média, o grego, o árabe e seus dialetos, como dispor de sólidos e completos conhecimentos das ciências naturais. Só um temperamento privilegiado de pesquisador, com aquêle cabedal acrescido de um certo poder criador, poderia devassar tais documentos, muitas vêzes escritos de propósito em linguagem confusa e misteriosa. Sabe-se que não era coisa isenta de perigos, na Idade Média, dar à publicidade, em linguagem accessível a todos, os resultados de pesquisas que estivessem em desacôrdo com as idéias aristotélicas, aprovadas pela igreja romana, e pelos escolásticos. Dêsses estudos de Lippmann, além de numerosos artigos esparsos, como por exemplo a história da distilação e do álcool, saiu a exaustiva e básica obra do sábio: "Origem e expansão da alquimia" (Berlim, 1919). Ocorrerá a alguém perguntar como poderia um homem realizar tarefa tão formidável; tenho para mim que a excessiva paixão da ordem de Lippmann, ao lado de uma memória prodigiosa, age aí como um verdadeiro elixir vital. A começar pelo seu manuscrito, típico e não isento de certa elegância, o qual, enquanto pelo menos com êle me correspondi, jamais sofreu modificação. E' assim que Lippmann responde pessoalmente às consultas que lhe são enviadas. Exterioriza-se êsse seu amor à ordem através do seu estilo límpido. É-lhe fundamentalmente antipático o abastardamento da linguagem escrita, fato de que tem feito praça em sucessivos trabalhos contemporâneos; a êsse respeito é inflexível no manejar o açoite e muitos de nós sentimos também a consciência doer ao lermos por exemplo a "Revista de Química Aplicada" e depararmos com vários disparates estilísticos, bem agrupados.

E a biblioteca de Lippmann, então? Milhares de volumes reunidos com desvelo incansável, há várias décadas, sàbiamente selecionados e superiormente organizados. E' assim que o estudioso da natureza e o historiador tinha sempre à mão seus subsídios intelectuais. E' também com um certo tom de orgulho cordial que mostra, aos visitantes de todos os matizes, códices raros e preciosas primeiras edições.

Lippmann ficou particularmente grato ao conselho fiscal da refinaria de açúcar, quando, após sua aposentadoria, permitiu que continuasse na antiga residência de diretor da fábrica. Além da preocupação da saúde delicada de sua fiel companheira, em face de uma mudança de casa, atormentava-o também onde levar e deixar em segurança seus tesouros bibliográficos. Todos nós, seus colegas de ramo industrial, que contamos ainda com novos e proveitosos ensinamentos de Lippman, ficamos reconfortados com a certeza de que seu lar e oficina de trabalho, objetos de uma adoração à fôrça dos muitos anos decorridos, continuariam como dantes.

Se alguém julgar por acaso que, com tôdas essas atividades, há pouco descritas, o ciclo de pesquisas e artigos de Lippmann se tenha encerrado, terá ainda de arregalar os olhos para os estudos do sábio sôbre a obra goetheana. Se ainda puder fazer uma idéia de seu talento musical ou dos seus conhecimentos de ordem geral e de filosofia. Asseverou-me uma vez conceituado colega de Haale que estava plenamente convencido de que Lippmann era capaz de escrever qual-

quer contribuição sôbre a filosofia dos antigos sumerianos, dos hindus ou dos chineses como o faria sôbre as mais recentes aquisições no domínio açucareiro !

Quando antigamente um pesquisador atingia a idade dos salmistas, era de hábito desejar-se-lhe um "otium cum dignitate". Tratando-se, porém, de Lippmann, estou convencido de que não se entregaria ao "otium". Agora mesmo, que lhe retiraram dos ombros as responsabilidades de um cargo de diretor de grande emprêsa, estamos todos nós contando com muitos e proveitosos semestres de atividade acadêmica do mestre da história da química. O mesmo diremos em relação aos incontáveis frutos de seu tesouro literário. Em primeiro lugar, que venha a segunda edição da "química dos açúcares", trabalho de fôlego a que o setuagenário está entregue com um entusiasmo verdadeiramente juvenil.

Quod bonum, felix faustumque sit.

B. Rassow

DADOS BIOGRÁFICOS

Edmundo O. von Lippmann nasceu a 9 de janeiro de 1857 em Viena, sendo o filho mais velho de Leopoldo von Lippmann, co-proprietário da usina e refinaria de açúcar de Nagy-Suràny, na Hungria, que fundara o grande estabelecimento poucos anos antes. Até o verão de 1874 freqüentou o então moderno e conceituado Ginásio Acadêmico de sua cidade natal, que de resto estava em situação, como poucos, de proporcionar amplo desenvolvimento aos dotes concedidos pela natureza ao jovem, com invulgar prodigalidade, oferecer-lhe os mais variados caminhos do conhecimento e sobretudo burilar suas destacadas qualidades musicais. (Entre outros heróis, viviam na época, em Viena, Brahms, Bruckner e Wagner).

Iniciou e terminou seus estudos de química em Zurique, onde foi orientado de maneira especial por Victor Meyer e George Lunge; o inesquecível prof. Dr. W. Weith, prematuramente falecido, que durante dois anos ministrou um curso de história da química para três ouvintes, restringidos depois para dois e por fim sòmente para Lippmann — "com entusiasmo nunca refreado e vigor sempre crescente" — segundo depoimento do próprio aluno, exerceu também forte influência sôbre o jovem vienense, cujo interêsse pelo aspecto histórico da pesquisa, a partir daquela data, jamais arrefeceu. A 5 de julho de 1878 foi graduado em Heidelberg, no curso dirigido por Bunsen. Antes, estivera trabalhando na fábrica de seu pai em Suràny e depois teve a sorte de contar com a orientação modelar do diretor F.B. Gross, da administração da usina de açúcar de Modran, em Praga, orientação proveitosa sobretudo para quem pretendia dirigir os negócios de uma grande emprêsa industrial.

Foi convidado no outono de 1880 pela Construtora de Máquinas de Braunschweig, para tomar a seu cargo o processo de substituição de Steffen, cuja introdução em Tirlemont levá-lo-ia, transitoriamente, até à Bélgica.

A estada de Lippmann em Brauschweig foi de importância fudamental nos rumos de sua vida. Lá conhecera a filha do diretor da refinaria de açúcar de Stetlin, Richard Müller, a qual dentro em pouco tornar-se-ia sua companheira para o resto da existência. Constitui um dever indeclinável, tocando nêste assunto, lembrar aquí que a ela, à sua fé inabalável, ao seu admirável espírito de renúncia, muitas vêzes nem mesmo limitado pelo sacrifício pessoal, aplainando dia a dia, passo a passo, o caminho para os trabalhos de seu espôso, a ela, dizíamos nós, deve o nosso homenageado em grande parte o poder desfrutar de tempo e lazer, em meio às suas múltiplas preocupações como diretor de uma poderosa organização industrial, para exercer atividades científicas e literárias e levar assim a bom têrmo suas admiráveis obras.

A 1.º de agôsto de 1881, com a idade de 24 anos, recebeu Lippmann seu primeiro lugar independente como diretor da Refinaria de Broekhoff, em Duisburg; lá permaneceu até 19 de junho de 1884, transferindo-se depois para Rositzs, (em Altemburg) onde ficou por quatro anos. O desenvolvimento dessa usina de açúcar à base de melaços — onde, por exemplo, entre outras a AEG de Berlim montou no inverno de 1884-85 sua primeira grande instalação de luz e onde hoje homens de fama como os Srs. von Miller e Deutsch ainda metem mãos à obra, pois não existe por ora uma equipe de funcionários com conhecimentos suficientes — oferecia muita coisa de interessante e foi superiormente orientado. A partir de abril de 1889, veio Lippmann para a refinaria de açúcar de Bahnhoff, Halle-sôbre-o-Saale, e onde, após a morte do diretor Hagen, passou a membro da diretoria, em 1.º de janeiro de 1890. Com o progresso e expansão crescente da organização, Lippmann avocou a si todo o trabalho da refinaria (Secção que nunca parou) e graças às grandes reformas de adaptação e inovação e às modificações e melhorias alí introduzidas, mesmo com sérios impecilhos para sua realização, logrou, como ninguém ignora, fazer-se estimado por todos.

Em reconhecimento às suas realizações no terreno profissional e científico (bastaria lembrar aquí a "História do Açúcar", a "Química dos Açúcares", "Alquimia" e mais de 1.000 contribuições menores), recebeu von Lippmann, no decorrer dos anos, inúmeras distinções: em 1901, sua nomeação para "Professor", primeira vez na Prússia em que título tão alto foi concedido a um industrial despido de qualquer função pública. Anos depois, era graduado, honoràriamente, doutor em engenharia pela alta Escola Técnica de Dresden. Após a conclusão da sua "Alquimia", a Academia de Ciências da Prússia concedeu-lhe a medalha de prata Leibniz. Foi nomeado em novembro de 1925 professor "honoris causa" da Faculdade de Ciências Políticas da Universidade de Halle e no outono de 1926 recebeu a incumbência de lecionar na mesma escola superior, como professor distinto, história da química.

RESOLUÇÕES DA COMISSÃO EXECUTIVA DO I. A. A.

RESOLUÇÃO — N.º 95/44 — De 13 de setembro de 1944

ASSUNTO — Regimento Interno das Turmas de Julgamento

A Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool, usando das atribuições que lhe são facultadas por lei e tendo em vista o disposto no item V do art. 124.º, do Decreto-Lei número 3.855, resolve :

DA ORGANIZAÇÃO E COMPOSIÇÃO DAS TURMAS DE JULGAMENTO

Art. 1.º — As Turmas de Julgamento da Comissão Executiva, em número de duas, designadas, respectivamente, como 1.ª e 2.ª, na ordem de sua criação, organizadas e constituídas nos têrmos dos artigos ns. 120 a 123 do Decreto-Lei n.º 3.855, compor-se-ão de um representante dos recebedores e de um dos fornecedores de cana, sob a presidência de um delegado de Ministério junto à Comissão Executiva, e reunir-se-ão ordinàriamente uma vez por semana.

§ 1.º — Cada representante dos recebedores e fornecedores de cana, terá um suplente.

§ 2.º — Os Presidentes das Turmas serão substituídos em seus impedimentos por outro Delegado de Ministério.

Art. 2.º — Os membros das Turmas e os respectivos suplentes, serão eleitos em sessão da Comissão Executiva, para servirem pelo prazo de um ano, contado da posse do cargo, podendo ser re-eleitos por igual prazo.

Parágrafo único — A eleição a que se refere êste artigo, sòmente se poderá proceder com a presença, pelo menos, de oito membros da Comissão Executiva, considerando-se eleitos aquêles que obtiverem metade e mais um dos votos apurados.

Art. 3.º — Os membros da Turma que, por qualquer circunstância, não puderem comparecer na data marcada para a sessão, deverão comunicar sua ausência ao Secretário da Turma, com a antecedência mínima de 48 horas.

Parágrafo único — Perderá o mandato o membro que faltar, sem motivo justificado, a quatro sessões consecutivas.

Art. 4.º — Junto a cada Turma de Julgamento, funcionará um Procurador, de livre indicação do Presidente do Instituto, sem direito a voto e com as atribuições constantes dos arts. 8.º a 12.º dêste Regimento.

Art. 5.º — As Turmas de Julgamento serão secretariadas, respectivamente, pelo funcionário que, para êsse fim, fôr designado pelo Presidente do Instituto.

DAS ATRIBUIÇÕES DAS TURMAS DE JULGAMENTO

Art. 6.º — Compete às Turmas de Julgamento:

I — Julgar, em primeira instância:

a) — as reclamações relativas aos litígios entre recebedores e fornecedores de canas;

b) — as reclamações relativas aos litígios entre fornecedores e proprietários ou possuidores de fundos agrícolas;

c) — as reclamações entre usineiros e lavradores, para os efeitos do disposto no art. 2.º do Decreto-Lei n. 4.733, de 23 de setembro de 1942;

d) — as infrações aos preceitos da legislação especial à economia açucareira;

e) — os conflitos de competência entre as Comissões de Conciliação. .

II — Examinar, para efeito de homologação, os têrmos de conciliação.

III — Exercer as seguintes atribuições administrativas, nos têrmos da legislação em vigor :

a) — resolver as dúvidas sôbre a ordem de serviço ou sôbre a interpretação e execução do Regimento;

b) — encaminhar ao Presidente do Instituto, para os devidos efeitos, cópias autênticas, quando, nos processos ou documentos submetidos à sua apreciação, se evidenciar falsificação ou fraude que implique em crime de responsabilidade ou comum, em que caiba ação pública;

c) — representar ao Presidente do Instituto sôbre matéria de serviço, propondo a adoção das medidas julgadas necessárias à sua maior eficiência;

d) — conhecer e julgar as suspeições levantadas contra qualquer dos seus membros, observando-se a respeito o que dispõem os arts. 185 e 186 do Código de Processo Civil.

DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE

Art. 7.º — Compete aos Presidentes das Turmas de Julgamento :

a) — dirigir os trabalhos e presidir às sessões;

b) — dar posse aos membros das Turmas e seus respectivos suplentes;

c) — distribuir os feitos entre os membros das Turmas e proferir os despachos de expediente;

d) — assinar, com os respectivos membros, os acórdãos das Turmas;

e) — rubricar as fôlhas dos livros necessários ao registro dos feitos de competência das Turmas;

f) — convocar sessões extraordinárias, sempre que necessário;

g) — distribuir os processos aos relatores, com observância do disposto neste Regimento;

h) — resolver as questões de ordem suscitadas nas sessões;

i) — tomar os votos dos membros das Turmas, propor as questões e apurar o vencido;

j) — votar nos casos de empate;

k) — assinar, com o Secretário, as atas das sessões;

l) — recorrer, ex-oficio, para a Comissão Executiva, das decisões da Turma, que, a seu critério, possam ter influência no conjunto da economia açucareira;

m) — enviar, anualmente, ao Presidente do Instituto, um relatório dos trabalhos da Turma, discriminando, por assunto, os feitos submetidos à apreciação da mesma e os acórdãos proferidos a respeito;

n) — representar ao Presidente do I.A.A. contra o representante que incorrer na sanção prevista no parágrafo único do art. 3.º.

DAS ATRIBUIÇÕES DOS PROCURADORES JUNTO AS TURMAS DE JULGAMENTO

Art. 8.º — Compete aos Procuradores designados para servir junto a cada uma das Turmas de Julgamento :

a) — velar pela perfeita observância das normas legais e regulamentares, relativas à economia açucareira;

b) — oficiar e dizer de direito, nos processos submetidos à apreciação das Turmas de Julgamento;

c) — solicitar ao Presidente da Turma a realização das diligências que se tornarem necessárias ao esclarecimento do feito.

Art. 9.º — Sempre que se trate de julgamento dos feitos a que se refere o art. 123 do Decreto-Lei n.º 3.855, deverá constar do respectivo acórdão que o Procurador foi ouvido, devendo o mesmo apor, logo abaixo da assinatura dos membros da Turma, as seguintes palavras: **"Fui presente"**, sendo-lhe permitido, então, justificar o seu parecer ou aduzir novos fundamentos a respeito, rubricando, em seguida, a sua declaração.

Art. 10.º — Os Procuradores poderão participar, sem direito a voto, da discussão de todos os assuntos que fôrem submetidos ao exame das Turmas de Julgamento.

Art. 11.º — O Procurador poderá intervir, oralmente, pelo prazo de 15 minutos, após a defesa das partes, em tôdas as causas submetidas à apreciação das Turmas de Julgamento.

Art. 12.º — O Procurador poderá interpor recurso, para a Comissão Executiva, das decisões da Turma de Julgamento que, por sua natureza, possam ter repercussão sôbre o conjunto da economia açucareira.

DA ORDEM DO SERVIÇO NAS TURMAS DE JULGAMENTO

Art. 13.º — Os processos encaminhados ao exame das Turmas serão registrados em livro próprio, no protocolo da respectiva Secretaria, no mesmo dia do recebimento e obedecida a ordem rigorosa de entrada.

Art. 14.º — A distribuição dos processos entre os membros das Turmas se fará de modo alternado, obedecida a ordem cronológica de entrada no protocolo da Secretaria.

Art. 15.º — O representante a quem tocar a distribuição é preparador e relator do processo.

Art. 16.º — Designado o relator, o processo será concluso aò mesmo no prazo de 48 horas.

Art. 17.º — Compete ao relator:

a) — requisitar da Secção de Comunicações do Instituto os processos que tenham conexão com o feito submetido ao seu exame;

b) — solicitar a quaisquer secções do Instituto as informações e esclarecimentos que julgue indispensáveis à perfeita instrução dos processos.

Art. 18.º — O prazo para o exame dos autos, pelo relator, será de 10 dias, podendo o mesmo ser prorrogado, excepcionalmente, em igual prazo, a critério do Presidente da Turma, mediante despacho nos autos.

DAS SESSÕES DAS TURMAS

Art. 19.º — As sessões dàs Turmas serão públicas, salvo quando as mesmas, por motivo relevante, resolverem funcionar em sessão secreta.

Art. 20.º — Os representantes das Associações de Classe, ou os procuraodres das partes interessadas, admitidos às sessões nos têrmos do parágrafo único do art. 132 do Decreto-Lei n.º 3.855, terão assento em lugar especial aos mesmos reservado pelo Presidente da Turma.

Parágrafo único — Quando os representantes das Associações de classe ou os procuradores das partes interessadas tiverem de fazer sustentação oral, ocuparão o lugar para êsse fim especialmente reservado.

Art. 21.º — Nas sessões das Turmas de Julgamento, observar-se-á a seguinte ordem: 1.º) leitura, discussões e aprovação da ata da sessão anterior; 2.º) leitura do expediente; 3.º) indicações, sugestões e propostas; 4.º) distribuição dos feitos; 5.º) discussão e julgamento dos processos em pauta.

Art. 22.º — Dada a palavra ao Relator, terá êste 15 minutos, no máximo, para o relatório, prorrogável por igual tempo, a critério do Presidente.

Art. 23.º — Findo o relatório, o Presidente concederá a palavra aos representantes legais das partes interessadas, pelo prazo de 15 minutos, no máximo, para cada um, e ao Procurador, pelo mesmo prazo.

Parágrafo único — Se qualquer das partes interessadas estiver representada por mais de um advogado, o prazo total não poderá exceder de 20 minutos, divididos entre os mesmos.

Art. 24.º — Aberta a discussão, cada membro da Turma poderá usar da palavra pelo prazo improrrogável de 10 minutos.

Art. 25.º — Concluídos os debates orais, o Presidente tomará os votos e anunciará a decisão, designando para redigir o acórdão, o relator, ou se vencido êste, êle próprio o redigirá.

Parágrafo único — Em caso de empate, desempatará o Presidente.

Art. 26.º — As notas taquigráficas da discussão e votos, em cada julgamento, serão juntas aos autos respectivos, depois de rubricadas pelos membros da Turma, reportando-se a elas o relator, no acórdão.

Art. 27.º — Depois de juntas as notas taquigráficas e uma vez revistas, serão os autos conclusos ao relator do feito ou do acórdão, para a lavratura dêste.

Art. 28.º — Assinado o acórdão, será o mesmo publicado no Diário Oficial da União.

Parágrafo único — Se o acórdão se reportar, como razão de decidir, a parecer, decisão ou despacho, será o mesmo também publicado.

Art. 29.º — As atas das Turmas do Julgamento serão lavradas pelo respectivo Secretário, em livro próprio, aberto, rubricado e encerrado pelo Presidente, adotando-se, a respeito, as normas peculiares aos atos de tal natureza.

Parágrafo único — Nas atas das sessões das Turmas de Julgamento, o Secretário fará constar os votos proferidos pelos representantes dos recebedores e fornecedores, bem como o parecer do Procurador que funcionar junto à Turma, resumindo as defesas produzidas pelas partes interessadas, se fôr o caso.

DA SECRETARIA DAS TURMAS DE JULGAMENTO

Art. 30.º — A Secretaria de cada Turma de Julgamento, sob a direção do funcionário que fôr investido das funções de secretário, compõe-se do pessoal necessário ao preenchimento de suas funções, nomeados pelo Presidente do Instituto, à medida de suas necessidades.

Art. 31.º — Incumbe ao Secretário :

I — Ter sob a sua guarda e responsabilidade, todos os processos, livros e documentos existentes na Secretaria;

II — Encaminhar ao Presidente da Turma todos os autos, documentos e petições que derem entrada no protocolo da Secretaria;

III — Preparar todo o expediente da Secretaria, submetendo a despacho e assinatura do Presidente os papéis e documentos que devam ser pelo mesmo despachados ou assinados;

IV — Escriturar e manter em boa ordem os livros a que se refere o art. 33.º dêste Regimento;

V — Expedir e assinar os avisos, notificações e comunicações que devam ser feitos às partes ou aos membros da Turma;

VI — Promover o rápido andamento e a pronta realização das diligências solicitadas pelos membros da Turma ou pelo Procurador que funcionar junto à mesma;

VII — Organizar a pauta das sessões e das audiências do Presidente;

VIII — Subscrever as certidões, submetendo-as, em seguida, ao visto do Presidente da Turma;

IX — Organizar o fichário da jurisprudência das Turmas e da Comissão Executiva, e das leis, regulamentos e resoluções que interessem ao I.A.A.

X — Secretariar as sessões da Turma;

XI — Executar os demais trabalhos e encargos que lhe forem atribuídos pelo Presidente da Turma.

Art. 32.º — As Turmas de Julgamento manterão um arquivo de tôda a correspondência expedida e recebida e coleção dos acórdãos e das pautas das sessões.

Art. 33.º — A Secretaria de cada Turma de Julgamento disporá obrigatòriamente dos seguintes livros:

a) — livro de posse, no qual serão lançados os têrmos de posse dos membros da Turma e seus suplentes;

b) — livro de protocolo de entrada e movimento dos autos, documentos e petições encaminhados à Turma de Julgamento;

c) — livro de protocolo de distribuição dos autos aos membros da Turma;

d) — livro de registro dos acórdãos da Turma, com anotação do nome do reclamante e do reclamado, data do julgamento, nome do relator e data e página do Diário Oficial que o publicou;

e) — livro de registro das publicações de interêsse da Junta, feitas pelo Diário Oficial da União ou pelos jornais vespertinos ou matutinos;

f) — livro de protocolo de correspondência expedida;

g) — livro de protocolo de correspondência recebida.

Parágrafo único — Todos os livros referidos neste artigo, terão suas fôlhas numeradas e obedecerão a modêlo padronizado e serão abertos e encerrados mediante têrmo assinado pelo Presidente da Turma.

DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS E DA PAUTA DE JULGAMENTO

Art. 34.º — Os processos submetidos à apreciação das Turmas de Julgamento, serão distribuídos pelo respectivo Presidente, alternadamente, entre os membros da Turma, segundo a ordem cronológica de entrada no livro de protocolo da Secretaria.

Art. 35.º — A pauta de julgamento será feita pela Secretaria, tendo em vista a distribuição procedida pelo Presidente.

Parágrafo único — Nenhum processo será incluído em pauta sem que o relator tenha encaminhado à Secretaria o pedido de designação de dia para julgamento, com a antecedência mínima de 3 (três) dias da sessão.

Art. 36.º — Os processos constantes da pauta serão submetidos a julgamento na ordem de inclusão na mesma, salvo casos excepcionais, a critério do Presidente da Turma ou do Relator, — quando a Turma poderá conceder a preferência no julgamento.

Art. 37.º — A pauta de julgamento será publicada no Diário Oficial da União, com 48 horas, pelo menos, de antecedência.

Parágrafo único — Os processos que, por qualquer motivo, não tenham sido julgados numa sessão, terão preferência, independentemente de nova publicação, para julgamento nas sessões que se seguirem.

DOS ACORDÃOS

Art. 38.º — Depois de encerrados os trabalhos de cada sessão, o Secretário certificará nos autos a decisão vencedora, consignando os votos proferidos por cada representante, e no caso de empate, o do Presidente, fazendo, em seguida, conclusão dos autos ao relator, para a redação do respectivo acórdão.

Art. 39.º — Os acórdãos serão submetidos à assinatura dos demais membros da Turma e do Procurador, na primeira sessão ordinária que se seguir ao julgamento.

Art. 40.º — Os acórdãos, depois de submetidos à assinatura dos membros da Turma e do Procurador, serão numerados e registrados em livro próprio, e encaminhados, em duas vias, à Secção Jurídica, para o efeito de publicação no Diário Oficial da União.

Art. 41.º — Os acórdãos poderão ser acompanhados dos votos vencidos e do parecer do Procurador, caso assim o requeiram os seus prolatores.

DOS RECURSOS

Art. 42.º — Das decisões das Turmas de Julgamento, cabe recurso para a Comissão Executiva, dentro do prazo de trinta dias da publicação do acórdão no Diário Oficial da União.

Art. 43.º — O prazo de que trata o art. anterior também se aplica aos recursos a que se referem a letra l do art. 7.º e o art. 12.º dêste Regimento.

Parágrafo único — Nas hipóteses a que se refere êste artigo, os recursos deverão ser acompanhados das razões que os fundamentam.

Art. 44.º — O recurso será interposto mediante petição dirigida ao Presidente da Turma, acompanhada, desde logo, das respectivas razões e dos documentos que as instruam.

§ 1.º — Depois de juntas as razões do recorrente, abrir-se-á vista do processo ao recorrido, pelo prazo de 10 dias.

§ 2.º — Decorrido o prazo fixado no parágrafo anterior, e apresentadas as razões do recorrido ou certificado, pela Secretaria, o transcurso do prazo sem que as mesmas tenham sido produzidas, será o processo encaminhado ao Presidente da Turma, que o remeterá diretamente à Secção Jurídica.

Art. 45.º — A Secção Jurídica emitirá o seu parecer, no prazo de 15 dias, enviando o processo, em seguida, à Secretaria da Comissão Executiva.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 46.º — Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pelo Presidente da Turma, com observância das normas do direito processual comum.

Art. 47.º — O presente Regimento entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Sala das sessões da Comissão Executiva, aos treze dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e quarenta e quatro.

Barbosa Lima Sobrinho
Presidente

(Publicada no D.O. de 21-9-1944.)

RESOLUÇÃO — N.º 96/44 — De 27 de setembro de 1944

ASSUNTO — Modifica a redação do art. 21 da Resolução n.º 86/44, de 13 de julho de 1944 e dá outras providências

A Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool, usando das atribuições que lhe são facultadas por lei, resolve :

Art. 1.º — O art. 21 da Resolução n.º 86/44, de 13 de julho de 1944, passa a ter a seguinte redação :

— Não terá direito a bonificações :

a) — o álcool distribuído com inobservância dos dispositivos do Decreto-lei n.º 5.998, de 18 de novembro de 1943, sem prejuízo das penalidades cominadas naquela lei ;

b) — o álcool vendido para consumo como carburante diretamente pelo produtor ;

c) — o álcool direto da cana produzido pelas usinas em detrimento das respectivas produções de açúcar ;

d) — o álcool distribuído na forma do art. 25.º desta Resolução ;

e) — as emprêsas que tendo distilarias de álcool produzam aguardente a partir da data da presente resolução, ainda mesmo que tenham obtido a autorização a que se refere o art. 28 da Resolução n.º 86/44.

Art. 2.º — Fica requisitada, a partir da data da presente resolução, tôda a aguardente fabricada sem a autorização a que se refere o art. 28 da Resolução n.º 86/44, de 13 de julho de 1944.

Art. 3.º — A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação no "Diário Oficial" da União, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool, aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e quarenta e quatro.

Barbosa Lima Sobrinho — Presidente

COMISSÃO EXECUTIVA DO I. A. A.

Publicamos nesta secção resumos das atas da Comissão Executiva do I.A.A. Na secção "Diversas Notas" damos habitualmente extratos das atas da referida Comissão, contendo, às vêzes, na íntegra, pareceres e debates sôbre os principais assuntos discutidos em suas sessões semanais.

49.ª SESSÃO ORDINARIA, REALIZADA EM 23 DE AGOSTO DE 1944

Presentes os Srs. Barbosa Lima Sobrinho, Castro Azevedo, Otávio Milanez, Antônio Correia Meyer, J. Bezerra Filho, José Carlos Pereira Pinto, Luiz Dias Rolemberg, Moacir Soares Pereira, Aderbal Novais, Joaquim Alberto Brito Pinto e João Soares Palmeira.

Presidência do Sr. Barbosa Lima Sobrinho.

Assistência hospitalar — Aprova-se uma proposta do Sr. Castro Azevedo, no sentido de ser transcrito em "Brasil Açucareiro" um artigo pubilcado em "O Jornal" sôbre assistência hospitalar no interior do Brasil, no qual se faz referêncita à Santa Casa de Misericórdia de Campos, que foi construída às expensas do Sr. José Carlos Pereira Pinto e à qual foi feito um donativo de um milhão de cruzeiros para compra de material pelo usineiro Sr. Manuel Ferreira Machado. Por proposta do Sr. J. C. Pereira Pinto, resolve-se passar um telegrama ao Sr. Ferreira Machado.

Açúcar de engenho — O Sr. Presidente dá conhecimento à Casa de um telegrama que o Instituto recebeu da 2.ª Coletoria de Piracicaba, São Paulo, a propósito das novas normas postas em prática para a arrecadação e contrôle da produção de açúcar de engenho.

Transporte de açúcar — Aprova-se o parecer do Sr. Castro Azevedo sôbre a obrigatoriedade de transcrição dos números dos sacos nas notas de remessa.

Estocagem — O Sr. Pereira Pinto, alegando que as usinas de Campos estão com os seus depósitos abarrotados, sugere permita o I.A.A. seja o açúcar transportado para Campos, afim de ser estocado nos armazéns dessa cidade. O pedido é deferido.

Fornecimento de cana — A propósito da entrega de canas de fornecedores da Usina Junqueira, pela balança Nova Java, aprova-se o seguinte: "A decisão tomada em sessão de 16-8-44, publicada no Diário Oficial de 22-8-44, representa uma solução de emergência, aplicável à safra em curso, reservando-se a Comissão Executiva a faculdade de estudar e resolver, para as outras safras, a situação do fornecimento de canas à balança Nova Java, dentro do que prescreve o Estatuto da Lavoura Canavieira".

Preços legais — De acôrdo com a proposta do do Sr. Presidente, aprova-se a redução das margens atribuidas aos refinadores cariocas para Cr$ 16,50 (tipo primeira) e Cr$ 21,50 (tipo extra).

Desnaturante "Alfa" — Aprova-se o parecer do Sr. Moacir Pereira sôbre o desnaturante "Alfa', de criação do Sr. Anibal Matos.

Modificação de espécie — Resolve-se deferir os pedidos de modificação de espécie — de açúcar para rapadura — dos processos de interêsse de José Santana da Cruz, Delmiro Benício de Sá, Adriano José das Mercês, Agostinho José das Mercês, José Damasceno Albergaría, José Hilário Ferreira Junior, José Germano Sobrinho, Manuel Henrique da Cunha, José Ferreira Lessa, Heliodoro Ferreira Trindade, Joaquim Xavier da Costa, Manuel Herculano Szerwinsky.

— São também deferidos os pedidos de modificação de espécie — de aguardente para rapadura — nos processos de interêsse de Antônio Menezes Pimentel e João Ribeiro Marins.

Cancelamento de inscrição — São deferidos os pedidos de interêsse de José Leonardo Pessoa, Manuel Luiz de Santana e Manuel José da Trindade.

Averbações — Com fundamento nos pareceres da Secção Jurídica, anexos aos processos abaixo, profere a Comissão Executiva os seguintes despachos: João de Alcântara Melo — Ceará. Deferir a pretensão constante da inicial, mandando inscrever o engenho rapadureiro em nome de José Vicente Borges, procedendo-se, a seguir, à averbação de transferência da inscrição para o nome do requerente.

Francisco Bahia de Oliveira — Ceará. Mandar inscrever o engenho de rapadura primeiramente em nome de José Flaviano Teixeira, procedendo-se à transferência para o nome do requerente, atual proprietário.

Jeremias Alves de Almeida — Rio Grande do Norte. Deferir a pretensão constante da inicial, para o fim de ser inscrito o engenho como produtor de rapadura em nome de João Almino de Queiroz, com averbação de transferência para o nome do requerente.

Antônio Borges Filho — Minas Gerais. Deferir o pedido constante da inicial, para o fim de ser feita inicialmente a inscrição do engenho, como produtor de rapadura, em nome de Raimundo da Silva Lopes, a seguir a transferência do registro para o nome de Maria Cartana da Silva Lopes e, finalmente, para o nome do requerente Antônio Borges Filho, atual proprietário.

Jorge Severino de Miranda — Minas Gerais. Mandar inscrever o engenho como produtor de rapadura, em nome de Antônio da Costa Ferreira, fazendo-se, a seguir, a averbação da transferência da inscrição para o nome do interessado, observadas as formalidades usuais.

José Joaquim Nunes — Pará. Mandar inscrever o engenho como fábricante de rapadura, em nome de Joaquim Rodrigues de Lima, procedendo-se, a seguir, à averbação da transferência de inscrição, primeiramente para os nomes de Iraides e Orlandina Rodrigues de Lima e, finalmente, para o nome de José Joaquim Nunes.

João Marques Vieira — Minas Gerais. Deferir o pedido do interessado para o efeito de ser

feita a inscrição do engenho como fabricante de rapadura, primitivamente em nome do requerente, averbando-se, a seguir, a transferência para o nome de José Alves de Magalhães.

Anfilófio de Almeida Lírio — Bahia. Deferir a pretensão da inicial, inscrevendo o engenho como produtor de açúcar, em nome de Francisco de Sousa Lemos, feita a averbação da transferência para o nome do interessado, atual proprietário, fixada a quota em 50 sacos.

Incorporações de quotas — A Comissão Executiva resolve deferir a pretensão constante da inicial, para o efeito de incorporar o limite de 159 sacos de açúcar do engenho Cachoeirinha ao limite do engenho Jataí, que, sendo de 683 sacos, passará, por conseguinte, a ser de 842 sacos, e, a seguir, autorizar a incorporação dêsse limite de 842 sacos, do engenho Jataí à Usina Ana Florência, sem redução alguma, por se tratarem de fábricas da mesma categoria.

— João Lins Uchôa — Alagoas. A Comissão Executiva, de acôrdo com o parecer da Secção Jurídica, resolve mandar arquivar o processo, por ter o mesmo perdido o seu objetivo.

Amair de Barros Franco — Sergipe. A Comissão Executiva resolve mandar arquivar o processo, por ter perdido o seu objetivo.

Inscrição de fábricas — Assad Feres & Irmão — São Paulo. Os interessados, na inicial, requerem autorização para montar um engenho de aguardente e de açúcar turbinado, no Município de Lençóis, Estado de São Paulo. A Comissão Executiva, de acôrdo com o parecer da Secção Jurídica, resolve indeferir a pretensão, por já estarem os interessados inscritos como fabricantes de aguardente.

José Pereira de Carvalho — São Paulo. A Comissão Executiva resolve deferir a inscrição da fábrica do requerente como produtora de rapadura, tendo em vista a declaração na ficha de inscrição.

Cia. Agrícola Industrial São José do Amaragí S. A. — Pernambuco. Os interessados requereram a inscrição de um engenho denominado "Sete Ranchos", situado no Municpio de Amaragí, Pernambuco, como o limite de 5.000 sacos de açúcar. O engenho em causa havia sido relacionado, pela Comissão de Defesa da Produção Açucareira, com um limite provisório de 1.043 sacos. Posteriormente, pelo processo n.º 7.693/35, foi negado o registro definitivo sob a alegação de que o engenho era fornecedor de canas da Usina União e Indústria. A Comissão Executiva, de acôrdo com o parecer da Secção Jurídica, aprovado pelo Relator, Sr. Castro Azevedo, resolve mandar inscrever o engenho, com o limite de 1.047 sacos, semelhante ao limite provisório de 1.043 sacos que lhe foi atribuído pela Comissão de Defesa do Açúcar, tendo em vista que a maquinaria do engenho, de acôrdo com o laudo da Secção Técnica, não comporta uma moagem da ordem da pretendida pela requerente, bem como por ter sido essa a produção do engenho em vários anos consecutivos, ou seja da safra 1935/36 a 1939/40.

Fornecimento de cana — Atílio Balbo contra Usina Albertina — São Paulo. Contra a decisão da Comissão Executiva, tomada em sessão de 9-2-44, pela qual foi reconhecida ao Sr. Atílio Balbo a qualidade de fornecedor, com direito a uma quota de fornecimento de 2.540.487 quilos de canas junto à Usina Albertina, apresentou esta o recurso de fls a fls, do processo, para efeito de manter a quota de 943.400 quilos de cana, de acôrdo com o mapa M.F. 1, apresentado pela Usina. A Comissão Executiva, de acôrdo com o parecer da Secção Jurídica aprovado pelo Relator, Sr. Castro Azevedo, resolve negar provimento ao recurso, mantendo a decisão recorrida.

50.ª SESSÃO ORDINARIA, REALIZADA EM 24 DE AGOSTO DE 1944

Presentes os Srs. Barbosa Lima Sobrinho, Castro Azevedo, Otávio Milanez, Antônio Correia Meyer, J. Bezerra Filho, José Carlos Pereira Pinto, Luiz Dias Rolemberg, Moacir Soares Pereira, Aderbal Novais, Joaquim Alberto Brito Pinto e João Soares Palmeira.

Presidência do Sr. Barbosa Lima Sobrinho.

Taxa de financiamento de cana — Tendo solicitado vista de um processo referente à distribuição da taxa de um cruzeiro por tonelada de cana, procedente de fornecedores, o Sr. J. Bezerra Filho procedeu à leitura do seu voto, que vai publicado em outra parte de "Brasil Açucareiro".

51.ª SESSÃO ORDINARIA, REALIZADA EM 29 DE AGOSTO DE 1944

Presentes os Srs. Barbosa Lima Sobrinho, Álvaro Simões Lopes, Castro Azevedo, Otávio Milanez, Antônio Correia Meyer, José Carlos Pereira Pinto, Luiz Dias Rolemberg, Moacir Soares Pereira, Aderbal Novais, Joaquim Alberto Brito Pinto e João Soares Palmeira.

Presidência do Sr. Barbosa Lima Sobrinho.

Expediente — Constou do seguinte: telegrama do Sr. Manuel Ferreira Machado, agradecendo ao presidente do I.A.A. os votos de congratulações que lhe foram transmitidos; telegrama do presidente da Cooperativa dos Plantadores de São Miguel dos Campos, Alagoas, agradecendo o donativo feito às vítimas das inundações verificadas naquele Estado.

Liberação — Dá-se vista ao Sr. Correia Meyer dos quadros elaborados pela Secção de Estudos Econômicos e referentes à liberação da produção das usinas sub-limitadas, na forma da Resolução 80/44.

Estocagem — Aprova-se o parecer da Gerência, no sentido de se dispensar a armazenagem do açúcar da Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco, depositado na Distilaria Presidente Vargas, mediante pagamento, pela Cooperativa, das despesas correspondentes, mantida ainda a bonificação de 1 cruzeiro sôbre o açúcar depositado na Distilaria que tenha sido financiado.

Álcool — Aprova-se o parecer da Secção de Estudos Econômicos, emitido a propósito de uma reclamação das distilarias independentes de São Paulo sôbre o preço de álcool.

— E' deferido o requerimento do Sr. Aristóteles Campos, de Muriaé, Minas Gerais.

Fornecimento de cana — A propósito do caso da U. Junqueira — tendo em vista o requerimento verbal do Sr. Correia Meyer, aprova-se o seguinte: "A decisão tomada em sessão de 16-8-44, publicada no Diário Oficial de 22-8-44, representa uma solução de emergência, aplicável à safra em curso, reservando-se a Comissão Executiva a faculdade de estudar e resolver, para as outras safras, a situação do fornecimento de canas à balança Nova Java, acatadas as decisões judiciais, dentro do que prescreve o Estatuto da Lavoura Canavieira".

Praga de canaviais — Aprova-se a sugestão do Sr. Soares Palmeira sôbre a importação de sapos da Argentina, aceitando-se ainda um oferecimento do Sr. Simões Lopes para verificar, por intermédio do Museu Nacional, se existem êsses animais no Brasil.

Requisição de aguardente — Depois de examinado o plano de requisição de aguardente para a safra 1944/45 e tendo-se em vista uma contraproposta dos Srs. Correia Meyer e Cassiano Maciel, resolve-se, por proposta do Sr. Presidente, aprovar o seguinte: "Não haverá requisição de aguardente, na safra 1944/45. A Distilaria de Lençóis comprará a aguardente, por preço que permita a venda, em condições econômicas, do álcool resultante de sua transformação".

Quota do D. Federal — Tendo a firma proprietária da Usina Dom João, da Bahia, solicitado dispensa do pagamento da quota de Cr$ 36.941,00 relativa à sua contribuição em dinheiro sôbre a parcela da quota do Distrito Federal que lhe caberia, em açúcar, na safra 1943/44, aprova-se um parecer da Gerência contrário ao referido pedido.

Incorporação provisória — Resolve-se autorizar o proprietário do engenho Pedregulho, em Pernambuco, a moer as suas canas na Usina N. S. das Maravilhas, em virtude de não poder funcionar a referida fábrica.

Fornecimento de cana — Reclamante: José Pereira da Rocha — Reclamada: Usina Várzea Grande — Sergipe — Homologa-se o acôrdo. Reclamante: Odilon Alves — Reclamada: Usina Paineiras — Espírito Santo — Reconhece-se ao reclamante a qualidade de fornecedor, com uma quota de 250 toneladas. Reclamante: José Felinto Rosa — Reclamada: Usina Paineiras — Espírito Santo — Homologa-se o acôrdo. Reclamante: Ana de Barros Queiroz Monteiro — Reclamada: Usina Barão de Suassuna — Pernambuco — Retifica-se a quota da reclamante para 842.260 quilos. Reclamante: Ramiro Póvoa — Reclamada: Usina Barcelos — Estado do Rio — Defere-se a pretensão da inicial e retifica-se a quota para 61.240 quilos. Reclamante: Demétrio Pereira Gomes — Reclamada: Usina Mineiros — Estado do Rio — Retifica-se a quota para 352.170 quilos. Reclamante: José Laerte Nogueira — Reclamada: Usina Barcelos — Estado do Rio — Retifica-se a quota para 578.130 quilos. Reclamante: Lourenço Matos Ludovice — Reclamada: Usina Tabúa — Sergipe — Retifica-se a quota para 1.100.000 quilos.

Interessados: Fornecedor Amaro Peçanha Póvoa e Usina Barcelos — Estado do Rio — Deferido.

Interessados: Salvador Sousa Medeiros — Juvenal Ribeiro das Chagas e Usina do Queimado — Estado do Rio — Homologa-se o acôrdo.

Interessados: Manuel de Sousa Moço — Antônio Teixeira Rodrigues dos Santos e Usina Cambaíba — Estado do Rio — Homologa-se o acôrdo.

Interessados: Carlos de Brito & Cia. — Usina Central Barreiros — Pernambuco — Cancela-se a quota.

Aumento — De acôrdo com o voto do Sr. Castro Azevedo, aprova-se o parecer da Secção de Estudos Econômicos para o fim de se conceder à Usina Poço Gordo um aumento de 6.557 sacos sôbre a sua quota de produção.

— Concede-se um aumento de 3.206 sacos à Usina Conceição de Macabú.

— Concede-se também um aumento de 606 sacos à Usina Santana.

Modificação de maquinaria — Deferido o processo de interêsse da Usina de Açúcar e Distilaria Rochelle Ltda., São Paulo.

Transferência de proprietário — Manda-se arquivar o processo de interêsse de Maria Jacó Nazaré, Minas Gerais.

Cancelamento de inscrição — Francisco Gonçalves de Oliveira, São Paulo — deferido.

52.ª SESSÃO ORDINARIA, REALIZADA EM 5 DE SETEMBRO DE 1944

Presentes os Srs. Barbosa Lima Sobrinho, Álvaro Simões Lopes, Castro Azevedo, José Carlos Pereira Pinto, Luiz Dias Rolemberg, Moacir Soares Pereira, Aderbal Novais, Joaquim Alberto Brito Pinto e João Soares Palmeira.

Presidência do Sr. Barbosa Lima Sobrinho.

Desidratante — O Sr. Presidente declara que tomará na devida conta as declarações do Sr. Pereira Pinto, com referência às dificuldades que estão encontrando as distilarias do Estado do Rio para desidratantes.

— Ainda o Sr. Pereira Pinto encaminha à mesa um questionário referente à situação dos carburantes no país.

Exportação — A C.E. autoriza a exportação de 350 mil sacos de açúcar para o Uruguai, sendo 150 mil de Alagoas e 200 mil de Pernambuco.

Preços legais — Resolve-se deferir os requerimentos das usinas Adelaide, São Pedro e Pedreira, de Santa Catarina, no sentido de ser recolhida às mesmas a margem de 5 por cento, prevista na Resolução 87/44.

Limitação — Aprova-se uma resolução sôbre a produção de açúcares de tipo baixo.

— Encaminha-se ao Sr. Moacir Pereira os mapas elaborados pela Secção de Fiscalização e referentes à revisão dos limites dos engenhos turbinadores.

Quota do D. Federal — O Sr. João Úrsulo, representante do Sindicato dos Usineiros da Paraíba, comunica que aquele órgão deliberou optar pelo pagamento da contribuição adicional de 2 cruzeiros por saco de açúcar da sua produção de 1944/45, desobrigando-se, asim, do suprimento da quota do Distrito Federal.

Tabelamento de cana — Por proposta do Sr.

Presidente, resolve-se prorrogar até o dia 30 de setembro corrente o prazo concedido às empresas interessadas para se pronunciarem sôbre o anteprojeto que modifica as tabelas de pagamento de canas.

Alteração de maquinaria — Tendo o Sr. Caio de Brito solicitado autorização para montagem de uma turbina no engenho São Sebastião, de sua propriedade, resolve-se dar vista do caso ao Sr. Moacir Pereira.

Fornecimentos de cana — Reclamação de Fidêncio Cunha: aprova-se o parecer do Procurador Regional de São Paulo.

— Reclamação de Alon de Matos Teles, Sergipe: aprova-se o voto do relator Sr. Castro Azevedo.

— Manda-se arquivar o processo de interêsse de Oscar de Arruda Beltrão, Pernambuco.

— Idêntico despacho no processo de interêsse de José Januário de Araujo, Alagoas.

53.ª SESSÃO ORDINARIA, REALIZADA EM 13 DE SETEMBRO DE 1944

Presentes os Srs. Barbosa Lima Sobrinho, Álvaro Simões Lopes, Castro Azevedo, Otávio Milanez, Antônio Correia Meyer, J. Bezerra Filho, José Carlos Pereira Pinto, Luiz Dias Rolemberg, Moacir Soares Pereira, Cassiano Pinheiro Maciel, Joaquim Alberto Brito Pinto e João Soares Palmeira.

Presidência do Sr. Barbosa Lima Sobrinho.

Expediente — Constou do seguinte: telegrama do gerente da Distilaria Central Presidente Vargas, comunicando que a mesma fábrica já produziu 2.200.000 litros de álcool anidro, tendo atingido a produção de 75.000 litros diários; ofício da Associação dos Ex-Alunos do Colégio Militar, congratulando-se com o Instituto pela sua participação na Exposição do Esfôrço de Guerra do Brasil.

Contadores automáticos — Aprova-se, por unanimidade, o parecer do Sr. Moacir Soares Pereira a propósito dos medidores automáticos "Contalkol".

Turmas de julgamento — De acôrdo com o voto do Sr. Castro Azevedo, aprovam-se as emendas propostas pelo procurador F. Rosa Oiticica ao texto da Minuta n.º 22/44.

Transporte — O Sr. Pereira Pinto lê uma exposição a propósito da suspensão da exigência da inscrição do número dos sacos nas notas de remessa. O assunto é debatido, resolvendo-se o seguinte: 1) sustar qualquer providência por parte do I.A.A., no sentido da exigibilidade da inscrição dos números dos sacos nas notas de remessa; 2) incumbir a Secção de Fiscalização e Arrecadação de estudar a possibilidade da numeração dos sacos, para constar da respectiva nota de remessa. O assunto será depois examinado pela Comissão Executiva. No caso de se chegar à conclusão da inexequibilidade da medida, representar ao Fisco Federal.

Liberação — Aprova-se o parecer do Sr. Correia Meyer sôbre a proposta da Secção de Estudos Econômicos para liberação da produção das usinas sub-limitadas.

Aumento de limite — Processo de interêsse de Antônio Faustino de Freitas, Ceará — Resolve-se : a) cancelar uma das inscrições decorrentes dos processos 5.611/40 e 5.627/40, visto constituirem duplicata e referirem-se ao mesmo engenho; b) restituição ao requerente, pela Contabilidade do Instituto, do depósito constante de fls.; c) arquivar o presente processo, tendo em vista o disposto no decreto-lei 6.389 de 30-3-44, e dos que lhe estão anexos.

Inscrição de fábrica de rapadura — Aprovando os pareceres da Secção Jurídica, a Comissão Executiva autoriza o registro das fábricas de rapadura dos interesados abaixo relacionados: Ari Barreto; Luís Angelo do Nascimento (Herds.), João de Paula Belém e Luís da Silva Belém, Joaquim Aires da Silva, Manuel Tomás de Oliveira, Pedro Inácio da Silva, José Alexandre do Vale, Prachedes da Franca Alencar, Alarico Ribeiro Guimarães, José Ramiro Monteiro, Otávio Pereira de Assunção, João Severo do Nascimento, Manuel Benvindo de Menezes, João da Silva Neto.

— A Comissão Executiva, tendo em vista o que dispõe a Resolução n.º 38/42, de 5-8-42, resolve autorizar o registro das fábricas de aguardente e álcool dos interessados abaixo relacionados, deferidos os pedidos constantes dos requerimentos que lhes deram origem :

Fábricas de aguardente — de José Cavalcanti Régis, José Holmes, Oscar de Arruda Beltrão, Edgard de Almeida Nunes, Alexandre Augusto Rodrigues, Manuel Augusto Maia, Malaquias Martins Mendes, José Gobi & Filho, Adolfo Castoldi, Bertoldo Reichert, Bruno Martins Fagundes, Agrícola e Comércio de Madeiras Ltda. (Agrima), Arí Hosken de Oliveira, José Francisco de Oliveira.

Fábricas de Álcool — de Conceição Martins Franco e Antônio Satiro Filho.

Incorporação de quota — Vicente Pereira de Moura — Minas Gerais — Deferido.

Consulta sôbre inscrição de fábrica — Raimundo José de Araujo Costa — Piauí — A Comissão Executiva resolve aprovar o parecer emitido pela Secção Jurídica, determinando que seja cientificado o interessado sôbre o teor do mesmo.

Tributação — Francisco Cândido Vasconcelos — Minas Gerais — Deferido.

Modificação de maquinaria — Joaquim Alves de Carvalho — São Paulo — Deferido.

Modificação de espécie — De açúcar para rapadura — Bento Soares Costa — Minas Gerais — Deferido.

Fornecimento de cana — J. Sobral & Cia. — Sergipe — Manda-se arquivar.

ATOS DO PRESIDENTE DO I. A. A.

O Sr. Barbosa Lima Sobrinho, Presidente do Instituto do Açúcar e do Álcool, despachou os seguintes processos:

ESTADO DE ALAGOAS:

11.135/44 — Usina Brasileiro de Açúcar e Álcool S.A. — Atalaia — Modificação da firma Usina Brasileiro S.A. — Deferido, em 6-9-44.

ESTADO DA BAHIA:

3.146/40 — Antônio Ananias Santos Junior —Alagoinhas — Transferência de Ananias Santos — Deferido, em 6-9-44.

625/43 — Simplício José de Sousa Barreto — Nazaré — 1.º) Baixa de inscrição; 2.º) Permissão para fabricar Mel — Deferido, em 6-9-44.

ESTADO DO CEARA':

4.447/40 — Alfredo Farias — Pacotí — Aumento de limite de rapadura — Arquive-se, em 8-9-44.

L.R. 1.313/40 — Aprígio Silveira (Vva.). — Viçosa — Limitação de engenho rapadureiro — Arquive-se, em 8-9-44.

4.313/41 — Antônio Henrique da Costa — Maria Pereira — Aumento de quota — Arquive-se, em 8-9-44.

4.452/40 — Antônio Teixeira de Farias — Pacotí — Transf. de Manuel Texeira de Farias e aumento de limite de rapadura — Arquive-se, em 8-9-44.

1.764/38 — Coriolano de Sousa Leão — Pacotí — Transferência para Isac Ferreira Sousa — Arquive-se, em 8-9-44.

954/41 — Enéas Corrêa Vieira — Quixeramobim — Aumento de quota de rapadura. Anexo n.º L. R. 1.211/40) Enéas Corrêa Vieira — Arquive-se, em 8-9-44.

6.946/40 — Estêvão Pereira de Azevedo — Guaraní — Aumento de limite de rapadura — Arquive-se, em 8-9-44.

4.357/ 41 — Fausto Gomes — Ubajára — Aumento de quota — Arquive-se, em 8-9-44.

7.161/40 — Feliciano Leandro da Rocha — Viçosa — Aumento de limite de rapadura — Arquive-se, em 8-9-44.

4.568/41 — Francisco A. Linhares Filho — Baturité — Solicita verificação em seus canaviais — Anexo n.º 4.421/40 — Francisco A. Linhares Filho. — Arquive-se, em 8-9-44.

L. R. 1.282/40 — Francisco Bernardes Costa Senador Pompeu — Limitação de engenho rapadureiro — Arquive-se, em 8-9-44.

4.416/40 — Francisco Café — Pacotí — Aumento de limite de rapadura — Arquive-se, em 8-9-44.

6.768/40 — Francisco Carneiro Pessôa — Ubajára — Aumento de quota — Anexo n.º 5.708/40 — Francisco Carneiro Pessôa — Arquive-se, em 8-9-44.

L. R. 1.319/40 — Francisco das Chagas Pindaíba Pacheco (viuva) — Viçosa — Limitação de engenho rapadureiro — Arquive-se, em 8-9-44.

2.755/43 — Francisco Guimarães — Cedro — Venda de maquinaria a Pedro Ribeiro Cardoso — Arquive-se, em 8-9-44.

1.584/41 — Francisco José de Freitas — Quixadá — Aumento de quota de rapadura — Anexo n.º L. R. 1.198/40 — Deferido, em 8-9-44.

870/41 — Isac Ferreira de Sousa — Pacotí — Modificação de registro e aumento de quota de rapadura — Aprovado, em 8-9-44.

L.R. 1.320/40 — João dos Anjos Fontenele — Viçosa — Limitação de engenho de rapadura — Arquive-se, em 8-9-44.

6.916/40 — João Antonio Moreira — Aquiraz — Aumento de limite de rapadura — Arquive-se, em 8-9-44.

L. R. 1.197/40 — João B. da Silveira e Urbano de Medeiros — Quixadá — Limitação de eng. de rapadura e aumento de limite de rap. — Arquive-se, em 8-9-44.

3.420/41 — João Barbosa Carneiro — São Gonçalo — Aumento de quota — Arquive-se, em 8-9-44.

964/43 — João Conçalves de Oliveira — Missão Velha — Transferência para José Denguinho de Santana — Deferido, em 8-9-44.

13.202/44 — José Pedro de Oliveira — Iguatú — Comunica não haver produzido nas safras 1940/41 e 1941/42 — Anexo 13.201/44 — Arquive-se, em 8-9-44.

1.148/42 — João Vitorino da Silva — Joazeiro — Aumento de limite de rapadura — Arquive-se, em 8-9-44.

254/42 — José de Alcantara Vilar — Crato — Aumento de limite de rapadura — Anexo n.º 3.278/40 — Arquive-se, em 8-9-44.

1.119/42 — José Serafim de Oliveira — São Pedro — Aumento de limite de rapadura — Arquive-se, em 8-9-44.

7.249/40 — José Severino da Silva — Cascavel — Aumento de limite de rapadura — Arquive-se, em 8-9-44.

7.391/40 — José da Silva Reis — Cascavel — Aumento de limite de rapadura — Arquive-se, em 8-9-44.

1.160/42 — José Ulísses da Silva Peixoto (Herds.) — Crato — Aumento de limite de rapadura — Anexos nos. 494/40 e 168/41 — Arquive-se, em 8-9-44.

L.R. 1.271/40 — José Vanderlon Cavalcante — São Mateus — Limitação de engenho de rapadura — Arquive-se, em 8-9-44.

7.388/40 — Samuel Bedê (Herds.) — Cascavel — Aumento de limite de rapadura — Arquive-se, em 8-9-44.

4.356/41 — Mozart Viana do Amaral — São Gonçalo — Aumento de quota — Anexo n.º L.R. 1.168/40 — Manuel Cunha Leite — Arquive-se, em 8-9-44.

L.R. 1.311/40 — Miguel Alves de Almeida — Ubajara — Limitação de engenho de rapadura — Arquive-se, em 8-9-44.

4.363/41 — Miguel Barbosa de Araujo — Quixeramobim — Aumento de quota — Arquive-se, em 8-9-44.

L. R. 1.365/40 — Raimundo Gomes de Jesus — Cachoeira — Limitação de engenho de rapadura — Arquive-se, em 8-9-44.

498/41 — Raimundo Napoleão de Macedo — Ubajara — Aumento de quota de rapadura — Arquive-se, em 8-9-44.

L. R. 1.195/40 — Monsenhor Raimundo de Oliveira — Pedra Branca — Limitação de engenho de rapadura — Arquive-se, em 8-9-44.

7.339/40 — Raimundo Ribeiro Bessa — Cascavel — Aumento de limite de rapadura — Arquive-se, em 8-9-44.

233/42 — Vicente Frandelino Leite — Aurora — Transferência de engenho para Cícero José do Nascimento e aumento de limite. Anexo L. R. 1.331/40 — Deferido, em 8-9-44.

4.301/41 — Vicente Gomes do Prado — Campo Grande — Aumento de quota — Anexo n.º 101/42 — Arquive-se, em 8-9-44.

DISTRITO FEDERAL :

29.846/44 — Cantídio Drumond Filho — Capital — Solicita certidão em relatório, das peças do processo n.º 273/43, anexo — Deferido, em 23-8-44.

28.878/44 — Alvaro Moura — Distrito Federal — Justificação para inscrição de comércio de açúcar — Anexo n.º 30.352/44 — União Com. Varejistas — Deferido, em 6-9-44.

2.400/36 — José de Jesus Bizarria — Itaperuna — Inscrição e modificação de inscrição — Deferido, em 6-9-44.

21.171/44 — Sebastião José da Silva — Três Rios — Devolução de Escritura — Anexo n.º 2.173/38 do mesmo — Deferido, em 6-9-44.

ESTADO DE MINAS GERAIS :

3.980/42 — Antônio Jó da Cruz — Ferros — Remoção de engenho para o município de Guanhães — Deferido, em 6-9-44.

258/43 — Anselmo Ferreira de Matos — Frutal — Transferência de engenho para Paulo Quirino Vasconcelos — Deferido, em 6-9-44.

13.484/44 — Antônio Augusto da Silva — Ervália — ex-Erval) — Transferência p/Salvador Rodrigues de Lana — Deferido, em 9-4-44.

1.580/44 — Antônio Domingos de Lima — Altinópolis — Transferência de engenho para José Bernardes Pereira — Deferido, em 6-9-44.

15.650/44 — Antônio Joaquim de Castro — Pedralva — ex Pedra Branca) — Transferência de engenho para Alcides Moreira Carneiro — Deferido, em 6-9-44.

7.091/44 — Antônio José da Silveira — Mar de Espanha — Transferência de engenho para Cristovão Otaviano de Sousa e Antônio Otaviano de Sousa — Deferido, em 6-9-44.

410/43 — Antônio Lanini — São João Nepomuceno — Transferência para Marieta Lanini Neves — Deferido, em 6-9-44.

4.622/43 — Antônio Luís Vinhal — Carmo do Paranaiba — Transferência de engenho para Francisco Luís Vinhal Sobrinho — Deferido, em 6-9-44.

4.673/43 — Antônio Marcelino de Freitas — D. Silvério — Transferência de engenho para Altivo de Oliveira Rocha — Deferido, em 6-9-44.

4.631/43 — Antônio Pereira Rodrigues Correia — Janária — Transferência para Vicênte Alves de Melo — Deferido, em 6-9-44.

2.189/43 — Antônio Pinto Monteiro de Rezende — Juiz de Fóra — Transferência para Afonso Malatesta — Deferido, em 6-9-44.

3.857/42 — Antônio Rosa de Sousa — Manhuassú — Transferência de engenho para Januário Bento da Costa — Deferido, em 6-9-44.

7.222/44 — Antônio da Silveira Guimarães — Caratinga — Transferência de engenho para José Procópio da Costa — Deferido, em 6-9-44.

4.272/43 — Antônio Simplício Mariano — Rio Branco — Transferência de engenho para José de Sousa Mariano — Deferido, em 6-9-44.

13.268/44 — Augusto Gomes de Freitas — Paranhos (ex Rio Branco) — Transferência para Carolina Maria da Silva — Deferido, em 6-9-44.

1.922/42 — Francisco Ribeiro de Oliveira — Uberlândia — Transferência de engenho para Ribeiro & Cia. — Deferido, em 6-9-44.

3.788/43 — Gil Prata — Conceição das Alagôas) Transferência para Adolfo Batista Pena — Deferido, em 6-9-44.

2.624/44 — Geraldo da Silva Araujo — Mar de Espanha — Transferência de engenho para Pedro da Silveira Louro — Deferido, em 6-9-44.

3.789/43 — Hadad & Mitre — Oliveira — Alteração de firma para Usina Oliveira Ltda. e inscrição do mesmo — Aprovado, em 6-9-44.

3.790/43 — Heleodoro José de Araujo — Conceição das Alagoas — Transferência para João Nassif Miziara — Deferido, em 6-9-44.

144/43 — Henrique Vieira Monte Belo — Transferência de engenho para Joaquim Vicente Martins — Deferido, em 6-9-44.

5.637/41 — João Alves da Costa ou Eulália Maria de Jesus — Dôres de Indaiá — Transferência para Antônio Justiniano de Medeiros — Deferido, em 6-9-44.

3.300/39 — João Dias Bicalho Filho — Teixeiras — Transferência de engenho para Manuel Mariano Machado — Deferido, em 6-9-44.

1.084/44 — João Barra Pontes — Conceição das Alagoas — Transferência para Carlos Barra Pontes e Luciano Barra Pontes — Deferido, em 6-9-44.

6.644/44 — João Lopes da Cunha Primo — Passos — Transferência de engenho para Caetano Machado Filho — Arquive-se, em 6-9-44.

3.821/39 — João Moreira Pacheco — Sabinópolis — Cancelamento de inscrição — Anexo n.º 7.344/35 — João Moreira Pacheco — Arquive-se, em 6-9-44.

1.903/40 — João Vicente Gonçalves — Botelhos — Baixa de inscrição — Anexo n.º 5.873/40 — do mesmo — Arquive-se, em 6-9-44.

173/41 — José Antônio Lopes — Viçosa — 1.º) Transferência de quota para Antoneli Bhering; 2.º) Transferência de engenho para Joaquim Fernandes Braga — Anexos Ns. 4.384/42 e 2.839/43 de Antoneli Bhering — Deferido, em 6-9-44.

1.370/41 — José Arena — Muriaé — Transferência de engenho de Joaquim Estrelano Ferreira Braga — Anexo L.R. 7.934/41 — Deferido, em 6-9-44.

ESTADO DA PARAÍBA:

6.259/41 — Otacílio Lira Cabral — Guarabira — Aumento de limite de engenho — Anexo n.º 6.257/41 — Otacílio Lira Cabral — Arquive-se, em 8-9-44.

ESTADO DE PERNAMBUCO:

28.507/44 — Cincinato José da Silva (Herds). Garanhuns — Baixa de inscrição de engenho — Deferido, em 8-9-44.

28.520/44 — Companhia Agrícola Bamburral — Amaragí — Modificação do nome da firma para Usina Bamburral S. A. — Deferido, em 8-9-44.

28.516/44 — Daví Albuquerque — Timbaúba — Transferência de engenho para Manuel Ferreira da Costa Azevedo — Arquive-se, em 8-9-44.

28.517/44 — Gustavo Veloso Borba — Aliança — Transferência de engenho para José Pacheco de Araujo — Deferido, em 8-9-44.

28.510/44 — José Paulino de A. Melo — Timbaúba — Transferência de engenho para Alfredo Pereira Campos — Deferido, em 8-9-44.

28.511/44 — Manuel Cavalcanti de Albuquerque Vanderlei (Esp.) — Nazaré — Transferência para Josefina Guerra Cavalcanti — Anexo n.º 28.512/44 — Deferido, em 6-9-44.

28.502/44 — Miguel Calado Borba — Canhotinho — Averbação de transferência para João Correia de Melo — Deferido, em 6-9-44.

3.044/43 — Severino de Aquino Lima — Cabo — Substituição de maquinaria — Arquive-se em 6-9-44.

ESTADO DO PIAUÍ:

4.818/42 — Maurício de Barros e Silva — Valença — Transferência de engenho para João Pereira de Sousa — Deferido, em 6-9-44.

L.R. 1.533/40 — Miguel de Arêa Leão — São Pedro — Limitação de engenho rapadureiro — Arquive-se, em 6-9-44.

ESTADO DE SÃO PAULO:

1.843/42 — Angelo Lucas & Filhos — Capivarí — Transferência de engenho para Daví Coleti & Filhos — Anexo N.º 2.215/36 — Deferido, em 8-9-44.

8.496/44 — Antônio Alves dos Santos — Natividade — Devolução de documentos — Arquive-se, em 8-9-44.

11.142/44 — Antônio Florêncio Junior — Pirajuí — Arrendamento de fábrica a José Florêncio Ribeiro —, Deferido, em 8-9-44.

824/43 — Antônio Justino de Figueiredo — Altinópolis — Transferência de engenho para Fábio Meireles Alves — Deferido, 8-9-44.

3.597/41 — Francisco Pegorer & Filhos — Sta. Cruz do Rio Pardo — Modificação de firma — Deferido, 8-9-44.

3.065/43 — J. Placa & Irmãos — Transferência de engenho para Angelo Placa & Irmãos — Deferido, em 8-9-4.

DECISÕES ADMINISTRATIVAS

MINISTERIO DO TRABALHO INDUSTRIA E COMERCIO

Serviço de Comunicações

N.º 205.187 (P.84) (A. 141) (D. 2-9-) — O Sindicato da indústria do Açúcar do Estado do Rio de Janeiro e demais signatários solicitam prorrogação de prazo para apresentação da declaração de 2/3, em face de êrro existente na publicação oficial da Consolidação das Leis do Trabalho, ao fixar o aludido prazo para a entrega das relações de empregados. Vossa Excelência já indeferiu idêntico pedido da Associação Comercial de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul, aprovando o meu parecer exarado no MTIC n.º 199.416-44. Sem dúvida, o êrro de impressão a que aludem os interessados foi oportunamente corrigido pelo Decreto-lei n.º 6.353, de 20 de março do corrente ano — com três meses de antecedência do término do prazo. Demais, intensa divulgação foi feita sôbre a obrigatoriedade da entrega das declarações no prazo fixado. A prorrogação solicitada, além de desorganizar os serviços de fiscalização, prepararia ambiente desfavorável ao próprio prestígio do poder público, porquanto a mesma prorrogação só se justifica em caráter excepcional, por comprovados motivos de impossibilidade de cumprimento da lei — o que, evidentemente, não se verifica no presente caso. Opino, pois, pelo indeferimento do pedido. **Brígido Tinoco.** Assistente Técnico. — Aprovo. Transmita-se e arquíve-se. — **Alexandre Marcondes Filho.**

(D.O., Rio, 6-9-44.)

Expediente do Sr. Ministro

Dia 31 de agôsto de 1944 (aditamento)

214.133 (P. 52) (A. 152) (D. 11-9) — Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho. — Vistos e relatados os presentes autos, nos quais o Sr. Diretor do Serviço de Estatística da Previdência do Trabalho, expõe a S. Ex.ª o Sr. Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio a situação dos empregados de usinas de açúcar que tiveram seus salários, em certos casos, reduzidos, por fôrça de dispositivos legais que autorizam os empregadores a proceder descontos de utilidades naqueles mesmos salários; Considerando que a questão pode ser resumida na seguinte indagação: A promulgação de uma lei protetora do trabalho pode determinar, mesmo em condições peculiares, a não concessão dos benefícios que cria ou a diminuição dos já existentes? Por certo que não. Essa é a lição dos mestres do Direito do Trabalho, da jurisprúdência dos tribunais, da doutrina firmada pelas autoridades administrativas e, sobretudo, conseqüência da política social adotada pelo Govêrno; Foignet e Dupont (Législation industrielle. — 1925, págs. 284), doutrinando a respeito da ação da lei nova sôbre os contratos de trabalho vigentes à data de sua publicação, ensinam: — "Em caso algum o salário referente ao tempo, que se segue à aplicação de lei reguladora, pode ser inferior àquele pago no tempo, ou seja, no dia da publicação da lei". Outro não é o pensamento do ilustre Oliveira Viana, quando, em parecer sôbre a lei de duração do trabalho, firmou o seguinte princípio, que não encontro razões para não ser aplicado aos demais estatutos do Direito Social: "A lei foi feita para proteger o trabalhador contra o "surmenage" e o excesso de trabalho". Ora, se foi por lei impôsto ao trabalhador um regime de trabalho mais reduzido, é claro que esta redução não pode resultar em seu desfavor. Daí o princípio de que a redução do tempo de trabalho não importa numa redução proporcional dos salários pagos até então". Chamado a dizer sôbre o caso concreto, sem dúvida, porque trata igualmente de uma lei de proteção, diria o douto sociólogo: "A lei foi feita para proteger o trabalhador contra a remuneração deficiente, contra o salário-miséria, de modo a garantir para si e sua família os meios mínimos de subsistência. Ora, se foi por lei assegurado ao trabalhador um mínimo de remuneração, para garantir as suas necessidades vitais, é claro que não pode resultar dessa lei ou de outra uma infringência à cota considerada vital". Assim entende e opina a Comissão Permanente de Legislação do Trabalho, deixando, todavia, claro que as questões individuais ou coletivas são da competência da Justiça do Trabalho. — **Oscar Saraiva**, Presidente. — **Durval Lacerda, Relator.** Arquive-se à vista do parecer, do qual se enviará cópia ao Conselho Nacional do Trabalho. — **Alexandre Marcondes Filho.**

("D. O.", Rio, 19-9-44.)

Serviço de Comunicações

N.º 216.125 (P.84(11) (A.021.1) (D.15-9). — Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do do Açúcar, de Juiz de Fora, solicitando aprovação de sua nova Diretoria e Conselho Fiscal. — Como parece ao Departamento Nacional do Trabalho e na conformidade das instruções contidas na Portaria Ministerial SCm 338 de 31 de julho de 1940, aprovo as eleições realizadas no "Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar, de Juiz de Fora", para a constituição da respectiva administração fiscal — que autorizo seja empossada dentro do prazo de trinta dias após a publicação oficial do presente despacho, de acôrdo como o art. 532 da Consolidação das Leis do Trabalho, observada a seguinte discriminção para os cargos: **Diretoria** — Presidente: Paulo Jacinto Barbosa. 1.º Secretário: Gonçalo Rodrigues de Matos. 2.º Secretário: José Armindo de Alvarenga. 1.º Tesoureiro: Ezequiel Medeiros. 2.º Tesoureiro: José Faustino da Costa. **Suplentes da Diretoria** — Ve-

nuto Luiz Lorenzato, José Alves Filho, Homero Sátiro, José Henriques, João Francisco Régis, Francisco Krempser. **Conselho Fiscal** — Geraldo Magela da Costa, Sebastião Armindo Alvarenga, Severino Corrêa de Melo. **Suplentes do Conselho Fiscal** — José Pio de Oliveira, Nestor Fernandes, Christino Gomes Queiroz. — (A.M.F.).

(D.O., 23-9-44.)

212.060 (P. 84) (21) (A.07) (D.20-9) — Dirige-se a êste Ministério o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar de Capivarí, a fim de consultá-lo sôbre a situação dos chamados "colonos" em relação às usinas de cana. Preliminarmente, opino pela incompetência dêste Ministério para conhecer das questões em que sejam parte essa categoria de trabalhadores e as usinas de cana de açúcar. Já no processo MTIC-163.700, despachou V. Ex.ª, recomendando ao Departamento Estadual do Trabalho no sentido de que não interviesse nos litígios surgidos entre lavradores de cana, fornecedores ou colonos e as usinas respectivas, despacho êsse publicado no "Diário Oficial" de 27 de janeiro do corrente, página 1.456. Para tal fim, nos têrmos expressos do art. 5.º do Decreto-lei n. 3.855, de 21 de novembro de 1941 e do art. 4.733, de 23 de setembro de 1942, o órgão competente para conhecer e regular essas questões é o Instituto do Açúcar e do Álcool. — **Evaristo de Morais Filho,** Assistente Técnico. — Aprovo. Transmita-se e arquive-se. — **Alexandre Marcondes Filho.**

(D.O., 30-9-44.)

CORRDENAÇÃO DA MOBILIZAÇÃO ECONOMICA

Gabinete do Coordenador

PORTARIA N.º 274, DE 8 DE SETEMBRO DE 1944

Extingue o cargo de Assistente Especial para o transporte e armazenamento de álcool no Nordeste.

O Coordenador da Mobilização Econômica, usando das atribuições que lhe confere o Decreto-lei n.º 4.750, de 28 de setembro de 1942, resolve extinguir o cargo de Assistente Especial da Coordenação da Mobilização Econômica para o transporte e armazenamento de álcool no Nordeste, criado pela Portaria n.º 53, de 9 de abril de 1943. — **Anápio Gomes.**

(D. O., 9-9-44.)

PORTARIA N.º 275, DE 8 DE SETEMBRO DE 1944

Dispensa

O Coordenador da Mobilização Econômica, usando das atribuições que lhe confere o Decreto-lei n.º 4.750, de 28 de setembro de 1942, resolve dispensar o químico Anibal Ramos de Matos, do cargo de Assistente Especial, para o transporte e armazenamento de álcool no Nordeste, em vista de ter sido o mesmo extinto pela Portaria n.º 274, de hoje datada.

Em 8 de setembro de 1944 — **Anápio Gomes.**

(D.O., Rio, 11-9-44.)

ORDEM DE SERVIÇO N.º 40

Dispensa

O Coordenador da Mobilização Econômica, usando das atribuições que lhe confere o Decreto-lei n.º 4.750, de 28 de setembro de 1942, resolve dispensar, a pedido, o Engenheiro Antônio Rodrigues de Azevedo das funções de Secretário Geral da Comissão de Racionamento de Combustíveis Líquidos e Sólidos de São Paulo.

Em 15 de setembro de 1944. — **Anápio Gomes.**

Designação

O Coordenador da Mobilização Econômica, usando das atribuições que lhe confere o Decreto-lei n.º 4.750, de 28 de setembro de 1942, resolve designar o Dr. José Carlos Machado Nogueira para Secretário Geral da Comissão de Racionamento de Combustíveis Líquidos e Sólidos de São Paulo.

Em 15 de setembro de 1944. — **Anápio Gomes.**

(D.O., Rio, 18 de setembro de 1944.))

PAGAMENTO DE CANA, EM PERNAMBUCO

Afim de estudar e debater o ante-projeto para pagamento de cana em Pernambuco, elaborado pela Secção de Estudos Econômicos do I.A.A., esteve reunida, em fins de agôsto passado, a Associação dos Fornecedores de Cana daquele Estado.

A reunião esteve concorrida e os debates sôbre o trabalho em aprêço decorreram num ambiente sereno e cordial, procurando-se, por sugestão de alguns presentes, chegar a uma fórmula conciliatória, com a introdução no ante-projeto de algumas modificações, que consubstanciariam o ponto de vista dos fornecedores pernambucanos.

O Sr. Novais Filho teceu considerações sôbre o assunto, salientando a importância do mesmo e dizendo da necessidade de estudo mais ponderado para uma solução definitiva e harmonizadora.

Propôs fôsse nomeada uma comissão para o estudo do ante-projeto, a qual ficou assim constituida: Srs. Gonzaga Maranhão, Antônio Alves de Araujo, Manuel Caldas, José Vieira de Melo, Benedito Coutinho, Amaro Cavalcanti e Mário Lins e Melo.

O CASO DAS USINAS JUNQUEIRA

Na sessão efetuada pela Comissão Executiva do I.A.A., a 13 de setembro último, o Sr. Barbosa Lima Sobrinho submeteu à Comissão Executiva a nova situação criada pelas Usinas Junqueira, em face das Resoluções aprovadas e em execução. Concedido às Usinas um prazo para iniciarem o recebimento de canas pela balança Nova Java e estando o mesmo prestes a se esgotar, consultado pelo Procurador do Instituto, limitou-se a determinar-lhe cumprisse a deliberação da Comissão Executiva.

S. S.ª deu em seguida a palavra ao Sr. Chefe da Secção Jurídica, para que expusesse os fatos que se sucederam.

O Dr. Vicente Chermont de Miranda começou relatando os antecedentes do caso e as últimas decorrências. Decidira a Comissão Executiva, no mês anterior, notificar novamente, e pela terceira vez, as Usinas Junqueira a receberem, dentro do prazo de quinze dias, as canas dos seus fornecedores, que normalmente, as entregavam pela balança aludida. A primeira notificação fôra feita quando da Resolução originária sôbre o assunto. A segunda pelo Procurador Dr. Paulo Belo. Não a cumpriram as Usinas e até a impugnaram. O prazo da última, que objetiva atender à necessidade de se aparelhar a notificada para receber as canas, terminaria no dia 6 de setembro. Entretanto — continuou o Dr. Chermont de Miranda—, a 31 de agôsto, recebera do referido Procurador um telegrama, informando que as Usinas Junqueira acabavam de comunicar, verbalmente, ao Presidente da associação local de fornecedores que não considerariam recebidas as canas do núcleo Nova Java na respectiva balança. Admitiriam, entretanto, a pesagem nessa balança e o recebimento nas denominadas Japonêsa e Serrinha. Adiantavam que essa atitude podia ser transmitida ao Procurador do Instituto.

Comunicando os têrmos do telegrama ao Sr. Presidente do I.A.A., acrescentara que o momento em que se consideram as canas efetivamente entregues ao recebedor é fixado pelo próprio Estatuto da Lavoura Canavieira, no art. 20, nos seguintes têrmos :

> "As canas considerar-se-ão entregues ao recebedor, a partir da respectiva pesagem".

Nessas condições e existindo texto legal expresso sôbre o assunto, não lhe parecia que pudesse o mesmo ser tornado sem efeito pela simples vontade das partes. Acrescia que a respeito existia decisão da Comissão Executiva, devidamente publicada, reafirmando o mesmo princípio.

Por outro lado, afigurava-se-lhe irregular o modo pelo qual as Usinas procediam, comunicando suas "decisões" ao representante do Instituto através de terceiros, ao invés de dirigirem-se ao mesmo diretamente.

Pediam ao Sr. Presidente lhe informasse se devia manter as instruções dadas ao Dr. Paulo Belo, no sentido de cumprir integralmente a decisão da Comissão Executiva, relativa ao recebimento de canas na balança Nova Java.

O Sr. Presidente despachara: "Faça cumprir a decisão da Comissão Executiva".

Nêstes têrmos, telegrafara ao Dr. Paulo Belo, que já levara instruções. As Usinas, pela comunicação feita ao Procurador do Instituto, pareciam dispostas a efetuar a pesagem na balança Nova Java, apenas discutindo o momento do recebimento. Era, portanto, de crer que comparecessem para realizar aquêle ato. Entretanto, como até o dia 5, véspera do prazo concedido para início do recebimento das canas, não tivessem tomado as providências que o possibilitasse, foram os reclamantes à fábrica pedir que lhes entregasse as correntes habitualmente utilizadas nesse mistér. Com surprêsa, ouviram a declaração de que as Usinas não satisfariam ao pedido, a menos que o fornecimento fôsse feito pela balanqa Japonêsa. Dirigiram-se, então, ao Procurador do Instituto pedindo-lhe tomasse as providências que garantissem o cumprimento da Resolução da Comissão Executiva.

Como as Usinas se vêm negando a receber as notificações do Instituto e pôr-lhes o "ciente", foi-lhes expedida uma notificação telegráfica, com cópia, comunicando-lhes que o início do recebimento das canas na balança Nova Java deveria ter lugar no dia 7 de setembro, às 8 horas da manhã, momento em que êle, Procurador, estaria presente para verificar a entrega das canas pelos fornecedores e o recebimento pelas Usinas. Na mesma ocasião eram as Usinas intimadas a colocar a balança em condições de funcionar. O prazo terminava a 6. Como, porém, a notificação só fôra feita a 5, julgou prudente o Dr. Paulo Belo conceder 24 horas para o seu cumprimento.

Recebera, porém, a 12 do mês em curso, outro telegrama do mesmo Procurador em que expunha :

> "No dia e hora determinados, os fornecedores entregaram as canas na balança citada, sendo que as Usinas recusaram o recebimento, visto não terem recebido as canas. A balança Nova Java, apesar de se acharem as Usinas notificadas a pô-la em condições de recebimento das canas, se encontrava com a porta de acesso obliterada por uma construção de alvenaria, sendo necessário desobstruí-la, afim de efetuar a pesagem das canas dos fornecedores. A desobstrução da porta foi efetuada em presença das principais autoridades locais, lavrando-se de tudo o competente têrmo".

A diligência, além de devidamente testemunhada em tôdas as suas fases, acha-se autenticada por diversas fotografias. A porta da balanca foi novamente obstruída pela mesma alvenaria, ficando no estado em que se encontrava.

Relativamente ao financiamento da safra dêsses fornecedores, recebera também do menciona-

CONTRÔLE DA DISTRIBUIÇÃO DO AÇÚCAR EM CURITIBA

A "Gazeta do Povo", de Curitiba, edição de 31 de agôsto último, publicou o seguinte :

"Com o fito de sanar uma série de irregularidades que se vinham verificando na distribuição de açúcar aos varejistas desta Capital, a Comissão de Abastecimento do Estado do Paraná resolveu instituir o processo de fichas, que serão distribuídas aos negociantes, de acôrdo com suas relações, nas quais constem os nomes dos consumidores. Tornou-se premente essa necessidade em virtude de indivíduos sem escrúpulos estarem com seus nomes inscritos em diversas relações de diferentes varejistas, locupletando-se, assim, com o açúcar que, de direito, pertencia a outrem. Buscando esclarecimentos a respeito, fomos procurar, na sede da Comissão de Abastecimento, o Sr. João Osvaldo Fonseca, atualmente respondendo pela diração da mesma em vista do Dr. Lauro Schleder estar ausente da cidade.

Recebidos gentilmente, esclareceu-nos o Sr. João Osvaldo Fonseca o seguinte: "Visando a racionalização da distribuição de cotas aos varejistas de Curitiba, instituímos o regime de cartões, que a êle serão distribuídos, levando em conta o número de consumidores de seus estabelecimentos comerciais. Duas grandes vantagens imediatas advirão dêsse sistema : primeiramente, não poderá haver mais ludíbrio por parte de pessoas que faziam constar seus nomes em mais de uma relação de comerciantes, dado o contrôle alfabético que será imprimido às fichas, e, em segundo lugar não mais será possível a evasão do açúcar destinado à nossa cidade o que anteriormente estava sucedendo, com o fornecimento ilegal a municípios vizinhos, como Tamandaré, Campo Largo, São José dos Pinhais etc. Curitiba possui, atualmente, cêrca de 130 mil habitantes. Com a cota de quilo e meio para cada habitante, bastariam pouco mais de duzentos mil quilos para o seu completo abastecimento. No entanto, com a venda para êsses municípios vizinhos, nem 400 mil quilos eram suficientes, acarretando grande **deficit** para nossa cidade. Tudo isto, agora, será perfeitamente sanado.

Pensamos começar a distribuição das fichas hoje mesmo e, dentro de três dias, no máximo, já estarão completamente distribuídas". Em seguida o Sr. João Osvaldo Fonseca cedeu-nos uma das fichas a serem distribuídas. Um dos lados do impresso, destina-se às informações que o responsável deverá prestar, tais como: nome do responsável, residência, idade, condição no domicílio dos demais co-locatários, sendo expressa por "espôsa" "filha", "empregada", etc. Nessas mesmas instruções elucida-se que o número de cotas é igual ao número de pessoas, que o valor das mesmas será arbritado pela Superintendência da Comissão de Abastecimento em função do estoque existente e que a cota suplementar será destinada aos casos de doença, hóspedes temporários, etc.

As informações falsas não só acarretarão a supressão da cota como também as punições legais que fôrem cabíveis.

Terminando suas declarações, o Sr. João Osvaldo Fonseca declarou-nos que já se encontram em Paranaguá, esperando transporte para esta Capital, duzentos mil quilos de açúcar para pronta distribuição.

---

do Procurador um telegrama em que lhe comunicava que, em data de 9 dêste mês, efetuara o pagamento da primeira parcela do financiamento dos fornecedores da balança Nova Java, de acôrdo com a decisão da Comissão Executiva. Os fornecedores — acrescentava o despacho telegráfico — esperavam a solução definitiva do caso "Nova Java", visto as Usinas se manterem irredutíveis na recusa do recebimento naquela balança.

Acrescentou o Chefe da S. Jurídica que foram excluídos do financiamento dois ou três fornecedores daquela região, porque estão fornecendo canas às Usina Junqueira, conforme foi constatado em vistoria a que se procedera nos livros da Emprêsa.

O Sr. Cassiano Maciel indagou se já foi obtida das Usinas a relação dos lavradores do núcleo da balança Nova Java aos quais efetuou, com redução, o pagamento da diferença das canas fornecidas na safra 1943/44.

O Sr. Corrêa Meyer esclareceu que aguarda essas informações.

O Dr. Chermont de Miranda declarou que as Usinas Junqueira, convidadas pelo Procurador do I.A.A. a indicar os fornecedores a quem haviam efetuado êsse pagamento, recusaram-se a atender ao convite. Determinada a vistoria nos livros da Emprêsa, esta informava, verbalmente, que nada constava a respeito em seus livros, porque tôdas as importâncias haviam sido confiadas ao seu contencioso, em nome do Dr. Camilo de Matos, a quem estava afeto o assunto.

Acrescentou o Sr. Cassiano Maciel que, nos têrmos da última Resolução da Comissão Executiva, se dirigira aos fornecedores daquele núcleo e dêles obtivera a aquiescência para o consêrto da estrada de rodagem que passa pelas suas terras, e até para a construção de uma linha férrea, em reta, até a balança Serrinha, no percurso de três quilômetros, concedendo para isso a necessária servidão.

O Sr. Presidente resumiu tôdas as tentativas de entendimentos processadas entre o Instituto e as Usinas Junqueira, submetendo à consideração da Comissão Executiva os atos do Procurador Dr. Paulo Belo. Já estão surgindo acusações ao seu procedimento e desejava ouvir os Srs. Delegados sôbre se entendem que êsse funcionário apenas cumpriu as instruções que lhe foram dadas, ou exorbitou de suas atribuições.

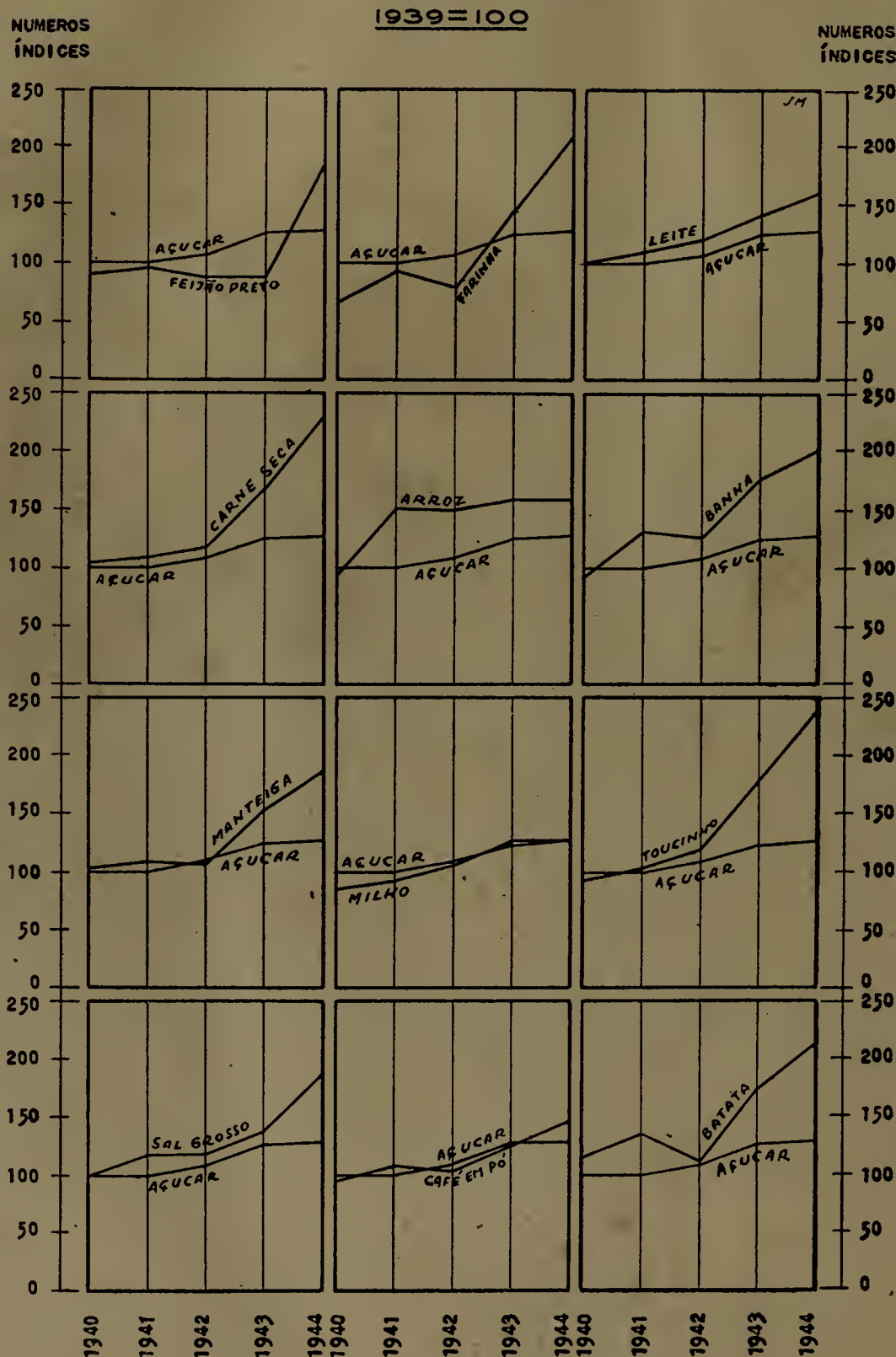
Após considerações feitas pelos Srs. Corrêa Meyer, J. Bezerra Filho e Chermont de Miranda, a Comissão Executiva aprovou, por unanimidade, a ação do Procurador do Instituto, Dr. Paulo Belo.

PREÇOS DO AÇÚCAR NA SAFRA 1944/45

Por ocasião dos debates para fixação dos preços do açúcar no plano de defesa da safra 1944/45, votado em junho último, a Secção de Estudos Econômicos do I.A.A. apresentou a seguinte exposição ao Presidente dêste órgão:

A MAJORAÇÃO DO PREÇO DO AÇUCAR

1. **Preliminares** — Após os necessários entendimentos com o Chefe do Serviço de Abastecimento da Coordenação da Mobilização Econômica, a Comissão Executiva do I. A. A. resolveu submeter à apreciação daquele órgão uma minuta de Resolução sôbre o plano da safra 1944/45, em que se destacam substancialmente as seguintes medidas:

a) — Aumento de Cr$ 80,00 para Cr$... 88,40, do preço do saco de açúcar em Campos; e fixação, partindo dessa base, do preço nos demais centros produtores;

b) — Moderação do encargo que, para o produtor, representa a quota de sacrifício do Distrito Federal. Segundo a fórmula apresentada para êsse fim, o consumo doméstico da Capital da República passaria a ser suprido com o tipo refinado extra a Cr$.. 2,00 o kg e com o tipo primeira a Cr$ 1,50 o kg. Êsses preços foram reduzidos para Cr$ 1,40 e Cr$ 1,80, respectivamente.

Essas medidas foram alvitradas após o demorado exame das duas ordens de interêsses sempre presentes em questões de preços: o interêsse do produtor e o do consumidor. Trataremos de cada uma delas.

— OSCILAÇÕES DOS PREÇOS DO AÇÚCAR EM CONFRONTO COM OS DE OUTROS GÊNEROS DE 1ª NECESSIDADE —

1939=100

O INTERESSE DO PRODUTOR

2. **Os apelos** — Há vários meses vem o Instituto recebendo solicitações insistentes no sentido de ser majorado o preço do açúcar nos centros produtores. Alguns memoriais e exposições, como os dos agricultores e industriais de Ponte Nova, chegam a se revestir da forma de apelos desesperados. As alegações fundamentais são as de que os preços vigorantes na safra 1943/44 não guardam a correspondência com os custos de produção existentes naquela safra e, principalmente, com os estimados para a safra 1944/45.

O assunto não podia deixar de ser objeto de exame atencioso. Se fôssem procedentes as razões invocadas, a produção de açúcar e álcool poderia sofrer um colapso ou, numa hipótese melhor, deixar de desenvolver-se na medida das necessidades nacionais. E trata-se da produção de dois elementos da maior importância à vida econômica nacional: um por ser gênero alimentício, o outro por ser combustível e matéria prima para indústrias essenciais.

Êsses memoriais dos interessados desciam à discriminação dos aumentos nas despesas de producão. Resumiremos os que nos parecem mais objetivos.

3. **Exposição da Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco.** Em exposição que foi amplamente divulgada, o presidente da Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco apresentou no seguinte quadro os aumentos verificados em despesas que incidem sôbre a produção açúcareira :

QUADRO COMPARATIVO DOS PREÇOS DE MATERIAIS DE CUSTEIO E APONTAMENTO DAS USINAS DE AÇUCAR EM 1943 E EM 1944

Material agrícola :		Em abril/1943	Em abril/1944
Adubo (de algodão)	Ton.	580,00	850,00
Enxadas	Uma	10,00	18,00
Foices de roçar	"	7,00	15,00
Grampos de cêrca	Kl	6,20	18,00
Arame farpado	Rolo	190,00	450,00
Boi de serviço	Um	800,00	1.800,00
Burro de serviço	"	700,00	1.500,00
Material de estrada de ferro e locomoção :			
Dormentes	Um	10,00	16,00
Grampos para trilhos	Kg	6,00	9,50
Parafusos para estrada de ferro	"	7,00	10,00
Pás	Uma	22,00	60,00
Lenha	Mt. 3	15,00	25,00
Lubrificantes :			
Graxa comum			
Óleo 648	Kg	5,00	10,00
Óleo 513	"	3,30	5,30
	"	3,95	6,10
Material para apontamentos :			
Carvão para fundição	Kg	1,20	1,80
Enxofre	"	1,20	2,50
Chapas de ferro	"	15,00	27,00
Saco de algodão	Um	3,80	5,00
Cano galvanizado	Pé	11,00	26,00
Gacheta	Kg	35,00	80,00
Parafusos	"	11,00	30,00
Tubos para caldeira	Um	900,00	1.800,00
Varões de ferro	Kg	3,00	12,00
Electrodos para solda	"	15,00	40,00
Fio magnético	"	30,00	50,00

Dificilmente se poderia calcular o quanto representa a incidência dessas majorações por unidade de produção. Mas, pode-se asseverar que o aumento de custo resultante seria de molde a só poder ser compensado com um acréscimo violento dos preços. Aumento que seria, em realidade, muitas vêzes superior ao que foi alvitrado.

4. **Elementos fornecidos pelos produtores —** Dos elementos fornecidos pelos industriais individualmente, demos maior atenção aos provenientes das usinas mais idôneas,, seja do ponto de vista moral, seja sob o aspecto técnico — o da respectiva organização contábil.

De uma dessas usinas, temos o seguinte quadro, onde são discriminadas as diversas rubricas do custo de produção em 1943/44 em confronto com as que foram estimadas para a safra 1944/45.

DEMONSTRAÇÃO DE CUSTO DE FABRICAÇÃO DE AÇÚCAR
Safras 1943/4 e 1944/5

Fabricação de açúcar	1943/4	1944/5
Canas	7.380.464,50	8.487.534,20
Transporte de canas	374.042,60	430.149,00
Reparos do material rodante	229.641,60	395.237,50
Conservação da linha férrea	226.710,90	303.392,70
Fabricação	1.346.906,00	1.548.941,90
Sacos	830.821,60	1.472.604,00
Reparos da fábrica	1.119.102,70	1.561.458,70
Reparos de casas	234.112,40	269.229,20
Caminhões	82.067,80	133.489,70
Administração da usina	237.716,80	273.374,30
Despesas diversas — Campos	909.410,90	1.015.692,40
Despesas diversas — Rio	736.308,60	780.015,70
Diversas despesas	102.970,90	113.268,00
Ordenados técnicos	268.149,30	268.149,30
Devedores duvidosos	129.816,40	60.000,00
Depreciação	1.231.560,90	1.231.560,90
Taxa de açúcar	760.845,40	760.845,40
Caixa de açúcar	490.868,00	490.868,00
	16.691.517,30	19.595.810,90
Honorários diretoria	516.736,50	594.247,00
	17.208.253,80	20.190.057,90
% sôbre capital	4.000.000,00	4.000.000,00
	21.208.253,80	24.190.057,90
Sacos produzidos safra 1943/4	245.434 scs.	
Média de custo sem lucros (Remun. capital)	70.11	82,26
Média de custo com lucro	86,41	98,56

O cálculo das médias de custo para a safra de 1944/45 é baseada sôbre 245.434 sacos com os aumentos atuais".

Submetidos êsses elementos à necessária crítica, com reduções, que julgamos razoáveis, em algumas verbas, chegamos à conclusão de que se poderia admitir uma majoração de custos de Cr$ 8,356. E não de Cr$ 12,15.

A mesma usina oferece à nossa consideração elementos demonstrativos dos aumentos das despesas incidentes sôbre os custos agrícolas. Segundo êsses dados, o aumento de custo por tonelada de cana exprime-se por Cr$ 10,02.

Se confrontarmos êsses elementos com o aumento de Cr$ 8,40, à base do preço em Campos, verificaremos ter sido êste suficiente na parte industrial e insuficiente na parte agrícola. A tonelada de cana terá um aumento, apenas, de Cr$ 5,60 que se compara com o acréscimo de Cr$ 10,02 em seu custo de produção.

E' um ndice que sugere um reexame das tabelas de cana.

5. **Outros elementos dos produtores** — Outra usina, das que reputamos idôneas pela apresentação de dados relativamente moderados onde não descobrimos exagêro para reivindicações desmesuradas nos apresenta elementos merecedores de observação. Ela não fêz incidir nenhum aumento na verba "aquisição de matéria prima". Vejamos os seus dados:

CUSTO DE PRODUÇÃO DE SACO DE AÇUCAR NA SAFRA DE 1943/1944 E PROVÁVEL AUMENTO DO MESMO NA SAFRA DE 1944/1945 A INICIAR-SE:

	1943 Por saco Cr$	Aumento	Provável Cr$
Salários gerais	8,40	30%	2,52
Lubrificantes	0,32	52%	0,09
Combustíveis	0,62	40%	0,25
Enxofre	0,79	10%	0,08
Cal	0,36	20%	0,07
Saco	3,90	40%	1,60
Materiais como ferro, ferramentas, trilhos, dormentes, bronze madeiras, tijolos, cimento, correias, gachetas, óleos, etc. inclusive para as reparações de entre-safra, para a maquinaria, material rodante, linhas férreas, conservação de imóveis e instalações, etc.	9,12	30%	2,73
Matéria prima (canas)	34,50	—	—
Transportes de canas na Leopoldina	0,43	35%	0,15
Despesas gerais, impostos, taxas, leis sociais, I. A. Álcool, juros, descontos, etc.	13,90	10%	1,39
	72,34		8,88

A diferença final no custo unitário seria superior à consignada, de Cr$ 8,88, se, com os novos preços fôsse levada em conta a diferença na verba de matéria prima. A majoração se elevaria, então, para Cr$ 13,00, por saco de açúcar.

6. **Confronto dos elementos de Campos com os do Norte** — A comparação dos elementos recolhidos de usinas de Campos com os constantes da exposição do Presidente da Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco revela que a agro-indústria do Norte tem estado sujeita a elevações mais violentas em diversas rubricas de seus custos. O aumento do prêço no mercado do trabalho em conseqüência da agravação do custo da vida e de outras importantes rubricas do preço de custo do produto estará ocorrendo, alí, em ritmo mais acelerado por efeito principalmente de três fatores:

a) — a dificuldade de abastecimento e o encarecimento dos gêneros importados de outros Estados, v. g., o xarque, do Rio Grande;

b) — a atração do braço trabalhador pelas obras de melhoramento, inclusive as de interêsse militar;

c) — a inflação regional em mais alto grau, em conseqüência do derrame do capital americano.

7. **Exposição de usineiros das usinas de Campos** — Produtores de Campos, em extenso memorial, dirigiram-se ao Comandante Amaral Peixoto, solicitando uma elevação no preço do açúcar muito acima da que fôra acertada entre S. Exª. e êste Instituto.

Os elementos apresentados estão em discordância com os dados que esta Secção colheu em outras fontes. Os custos agrícolas apresentam-se, alí com a verba superior a Cr$ 60.00 não contando o arrendamento da terra (20% usualmente) e os juros de capital investido e de movimento. Tal custo, apresentado como o da safra 1943/44, representa, segundo os dados do memorial, um aumento de 180%, em dois anos. Isso, na parte agrícola.

Quanto à parte industrial, a exposição alinha rubricas de custos que somam Cr$ 94,24 por saco de açúcar. Daí, a pretensão de um preço de Cr$ 120,00 por saco ou seja, uns Cr$ 30,00 acima do que foi acertado. Nunca tivemos sob os olhos, em matéria de custos, elementos tão arrojados.

8. **Os elementos que podem ser considerados** — O estudo dos custos de produção defronta-se, por vêzes, com dados desconcertantes em face da complexidade da matéria e da variedade a que estão sujeitas as verbas, de safra para safra, de região para região, ou, mesmo, de usina para usina.

A análise da curva de ascenção constante a que estão sujeitos os custos, de safra para safra, levados em consideração, ainda, os efeitos da guer-

ra, e o fenômeno inflacionista, conduz-nos à conclusão de que, efetivamente, na safra entrante êles serão consideràvelmente superiores aos da safra 1943/1944. Aliado o resultado dessa análise ao exame dos elementos mais recentes estudados nos itens 3, 4 e 5, pode-se concluir, com certa segurança, que a diferença para mais, na safra 1944/45 se exprimirá por Cr$ 8,00 a Cr$ 12,00.

O custo da tonelada de cana, em condições médias, pode ser estimado, com os elementos que estudamos, em Cr$ 47,00 a Cr$ 53,00. O custo do saco de açúcar com a cana a Cr$ 58,00 (preço à base dos custos) poderá ser estimado em Cr$ 73,00 a Cr$ 80,00, também em condições médias.

Está claro que circunstâncias ocorrem como o grau de fertilidade da terra, de racionalização do trabalho agrícola, e de eficiência industrial, etc., que podem determinar custos mais baixos ou mais elevados do que êsses valores médios. Mas não se cogita de aplicar um preço a cada custo individual.

9. **Necessidade para a produção** — Tomados êsses elementos, se estará levando em conta os interêsses da produção e do consumo. E' preciso notar que a regulação dos preços rigorosamente baseada nos custos sòmente seria possível em uma economia idealmente organizada. Em todo o mundo, muito raros ou inexistentes, ainda, são os exemplos de um dirigismo econômico tão integral que regule os preços estritamente pelos custos. E, no Brasil, entre todos os produtos agro-industriais cremos que sòmente o açúcar conta com subsídios em materia de custos de produção. A disciplina dos preços é feita segundo as necessidades de abastecimento da população.

E' essa uma circunstância que, tanto quanto os custos, deve ser levada em consideração. O crescimento do consumo do açúcar tem acelerado o seu ritmo durante a fase de guerra que é, também, uma época de rápida e quase violenta industrialização do País. Isso, não obstante as restrições impostas pela irregularidade dos transportes e, conseqüentemente, da distribuição.

A produção brasileira é ainda superior ao consumo em mais de um milhão de sacos. Mas, o aumento das cifras indicadoras dos volumes consumidos, de safra para safra, está aconselhando uma política de incentivo à produção afim de que ela possa subir em sinergia com o consumo, como fôrça do mesmo organismo nacional. Além disso, precisamos satisfazer nossas quotas de exportação para o exterior. E mais: possuir matéria prima para prosseguimento da política do combustível nacional.

Para tudo isso, o fator preço é, talvez, o elemento mais poderoso. Impossível a um órgão com a responsabilidade dêste Instituto advogar uma política sistemática de preços seja no sentido altista, seja no baixista. Êle estaria, porém, em nosso entender, faltando a um dever, se não procurasse estudar objetivamente as condições econômicas que mudam de safra em safra.

E, nessa ordem de considerações, faz-se necessário acentuar, finalmente, que, se o fator preço não fôr de molde a permitir, na agro-indústria açucareira, uma rentabilidade razoável, ocorrerá um desvio de capital e de atividades para outros investimentos, alguns dêles bastante mais sedutores, dando lugar à previsão de futura escassez da mercadoria.

O INTERESSE DO CONSUMIDOR

10. **Majoração de preço de outros gêneros** — Do ponto de vista do consumidor, em face das considerações anteriores, o interêsse, em um determinado ponto, coincide com o do podutor. E' o de que o produto exista abundantemente.

Êsse interêsse, porém, é mais remoto. A vantagem imediata é a de pagar menos pela mercadoria, sendo preciso não sobrecarregá-lo com majorações excessivas. E se temos já a conclusão de que é necessário um aumento de preço, faz-se preciso procurar o equilíbrio entre as duas fôrças em benefício de ambos. Daí o acréscimo ter ficado muito aquém das solicitações dos interessados.

Na totalidade dos demais gêneros, só contando os de primeira necessidade, os aumentos de preço têm sido consideràvelmente superiores ao do açúcar. E essa circunstância é para ser levada em consideração também do lado do produtor, porque essas majorações, refletindo-se sôbre o salário, implicam em aumento de custo.

A necessidade de melhorar os preços das demais mercadorias tem sido reconhecida pelas autoridades competentes. Se condições semelhantes são encontradas no caso do açúcar, não há como deixar de reconhecer-lhe a mesma necessidade.

11. **As majorações no Distrito Federal** — No chamado período de guerra, a análise dos preços dos gêneros de primeira necessidade, no Distrito Federal, revela que êsses preços têm sofrido sensível majoração, de ano a ano, com apenas uma ou outra exceção, muitas vêzes explicada por certas causas que exigem exame mais atento e minucioso. Vejamos, pelo confronto das cotações fornecidas pela Comissão Mista de Tabelamento de Gêneros Alimentícios, as curvas de preços no qüinqüênio 1940/44 e analisemos, sucintamente, as oscilações dos principais produtos, considerados como básicos do nosso regime alimentar. São os seguintes os dados coligidos:

Produtos	1940 Cr$	1941 Cr$	1942 Cr$	1943 Cr$	1944 Cr$	
Sal grosso	0,51	0,60	0,60	0,70	0,95 (+)	—
Café em pó	3,03	3,80	3,30	4,00	4,70	4,70
Batata	1,02	1,20	0,99	1,55	1,90	1,90
Manteiga	9,02	9,40	9,18	13,21	16,20	15,50
Milho	0,47	0,50	0,59	0,70	0,70	—
Toucinho	3,51	4,00	4,60	6,87	—	—
Carne sêca	3,72	3,90	4,18	6,00	8,50	8,50
Arroz	1,25	2,00	1,98	2,10	2,10	2,60
Banha	3,67	5,20	5,01	7,00	8,00	10,00
Feijão prêto	1,14	1,20	1,10	1,10	2,30	2,30
Farinha	0,51	0,50	0,60	1,10	1,60	1,60
Leite	1,00	1,10	1,20	1,40	1,60	1,60
Açúcar	1,30	1,30	1,39	1,49	1,50	1,80 e 1,40 **

(+) Êstes dados são a média dos preços mensais até maio do corrente ano.
(**) O prêço Cr$ 1,80 refere-se ao tipo extra e o de Cr$ 1,40 ao tipo primeira.

NUMEROS INDICES — 1939 = 100

Produtos	1940	1941	1942	1943	1944	
Sal grosso	100	118	118	137	186	—
Café em pó	94	107	102	123	145	145
Batata	115	135	111	174	213	213
Manteiga	104	109	106	153	187	190
Milho	85	91	107	127	127	—
Toucinho	91	104	119	178	—	—
Carne sêca	104	109	117	168	228	228
Arroz	94	150	149	158	158	195
Banha	92	130	125	175	200	250
Feijão prêto	90	95	87	87	183	183
Farinha	66	91	78	143	208	208
Leite	100	110	120	140	160	160
Açúcar	100	100	108	125	127	163 e 127

12. **A posição do açúcar** — Tomando-se, pois, o ano de 1939, como ponto de partida para a análise da curva de preços dos gêneros em referência, vê-se que o açúcar além de manter absoluta estabilidade, até o ano de 1941, nos seus preços de venda, é ainda, depois daquela época, o que apresenta as majorações menos sensíveis. Na sua quase totalidade, os produtos acima especificados apresentam aumento progressivo de preços atingindo uma percentagem de elevação bastante significativa. E' bem verdade que no ano de 1942 alguns dêsses produtos apresentaram pequena redução, com referência aos preços do ano imediatamente anterior, mas não resta dúvida que aquêle pequeno declínio é de tão reduzida significação na curva ascencional dos preços, no quinqüênio em referência, a ponto de não merecer uma observação especial. Tanto assim, que a tendência altista se manteve uniforme e em muito maior grau de intensidade nos anos posteriores, com referência a êsses mesmos produtos. O que se observa, em resumo, é que os preços, nos primeiros meses do corrente ano, apresentam sôbre o ano base uma majoração de quase 100% em todos os produtos analisados, convindo lembrar que muitos dêles ultrapassam essa percentagem de elevação. Enquanto isso, o açúcar é o que apresenta menor coeficiente de aumento, no quinqüênio em apreço, com apenas 27% sôbre o ano-base (Vide gráfico à pág. 114).

13. **O açúcar e a receita doméstica** — Importante é também observar que o preço em si, isoladamente, estudado apenas na sua curva evolutiva, não permite a idéia exata da sua influência no encarecimento total da alimentação. Não se pode isolar dêsse elemento, o aspecto quantitativo, isto é, a percentagem do seu consumo mensal. Dez (10) centavos, por exemplo, de aumento no litro de leite tem muito maior significação e exerce bem mais

A SAFRA PERNAMBUCANA DE 1943/44

O "Jornal do Comércio", do Recife, número de 27 de setembro último, publica o seguinte:

"Reunindo ontem os representantes da imprensa em seu gabinete de trabalho, o Sr. Luiz Dubeux Junior, como de praxe, anualmente, nesta época, prestou importantes informações de grande interêsse para as classes açucareiras do Estado e para os meios sociais e financeiros:

— A safra de açúcar de usinas em Pernambuco — disse-nos êle — durante o período de 1943/44, constituiu o **record** até agora, pois o total de 5.476.000 sacos jamais foi atingido. E' de notar ainda que, além desta produção de açúcar das usinas, houve uma boa produção de açúcares mascavos que são controlados pela Cooperativa dos Banguezeiros.

Existindo, em setembro do ano pasasdo, um estoque a embarcar de 600 mil sacos, deduz-se que a tarefa de venda e escoamento da Cooperativa foi, neste período de doze meses, de 6.076.000 sacos. Dando o melhor dos seus esforços e graças à permanente cooperação do honrado interventor federal no Estado intercedendo junto às altas autoridades do país, do Instituto do Açúcar e do Álcool e da Comissão de Marinha Mercante, pôde a Cooperativa escoar tôda a safra e o excedente da safra anterior, no período normal, de modo a preparar uma situação excepcional para a safra de 1944/45, que vai entrar sem encontrar remanescentes.

Além dos inestimáveis serviços de nossa esforçada Marinha Mercante e da gloriosa Marinha de Guerra que tão brilhantemente comboia os condutores, veículos do nosso intercâmbio inter-estadual, foram aproveitados ao máximo os transportadores estrangeiros — e nestes foram carregados nada menos de 1.150.000 sacos, dos quais cêrca de 470 mil sacos se destinaram a portos brasileiros. Agiu criteriosamente o Instituto do Açúcar e do Álcool permitindo a venda de algumas quantidades de açúcares para o Uruguai e a Argentina, para aproveitar o transporte em condutores estrangeiros, medida útil e imprescindível que evitou prejuízos consideráveis para os produtores nordestinos, não havendo sacrifício no abastecimento nacional pois que, finalmente, foram conseguidos condutores que, levando os saldos finais das safras do Norte, conseguiram resolver a crise criada com a falta de açúcar no Sul.

AS RECLAMAÇÕES EM SÃO PAULO

Cessaram por completo as reclamações oriundas do Estado de São Paulo, de falta de açúcar. Tínhamos o produto e não seria justo que nos fôsse arrancado o nosso pequeno quinhão na economia nacional, com a autorização de franca expansão no fabrico do açúcar em regiões que já dispõem de muitas outras e lucrativas indústrias. Vieram os transportes nacionais e contratamos também estrangeiros, com tão bons resultados que estamos informados que em São Paulo já foram elevadas as quotas de abastecimento de açúcar para o consumo público.

O PREÇO

Apesar de ser o açúcar o gênero de primeira necessidade que menor elevação de preço teve para compensar a alta ocasionada no custo da produção pelos fatores oriundos da guerra, é êle sempre vítima de perseguições sistemáticas.

Há poucos dias jornais cariocas tiveram a audácia de afirmar que o açúcar no estrangeiro é vendido pela metade do preço que no Brasil. Um estudo estatístico recentemente concluído afirma exatamente o contrário. O açúcar custa no estrangeiro o duplo do preço no retalho, do que paga o feliz consumidor carioca. O Instituto do Açúcar e do Álcool é apontado como o causador da alta do açúcar. E' preciso conhecer o ambiente açucareiro para compreender a injustiça dessa afirmação. Não poucas vêzes se chocam os produtores com a autarquia quando esta, firmada nos dispositivos do equilíbrio entre produtores e consumidores, não permite modificação nos preços.

A autarquia açucareira dirigida por um brasileiro ilustre e honrado, como é o Dr. Barbosa Lima Sobrinho, na verdade foi uma das grandes obras do govêrno do presidente Vargas. Com a visão de um administrador cuidadoso e justo, S. Ex.ª ao mesmo tempo que criou um aparêlho de defesa para as tradicionais lavoura canavieira e indústria açucareira, tirando-as do caos e da ruína em que se achavam e evitando a criação de gravíssimos problemas sociais, fez do mesmo aparêlho o regulador dos preços, de modo a assegurar condições satisfatórias para os consumidores.

Quem, conscientemente, pode classificar de extorsivo o preço do açúcar, comparando-o com os dos demais gêneros alimentícios? Não fôra o Instituto do Açúcar e do Álcool, que estabelece o equilíbrio nas transações do açúcar, e teriam os consumidores, nestes anos de aproveitamentos e altas excessivas, pago açúcar a cinco cruzeiros o quilo...

Mas os produtores compreendem que o negócio do açúcar não pode proporcionar lucros excessivos. E' uma indústria disciplinada e garantida

---

poderoso reflexo no cômputo total da alimentação mensal, do que idêntica majoração no preço do açúcar, porque, enquanto se exige normalmente, um consumo mensal de 10 litros, **per capita**, o açúcar é consumido, nas bases do atual racionamento, numa quantidade de apenas 2 quilos mensais. Se fôssemos estender o raciocínio comparativo, sob o ponto de vista do consumo quantitativo, aos demais produtos em análise, observaríamos, que ainda assim, o exame dos preços do açúcar comprovaria a sua posição de equilíbrio na balança dos preços e sua reduzida elevação, em confronto com as demais utilidades.

Mário Lacerda de Melo
Chefe da Secção

O BAGAÇO DA CANA E A CRISE DE PAPEL

O "Correio da Manhã", do Rio de Janeiro, número de 1 de outubro, publica a seguinte correspondência da capital dos Estados Unidos:

WASHINGTON — (Por Malcolm Mackenzie, redator econômico da Inter-Americana) — Estimulados pela aguda escassez de papel e de papelão, em conseqüência da deficiência da produção de polpa de madeira e outras matérias primas, os produtores de açúcar estão apelando para o Departamento de Produção e o Congresso no sentido de ser adotado um processo de manufatura de polpa com bagaço da cana de açúcar, segundo informa o "Journal of Commerce".

Explicando que os testes dos engenheiros e as experiências numa fábrica especialmente construída demonstraram inequivocamente que trinta toneladas de bagaço de cana de açúcar produzem aproximadamente 4 e meia toneladas de polpa de qualidade semelhante à polpa de madeira, afirmou o "Journal of Commerce" que a safra de cana de açúcar de 1943-944 foi calculada em 5.331.000 toneladas para os Estados Unidos, Cuba e Pôrto Rico, assegurando um fornecimento adequado de bagaço. No momento, no entanto, apenas uma parcela reduzida poderia ser usada para a manufatura de polpa em virtude das limitações existentes quanto à aquisição de equipamento e instalações necessárias para êsse processo.

As estimativas a respeito da próxima safra, acrescenta o jornal, são baseadas numa média razoável da conversão de 100 toneladas de cana de açúcar em 300 toneladas de bagaço, com 50% de unidade, o que daria 45 toneladas de polpa comparável à polpa de madeira.

Os autores da proposta ressaltam que êsse método de produção de polpa visa conservar e aumentar, em vez de substituir a matéria prima normalmente usada na produção do papel, visto que a polpa de bagaço é mais adequada à manufatura de papel, quando misturada com a pólpa de madeira, papel usado, palha ou outro material fibroso. Assim misturada, a polpa de bagaço realmente se presta à produção de papel de embrulho, sacos, papelão, papel para caixas e outras formas de vasilhames de papel, segundo declarou o Dr. A. A. Brown, engenheiro especializado, ao "Journal of Commerce".

"Os testes realizados com papel de caixa feito com a polpa do bagaço de cana misturado com papel de embrulho demonstraram resultados que vão de 15% a 20% além das exigências normais", disse êle.

O relatório apresentado pelo professor E. E. Litkenheus, engenheiro químico, e pelo deão Fred J. Lewis, da Universidade de Vanderbilt, Tennessee, à Junta de Produção de Guerra, também revela alguns dados interessantes sôbre o custo, declarou o Sr. H. L. Horn, presidente da H. L. Horn Sugar Co. e um dos mais destacados defensores do novo processo de fabricação de polpa. "Embora o custo de produção varie, de acôrdo com o processo adotado para fabricar a polpa de bagaço, de acôrdo com êsse inquérito, as cifras de custo indicam que o bagaço pode ser obtido à razão de 100 toneladas por dia ao preço de 4.75 e 5.67 dólares de fibra sêca, e pode ser transformado em polpa para a fabricação de papel e papelão aos preços de 16.65 a 18.15 dólares por tonelada de polpa."

A adaptabiildade do bagaço à maquinaria existente de polpa é outra vantagem alegada para a adoção imediata dêste processo.

---

contra as crises que às vêzes tardam mas sempre chegam e dela não se podem auferir lucros nababescos.

A LIQUIDAÇÃO DA SAFRA

Dentro dos elementos de preço com que dispôs a Cooperativa na safra finda, e pautando as suas despesas dentro do seu usual critério, pode o seu Conselho de Administração anunciar para hoje o pagamento da última retrovenda da safra, com a qual totalizará um preço bruto de Cr$ 75,90 por 60 quilos de açúcar "standard" cristal, e líquido de Cr$ 74,91, pois as despesas com a colocação da safra e retenção do produto foram ligeiramente abaixo de um cruzeiro por saco. Atingiu o preço para a tonelada de cana na primeira categoria a base de Cr$ 50,85 quando os mais otimistas receavam que não alcançasse a cifra dos cinqüenta cruzeiros. Para êstes resultados, além da usual atenção da Cooperativa aos interêsses a ela confiados, muito contribuíram ajudas do Instituto do Açúcar e do Álcool, com bonificação para minorar os prejuízos da quota de sacrifício do Distrito Federal, aliás extinta para a próxima safra, bem como ajuda da autarquia para as despesas de retenção. Outrossim, efetuando suas vendas paulatinamente, conseguiu a Cooperativa obter para os últimos 400 mil sacos da safra, que negociou com compradores do sul do país e locais, os novos preços que vão vigorar para a safra entrante, o que contribuiu para apreciável melhoria da média geral do preço. Os detalhes completos do movimento da safra e sua colocação, serão expostos no relatório anual da Cooperativa, a ser apresentado dentro de dois meses conforme os nossos estatutos.

Com a fixação dos novos preços baseados na cotação FOB de Cr$ 94,70, inclusivè impôsto de consumo, para a safra de 1944/45, acreditamos que obtenham os produtores remuneração adequada para fazer frente aos aumentos de custo de produção havidos durante êstes últimos meses, porém de qualquer modo poderão os produtores ficar tranqüilos, que o Instituto do Açúcar e do Álcool, acompanhando de perto as mutações nos referidos custos, saberá, sempre que oportuno, fazer a devida justiça.

Foram estas as declarações do Sr. Luiz Dubeux Junior, presidente do Conselho de Administração da Cooperativa, — declarações de certo interessantes, não sòmente para os agricultores e produtores, como também para todos os pernambucanos, pois que êstes estão sempre interessados em notícias do seu principal produto."

PRODUÇÃO, IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO, CONSUMO E ESTOQUES DE AÇÚCAR

1942/43 — 1944/45

POSIÇÃO EM 31 DE AGOSTO

Unidade : saco de 60 quilos

PERIODO	Estoque inicial	Produção	Importação	Exportação	Transformado em álcool	Consumo	Estoque final
TODOS OS TIPOS (USINAS E ENGENHOS)							
Agôsto de 1944	3.200.263	1.991.373	—	—	—	1.719.422	3.472.214
Agôsto de 1943	2.880.687	2.010.421	—	346	31.062	2.010.437	2.849.263
Agôsto de 1942	2.204.698	1.831.472	—	15.573	—	1.737.426	2.283.171
JUNHO/AGOSTO							
1944/45	3.682.451	4.672.792	—	—	—	4.883.029	3.472.214
1943/44	3.651.464	5.104.523	—	2.154	38.554	5.866.016	2.849.263
1942/43	2.538.324	4.907.987	—	89.237	37.669	5.036.234	2.283.171
TIPOS DE USINA							
Agôsto de 1944	2.868.741	1.430.673	—	—	—	1.111.718	3.187.696
Agôsto de 1943	2.721.612	1.259.021	—	346	31.062	1.278.267	2.670.958
Agôsto de 1942	2.100.171	1.203.272	—	15.573	—	1.074.910	2.212.960
JUNHO/AGOSTO							
1944/45	3.391.814	3.418.792	—	—	—	3.622.910	3.187.696
1943/44	3.408.514	3.521.523	—	2.154	38.554	4.218.371	2.670.958
1942/43	2.381.046	3.347.687	—	89.237	37.669	3.388.867	2.212.960

PRODUÇÃO TOTAL DE AÇÚCAR E ÁLCOOL

SAFRA DE 1944/45

POSIÇÃO EM 31 AGOSTO DE 1944

UNIDADES FEDERADAS	PRODUÇÃO DE AÇUCAR (sacos 60 kg)				ÁLCOOL de todos os tipos (Litros)
	Limite	**Estimada**	**De Usinas**	**De Usinas e Engenhos**	
Acre	6.589	10.000	—	1.000	—
Amazonas	4.740	5.000	—	500	—
Pará	26.459	75.000	548	40.548	3.528
Maranhão	34.095	110.000	—	7.000	—
Piauí	3.901	67.000	—	4.000	—
Ceará	28.085	517.000	—	30.000	—
R. G. do Norte	132.393	160.000	951	8.951	—
Paraíba	336.776	750.000	20.923	40.923	—
Pernambuco	6.660.120	5.850.000	544	544	—
Alagoas	2.388.998	1.880.000	—	—	—
Sergipe	1.009.482	985.000	—	—	—
Bahia	998.365	1.370.000	—	—	—
Minas Gerais	1.001.484	2.328.000	200.784	920.784	1.876.648
Espírito Santo	76.669	175.000	7.844	32.844	—
Rio de Janeiro	2.740.505	2.540.000	1.405.366	1.450.366	5.284.284
Distrito Federal	—	—	—	—	—
São Paulo	2.883.382	3.610.000	1.775.301	1.925.301	20.108.549
Paraná	13.002	30.000	3.233	10.233	16.000
Santa Catarina	422.572	410.000	347	120.347	16.430
R. G. do Sul	14.010	80.000	—	28.000	—
Goiaz	132.418	130.000	—	46.000	—
Mato Grosso	40.163	37.000	2.951	5.451	18.584
BRASIL	18.954.208	21.119.000	3.418.792	4.672.792	27.324.023

NOTA — a) — Na coluna "limite" está excluída a rapadura, por não estar mais sujeita a limitação; b) Fica assegurada, no período de cinco safras, a partir de 1944/45, a liberação, pelo I.A.A., de todo o açúcar necessário ao consumo nacional; c) Continua livre, na safra 1944/45, a produção de açúcar dos engenhos.

ESTOQUE DE AÇÚCAR

DISCRIMINAÇÃO POR TIPO E LOCALIDADE — 1944

POSIÇÃO EM 31 DE AGOSTO

Unidade : saco de 60 quilos

UNIDADES FEDERADAS	Granfina	Cristal	Demerara	Somenos	Mascavo	Bruto	TOTAL	RESUMO POR LOCALIDADE — PRAÇA — Capitais	PRAÇA — Interior	Nas Usinas	Nas Dist. de I.A.A.
Rio G. do Norte	—	4.185	—	—	—	732	4.917	4.796	—	121	—
Paraíba	—	19.957	—	—	—	3.397	23.354	4.358	14.973	4.023	—
Pernambuco	45.947	424.550	1.011	1.846	5.179	213.071	691.604	394.269	200.000	97.335	—
Alagoas	—	210.133	234.651	—	223	45.240	490.247	483.040	—	7.207	—
Sergipe	—	258.413	9.886	—	13.389	—	281.688	181.386	62.230	38.072	—
Bahia	—	59.451	—	—	—	—	59.451	56.698	—	2.753	—
Minas Gerais	—	103.650	3.252	—	2.071	293	109.266	9.383	—	99.883	—
Rio de Janeiro	—	718.105	98.095	—	—	—	816.200	18.496	—	797.704	—
D. Federal	—	69.345	233	—	—	1.868	71.446	71.446	—	—	—
São Paulo	—	799.825	88.323	7.881	—	19.917	915.946	103.426	33.223	779.297	—
Demais Unidades federadas	—	8.095	—	—	—	—	8.095	—	—	8.095	—
BRASIL	45.947	2.675.709	435.451	9.727	20.862	284.518	3.472.214	1.327.298	310.426	1.834.490	—

ESTOQUE DE AÇÚCAR

1942 - 1944

POSIÇÃO EM 31 DE AGOSTO

Unidade : saco de 60 quilos

UNIDADES FEDERADAS	TODOS OS TIPOS — 1942	TODOS OS TIPOS — 1943	TODOS OS TIPOS — 1944	TIPOS DE USINA — 1942	TIPOS DE USINA — 1943	TIPOS DE USINA — 1944
Rio Grande do Norte	95	1.115	4.917	95	573	4.185
Paraíba	13.689	16.728	23.354	13.310	15.529	19.957
Pernambuco	400.520	733.498	691.604	342.994	618.369	478.533
Alagoas	20.924	330.702	490.247	20.924	274.814	445.007
Sergipe	79.297	259.102	281.688	79.297	259.102	281.688
Bahia	14.358	31.604	59.451	14.358	31.586	59.451
Minas Gerais	128.038	64.444	109.266	128.038	64.444	108.973
Rio de Janeiro	647.173	559.248	816.200	647.173	559.248	816.200
D. Federal	2.859	8.820	71.446	2.859	8.820	69.578
São Paulo	967.970	839.855	915.946	955.664	834.326	896.029
Demais Unidades federadas	8.248	4.147	8.095	8.248	4.147	8.095
BRASIL	2.283.171	2.849.263	3.472.214	2.212.960	2.670.958	3.187.696

COTAÇÃO DE AÇÚCAR

(POR SACO DE 60 QUILOS)

1 9 4 2 - 1 9 4 4

AGOSTO

Valor em Cruzeiros

1. TIPOS DE USINA

PRAÇAS	CRISTAL								
	MAXIMA			MINIMA			MEDIA		
	1942	1943	1944	1942	1943	1944	1942	1943	1944
João Pessoa	73,0	87,0	101,0	73,0	87,0	82,0	73,0	87,0	84,9
Recife	63,0	69,9	82,0	63,0	69,9	82,0	63,0	69,9	82,0
Maceió	60,0	73,0	92,0	60,0	73,0	92,0	60,0	73,0	92,0
Aracajú	62,0	72,0	94,7	60,0	70,0	94,7	61,0	71,0	94,7
Salvador	65,0	68,6	94,7	65,0	68,6	94,7	65,0	68,6	94,7
Belo Horizonte	86,0	110,0	129,0	80,0	110,0	129,0	81,9	110,0	129,0
Campos	69,0	89,0	100,0	62,0	88,0	98,0	64,8	88,7	99,5
D. Federal	70,0	70,0	115,0	67,0	67,0	115,0	68,5	68,5	115,0
São Paulo	80,0	N/	120,0	72,5	N/	120,0	75,8	N/	120,0

PRAÇAS	DEMERARA								
	MAXIMA			MINIMA			MEDIA		
	1942	1943	1944	1942	1943	1944	1942	1943	1944
João Pessoa	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Recife	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Maceió	52,0	60,0	88,0	52,0	60,0	88,0	52,0	60,0	88,0
Aracajú	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Salvador	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Belo Horizonte	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Campos	—	—	—	—	—	—	—	—	—
D. Federal	60,0	60,0	111,0	58,0	58,0	111,0	59,0	59,0	111,0
São Paulo	—	—	116,0	—	—	116,0	—	—	116,0

2. TIPO DE ENGENHO

PRAÇAS	BRUTO								
	MAXIMA			MINIMA			MEDIA		
	1942	1943	1944	1942	1943	1944	1942	1943	1944
Recife	55,0	62,0	84,0	55,0	62,0	69,0	55,0	62,0	71,3
Maceió	56,0	70,0	79,0	48,0	68,0	77,0	52,0	69,0	78,0
Aracajú	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Salvador	39,5	39,5	78,6	39,5	39,5	78,6	39,5	39,5	78,6
João Pessoa	56,0	50,0	50,0	56,0	50,0	50,0	70,6	50,0	50,0
B. Horizonte	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Campos	45,0	—	—	41,0	—	—	42,5	—	—
D. Federal	54,0	54,0	108,2	52,0	52,0	108,2	53,0	53,0	108,2
São Paulo	69,0	N/	110,2	63,0	N/	110,2	66,4	N/	110,2

ANTONIO GUIA DE CERQUEIRA
Chefe da Secção de Estatística

"GEOGRAFIA DO AÇÚÇAR NO LESTE DO BRASIL"

A revista "IBM", que se edita nesta capital, no número de junho último, publicou o seguinte:

"Editada pelo Instituto do Açúcar e do Álcool e da autoria do ilustre professor Afonso Várzea, notável geógrafo e geológo patrício, acaba de aparecer a "Geografia do Açúcar no Leste do Brasil", obra que vem enriquecer o nosso patrimônio cultural, no gênero dos escritos que tratam dos aspectos e das coisas do Brasil.

Trata-se, efetivamente, de um trabalho original, sob todos os pontos de vista. Vem êle revolucionar, de fato, os métodos consagrados, até agora, para a exposição da matéria.

Com êle, a maneira de retraçar as coisas referentes à geografia, progride extraordinàriamente entre nós, pois o autor sai fora das normas clássicas, para realizar uma obra viva, palpitante, dinâmica e, portanto, científica.

Abandona as esquematizações artificiais e liga-se às realidades, a situações concretas.

Os "sistemas hirtos", os "procesos rígidos" são, ali, substituídos por largos caminhos que "conduzem à liberdade de conceituação".

O professor Várzea, para escrever a sua geografia, não ficou reclinado docemente na poltrona do seu gabinete, a fichar livros e estatísticas sôbre as questões de que ia tratar.

Colocou sua máquina fotográfica a tiracolo, meteu-se num par de botas resistentes, colocou à cabeça um chapéu colonial de cortiça e saiu, desafiando a inclemência do clima sertanejo, a visitar as regiões que necessitava estudar e descrever.

Assim, internou-se pelo interior da Bahia, de Alagoas, de Pernambuco, indo até as fronteiras do Ceará com o Piauí, levando a cabo desta forma, "uma das mais ricas experiências de longa peleja pelo conhecimento das feições do Brasil."

Por isso, pôde examinar e descrever a formação do solo brasileiro naquela zona, a sua evolução desértica, o delta do São Francisco, os corais e as dunas, os canais, barras e barretas, as rochas de origem animal, as construções vulcânicas, a luta pela água, e tantos e tantos outros aspectos da nossa natureza que estavam a reclamar o exame detido dos "experts" nestas questões.

Os modos de plantio da cana de açúcar e de produzir o açúcar estão expostos magistral e exaustivamente nessa volumosa obra, imprescindível elemento para o estudo dos graves problemas da nossa lavoura e da constituição geológica do nosso solo."

*
* *

O prof. Afonso Várzea recebeu a seguinte carta do dr. Generoso Ponce Filho, diretor do Instituto do Mate, autor, entre outros trabalhos, de estudos sobre a moderna história de Mato Grosso e especialista em assuntos econômicos:

"Maio de 1943.
Prezado confrade e amigo,
Dr. Afonso Várzea.

Li, prêso que fui ficando às sucessivas armadilhas semeadas de princípio a fim pelo talento do escritor, a sua "Geografia do Açúcar". A feição moderna da obra, desde a composição gráfica, à profusa ilustração dos textos com fotografias interessantíssimas e desenhos primorosos, a começar pela capa — por si só impeliria para à frente o menos predisposto dos leitores. Mas o visgo intelectual, se me permite a irreverência da imagem, a cada passo, capaz de prender o mais inquieto vôo de pensamento, não sendo **truc,** é expontânea magia do autor, mais forte ainda que os atrativos materiais da obra. Quem cauteloso põe tìmidamente pé no primeiro capítulo — O leste Brasileiro — mesmo num domingo chuvoso a pedir poesia como fuga ao prosaísmo da vida ou trégua às convulsões da hora que passa, é levado, queira ou não queira, no **tapis roulant** deslizante dêsse meio milhar suave de degraus disfarçados que são essas páginas. O maquinismo interior que nos leva embevecidos para frente, para o alto, sem parar, até o fim, de sedução em sedução, sem ruído nem alarde, é a sua maestria. Consegue ela transformar a geografia em romance, a ciência em poesia, e dar à descrição de banguês, de caatingas e da sêca, encantamento de sonho, que se transpõe como Alice no País das Maravilhas. E tudo isso — e aí é que está o milagre — sem sair da realidade. E' estudo de homem de ciência. Toca-o, porém, o divino condão da arte e da inteligência. Por isso o que em mãos de geógrafo apenas, ou apenas antropologista, seria áspero e sêco como o leito vazio de um Uadi, e onde a água no estio desertou, ou duro e tristonho como um panorama de Hamadas, rochas perdidas em meio a areal estéril, se transforma em panorama colorido e atraente para a visão do espírito.

Obra de fôlego, de valor científico, exaustiva, abordando o tema central, não do ponto de vista unilateral, mas de ângulos múltiplos, sob aspectos e prismas que vão da formação do solo de tôda a região do leste do Brasil, da origem do relêvo geológico, da evolução desértica, à apreciação das pequenas manchas da floresta fechada, das rochas de origem animal, das construções vulcânicas, à luta pela água — estudo minucioso e sempre interessante desde o Recôncavo baiano, à bacia do São Francisco, o rio e seu delta, — o leste passa-nos pela mente como sucessão ininterrupta de quadros em que o homem não é figura decorativa, mas elemento vivo, ligado à terra e ao meio, influenciado e influenciando. Assim o tema principal — a geografia do açúcar — é estudado de forma literária, não como um tema literário, no sentido de academicismo, mas a fundo, embora pelo dom incomparável da arte o complexo e o profundo possam parecer simples ou superficial como simples parece um raio de luz. A história do Açúcar, no mundo e na região em aprêço e a História do Brasil, se entrelaçam e surgem sem pedantismo,

BIBLIOGRAFIA

Mantendo o Instituto do Açúcar e do Álcool uma Biblioteca, anexa a esta Revista, para consulta dos seus funcionários e de quaisquer interessados, acolheremos com prazer os livros gentilmente enviados. Embora especializada em assuntos concernentes à indústria do açúcar e do álcool, desde a produção agrícola até os processos técnicos, essa Biblioteca contém ainda obras sôbre economia geral, legislação do país, etc. O recebimento de todos os trabalhos que lhe forem remetidos será registrado nesta secção

RELATORIO DO MINISTRO SOUSA COSTA — 1942.

Merece apreciação demorada o relatório do Ministro Artur de Sousa Costa, apresentado ao Sr. Presidente da República, sôbre o desenvolvimento dos negócios da Fazenda, em 1942. O simples caráter noticioso desta secção autoriza apenas registremos o trabalho, sem um estudo largo dos seus pontos essenciais. Abrange a prestação de contas do Ministro da Fazenda: as contas públicas, com apreciações sôbre a receita e a despesa, as dívidas consolidada e flutuante e o papel moeda; a situação econômica e financeira, tratando dos acôrdos de Washington, o comércio interno e externo, os bancos, câmbio e o reajustamento econômico; a reforma do padrão-monetário, bem explanada e precedida de uma resenha histórica; o Conselho Técnico de Economia e Finanças; a administração fazendária. Anexos numerosos, gráficos e fotografias do novo Palácio da Fazenda completam a exposição ministerial.

O relator dá-nos conta dos formidáveis encargos levados à sua pasta pelo deflagrar da guerra e as transformações, muitas delas imprevisíveis, que se fizeram sentir sôbre a condução das finanças nacionais.

DIVERSOS

BRASIL — Anais da Associação Química do Brasil, n. 2; Anais Estudantinos, n. de julho de 1944; Boletim da Associação Química do Brasil, n. 7; Boletim da Associação Comercial do Amazonas, n. 35; Boletim da Superintendência dos Serviços do Café, n. 207; Boletim da Associação Comercial de Minas, n. 69; Boletim da Associação Comercial do Rio de Janeiro, ns. 430 a 433; Boletim Semanal da Associação Comercial de São Paulo, ns. 69 a 72; Boletim Técnico da Secretaria de Viação e Obras Públicas, n. 2; Boletim do Ministério das Relações Exteriores, n. 5; Boletim da S.O.S., n. 115; Boletim da Câmara de Reajustamento Econômico, n. 46; Boletim do Conselho Federal de Comércio Exterior, n. 8; Ciência Política, fascículos 4 e 5; Ceres, n. 28; Discursos do Presidente Getúlio Vargas, publicação do D.I.P.; Economia, n. 63; Formação, n. 73; A Guerra e a Alimentação Catarinense, por Lourival Câmara, publicação do D.E.E. de Santa Catarina; Instruções para a Organização do Vocabulário Ortográfico da língua Portuguêsa, publicação do D. E. E. de Santa Catarina; Imposto de Consumo, n. 64; Localidades Paulistas, publicação do D.E.E. de São Paulo; Mundo Automobilístico, ns. 7 e 8; O Mundo Motorizado, n. 185; Matias de Albuquerque, por Helio Viana; Noticiário Lowndes, n. 4; A Pequena Obra da Divina Providência, n. 199; Revista Brasileira de Química, n. 103; Relatório da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, exercício de 1943; Revista Paulista de Contabilidade, n. 240; Revista do D.N.C.., n. 133; Revista Bancária Brasileira, n. 140; Revista da Associação Comercial do Maranhão, n. 228; Revista de Ciências Econômicas, n. 7; Revista Comercial de Minas Geráis, n. 72; Revista Duperial do Bra-

---

aqui e acolá, em episódios oportunos. Aqui cana, barras e barretas são pretexto para interpretação e explicação nova à atuação de Calabar, cujo apelido "pode talvez encontrar explicação na proficiência com que conhecia tôdas as barras das franjas e barreiras de arenito e coral, desde o Rio Grande do Norte às Alagoas". Ali são os Tupis e Tapuias e a marinha tapi, Itamaracá, o Passo do Camaragibe e Pôrto Calvo, cidade açucareira de quatro séculos, que se sugere deva ser declarada monumento nacional à maneira do que se fêz com Ouro Prêto. E dominadora, a "Guerra do Açúcar", e nossa guerra dos Trinta Anos — Batávia versus Lusitânia — no continente sul colombiano. Geografia, antropogeografia, história, sociologia, e economia se entrelaçam no volume e o leitor, seduzido, vai lendo, lendo, a distrair-se, deleitado, sem desconfiar que tudo aquilo é lição e que doutíssima lição. Por isso foi que **ab-initio** me referi a armadilhas, no caso a sua maneira envolvente, despretensiosa, fulgurante, sem nenhum favor. E tudo entremeado de episódios interessantes, pitorescos, cheios de expontâneo **humour**, que tão **up to date** torna êsse trabalho. E' um van Loon para adultos, não há dúvida. Não devo silenciar, por igual, o desassombro dos conceitos e opiniões, expendidos sempre com o vigor e a sinceridade dos fortes.

Como gostaria que sôbre meu Mato Grosso se fizesse coisa no gênero, não desmerecendo de nenhuma forma monografias e volumes publicados desde os primitivos cronistas até os mais recentes publicistas sôbre a nossa hinterlândia. Outros Institutos congêneres ao do Açúcar e do Álcool ao qual êste volume deve interessar particularmente, sòmente teriam a lucrar patrocinando obras semelhantes sôbre o café, o mate, o sal — que fôsse assim motivo para obra de tamanho merecimento.

Receba meu ilustre e velho amigo, desde os tempos acadêmicos, parabens entusiásticos, aplausos expontâneos e calorosos.

do seu-ex-corde

Generoso Ponce Filho"

COMENTÁRIOS DA IMPRENSA

A ASSISTENCIA HOSPITALAR NO INTERIOR DO PAIS

Em poucas cidades do Brasil, inclusive as capitais de Estados, o problema da assistência hospitalar está sendo atacado em tão larga escala e com êxito tão feliz como na de Campos, graças a uma perfeita conjugação de esforços entre a iniciativa privada e o poder público. E o seu admirável exemplo deve ser amplamente divulgado, para servir de estímulo a outras cidades do mesmo padrão econômico e cultural.

Até há uns quinze anos, Campos possuía quase que apenas, no capítulo de hospitais, a velha Santa Casa de Misericórdia, com as suas enfermarias constantemente superlotadas, mal acolhendo os indigentes da própria cidade e dos municípios vizinhos. Com o título de Hospital de Tuberculosos, havia um prédio desprovido de tôdas as condições de higiene e confôrto, justamente denominado "ante-câmara da morte", pela sua proximidade do cemitério municipal.

Coube à Sociedade Fluminense de Medicina e Cirurgia, sediada na metrópole açucareira do Estado do Rio, reagir contra esta situação desoladora, à custa de donativos obtidos de particulares e de alguns auxílios oficiais. Primeiro, montou na sua sede a Policlínica, onde os médicos campistas dão consultas gratuitas. Depois, em terreno contíguo, construiu o edifício da Maternidade, que tem socorrido a milhares de mães pobres e seus filhos. Agora, está concluindo a instalação do Hospital Infantil, que ergueu no mesmo local, com a capacidade de 100 leitos e todos os requisitos dos estabelecimentos congêneres, mas que ainda depende da filantropia pública para se integrar na sua magnífica finalidade.

Por sua vez, a Prefeitura Municipal de Campos resolveu substituir o pretenso Hospital de Tuberculosos por um edifício apropriado ao tratamento dessa espécie de enfermos, promovendo a respectiva construção, com o concurso de elementos prestimosos da sociedade campista, em terreno doado pelos industriais Manuel Ferreira Machado e Olavo Cardoso, e cujas obras já se encontram bastante adiantadas. Próximo da cidade, no distrito de Goitacazes, a Usina S. José, que é a maior do vizinho Estado, construiu, instalou e mantém um excelente hospital do mesmo nome, que serve não só ao seu grande operariado como a pessoas de recursos, pois conta também com bons quartos e apartamentos particulares. E há que citar ainda o hospital de alienados, que está sendo edificado pelos espíritas locais.

Mas restava resolver o principal problema hospitalar de Campos, que era dotar de sede condigna a Santa Casa de Misericórdia, cuja receita jamais lhe permitiria enfrentar êsse empreendimento. Após diversas tentativas nesse sentido entre os homens ricos do município, um único usineiro, o Sr. José Carlos Pereira Pinto, deliberou arcar sòzinho com tamanha responsabilidade. E logrou-o galhardamente, levantando numa praça, que já lhe perpetua o nome, numa justa homenagem da municipalidade, um grandioso edifício de três andares, com tôdas as condições exigidas para o seu fim, e cujo custo subiu a cêrca de dois e meio milhões de cruzeiros.

Como, porém, haveria de funcionar a nova Santa Casa de Campos, sem instalações e aparelhamento correspondentes à sua grandeza arquitetônica? Novamente outro usineiro, o Sr. Manuel Ferreira Machado, já benemérito de vários serviços ao pio estabelecimento, sai a campo para remover as dificuldades de sua administração, oferecendo-lhe um milhão de cruzeiros para a compra do material mais necessário. E só é de esperar que os demais usineiros, acompanhando os gestos dos seus dois colegas, completem a importância indispensável, para que o maior município açucareiro do Brasil tenha, enfim, um hospital à altura de sua importância econômica e do seu desenvolvimento intelectual.

Demonstram êsses fatos, mais uma vez, como evoluiu a mentalidade do capitalismo brasileiro, no sentido de uma colaboração eficiente com o Estado, empregando parte de suas disponibilidades em inversões de benefício coletivo, destinadas a minorar a sorte das classes desfavorecidas da fortuna. Embora êsse espírito de solidariedade humana, cada vez mais acentuado nos nossos meios financeiros, fôsse despertado, em grande parte, pela adiantada legislação social, que o govêrno Getúlio Vargas introduziu no país, é de louvar a orientação com que os homens de dinheiro, a exemplo dos referidos usineiros campistas, pro-

---

sil, n. 19; A Rodovia, n. 55; Revista de Agricultura, n. 7-8 ;Revista do Serviço Público, n. 3; Vitória, ns. 560 a 564.

ESTRANGEIRO : — América despues de la Victoria, por Ezequiel Padilla; The Australian Sugar Journal, n. 2; Boletim Mensual de Estadistica del Ministério de Agricultura de la Nación, Argentina, n. 564,; Boletim Mensual del Escritório Comercial do Brasil, Buenos Aires, n. 7; Boletim Linotípico, n. 60; El Cañero, n. 9; Cuba Económica y Financiera, n. 219; Camara de Comércio Argentino-Brasileña, n. 346; Elaboración y Envases, n. 3; Estación Experimental Agrícola de Tucuman, Circular, n. 127; Foreign Commerce Weekly, vol. XV, n. 13 e vol. XVI, n. 2; Fortnightly Review, n. 201; Guia de Importadores de Indústrias Americanas, n. 6; Gaceta Algodonera, n. 246; Instituto de América, ns 6 a 8; La Indústria Azucarera, n. 609; The International Sugar Journal, n. 546; Lamborn Sugar-Market Report, ns. 26 a 31; Notícias de México, ns. 97 e 98; Noticioso, ns. 205 a 207; Produción, n. 7; Revista Industrial, ns 7 e 8; Revista de Estadistica, n. 5; Revista de la Câmara de Comércio Uruguaio-Brasileña, ns. 62 e 63; Revista del Comércio Exterior, ns. 3 e 4; Sugar, n. 7; El Trimestre Económico, n. 8; Weekly Statistical Sugar Trade Journal, ns. 25 a 30; El Rotariano Argentino, n. 209.

curam dedicar-se preferentemente ao problema da assistência hospitalar, que é um dos mais graves no interior do Brasil, porque responde pela defesa da saúde pública.

("O Jornal", Rio, 23-8-1944.)

OS SALARIOS E OS USINEIROS

Os industriais do açúcar ainda não enquadraram o próprio espírito na legislação trabalhista promulgada pelo Sr. Presidente da República. Dêsse jeito alguns usineiros resolveram descontar aos seus trabalhadores as utilidades que forneciam dentro dos salários concedidos. Em face das reclamações dos interessados estes foram parar no Serviço de Estatística da Previdência do Trabalho. Tratava-se, no parecer burocrático daquele Serviço, de um caso omisso que só podia ser interpretado e explicado pelo próprio Ministério do Trabalho.

* * *

Indo o processo a estudo, o relator concluiu por demonstrar "que a redução do tempo do trabalho não importa numa redução proporcional de salários pagos até então, pois a lei foi feita para proteger o trabalhador contra o **"surmenage"** e o excesso de trabalho". E, citando Oliveira Viana, acrescenta: "Ora, se foi por lei assegurado ao trabalhador um mínimo de remuneração, para garantir as suas necessidades vitais, é claro que não pode resultar dessa lei ou de outra uma infringência à quota considerada vital".

* * *

Êsse parecer do relator foi aprovado pela Comissão Permanente de Legislação do Trabalho, mas, como as questões individuais ou coletivas são da competência da Justiça do Trabalho, os pobres funcionários dos usineiros, diminuídos nos seus salários exíguos, terão de esperar que os juízes trabalhistas resolvam o incidente. Isso vai demorar. E quando vier a decisão que os ampare contra o ato de aguda sovinice de certos usineiros apegados ao lucro e que procederam de tal jeito, será certo que muitos tiveram tempo de sobra para morrer de fome se não se defenderem em outros misteres. A indústria do açúcar é muito amarga para os que nela trabalham.

("A Notícia", Rio, 22-9-44.)

SINDICATO DA INDUSTRIA DO AÇUCAR DO ESTADO DO RIO

No dia 20 de setembro último, o Sindicato da Indústria do Açúcar do Estado do Rio comemorou o décimo aniversário da sua fundação.

A prestigiosa associação de classe, que tem prestado num decênio de atividades relevantes serviços à economia fluminense, é atualmente presidida pelo industrial Julião Nogueira.

VISITA DA ESCOLA TECNICA DE SERVIÇO SOCIAL AO I. A. A.

Em dias do mês findo, esteve em visita às instalações do Instituto do Açúcar e do Álcool uma comissão de alunas da Escola Técnica de Serviço Social.

A diretora daquele estabelecimento, Sra. Teresita Porto da Silveira e o professor de Direito Social, Dr. Francisco Galvão, chefiaram o grupo de visitantes, que foram recebidos pela alta administração da autarquia açucareira.

As estudantes percorreram várias das secções do Instituto, inquirindo dos respectivos técnicos e encarregados de serviço informes sôbre o mecanismo de funcionamento e finalidades, demorando-se principalmente sôbre a parte de assistência ao trabalhador canavieiro, para quem o I. A. A. vem ùltimamente dedicando especial atenção.

Finda a visita, que deu ensejo a que as alunas da E. T. S. S. manifestassem sua admiração pelos serviços do Instituto do Açúcar e do Álcool à economia nacional, foi servido aos visitantes um almôço, no Restaurante da casa, falando, nessa ocasião, em agradecimento às atenções recebidas do pessoal do I.A.A., a Sra. Teresita Porto da Silveira.

INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL

BALANCETE EM 31 DE AGOSTO DE 1944

ATIVO

	Cr$	Cr$
Ativo Fixo		
Biblioteca do Instituto	116.973,20	
Imóveis ("Edifício Taquara")	4.711.679,90	
Laboratórios — Recife — Aparelhos e Utensilios	96.940,10	
Móveis e Utensílios	2.482.642,70	
Títulos e Ações	10.707.000,00	18.115.235,90
Empréstimos		
Adiantamento sôbre Açúcar de Engenho	6.510.000,00	
Caixa de Empréstimos a Funcionários	185.380,50	
Empréstimos a Banguezeiros e Fornecedores de Cana	6.879.871,40	
Empréstimos Diversos	7.774.484,00	
Empréstimos a Produtores de Açúcar	12.357,80	
Empréstimos a Refinarias	20.642.749,60	
Financiamento a Distilarias Particulares	22.432.606,61	
Financiamento a Fornecedores de Cana	11.912.985,00	
Financiamento a Plantadores de Cana	2.500.000,00	78.850.434,91
Despesas		
Diversos	8.722.922,20	
Defesa do Açúcar	10.072.358,05	18.795.280,25
Contas de Resultado		
Compras de Açúcar C/Retrovenda	17.357.716,90	
Compras de Açúcar C/Reversão	17.679.652,80	
Livros e Boletins Estatísticos	1.752.720,00	
Revista "Brasil Açucareiro"	150.244,10	
Vendas de açúcar	2.029.654,30	38.969.988,10
Devedores Diversos		
Contas Correntes — Saldos Devedores	19.867.454,90	
SAM — Contas Correntes — Saldos Devedores	9.403.932,18	
Letras a Receber	74.919,00	29.346.306,08
Caixas e Bancos		
Caixa — Sede do Instituto	264.665,10	
Fundos no Banco do Brasil	85.748.047,30	
Delegacias Regionais C/Suprimentos	24.326.374,50	110.339.086,90
CONTAS DE COMPENSAÇÃO E CAUÇÃO		121.429.308,20
DISTILARIAS CENTRAIS — Soma do Ativo		97.325.282,66
SECÇÃO DO ALCOOL-MOTOR — Soma do Ativo		20.314.711,98
		533.485.634,98

PASSIVO

Fundos Acumulados

Arrecadações de Taxas de Defesa	268.797.019,92	
Arrecadações Diversas	15.758.586,50	
Taxa S/Aguardente	852.620,80	
Taxa S/Alcool	29.078.952,20	
Taxa S/Fornecimento de Cana	2.834.722,30	317.321.901,72

Reservas

Juros	665.186,10	
Juros Suspensos	698.629,60	
Reserva para Depreciações	821.838,00	2.185.653,70

Contas de Resultado

Anuário Açucareiro		
Livros e Boletins Estatísticos — Recebimentos Di-	2.814,90	
versos	4.080,10	
Multas	114.475,20	
Rendas do "Edificio Taquara"	1.120.196,40	
Revista "Brasil Açucareiro" — Recebimentos Diversos	41.500,70	1.283.067,30

Obrigações :

Banco do Brasil c/Financiamento	17.357.717,10	
Contas a Classificar	8.816.578,70	
Contas Correntes — Saldos Credores	26.392.876,80	
SAM — Contas Correntes — Saldos Credores	2.865.478,15	
Depósitos Diversos	7.515.394,37	
Instituto de Técnologia C/Subvenção	159.655,47	
Ordens de Pagamento	2.553.900,80	65.661.601,39

CONTAS DE COMPENSAÇÃO E CAUÇÃO		121.429.308,20
DISTILARIAS CENTRAIS — Soma do Passivo		4.535.144,10
SECÇÃO DO ALCOOL-MOTOR — Soma do Passivo		21.068.958,57
		533.485.634,98

Rio, 31-8-44.

LUCIDIO LEITE
Contador

INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL

ORÇAMENTO PARA 1944 — POSIÇÃO EM 31 DE AGÔSTO DE 1944

Nos. VERBAS	Duodécimo	Saldo anterior	Quota mensal	Despesas Mês : Agôsto	Total Despesas	Média mensal	Crédito anual	Saldo do créd. anual
PESSOAL :	Cr$	Cr$	Cr$	Cr$	Cr$	Cr$	Cr$	Cr$
1 Comissão Executiva.	31.900,00	33.100,00	65.000,00	34.200,00	224.400,00	28.050,00	382.800,00	158.400,00
2 Sede do Instituto.	273.150,04	123.717,88	396.867,92	266.715,50	2.055.047,90	256.880,98	3.277.800,50	1.222.752,60
3 Fiscalização Tributária.	161.250,00	350.563,60	511.813,60	185.091,90	963.278,30	120.409,78	1.935.000,00	971.721,70
4 Delegacias Regionais.	150.338,33	402.687,11	553.025,44	162.653,80	812.335,00	101.541,87	1.804.060,00	991.725,00
5 Verba para Substituição.	10.000,00	69.070,00	79.070,00	—,—	930,00	116,25	120.000,00	119.070,00
6 Despesas de Viagem.	103.875,00	217.823,00	321.698,00	105.998,30	615.300,30	76.912,53	1.246.500,00	631.199,70
7 Diárias.	99.626,00	270.920,00	370.546,00	92.403,00	518,865,00	64.858,12	1.195.512,00	676.647,00
8 Gratificações :								
Pro-Labore.	102.583,33	167.521,11	270.104,44	7.600,00	542.962,20	67.870,27	1.231.000,00	688.037,80
Diversos.	58.183,33	114.350,01	172.533,34	63.810,00	356.743,30	44.592,91	698.200,00	341.456,70
Salário Família.	19.310,00	2.990,00	16.320,00	35.400,00	154.250,00	22.035,71	212.410,00	58.160,00
MATERIAL :								
1 Material de Consumo.	47.500,00	51.672,50	4.172,50	51.086,10	435.258,60	54.407,32	570.000,00	134.741,40
2 Material Permanente.	34.166,66	8.932,12	43.098,78	31.978,40	262.212,90	32.776,61	410.000,00	147.787,10
3 Diversas despesas.	185.758,33	31.655,51	217.413,84	206.645,20	1.475.298,00	184.412,25	2.229.100,00	753.802,00
	1.277.641,02	1.735.677,84	3.013.318,86	1.228.382,20	8.416.881,50	1.054.864,60	15.312.382,50	6.895.501,00

Rio, 11/9/44

LUCIDIO LEITE, Contador.

Esta Revista foi composta e impressa nas of. de Industrias Graficas J. Lucena S/A — Rua Mayrink Veiga, 22 — Rio de Janeiro